

Cláusula de Consciência e Conselhos de Redação na Auto-regulação dos Jornalistas

Otília da Conceição Leitão Carvalho

Dissertação de Mestrado em
Comunicação, *Media* e Justiça

Setembro de 2012

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Comunicação, Media e Justiça, realizada sob a orientação científica do Prof. Doutor Hermenegildo Ferreira Borges

À minha mãe! Uma agricultora que me ensinou que a liberdade tem asas!

Agradecimentos

Ao findar este trabalho académico que constitui a componente não-letiva do mestrado em Comunicação Média e Justiça, quero a agradecer a todos os jornalistas que se dignaram dar-me a sua opinião, aos académicos que partilharam comigo as suas reflexões, em particular aos investigadores da área do Direito, às pessoas que experienciaram vários cargos e lugares que, de algum modo, se relacionam com a prática jornalística e com o exercício dos “direitos dos jornalistas”¹. Estamos em presença de direitos que assumem decisiva importância para a preservação da independência e autonomia dos jornalistas, mas que são também, condição indispensável a uma prática jornalística responsável e capaz de contribuir para a construção de uma sociedade mais esclarecida, logo mais democrática. A todos agradeço a forma como generosamente acederam a dar-me o seu precioso contributo para tornar mais consistente a análise levada a cabo na presente dissertação de mestrado. Merecem particular referência:

- Adelino Gomes, Afonso Camões, Alberto Arons de Carvalho, António Melo, Carlos Camponez, Estrela Serrano, Fernando Cascais, Fernando Valdez, Francisco Pinto Balsemão, Horácio Serra Pereira, Jaime Almeida, Joaquim Letria, Joaquim Vieira, José Manuel Fernandes, Luisa Ribeiro, Manuel Falcão, Maria José Garrido, Orlando César, Oscar Mascarenhas, Paulo F. Silva, Rui Rangel, Sofia Branco, Wilton Fonseca.

O meu agradecimento muito especial ao meu orientador, Professor Doutor Hermenegildo Ferreira Borges, pela diplomacia com que sempre fez os seus pertinentes reparos e pela generosidade com que sempre se disponibilizou na troca de impressões.

Manifesto a minha sensibilidade para com a paciência amistosa de Carlos Veiga Pereira, um jornalista que teve experiências várias em diversos órgãos e mecanismos

¹ Cfr. art. 15º da Lei de Imprensa e art. 12º do Estatuto dos Jornalistas.

de participação e acompanhamento da comunicação social e de quem, amiúde, fui anotando informações.

Lembro aqui todos os jornalistas, que de forma direta ou indireta se disponibilizaram a dar-me conta das experiências e ambiências atuais, vividas nas Redações onde laboram.

Agradeço em particular a todos quantos se disponibilizaram a facultar-me documentos, quer relativos à Agência Lusa, quer ao Jornal de Notícias e que muito enriqueceram a investigação por nós levada a cabo.

O meu agradecimento também à Isilda Neves, do Sindicato dos Jornalistas, pelo carinho com que sempre colaborou na procura de arquivos e de acessos. Às bibliotecas da Assembleia da República e da Universidade Nova, sempre úteis na disponibilidade do saber.

Por último um agradecimento ao meu marido e aos meus filhos, pelo tempo que lhes roubei na atenção devida.

A todos muito obrigada!

Cláusula de Consciência e Conselhos de Redação

na autorregulação dos jornalistas

Resumo:

Na presente dissertação de mestrado propomo-nos, antes de mais, analisar a “cláusula de consciência”, enquanto um direito específico do jornalista previsto na Constituição da República Portuguesa, bem como na Lei de Imprensa e no Estatuto dos Jornalistas que, nos termos do nº 4 do art.º 12º, lhe permite rescindir o vínculo laboral, com justa causa, quando se sentir violentado na sua consciência por uma “alteração profunda na linha editorial ou natureza” do órgão de comunicação social em que trabalhe, na esteira da “imaterialidade” proclamada pela OIT - Organização Internacional do Trabalho.

Propomo-nos, também, identificar a natureza e função dos Conselhos de Redação órgão que emana da expressão do voto do corpo redatorial e que, em seu nome, acompanha a vida no interior da empresa, no propósito de caracterizar o direito de participação, (EJ, art.º13) e o seu contributo para a preservação da liberdade de expressão e desenvolvimento democrático.

Ambos (“cláusula de consciência” e “direito de participação” dos jornalistas através dos Conselhos da Redação) são parte integrante do “cimento” com que se haveria de consolidar o regime democrático conquistado com a revolução do “25 de Abril” de 1974. Avaliamos, de igual modo, a sua importância e valor para um quotidiano profissional que, desde os anos 90, tem enfrentado profundas transformações com a entrada em força na era da Internet.

Consideramos a conexão destes dois institutos jurídicos, porque salvaguardam algo que tem o seu lugar próprio no íntimo de cada indivíduo/jornalista e se exprime a nível interno das empresas jornalísticas, os primeiros patamares na autorregulação e, por essa mesma razão, desempenham uma função determinante no exercício de uma

prática jornalística responsável, assente na liberdade, na exigência e na responsabilidade.

A investigação está estruturada em cinco capítulos: no I capítulo, fazemos uma contextualização do tema em análise, na perspetiva de uma Democracia evolutiva; no capítulo II, procuramos compreender a natureza mesma da “cláusula de consciência” a partir da sua génese, curando de saber, a partir daí, qual o seu papel atual perante fatores de ordem económico-social, suscetíveis de induzir uma autocensura ou submissão a regras empresariais apenas pautadas por interesses económicos; no III capítulo, é nosso propósito inquirir o que se passa noutros países, sobretudo da Europa; no capítulo IV, analisamos a pertinência dos Conselhos de Redação, bem como a participação destas estruturas na vida dos *media*; no capítulo V, focamos a inserção destes dois direitos na constelação de outros instrumentos de autorregulação, na preocupação de perceber até que ponto a autorregulação se revela suficientemente eficaz, a ponto de se considerar prudente limitar a regulação do Estado ao estritamente necessário.

Importa ter presente que, como sustenta Hannah Arendt², a “pluralidade” é a condição humana que motiva a nossa ação comum (*praxis*) sobre o mundo, tendo como única mediação o discurso (*lexis*). Todavia, esta capacidade humana elementar, de agir politicamente sobre o mundo através do discurso, não dispensa o exercício livre e público da nossa razão individual que, sendo livre e individual, se confronta com as demais, submetendo-se apenas à regra do melhor argumento. A esta luz, a liberdade de consciência dos jornalistas deve ser preservada, enquanto núcleo dessa razão individual que deve ser livre de escolher se se identifica, ou não, com uma alteração profunda do rumo editorial da empresa jornalística em que trabalha. A menos que abdique da sua liberdade.

No tempo presente, com uma clara regressão em matéria de direitos humanos que supúnhamos adquiridos, verificamos que, apesar de se poder considerar a “cláusula de consciência” um direito que deveria proteger o jornalista, em situações

² Cfr. Annah Arendt (2001), [1958], *A Condição Humana*, Lisboa, Relógio D'Água.

de violência extrema sobre a sua razão e consciência individuais , as condições para o seu exercício são, contudo, de tal sorte péssimas que fazem dela um instituto jurídico ineficaz. Nessas condições, os Conselhos de Redação são ainda mais importantes, desde que mais atuantes e participativos nas questões deontológicas. A investigação deixa reflexões para eventuais modelos, prevalecentemente autorregulatórios. Acreditamos nestes instrumentos, como se crê na potência adormecida das sementes em pousio à espera de nova Primavera.

Palavras Chave: jornalismo, cláusula de consciência, conselhos de redação, ética, deontologia.

Abstract:

This paper analyzes the "conscience clause", a specific right of journalists referred in the Portuguese Constitution, the Press Law and the profession's statutes (paragraph 4, article 12). The clause allows journalists to terminate their links with their employers when they feel violated in their conscience by "profound changes in editorial viewpoints or nature" of the media organization they work for. The clause follows the concepts of a "immateriality" value proclaimed by the ILO (International Labor Organization).

The paper also evaluates the role of the Editorial Councils (Conselhos de Redação), elected by all journalists in order to follow all aspects of a medium's activities and contribute for the preservation of freedom of expression and democratic values inside the institution. Both the conscience clause and the Conselhos de Redação have appeared after the democratic revolution of April 1974. This paper evaluates their importance of these two instruments in the framework a profession that has much changed since the 90s and is still undergoing deep changes by the use of the Internet.

We have taken into consideration the links between these two instruments, which we consider fundamental for the profession and which are based on freedom and rigid responsible demands.

This research is structured in five chapters. The first one is a background on the topic, in the perspective of the evolution of democracy. Chapter II reviews the genesis of the conscience clause and the role of current economic and social factors susceptible to induce self-censorship on journalists, submitting their work to business performance and economic success. Chapter III reviews how the issues is seen in some countries, especially in Europe; Chapter IV analyzes the relevance of the Conselhos de Redação, as well as their importance and participation in the institutional and organizational structures of the media; In Chapter V we focus the way the conscience clause and the Conselhos de Redação can integrate the system of auto-regulation and we try to analyze up what level it can be successful in keeping away State control and simultaneously offering to public opinion a credible information.

It is important to keep in mind - as sustained by Hannah Arendt - that plurality as distinct individuals is the human characteristic that motivates our common action (praxis), which uses as its only mediation discourse (lexis). Nevertheless, this basic human capacity of intervention on the world through speech requires the free and public exercise of our individual judgments, which are confronted with others and is submitted to the rule of prevalence of the best among them. Under this scope, the freedom of conscience of journalists must be prevailed whether it identifies itself or not with a change in the editorial line of the media the professional works for. Unless the journalist gives up his own freedom of choice.

At present - when we are faced with a clear regression of human rights which we considered acquired forever - we can verify that instead of being a protecting instrument for journalists, the conscience clause has become a meaningless juridical

instrument, due the most difficult conditions under which the professional activity of journalist it takes place. Under such conditions, Editorial Councils become increasingly more important, if they intervene actively in professional matters. This paper examines possible models, predominantly self-regulatory, with accountability for those that violation the rules of healthy coexistence of freedom of expression in democracy. We imagine these instruments as seeds waiting for a new springtime.

Key Words: journalism, conscience clause, editorial councils (conselhos de redação), ethics, deontology

INDICE.

Capítulo I: Introdução

Capítulo II: A Cláusula de Consciência dos Jornalistas e a génese imaterial.....	17
II.1 - A consciência no Direito	20
II.2 – As dimensões art.º12 do Jornalista.....	24
II.2.1 - Direito a invocar a garantia de independência.....	26
II.2.2 - Ordens de chefias não-jornalistas devem ser recusadas	27
II.2.3 - Oposição à publicação de trabalhos de autoria.....	28
II.2.4 - Quem fundamenta os atropelos à independência.....	29
II.2.5 - Proteção disciplinar.....	29
II.3 - Natureza, âmbito e função da “cláusula de consciência”	30
II.3.1 - Pressupostos: alterações profundas e reconhecimento.....	30
II.3.1.1 - Alteração profunda: campo de subjetividades.....	31
II.3.2 - Auto-desvinculação laboral ou continuidade agressora.....	33
II.3.3 - Prazos: a consciência atormentada ao longo de 120 dias.....	35
II.3.4 - A indemnização e as suas limitações.....	35
II.4 - Estatuto Editorial: necessidade prévia.....	36
II.5 - Inconsciência da cláusula.....	37
II.5.1 - Jornalistas auto-demitem-se da responsabilidade.....	42

II.6 - Autorregulação precisa ser adaptada à realidade.....	44
II.7 - Quatro décadas: 2012 a sétima invocação do art.º12 do EJ- quadro 1	47
II.7.1 - Indiferença e hostilidade: não me dirigiam palavra.....	52
II.7.2- O caso mais recente: “garantia de independência”	54
II.8 - Cláusula de consciência - sua intangibilidade é “travão”	55
II.8.1 - Relações reverenciais na osmose editorial.....	56
II.9 - Alargamento da cláusula ou clarificação de critérios.....	60
II.9.1 - O silêncio das retaliações.....	61
II.10 - A cláusula é bom princípio, mas não tem eficácia.....	63
Capítulo III - A Expansão da cláusula no mundo	65
III.1 - O precedente europeu na contratação	67
III.2 - Jurisprudência espanhola: violação consciência é violência moral.....	68
III.3 - França: a matriz da cláusula de consciência (1935).....	71
III.3.1 - A latitude francesa dos motivos da consciência: alteração ideológica....	72
Capítulo IV - Os Conselhos de Redação: vigias da linha editorial.....	74
IV.1 – A génese democrática – Comissões de Redação.....	78
IV.2 – Estruturas institucionais: defesa da liberdade como valor acrescido.....	80
IV.3 – Vinculatividade: O síndrome da fragilidade	84
IV.3.1 - Caráter consultivo minimiza o poder mas não a credibilidade.....	87
IV.3.2 - O Diretor e a dualidade de relação: o caráter é determinante.....	90
IV. 3. 2.1 - Nomeação de Diretores - dúvidas e controvérsias.....	94
IV. 4 - CR são poucos, mas podiam ser mais de uma centena	95
IV. 4.1 – Resistência a Inorgânicos: desgaste de retórica e invisibilidade.....	98
IV. 5 – Dos Conselhos de Redação - Há baluartes de dinamismo.....	104
IV.5.1 - O Jornal de Notícias (JN) - o mais antigo símbolo da resistência.....	104

IV.5.2 – Agências - LUSA: a herança histórica.....	106
IV.6 – Os CR fazem sentido mas devem ser mais atuantes.....	110
Capítulo V - a primazia do sistema de autoregulação:janela aberta....	112
Conclusões.....	114
Bibliografia.....	122
Outras Referências Bibliográficas.....	128
ANEXOS.....	131

“Aqueles que abrem mão da liberdade essencial por um pouco de segurança temporária não merecem nem liberdade nem segurança”¹

Capítulo I: Introdução

Se a consciência, fundamentada na moral e na dignidade humana, é o reduto independente² mais profundo de cada ser individual, geradora de controvérsia entre os filósofos da antiguidade grega³, divinizada e ampliada a todos os seres humanos pelas escolas de pensamento cristão,⁴ estudada⁵ pelos cientistas contemporâneos no propósito de saber qual o seu papel efetivo na tomada de decisões, ela continua a ser “trincheira” dos jornalistas que, atingidos nas suas ideias e convicções, a podem invocar enquanto direito que, no limite, lhes garante a possibilidade de pensar e agir de forma livre e coerente com os princípios e valores em que acreditam e pelos quais orientam a conduta e as escolhas que são chamados quotidianamente a fazer no exercício o da sua profissão.

Em períodos de grande complexidade social, a consciência humana é suscetível de ser contaminada pelas mais diversas formas de racionalidade

¹ FRANKLIN, Benjamin, 1706/1790, Presidente da Pensilvânia dos Estados Unidos, um dos feitores da Constituição dos EUA.

² HEGEL, Estética: *O Belo Artístico ou o Ideal*, 3ª edição, Guimarães Editores.

³ PLATÃO E PÉRICLES, a consciência e a dignidade eram só atribuídas a alguns estratos sociais.

⁴ AQUINO, S.Tomás de, em *Suma Teológica*, um corpo de doutrina do catolicismo, considerada uma das principais obras da escolástica (anos 1265 a 1273).

⁵ DAMÁSIO, António(1995), *O Erro de Descartes* (1995).

dominante que desestruturam a ideia de sujeito (nascida da ideologia liberal) supostamente autónomo, racional e pessoa moral, capaz de, nessa condição, se assumir plenamente como sujeito de direitos e de responsabilidades. Tudo se passa como se este sujeito fosse atacado por um vírus não identificado, de cujos sintomas só nos apercebemos depois do mesmo ter desaparecido, depois de ter erodido a independência, a autonomia e a liberdade de consciência dos jornalistas.

O longo percurso da afirmação da consciência, muitas vezes regado com sangue⁶, para relevar o “do direito do indivíduo à verdade, à sua autonomia, ao respeito pela sua dignidade e da sua liberdade e a de todos os outros direitos que este respeito condiciona,⁷ leva-nos à pré-história dos direitos humanos, passando pelo jus naturalismo de John *Locke* a Jean-Jacques Rousseau, ao positivismo de Hans Kelsen interiorizando o pensamento de *Chaïm Perelman*,⁸ aos avanços e recuos da Declaração Universal dos Direitos Humanos⁹ ou à experiência-limite, vivida por Hannah Arendt em campos de concentração nazis, caracterizada pela privação absoluta de qualquer direito. Uma tão radical experiência levou Hannah Arendt a considerar que não existem direitos conaturais ao Homem. Segundo Arendt, é o direito de cidadania, enquanto constructo humano, o único limiar a partir do qual se pode aceder ao “direito a ter direitos” e, nesse sentido, é o direito que confere ao indivíduo a dignidade de pessoa humana. Esta nossa autora sustenta a ideia de que a liberdade tem como reduto privilegiado a esfera da vida íntima, isto é, o “interior”¹⁰

⁶ NIETZSCHE (1983), *A Genealogia da Moral*, Guimarães & C.ª Editores.

⁷ BORGES, Hermenegildo Ferreira (2005), *Vida, razão e justiça - Racionalidade Argumentativa na motivação judiciária*, cp. IV, “A vida como pleno direito de Personalidade e direitos do Homem”, (pp. 126-160).

⁸ PERELMAN, Chaïm (1990), *Éthique et Droit*, “La sauvegarde de le fondement des Droits de l’Homme”, p.484 refere que a salvaguarda da dignidade humana não se colocava para as sociedades primitivas ligadas por um passado comum, mas sim ganha pertinência com a sociedade mais complexa e o surgimento do Estado. O autor encontra a fundamentação dos direitos humanos na moral humana e responsabilidade social.

⁹ MIRANDA Jorge(1989) – *Direitos Humanos*, Livraria Petrony. Lisboa, o constitucionalista lembra a grande mudança sobre os direitos humanos, a partir da Declaração dos Direitos do Homem e do cidadão de 1789, iniciada nesse século com a Declaração dos Direitos da Virgínia (EUA).

¹⁰ FRY, Karin A.(2009), *Compreender Hannah Arendt*, Editora Vozes, pag (90-91)

onde decorre a “vida intelectual activa”; todavia a liberdade também se expressa no exterior, na esfera pública, pela vontade e intuito de alcançar os seus fins.

Oito décadas volvidas sobre o surgimento da matriz francesa¹¹ que consagrou, pela primeira vez, o direito de os jornalistas poderem invocar a “cláusula de consciência”¹², direito esse que o relatório da OIT considerou já em 1928, estar a ser esmagado, eis que na Grã-Bretanha, sacudida pelo maior escândalo¹³ das escutas ilegais feitas pelo jornal *News of the World*,¹⁴ ressurgiu a proposta da introdução de uma cláusula de consciência na lei laboral, por iniciativa da National Union of Journalists (NUJ). Esta iniciativa surpreendeu a opinião pública, tanto mais que se pensava que tal cláusula estava morta por inércia.

A proposta deu origem a um amplo debate¹⁵ sobre as infrações à ética e à deontologia do jornalismo denunciadas pelo jornalista do tabloide, Sean Hoare.¹⁶

No dizer de Tony Harcup¹⁷, “a grande maioria dos jornalistas quer fazer um trabalho decente e não ter vergonha de seu ofício”. Considera a propósito, que os pormenores da proposta poderão ser de menor importância, se compararmos o valor simbólico de tal cláusula de consciência.

Harcup observa, a propósito, que “(...) o conhecimento da sua existência poderia ajudar a capacitar jornalistas (...) provocar um momento de reflexão no

¹¹ 1935, Lei Laboral L 1771

¹² Direito a auto rescindir o vínculo laboral por alteração profunda na linha editorial e convicções ideológicas, com direito a indemnização.

¹³ MALINGRE, Virginie, artigo no *Le Monde* 16/7/2011 – *Journaux sans scrupules* – A jornalista nota que as escutas já vinham desde 2006.

¹⁴ Jornal Britânico do império de Rupert Murdoch que enfrentou o escândalo de escutas telefónicas, que ficou conhecido como “Hacking gate phone”, e que levou ao encerramento do jornal em 20/07/2011.

¹⁵ Apresentada em Novembro de 2011.

¹⁶ Apareceu morto em sua casa em 18/7/2012. Foi o primeiro jornalista a denunciar que o seu diretor Andy Couson (ex-chefe de comunicação do primeiro ministro britânico, David Cameron), ordenou escutas ilegais.

¹⁷ HARCUP, Tony (2012), jornalista e professor na University of Sheffield, desde 2005, e ex-diretor do departamento de ensino do jornalismo em Leeds Trinity University, autor do artigo publicado em 29 de Março sobre o “Vazio da ética” análise no “The Guardian” sobre o livro “The Phone Hacking Scandal- Journalism on Trial”, de Richard Lance Keeble e John Mair.

processo editorial e esse momento pode vir a ter uma importância crucial”, acrescentando que “um momento pode alterar as coisas: Espere um minuto, estamos certos de que deveríamos fazer isso?”

Esta exigência de reflexão é reveladora da preocupação e desencanto gerados por uma estratégia de excessiva competição e de interesses comerciais, neste início de século marcado pela globalização económica e comunicacional.

Se ao longo do século XX a cultura jornalística foi ganhando corpo nas culturas ocidentais, baseada no rigor informativo, reforçada pela ONU que pugnou pela consagração da liberdade de expressão como um direito internacional público que se foi disseminando pelas leis dos estados membros, numa nova configuração do Estado liberal, - “mais onnipresente e intervencionista”,¹⁸ - esse caldo cultural enfrenta, na atualidade, novos desafios em vista de uma maior participação e exigência dos cidadãos e também de uma maior responsabilização social.

Portugal, afastada a censura política e religiosa com o exercício do exame prévio ao trabalho noticioso¹⁹, que caracterizou o Estado Novo, percorreu um caminho de liberdade e construção democrática, na senda da “Revolução dos Cravos” - a flor que nesse dia circulou em abundância pelas ruas de Lisboa e se propagou ao resto do país, como símbolo da mudança de regime.

Desse tempo de clivagens políticas, rico e controverso, resultou a elaboração de um conjunto de diplomas fundadores de uma nova moldura para a comunicação social, nomeadamente, a Lei de Imprensa (1975)²⁰ que já previa a elaboração de um estatuto e um código profissional. Elaborou-se a Constituição da República

¹⁸PELLAYO, Manuel Garcia (1980), *As Transformaciones del Estado* contemporâneo, Alianza ed. Madrid, 1980.

¹⁹ O designado “Lápis azul” que além de cortar objetivamente os textos tem a carga de um regime repressivo que saiu do movimento de 28 de Maio de 1926 e foi até 1974.

²⁰ 85-C/75 De 26 de Fevereiro e que desde logo (artº10, nº3) previu que “o exercício da actividade jornalística será regulado por um estatuto e por um código deontológico” sendo a sua elaboração atribuída ao sindicato dos jornalistas (artº61). Da comissão de elaboração da Lei de Imprensa fizeram parte António Sousa Franco, Rui de Almeida Mendes, Adriano Lucas, Francisco Pinto Balsemão, José Silva Pinto, Alfredo Filipe, Alberto Arons de Carvalho, Marcelo Rebelo de Sousa, Pedro Soares e José Maria Meneses Ferreira.

Portuguesa de 1976, o Estatuto do Jornalista (1979),²¹ bem como a regulamentação da carteira profissional igualmente nesse ano.²²

Mário Mesquita²³ observa, a propósito, que os principais instrumentos legais relativos ao setor, na altura, “denotam o triunfo de concepções democráticas e pluralistas”.

O país prosseguiu nesse pilar fundamental, embora, como refere Fernando Cascais,²⁴ a liberdade de expressão e de imprensa possam sempre, em circunstâncias momentâneas, ser “encolhidas”, em resultado de uma maior ou menor tipologia de constrangimentos de natureza política, social e económica, que eventualmente a podem comprimir ou distender em graus diferentes, facto que exige também uma constante vigilância.

Tais direitos estão integrados nas convenções e instituições internacionais de que Portugal é signatário nomeadamente a Declaração Universal dos Direitos do Homem,²⁵ através da ratificação da Convenção Europeia dos Direitos do Homem²⁶ e do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem.²⁷

Estão consagrados também na Constituição da República Portuguesa (CRP)²⁸ como fundamentais: “o direito de informar, de se informar e de ser informado, sem

²¹ Lei 62/79 de 20 de Setembro.

²² Decreto-lei 513/79 de 24 de Dezembro aprova o regulamento da carteira profissional e revoga o anterior articulado de 1941. O primeiro anteprojecto, chumbado, data de Junho de 1977.

²³ MESQUITA, Mário (1994), *jornalista, docente universitário, em O Universo dos Media entre 1974 e 1986*, em *Portugal, 20 Anos de Democracia, Círculo de Leitores, Lisboa*, p. 361.

²⁴ CASCAIS, Fernando Carlos (2012), *jornalista, docente da Universidade Católica, antigo membro do Conselho de Imprensa, diretor e administrador do Cenjor – Centro Protocolar para a Formação de Jornalistas*. Foi ChR da agência Lusa, ChR da ANOP e membro de vários CR (entrevista, em 11 de Abril de 2012).

²⁵ Proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em Paris, a 10 de Dezembro de 1948.

²⁶ Assinada em Roma, a 4 de Novembro de 1950.

²⁷ A CEDH criou o Tribunal Europeu, que fiscaliza a UE, e abriu a possibilidade do recurso direto por parte dos cidadãos depois de esgotadas as vias nacionais. Tem interpretado a liberdade de imprensa numa conceção mais alargada - “direito à liberdade também vale para as ideias ou informações consideradas favoravelmente pelo conjunto da sociedade(...) e também para as que ferem, chocam ou inquietam”.

²⁸ Artigo 37º, nº 1 e 2 da CRP.

impedimentos nem discriminações”, não podendo tal direito “ser impedido ou limitado por qualquer tipo ou forma de censura”.

E, como corolário necessário daquele direito, a CRP garante a liberdade de imprensa e meios de comunicação social que implica, nomeadamente, “a liberdade de expressão e criação dos jornalistas, bem como a sua intervenção na orientação editorial”, o direito dos jornalistas “à proteção da independência”, bem como o de “elegeram Conselhos de Redação” (artigo 38º, nº2 alíneas a) e b).

Estes são também garante da “independência dos órgãos de comunicação social perante o poder político e económico” que o Estado se obriga a assegurar (art.º38 CRP), acrescentando o art.º39 n.º1 que, após a revisão constitucional de 2004, atribui a uma entidade reguladora (ERC), o controlo que visa garantir o cumprimento desses direitos.

Na lei ordinária estes direitos estão consagrados em todos os diplomas legais que regulam os diversos meios de comunicação social, seja a imprensa, a rádio ou a televisão. É o caso da Lei de Imprensa (a Lei 2/99 de 13 de Janeiro), dos artigos 34º a 36º, da Lei 4/2001, de 23 de Fevereiro e dos artigos 20º e 21º da Lei 31-A/98, de 14 de Julho, respetivamente.

Mas é também o Estatuto do Jornalista²⁹ que, enquanto desdobramento no normativo constitucional, garante “a liberdade de expressão e de criação sem impedimentos ou discriminações e sem qualquer forma de censura”.

No seu artigo 12º, o EJ consagra a “garantia de independência e cláusula consciência”, esta, o reduto último que atribui ao jornalista prerrogativas especiais, um direito individual, um compromisso público, que o distingue, como refere Boris Libois,³⁰ da liberdade de expressão enquanto tal, para emanar desta e ser “*un bien instrumental*” ao serviço do interesse público.

²⁹ Lei nº1/99, aprovada pela Assembleia da República de 13 de Janeiro, com alterações em 2007..

³⁰ LIBOIS, Boris (1994). *Ethique de l'information. Essai sur la deontologie journalistique*, Bruxelles: Ed.deL'Université de Bruxelles, (pag.57) onde o autor aborda a dimensão política, em quanto modalidade essencial de manifestação dos direitos dos jornalistas e a legitimidade da regulação pública dos media.

No Código Deontológico dos Jornalistas portugueses³¹ pode ver-se igualmente no final do ponto 5, que “(...)O jornalista deve também recusar atos que violentem a sua consciência” e, no início do ponto 10, “O jornalista deve recusar funções, tarefas e benefícios suscetíveis de comprometer o seu estatuto de independência e a sua integridade profissional (...)”.

Inspirada na lei francesa, a cláusula de consciência, criada há quase quatro décadas em Portugal, foi invocada por um diminuto número de jornalistas, facto que não é muito diferente noutros países da Europa, se equacionarmos os vários contextos.

Fez a sua estreia na sequência das contestações do movimento revolucionário que destituiu a Direção do jornal de cariz socialista, *República*, em Maio 1975, e com queixa de 21 jornalistas ao Conselho de Imprensa, invocando essa cláusula recentemente introduzida.

O diário, que se publicava havia 62 anos e acabou por ser encerrado,³² era, aliás, no dizer de Cândido Azevedo, citando Mário Ventura³³ e a propósito da censura, “o vespertino que não se conformava, não evitava incómodos (...) mandava as notícias à censura sabendo que haveria cortes, protestava contra eles, refazia as notícias em novos moldes”.

Neste primeiro processo de repercussões internacionais, verifica-se já o acionamento das competências do Conselho de Redação, organismo eleito do próprio corpo redatorial, de acompanhamento da vida das Redações e cujas decisões, incluindo a nomeação do Diretor de Informação, eram interpretadas como pareceres vinculativos.³⁴

³¹ Aprovado em 4 de Maio de 1993, em Assembleia Geral do Sindicato dos Jornalistas.

³² Em 9 de Maio 1975 foi afastado o diretor Raul Rego. O jornal foi encerrado pelo COPCOM.

³³ AZEVEDO, Cândido de, jornalista, in *A Censura de Salazar e Marcelo Caetano* (1999), Editorial Caminho.

³⁴ “a interpretação sobre o poder vinculativo do CR surgiu na sequência de uma queixa e da polémica interpretação do Estatuto da Empresa Pública Diário Popular (já extinto), e a propósito da demissão do diretor e do diretor adjunto do Diário Popular, Jacinto Batista e Abel Pereira e da sua substituição por Pacheco de Andrade e Botelho da Silva. O Conselho de Redação não teria, segundo os estatutos da

No panorama mediático atual, fragilizado pela rapidez da mudança tecnológica e pela acentuada crise económica, importa saber, na esteira do espírito crítico conceptualizado por Habermas,³⁵ da pertinência e eficácia destes mecanismos de proteção dos jornalistas profissionais, - cláusula de consciência e Conselhos de Redação - como elementos integrantes de valores que constituem o cimento da profissão de jornalista, cuja qualidade noticiosa reflete também o desenvolvimento democrático.

Pinto Balsemão,³⁶ presidente de um dos mais importantes grupos empresariais de comunicação social, numa análise crítica da situação contemporânea, considera que “mais do que nunca se tornam necessárias a manutenção e o reforço de normas que defendam a qualidade e a independência do jornalismo e dos jornalistas”.

A situação que vivemos, refere, caracteriza-se por um lado, “pela ‘avalanche’ de verdadeiras e falsas notícias, rumores, ataques pessoais ou a empresas e instituições, etc. que a internet possibilita e amplifica”, acrescentando que “se a Web e a teia labiríntica de sites, blogues, redes sociais, comentários, vídeos, fotos, sons que a caracterizam”, nos proporciona “recursos maravilhosos para o progresso humano e para a própria investigação jornalística”, por outro, também se transformou “naquilo que o presidente da Google, Eric Schmidt, denominou como ‘uma lixeira’”.

Balsemão observa que as interferências de vários tipos de poder (económico, político, desportivo, cultural) na propriedade e orientação das empresas de comunicação social “é cada vez mais notória”. Admite que são “raros os editores puros” e “é frequente a detenção da propriedade dos *média* por empresas ou grupos

empresa, força vinculativa. Na sequência do recurso do CR, o Conselho de Imprensa deliberou dar provimento ao recurso do Conselho de Redação. Quanto ao voto, deliberou o CI: “este só será imperativo, ou vinculativo, se for desfavorável, pois o parecer favorável não obrigará à nomeação”pág.81-83 (parecer de 2 de abril de 1979), in *A Liberdade de Informação e o Conselho de Imprensa, 1975-1985*.

³⁵ HABERMAS, Jurgen (1974), *Theory and Practice*, London. Para o autor os diferentes paradigmas de uma investigação estão sempre ligados e dependentes de interesses sociais.

³⁶ BALSEMÃO, Francisco Pinto, (2012) Presidente do grupo Impresa, jornalista, foi deputado, primeiro-ministro, membro Conselho imprensa. Foi com Francisco Sá Carneiro, um dos propulsores do projeto de lei de imprensa em 1971. (Depoimento em 29/06/2012).

que deles se servem, por ação ou omissão (...) não se importando em muitos casos de perder dinheiro na atividade mediática, porque o vão ganhar noutras áreas de negócio”.

Sendo que, como nota o administrador, “uma das condições essenciais de garantia de independência das empresas jornalísticas é terem resultados positivos”, pois se não os tiverem, terão de ir buscar dinheiro a qualquer lado” e, nota, “quem o emprestar ou investir “difícilmente resistirá a ter uma palavra decisiva nos conteúdos”.³⁷

Nesta esteira de “separação do trigo do joio”, o que só pode ser feito através de “jornalistas qualificados, competentes, profissionais e livres”,³⁸ como defende o empresário e antigo primeiro-ministro, pretende-se com este trabalho analisar a cláusula de consciência dos jornalistas, um dos direitos de menor divulgação, e que a legislação portuguesa, inspirando-se, como anteriormente dissemos, na lei laboral francesa (1935), o garante logo na primeira Lei de Imprensa³⁹ (artº23, n.ºs 1 e 2): “se se verificar uma alteração profunda na linha de orientação de um periódico, confirmada pelo Conselho de Imprensa, os jornalistas ao seu serviço poderão rescindir a relação de trabalho por sua iniciativa unilateral”.

Tal norma, adotada pela maioria das legislações internacionais, é legitimada pelo ato que enforma a invocação da consciência pelos jornalistas, cuja validação tem de ser confirmada por uma autoridade que, em alguns casos como a França e Itália, é, de forma direta, o próprio tribunal.

Em Portugal coube ao Conselho de Imprensa (1975-1989), criado pela Lei de Imprensa de 1975, cuja função era salvaguardar a independência dos meios de comunicação social perante os poderes político e económico, num período em que a maioria desses meios pertenciam ao Estado⁴⁰. Sucedeu-lhe a Alta Autoridade para a

³⁷ idem

³⁸ idem

³⁹ Lei 85-C/75 de 26 Fevereiro de 1975

⁴⁰ Relatório do Conselho de Imprensa de Abril 1974 a Julho de 1976 (1976).

Comunicação Social (1998-2004) e, posteriormente a ERC- Entidade Reguladora para a Comunicação Social (2005).

A Lei de imprensa de 1975, publicada pouco tempo antes da nacionalização dos bancos detentores da maioria dos grandes jornais de Lisboa e Porto, também já contemplava a importância do respeito pela política editorial da própria publicação, bem como a ética jornalística. O Estatuto do Jornalista invocava o respeito pelo código deontológico dos jornalistas⁴¹ e referia, no segundo capítulo, que a observância das suas regras não podiam “fundamentar qualquer despedimento ou sanção contra os jornalistas”.

Continha, nas suas alíneas, o necessário esforço para a “formação da consciência cívica” e o respeito pelos “princípios fundamentais dos Direitos do Homem”, princípios que devem ser transversais ao trabalho jornalístico.

Na Constituição da República Portuguesa a “proteção da independência” e o direito dos jornalistas a “elegerem os conselhos de redacção” veio a ser consagrado pela primeira vez, com a revisão constitucional de 1982⁴², ao institucionalizar no nº2 do art.º 38º alguns direitos dos jornalistas⁴³.

Atualmente a cláusula de consciência está legalmente prevista no Estatuto do Jornalista sob o título “Independência dos jornalistas e cláusula de consciência” (art.º12 EJ) e consideramos necessário visitar a importância do seu valor para um quotidiano profissional na era da internet, que vem assumindo um novo e profundo processo transformacional.

Questionamos também, neste projeto de investigação, o papel dos Conselhos de Redacção, previstos desde o início do edifício jurídico dos jornalistas, em todos os mecanismos legais. Estão hoje inseridos no âmbito dos direitos de participação previstos no art.º 13º do EJ.

⁴¹ Estatuto aprovado em 1979. O Código foi aprovado em 4 de Maio de 1993.

⁴² Lei Constitucional nº1/82 de 30 de Setembro – primeira revisão constitucional da CRP aprovada na sessão plenária de 2 de Abril de 1976.

⁴³ CRP anotada e comentada (1982), J.J. Gomes Canotilho e Vital Moreira - Coimbra Editora.

Como órgãos de classe eleitos, são, no conceito de Selznick,⁴⁴ estruturas organizacionais-institucionais, porque emanam do seio de cada corpo redatorial, acrescem um valor imaterial: a defesa da liberdade de expressão e independência do jornalista num contributo para o bom ambiente profissional e garante de uma qualidade informativa.

Têm sido subestimados por um processo erosivo gradual num novo contexto político, económico, social e até cultural, limitador da sua eficácia. Tal letargia não isenta também de responsabilidades os próprios jornalistas que eventualmente se deixam acomodar.

Como alerta Joaquim Letria,⁴⁵ o atual contexto da comunicação social está longe de favorecer a proteção dos jornalistas e a independência do jornalismo praticado “afastando-os da verdade dos factos e dos motivos, causas e consequências que um entrançado de jogos de interesse político e económico dita que se publique conforme convém às partes, que acabam por condicionar a níveis diferentes, jornalistas, hierarquias e empresas, conforme o grau de conveniência”.

Esta investigação parte, assim, de planos qualitativos, para analisar de forma naturalista e interpretativa, com uma abordagem reflexiva, a eficácia e pertinência de sentido da interligação destes dois mecanismos – cláusula de consciência e conselhos de redação – na era da internet e globalização comunicacional.

O trabalho a que nos propusemos está dividido por cinco capítulos. Nele é seguido o percurso histórico e legislativo destes dois instrumentos, bem como os fundamentos que compõem o núcleo estrutural e funcional no texto constitucional português e demais legislação setorial.

Analisa-se o ambiente político e sócioeconómico em que estes instrumentos sobrevivem, procurando interpretar os fenómenos no sentido do que eles significam para os jornalistas profissionais num contexto democrático.

⁴⁴ SELZNICK, Philip (1996), Institutionalism “old” and “new” – Administrative Science Quarterly, Vol.41 .

⁴⁵ LETRIA, Joaquim (2012) Jornalista, docente universitário. Foi fundador e administrador de “O Jornal” e o “Tal & Qual” e da Revista “Sábado”. Foi diretor de várias publicações e da RTP2. Foi porta-voz do presidente General Ramalho Eanes. Foi DI, editor, chefe de redação, CR (entrevista, 03 Abril, 2012)

Para tanto, procedemos à consulta de documentação histórica e de diplomas diversos, bem como de materiais de vários conteúdos “postados” na internet.

Procuramos artigos e comentários, auscultamos jornalistas e retiramos fragmentos de conversas informais sobre o quotidiano das redações, reveladores da sua importância e atividade.

Apreciamos casos de invocação da cláusula de consciência e verificamos os seus pressupostos, argumentação, limitações e mais-valias.

Analisamos atas e comunicados de Conselhos de Redação de órgãos de informação de características diferentes - agência noticiosa e jornal - onde estes mecanismos, tradicionalmente ativos, deixaram as suas impressões.

Quisemos saber o porquê do seu estado de hibernação e também indagamos sobre as novas formas de relacionamento do Diretor de Informação, na sua dualidade enquanto mediador entre a Redação e a Administração da empresa jornalística por quem é nomeado.

Registamos opiniões de mais de duas dezenas de jornalistas profissionais e académicos que experimentaram o quotidiano das Redações, quer como administradores, diretores, editores, chefes de redação, e também membros eleitos de Conselhos de Redação.

Inserimos extratos de opiniões de personalidades do mundo do Direito.

Deparámo-nos contudo, com algumas limitações decorrentes da ausência de estatísticas e da escassez de outros documentos mais elaborados.

Confrontamo-nos ainda com retrações e evasivas de jornalistas, alvo de situações constrangedoras da sua consciência, que recearam a identificação de casos concretos de um quotidiano de projeção pública, por sentirem que ficariam mais prejudicados.

O presente trabalho Insere-se num pluralismo de ideias e de pessoas, numa perspetiva de que a consciência dos jornalistas deve ser analisada em íntima relação com os princípios que tutelam e respeitam a dignidade da pessoa humana⁴⁶, princípio

CORNU, Daniel (1994), *Jornalismo e Verdade, Para uma Ética da Informação*(1994), Labor e Fides – Instituto Piaget.

que Hermenegildo Ferreira Borges⁴⁷ defende como “irredutível da integridade moral”. Está implícito no exercício responsável da profissão, logo desde no primeiro código deontológico⁴⁸ e, nesse sentido, ele é intrínseco no exercício individual e coletivo da atividade jornalística, ainda que por vezes escapem à necessária “ética de cuidado”, como propôs Armando Leandro⁴⁹ sobre o papel dos jornalistas nas notícias que envolvam crianças.

Nesta análise, não nos alheamos das grandes mudanças ocorridas a nível nacional e internacional, nomeadamente a concentração de órgãos de comunicação social em grupos empresariais dos *media*,⁵⁰ que salvaguardados por leis específicas, não deixam de ser, um modelo organizacional suscetível de enfraquecer os fundamentos democráticos a que aludiu o próprio Parlamento Europeu.⁵¹

Registamos opiniões que contrariam este receio e consideram que o poder económico “não implica necessariamente restrições ao papel dos jornalistas,”⁵² mas que lhes dá por outro lado, oportunidades de expandirem o seu trabalho.

À proliferação da internet e de uma diversidade de novas funcionalidades tecnológicas que democratizam o acesso dos cidadãos à informação e permitem uma coo partilha nos conteúdos informativos, acrescem as exigências dos interesses comerciais das empresas editoras, a “maior competitividade informativa” e a

⁴⁷ BORGES, Hermenegildo Ferreira (2012) Professor da FCSH, filósofo.

⁴⁸ Aprovado em Assembleia Geral do Sindicato dos Jornalistas, em 13 de Setembro, de 1976 /in *A Deontologia dos Jornalistas Portugueses*, de Sara Pina, Minerva Editora, Coimbra, 1997 pp.137-139. Além do preâmbulo constar o respeito pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, também a alínea t) do capítulo I refere: (...) respeitar os princípios fundamentais dos Direitos do Homem para melhor conhecimento e maior compreensão entre os povos(...). ”.

⁴⁹ LEANDRO, Amando (2011), Juiz Conselheiro, em entrevista ao “Observatório da Deontologia” do Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas, 2011.

⁵⁰ De acordo com o Relatório da Regulação, 2008, todos os principais órgãos de informação estão na posse de cinco grupos económicos: “Controlinveste”; “Cofina”; “Impresa”; “Media Capital” e “Sonae”. Destaca-se ainda, com especificidades próprias, o Grupo Renascença, propriedade da Igreja Católica, e o setor público (serviços públicos de rádio e televisão e Agência Lusa). Sobre esta matéria, Arons de Carvalho afirma que «o desenvolvimento de grupos económicos na área da comunicação social fez-se tardiamente, não produzindo o grau de concentração que existe noutros países da Europa».

⁵⁰ Quando se reportou ao caso Italiano de Berlusconi, que, quando eleito, controlava a televisão privada e jornais.

⁵¹ FALCÃO, Manuel (2012) , Director Geral da Nova Expressão, Agência de Meios. jornalista, foi Diretor da RTP2, chefe de redação da agência Notícias de Portugal (entrevista em 07 de Maio de 2012)).

“diversidade de plataformas a que hoje um profissional tem de adaptar-se ou estar atento”.⁵³

Tudo isto, com o menor dispêndio económico das empresas e consequente aumento da rentabilidade das mesmas o que, em tempo de acentuada crise, provoca uma redução dos seus profissionais⁵⁴ nas Redações, fatores que “por apagamento de uma memória coletiva profissional” tornam vulnerável a autonomia e a consciência individual.

Tais posições contracionistas têm provocado a precariedade laboral⁵⁵ e uma acentuada dependência do jornalista relativamente à empresa, com aumento das tensões laborais, sob a influência dos fatores tecnológicos e de rentabilidade económica, já assinaladas em períodos anteriores.⁵⁶

Tais situações criam novos paradigmas ao ambiente informativo, o que nos remete para a abordagem do sociólogo Marc Carrillo⁵⁷ sobre o que atualmente se entende, como sendo um estado social de direito democrático em que, direito à informação se define pela “síntese de três elementos: intelectual, económico e tecnológico.”

Não queremos, por isso, neste caminho analítico, perder de vista estes instrumentos e princípios inerentes à profissão, sob pena de, ao descuidá-los destruir-se o cimento conquistado e fomentar a desestruturação e descrédito da profissão com o desprezo da confiança do espaço público.

O jornalismo é, no quotidiano, um permanente exercício da liberdade de expressão que se confina noutros direitos fundamentais, mas que a necessidade de

⁵² CAMÕES, Afonso (2012) Presidente da Agência Lusa (entrevista em 12/04/2012), jornalista, foi diretor, editor e Conselho de Redação em diversas publicações.

⁵⁴ Sindicato dos Jornalistas (2012), estudo sobre o desemprego na classe que tem vindo a agravar-se, em 18 de Abril de 2012. Nos últimos cinco anos (2007-2011), “deram entrada na Caixa de Previdência e Abono de Família dos Jornalistas (CPAFJ), 566 novos pedidos de subsídio de desemprego, num total de 694 processos. Só no ano passado, entraram na CPAFJ 168 novos processos, dos quais 134 diziam respeito a subsídios de desemprego, o que representou um aumento de 16,5% em relação a 2010, e 25 pedidos de subsídio social de desemprego.

⁵⁵ CORREIA, Fernando (1998), *Os jornalistas e as Notícias*, Lisboa, Caminho editora.

⁵⁶ FIJ - *Tecnological Prospects for 2000* –Bulletin,nº 118, 1976, pág.14.

⁵⁷ CARRILLO, Marc (1993), *La clausula de conciencia e el sigilo profesional de los Periodistas*, Madrid, Editorial Civitas S.A.

rapidez e de competitividade, na tentativa de levar os acontecimentos do mundo às pessoas, constrói uma nova forma de estar, talvez uma nova ideologia impositiva de comunicação de que fala Florence Aubenas⁵⁸, numa crítica à anulação do pluralismo informativo de outras vozes.

Nos dias de hoje, com uma panóplia vasta de leis, meios e comunicadores, persiste um sentimento de desilusão, resultante da incipiente eficácia do conjunto de instrumentos ético legais e de autorregulação de que fala Carlos Camponez.⁵⁹

Tal constatação já havia sido observada por Nelson Traquina e por Warren H. Agge (1983) quando, alguns anos após a liberdade conquistada com a revolução de Abril, e comparando o nosso edifício legal com o sistema norte-americano e francês, notavam que os jornalistas portugueses eram sobretudo uma correia de transmissão do poder político-partidário, facto referenciado no primeiro Congresso dos Jornalistas Portugueses(1983)⁶⁰. Da análise dos seus fatores, consideraram um “quarto poder frustrado”⁶¹, um desencanto gerador de opiniões favoráveis a um “carregar” de legislação.

Não será despidendo refletir sobre o próprio jornalismo, nomeadamente se enquanto profissão, resistirá ou não às mudanças tecnológicas, às múltiplas produções de conteúdos a gosto e medida dos públicos-alvo e, mais, ao marketing jornalístico a que vimos assistindo e que preocupou Adriano Duarte Rodrigues⁶², o fundador do Departamento de Ciências da Comunicação da FCSH ao referir: “o que é hoje preocupante é o facto de assistirmos à instrumentalização e alienação destes processos de interiorização e de regulação em favor dos utensílios automáticos”.

⁵⁸ AUBENAS, Florence & BENASAYAG, Miguel (2002) - *A Fabricação da Informação - Os jornalistas e a ideologia da comunicação*, Campo das Letras, Editores, SA. 2002.

⁵⁹ CAMPONEZ, Carlos (2010), *Fundamentos da Deontologia – a auto-regulação frustrada dos jornalistas portugueses (1974-2007)*, dissertação de Doutoramento em Letras, na área científica de Ciências, Universidade de Coimbra.

⁶⁰ Miguel Sousa Tavares e José Manuel Barata Feyo no primeiro Congresso dos Jornalistas Portugueses (1983) – conclusões, teses, documentos, Lisboa, pág. 153, Secretariado da comissão executiva ICPJ.

⁶⁰ TRAQUINA, Nelson & WARREN K. Agee (1983) - *O Quarto Poder Frustrado, Os Meios de Comunicação no Portugal Pós-Revolucionário* – Comunicação & Linguagens, Vega. (Pag.134).

⁶² RODRIGUES, Adriano (1980), *O Campo dos Media*, Comunicação & Linguagens, Vega,(pag.156).

Em sentido inverso, infere-se uma réstia de esperança das palavras proferidas na palestra do norte-americano Henry *Jenkins*, especialista em “novos media” e “geração transmedia”, aquando da sua passagem por Lisboa, ao aludir ao suposto fim dos jornais, mas não ao dos jornalistas, segundo ele mais necessários que nunca⁶³ na medida em que é a eles que se exige responsabilidade e ética para “verificar” a opacidade de tanta informação global a que todos, gradualmente, teremos acesso, no quadro de um espaço público mediatizado e de um opinião pública dele emergente, de que nos fala João Pissarra Esteves⁶⁴, contrariando aqueles que nos vão impondo, à força, “a sua lei”.

⁶² JENKINS, Henry (2012), palestra em 31 de Maio de 2012, no CENJOR - Centro de Formação Protocolar dos Jornalistas, Lisboa.

⁶⁴ ESTEVES, João Pissarra (2004), *O Espaço Público e os Média* – Sobre a Comunicação entre Normatividade e Facticidade, Edições Colibri (pg.25).

Capítulo II: A Cláusula de Consciência e a génese imaterial

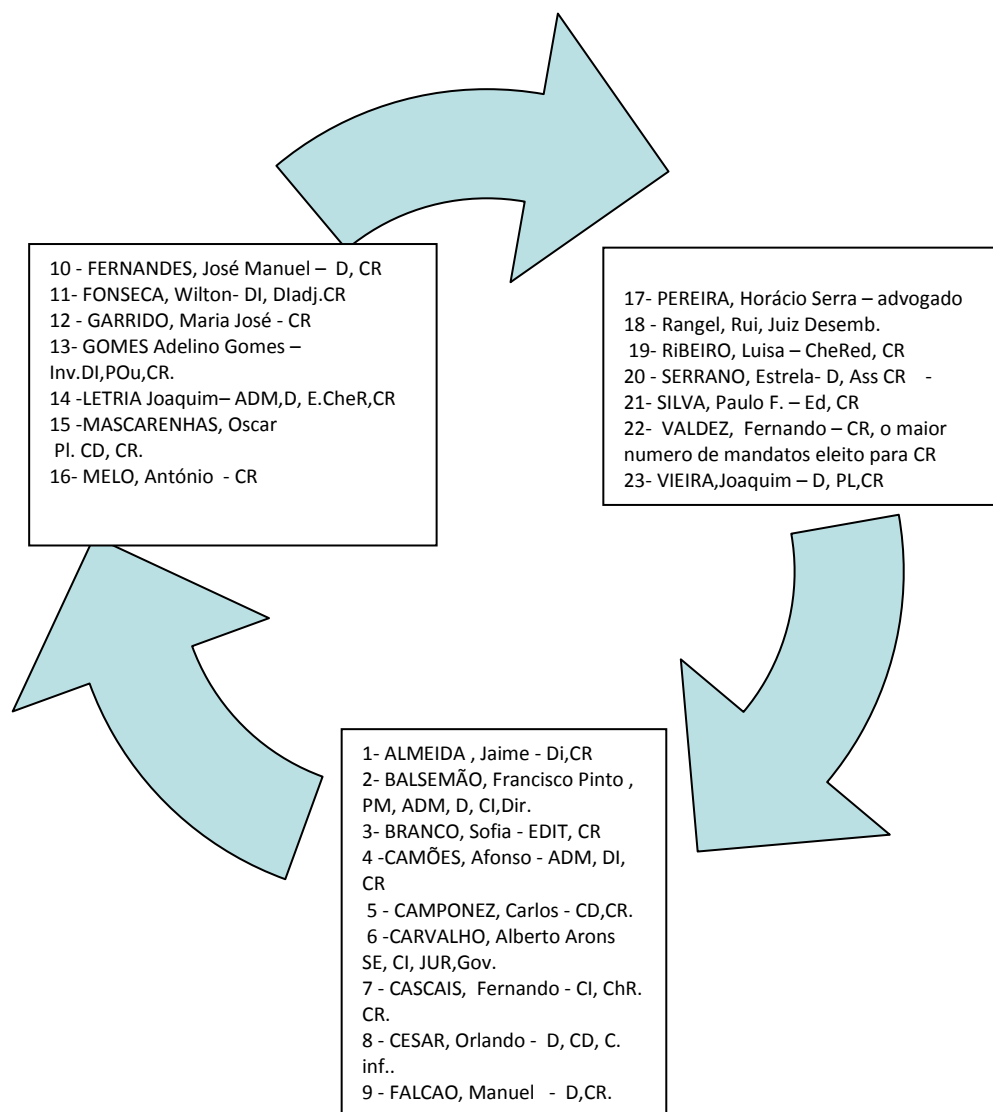


Figura 1: Grupo de “Opinion Makers” de experiências múltiplas que integram este trabalho

Sedimentada na moral e no princípio de dignidade humana, intrínseca no jornalismo, pela assunção quotidiana dos deveres da prossecução da verdade, lealdade, independência e autonomia profissionais, de carácter individual, e tendo em vista o cumprimento de um relevante serviço de interesse público, a cláusula de consciência, integrante da normativização do edifício ético-legal dos jornalistas, permite a estes profissionais que a ela possam recorrer quando, no órgão de

comunicação social em que trabalham, sejam violentados de forma profunda nas suas convicções ideológico-profissionais.

A sua génese remete-nos para o início do século XX, um tempo em que a prática jornalística estava ostensivamente exposta a indignidades cometidas sobre os jornalistas, em diversos países da Europa. Falamos de práticas que antecederam e motivaram o célebre relatório da Organização Internacional de Trabalho (OIT) de 1928, mas também à sua formalização pela lei laboral francesa em 1935.

Baseado num trabalho de investigação desenvolvida em 33 países, o relatório supracitado concluiu serem péssimas as condições em que os jornalistas então se moviam. Foi levado à discussão do Parlamento francês e dela surgiu a elaboração de um Estatuto dos Jornalistas, configurando essa cláusula protetora no código laboral francês, em 1935.

Este normativo encerra uma componente intelectual, certificada pelo Bureau International du Travail⁶⁵ e que justificou o jornalismo como uma certa faceta de idealismo que lhe confere uma natureza específica de imaterialidade. O trabalho jornalístico absorve o espírito do seu autor:

“Se o jornalismo se apresenta como uma profissão destinada a fazer ganhar a vida daqueles que a exercem, ela tem igualmente uma certa faceta de idealismo que lhe confere uma natureza específica. O jornalista não é apenas um homem que ganha a sua vida; é geralmente também um homem que tem opiniões ou convicções e que as põe em jogo na sua profissão. Enquanto em outras profissões, as opiniões políticas, as convicções religiosas podem estar completamente separadas da prática da profissão, que se pode ser conservador ou progressista sem que isso influencie minimamente a forma de fabricar um relógio, curar doentes ou construir uma ponte, as opiniões e as convicções de um jornalista são, na maior parte dos casos, um dos elementos constitutivos da sua profissão” (...) “As opiniões de um jornalista estão estreitamente ligadas ao exercício da sua profissão. No entanto, os homens não mudam de opinião como se podem adaptar, por exemplo, na indústria, à modificação de um processo de fabrico”.⁶⁶

³⁶ BIT (1928) Inquérito realizado em 1925 pelo Bureau International du Travail, sobre “as condições de trabalho e de vida dos jornalistas”, publicado três anos depois. São consultadas 60 organizações, grupos e associações profissionais em 33 países, incluindo Portugal. – Jaime Basil, Secretário Geral do Sindicato, foi o relator do documento para esse relatório.

⁶⁶ idem

A cláusula de consciência escora-se no facto de o trabalho jornalístico não se limitar a ser uma simples redação de uma notícia, mas uma atividade que transmite ideias, reflexões e opiniões, posições ideológicas, que cada jornalista transporta para a produção noticiosa num quadro ético⁶⁷ e evolutivo das sociedades. Tal facto justifica que sobre um mesmo objeto possam ser elaborados diferentes géneros e estilos jornalísticos, consoante a dimensão humana, educacional e cultural de cada profissional.

Jonatas Machado⁶⁸ caracteriza a cláusula como sendo uma “peça fundamental da defesa da dignidade e da autonomia profissional do Jornalista”, elementos que são “valores irredutíveis a uma simples relação laboral de subordinação, funcionando ainda como garantia da sua independência perante o poder económico”. No seu sentido laboral, reforça Hugo Aznar⁶⁹ que o trabalho próprio dos jornalistas, a sua identidade, “consiste num labor predominantemente imaterial, simbólico, intelectual, que não só mobiliza os hábitos intelectuais dos profissionais como também os éticos”.

É por isso que “o exercício deste trabalho reclama, em benefício do direito do público, independência e liberdade”, no sentido estabelecido pelo Bureau Internacional do Travail da OIT⁷⁰. O autor acrescenta que a cláusula de consciência “tenta criar uma situação de segurança moral e

⁶⁷ CARRILLO, Marc pag 138

⁶⁸ MACHADO, Jónatas (2002), *Liberdade de Expressão*, Coimbra Editora, pag. 584. “A cláusula constitui peça fundamental da defesa da dignidade e da autonomia profissional do jornalista, valores irredutíveis a uma simples relação laboral de subordinação, funcionando ainda como garantia da sua independência perante o poder económico”, além de “instrumento fundamental de protecção do jornalista perante a entidade proprietária e administradora da empresa de imprensa ou ainda perante o director ou o conselho de redacção, quando esteja em causa a expressão de opiniões ou o exercício de tarefas que o mesmo reputa contrariar a sua consciência, aspecto cujo alcance extrapassa a simples consciência deontológica”.

⁶⁹ AZNAR, Hugo (2005), *Comunicação Responsável - A auto-regulação dos media*, Porto Editora (p.151).

⁷⁰ BIT, Bureau International du Travail :(...) most of the time the journalist is bound to perform a very personal task by introducing his own political, religious and moral beliefs in his activity. Therefore, certain relationships are established in journalism between the individual and his field of activity, between personality and professional creation, in such a manner that in most cases it is impossible to modify the nature of the creation without damage to the intimate conscience of the author”.

ética para os jornalistas ” tanto para os meios privados como para os públicos,⁷¹ privilegiando o direito do público a ter uma informação de qualidade.

II. 1 – A consciência no Direito

Em Portugal a cláusula de consciência materializa-se, pela norma que a contempla, art.º 22 alínea d) da Lei de Imprensa, como “garantia de independência e da cláusula de consciência”, no ponto 4 do art.º 12º do Estatuto dos Jornalistas. Dá a possibilidade de cada profissional optar pelo direito de rescindir o seu vínculo laboral, no caso de se sentir lesado na sua dignidade, devido uma alteração profunda na linha editorial ou na natureza do órgão de comunicação social em que trabalhe e que viole a sua consciência e independência, logo a sua autonomia e liberdade.

Alguns países ainda não a têm consagrado no seu ordenamento jurídico, como é o caso da Grã-Bretanha, apesar da National Union of Journalists⁷², ter insistido e votado uma proposta, por unanimidade, em 2011. Outros países introduziram-na no seu ordenamento há poucos anos, como o Brasil (2007).

Apesar do problema ter “beliscado” a comunicação social britânica e ter lançado para o debate nacional e internacional a ética jornalística, foram, no entanto, como nota António Melo,⁷³ “os próprios jornalistas que o denunciaram, numa espécie de expurgo em casa própria”, o que pressupõe que os jornalistas sabem encontrar um limite, mas também que a ausência de balizas que o façam lembrar, pode gerar eventuais e tardias correções a consequências nefastas.

No edifício jurídico português a cláusula de consciência fundamenta-se, desde logo, no preceito constitucional, sob o qual as demais leis reguladoras a

⁷¹ AZNAR, Hugo—preâmbulo dos Estatutos da RTVV. A cláusula deve entender «que os meios estatais não devem ser considerados como fábricas de propaganda governamental», e os meios privados “não podem ser entendidos somente a partir da lógica dos interesses económicos, corporativos ou de qualquer outra índole. Em ambos os casos deve-se prioritário o direito do público ter acesso a uma informação verdadeira e completa dos factos ocorridos – e o direito do jornalista a cumprir esse mandato social que a cidadania depositou no seu trabalho”.

⁷² National Union of Journalists, “NUJ” (União dos Sindicatos dos Jornalistas, britânica), pediu à Comissão Complaint Petition (órgão de controlo de editores) que a considere nos contratos laborais como forma dissuasora de evitar situações como as escutas ilegais, no News of the World, ao longo de vários anos.

⁷³ Jornalista e antigo membro de CR do jornal Público. Entrevista em 22 de Maio de 2012.

desenvolvem - liberdade de expressão e de imprensa (art.ºs 37, e 38º). Ela está regulada no quadro ético-legal da atividade jornalística em que se insere, pela Lei de Imprensa em vigor⁷⁴, a qual consagra a liberdade de imprensa e de empresa e define as regras para a criação de empresas jornalísticas, mas também pelo Estatuto do Jornalista, pelo Estatuto da Imprensa Regional, pelo Regulamento da Carteira Profissional e, por último, pelo Código Deontológico. O quadro legal da atividade jornalística inclui ainda as devidas remissões para as disposições legais contidas nos Códigos Penal, Civil e do Trabalho.

Enriquece um caldo cultural de princípios e de práticas profissionais que credibilizam a informação, de que falou Diana Andringa⁷⁵ já em 1998, quando o espectro profissional espelhava a insuficiência de uma ética no jornalismo⁷⁶.

Hoje, prevista no art.º 12º do *EJ* sob o título “independência dos Jornalistas e cláusula de consciência”, constitui ainda um direito pouco conhecido a que um diminuto número de jornalistas recorreu.

Tal facto, faz-nos refletir sobre se tal situação decorre de um estado democrático e em equilíbrio com a liberdade de imprensa e do seu maior respeito ou, *a contrario*, se a exiguidade é, antes, reveladora das consequências imprevisíveis em invocá-la. A norma suscita dúvidas, quanto à sua interpretação e aplicabilidade, sobretudo porque nos sugere um espaço de subjetividades interpretativas e contextuais hoje de maior complexidade e que podem subestimar as práticas de pequenos poderes, que, muitas vezes, tornam difícil a prova das decisões emanadas

⁷⁴ Lei 2/99 de 13 de Janeiro.

⁷⁵ ANDRINGA, Diana (1998) 3º Congresso dos Jornalistas Portugueses, em 26 de Fevereiro a 01 de Março de 1998: “sem se pretender que os jornalistas sejam heróis todos os dias(...) a lei portuguesa garante o direito de resistência às ordens e orientações que violem a sua ética: (...) é uma conquista que, se o protege, lhe exige também maior responsabilidade” e acrescentava a jornalista da RTP, que foi presidente do sindicato dos jornalistas, num retrato que passados 15 anos, não se afasta das preocupações dos dias de hoje: “É certo que, com salários muitas vezes insuficientes, com trabalho precário com o espectro do desemprego a ameaçar, é por vezes difícil dizer «Não», Mas o jornalista português tem mesmo assim, maior autonomia que muitos outros jornalistas, que em outras partes do mundo, arriscam, não o emprego, mais a vida, para cumprir o seu compromisso de informar.

⁷⁶ A ética e deontologia foi tema nos três congressos de jornalistas portugueses que se realizaram em Lisboa. O primeiro (1983) debateu, designadamente, o direito à informação e a liberdade de informar, o segundo (1986) foi dedicado ao tema da deontologia e o terceiro (1998) discutiu, entre outros assuntos, as práticas jornalísticas, a ética e a deontologia.

da hierarquia, sob o efeito de um temor reverencial ou de subjugação a interesses de carreira.

Em termos comuns, vários jornalistas referem tê-la invocado, mas constata-se que muitas vezes a confundem com a “objeção de consciência” prevista no Direito Civil, ou então numa alusão ao art.º 12º no seu todo, sem a destrição da garantia da consciência e da independência, parte sob a qual se protege a recusa ao incumprimento das regras deontológicas.

Ela conjuga-se, tal como acontece no EJ, com as disposições contidas no Código Deontológico dos Jornalistas⁷⁷, onde explicitamente se refere que os profissionais “não podem ser constrangidos a exprimir ou subscrever opiniões, nem a desempenhar tarefas contrárias à sua consciência, nem podem ser alvo de medidas disciplinares em virtude de tal recusa”.

Tais direitos são ainda consagrados no Regulamento da Carteira Profissional onde se refere que “são garantidos, quanto ao exercício das suas funções, todos os direitos previstos na Lei de Imprensa e no Estatuto do Jornalista”.

É entendimento do legislador que o jornalista pode recusar-se a cumprir ordens, mesmo que emitidas pelo diretor ou outros responsáveis editoriais (adjuntos, chefes redação, subchefes), quando tais mandos o constriam a exprimir ou subscrever opiniões ou a desempenhar tarefas contrárias à sua consciência. Todavia, tais recusas devem ser justificadas.⁷⁸ Também pode recusar ordens ou instruções de serviço, emanadas de pessoa não habilitada com título profissional, ou equiparado, sem necessidade de qualquer fundamentação.

Neste particular, Oscar Mascarenhas⁷⁹, que foi presidente do Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas ao longo de vários anos, lembra que estas normas, especialmente as contidas nos três primeiros números do art.º 12º, e que dizem respeito à independência, “são frequentemente invocadas pelos jornalistas no

⁷⁷ Última parte do ponto 05 e primeira parte do ponto 10 do Código Deontológico dos Jornalistas.

⁷⁸ ARONS DE CARVALHO, Alberto & CARDOSO, António Monteiro & FIGUEIREDO, João Pedro - *Direito da Comunicação Social* (2012).

⁷⁹ MASCARENHAS, Oscar (2012), jornalista, docente do ensino superior, provedor do leitor do DN. Foi presidente do Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas, (entrevista em 30 de Junho de 2012)..

seu quotidiano, mesmo que não com a formalidade legal”. “Elas permite-lhes recusar trabalhos que repugnem os seus valores”.

Poderá entender-se a existência de uma linha que separa a estrutura editorial da empresa de comunicação social e os restantes setores técnico-administrativos, como garante, face aos proprietários e ao poder económico, de um equilíbrio onde os jornalistas não tenham que ser meros instrumentos de uma orientação, porque mais importante será a sua independência.

A quebra de isenção, gerada por um sistemático alinhamento com forças políticas ou correntes de opinião, mudança de prioridades em matéria de destaque noticioso ou desvalorização do trabalho de alguns profissionais, por serem outras as opções redatoriais, podem constituir atentados à cláusula de consciência propriamente dita, de que há exemplos em França e em Espanha.

E, como refere Rui Rangel,⁸⁰ “nunca se deve confundir a invocação da ‘cláusula de consciência’ com as regras de lealdade devidas numa relação hierárquica. Ambas podem e devem coexistir, sem que tal represente o sacrifício ou o total esmagamento de uma em detrimento da outra”.

A primeira expressão de “garantia de independência” – limitada pelos poderes conferidos aos diretores e pela censura prévia – surgiu na Lei de Imprensa de 1972, ainda no regime fascista.

Mas foi na lei de imprensa de 1975⁸¹, no art.º 1º na alínea f) do ponto 3, que se garantiu “a independência do jornalista profissional e da sua participação na orientação da publicação jornalística” e no art.º 23º, sob o título “alteração da orientação dos periódicos”, e se designou o que é hoje a cláusula de consciência.

⁸⁰ RANGEL, Rui (2012), Juiz Desembargador (depoimento 01 de Julho de 2012).

⁸¹ O projeto para a lei de imprensa de 1975 foi elaborado por uma Comissão nomeada em 12 de Agosto de 1974 e integrava António Sousa Franco e Rui Almeida Mendes (autores do anteprojecto) Adriano Lucas (Grémio Nacional de Imprensa Diária), Francisco Pinto Balsemão (Grémio Nacional de imprensa não diária), José da Silva Pinto (Sindicato dos Jornalistas), Alfredo Figueiredo Filipe (Sindicato dos Jornalistas), Alberto Arons de Carvalho (Partido Socialista), Marcelo Rebelo de Sousa (Partido Popular Democrático), Pedro Soares (Partido Comunista), e João Maria Menezes Ferreira (Secretário). Integrou algumas das propostas aprovadas em Assembleia Geral do Sindicato dos Jornalistas de 5 e 8 de julho de 1974, nomeadamente a criação de Conselhos de Redação – (fonte relatório do Conselho de Imprensa de 1979).

Embora, como recorda Arons de Carvalho, exercendo a maioria dos jornalistas uma atividade subordinada a uma entidade patronal, remunerada pelo órgão de comunicação social para quem trabalha, - mesmo os que trabalham sem vínculo se subordinam ao pagamento da entidade de comunicação a quem vendem o seu trabalho, ou lhes permite publicar – os jornalistas têm, sobre si, uma responsabilidade acrescida de cumprir o seu código deontológico e de respeitar o estatuto editorial da empresa de que dependem.

Daqui se observa, desde logo, a importância da publicação do estatuto Editorial que sendo obrigatório, nem todos os órgãos de comunicação social os possuem. Assim, a lealdade do jornalista para com a empresa cessa a partir do momento em que as suas orientações conflituem com este compromisso público.

É esta relação contratual com o jornalista,⁸² que tem uma especificidade distinta de outras e por isso consideradas “atípicas, diversas das mais empresas e próprias do jornalismo” porque «incorpora algo próprio de cada profissional que não é igual a outro”.

E foi este elemento invocado no relatório da OIT como “imaterial”, que mereceu acolhimento na legislação portuguesa, como advém da tradição europeia, inovação então, de charneira. Assim, da conjugação com o art.º 38º, nº 2, alínea b) da CRP, art.º 22º, alínea d) da Lei de Imprensa e do art.º 12º do Estatuto do Jornalista, se estipula que estes profissionais “não podem ser constrangidos a exprimir ou subscrever opiniões, nem a desempenhar tarefas contrárias à sua consciência”.

II. 2 – As dimensões do artº12 do Estatuto do Jornalista

Na sua formulação a “garantia de Independência e consciência”, prevista no art.º 12º do EJ, possui hoje, com a sua alteração em 2007, um alcance

⁸²

CARVALHO, Alberto Arons de; CARDOSO, António Monteiro; FIGUEIREDO, João Pedro - *Garantia da Independência* em *Direito da Comunicação Social*, 3ª edição revista(p.231), 2012.

pluridimensional que se extrai do intricado de direitos e práticas de um setor específico e transversal à sociedade.

É relevante perceber-se que direitos se acolhem nas respetivas normas e através de que instituições podem os jornalistas obter a garantia da sua opção, quer seja recusar tarefas atentatórias da sua independência e autonomia sem serem ostracizados, quer no sentido mais profundo de violação da sua consciência. Aqui rompendo, unilateralmente, o vínculo contratual, com o direito a ser indemnizados como se de um despedimento com justa causa se tratasse. Ou, ainda, a optar manter-se na Redação, em contradição consigo próprio, situação difícil que quase sempre termina em rutura.

As referidas normas Impõem-se pela força da Constituição e independência da vontade que as partes possam expressar. O seu conteúdo está implícito nos contratos coletivos ou Acordos de Empresa celebrados entre o Sindicato dos Jornalistas e as associações de imprensa e da rádio⁸³ no seu cumprimento precativo⁸⁴.

Neles foram estabelecidas cláusulas em que se estabelece serem vedadas às empresas “obrigar os jornalistas a exprimir opiniões ou a cometer actos contrários à sua consciência ou à ética profissionais”.

Na RTP, é semelhante o acordo alcançado: “não obrigar os trabalhadores a emitir como próprios, por algum meio de comunicação social, opiniões que estejam em conflito aberto com as suas ideias políticas ou religiosas”.

Na Agência Lusa, o acordo estipula que é vedado à empresa “obrigar os jornalistas a produzir opiniões que estejam em conflito aberto com as suas ideias políticas ou religiosas ou a redigir notícias que justificadamente reconheça como falsas, por deturparem ou escamotearem a verdade dos factos”.

Este direito, mais aceite nas empresas públicas do que nas privadas, visa garantir a liberdade de consciência perante a crescente concentração no setor, uma

⁸³ PEREIRA, Horácio Serra (2012) – Advogado responsável pelo Gabinete Jurídico do Sindicato dos Jornalistas, fonte das normas de conduta na contratação coletiva (depoimento em 02 de Maio de 2012)

⁸⁴ vide Alonso Garcia, *Curso de Derecho del Trabajo*, Ariel, Barcelona, 1973(pags 115-116).

prerrogativa difícil de arguir, embora dentro das Redações seja comum a reclamação face a situações eventualmente enquadráveis.

II. 2. 1 – Direito a invocar a garantia de independência

A garantia de independência constitui a primeira dimensão do art.º 12º EJ, e referida no texto constitucional português sob a epígrafe de “liberdade de expressão e informação” (art.º 37º CRP), em que o exercício deste direito, quer pela palavra, imagem ou qualquer outro meio, “não pode ser impedido nem limitado por qualquer tipo ou forma de censura”.

Como nos faz notar Serra Pereira⁸⁵, “o conceito de independência, nasce contra a censura e todas as suas vertentes”, num período em que chefes de redação e diretores, defendiam os valores da independência profissional, não queriam que houvesse intervenção nos conteúdos das notícias. Diziam que para mal já bastara o lápis azul.

E o jornalismo, observa o mesmo autor, “só faz sentido se conseguir uma esfera de autonomia que permita, com rigor, objetividade e honestidade, a verdade das coisas. Tem de partir do princípio da liberdade de expressão”.

Serra Pereira, um dos intervenientes na maioria das negociações contratuais coletivas, da Comunicação Social portuguesa, observa que o objeto da informação, a forma de comunicar, a rapidez com que se comunica, vieram acelerar a descaracterização do jornalismo. Em particular, “há uma ideia de que com a internet tem tudo garantido”. Recusando esta tese, adverte o autor, com algum desencanto:

“Quando o jornalista não passa da cadeira e do tampo do computador, algo se transformou. Isto são os novos valores que estão a ser transmitidos. A minha ideia é que vai desaparecer a profissão de jornalista.”

A oposição, manifesta pelo jornalista, a realizar um trabalho jornalístico, uma reportagem por exemplo, invocando discordância face à forma como se pretende noticiá-lo ou recorrendo ao necessário cumprimento do seu código deontológico,

⁸⁵ PEREIRA, Serra (2012), advogado.

são exemplos que cabem na garantia de independência. Como observa Arons de Carvalho, nesta vertente “cabem questões do dia-a-dia do trabalho jornalístico que se prendem com o incumprimento das regras deontológicas ou questões administrativas que não ofendam a linha editorial”⁸⁶.

Esta é, de facto, uma atitude frequentemente invocada por vários profissionais e que, muitas vezes, por consubstanciar o espírito da objeção de consciência⁸⁷, tem, através do diálogo, uma aceitação pacífica por parte das chefias em geral, sem conflitualidade.

A primeira expressão de garantia de independência – limitada pelos poderes conferidos aos diretores e pela censura prévia – surgiu na Lei de Imprensa de 1972 ainda no tempo da designada “primavera marcelista”.

A Lei de imprensa de 1975, no art.º 1º na alínea f) do ponto 3, garantiu “a independência do jornalista profissional e da sua participação na orientação da publicação jornalística” e no art.º 23º referiu-se à “alteração da orientação dos periódicos”, circunstância que hoje faz parte da cláusula de consciência.

II. 2. 2 – Ordens de chefias não-jornalistas devem ser recusadas

Os jornalistas podem ainda recusar “quaisquer ordens ou instruções de serviço com incidência em matéria editorial emanadas de pessoas que não exerçam o cargo de direção ou chefia na área de informação” (nº2). Estes têm de possuir título profissional passado pela Comissão da Carteira profissional de Jornalistas (CCPJ).

⁸⁶ CARVALHO, Alberto Arons de (09 de Fevereiro de 2012) .

⁸⁷ Objeção de consciência enquanto desenvolvimento da liberdade de consciência e que, tendo começado a limitações de ordem religiosa e militar se amplia enquanto alargamento da cidadania a outras áreas, como a oposição ou aceitação do aborto.

Tal norma visa impedir a ingerência direta na definição de conteúdos por parte de pessoas de outras áreas, nomeadamente administrativas, incluindo os próprios acionistas ou os seus representantes⁸⁸.

No mesmo sentido, estipula-se nos art.º 33º, nº 5 da Lei da Rádio e 35º, nº 6 da Lei da televisão que “os cargos de Direção ou de Chefia na área de informação são exercidos com autonomia editorial”.

Mas, nos nºs 6 e 7 dos citados artigos da Lei da Rádio e da Televisão, se prevê também uma exceção para “as orientações que visem o estrito acatamento de prescrições legais cujo incumprimento origine responsabilidade penal ou contraordenacional por parte do operador”.

II. 2. 3 – Oposição à publicação de trabalhos de autoria

Decorrente da mais recente alteração, introduzida em 2007⁸⁹, uma terceira dimensão diz respeito aos direitos de autor, (nº 3 do artº 12º EJ) ou seja, a possibilidade de invocar a liberdade de consciência, pela oposição do jornalista à divulgação dos seus trabalhos.

Pode ainda invocá-los, ainda que os mesmos não estejam protegidos pelos direitos de autor, se tal situação ocorrer em órgão de comunicação social diverso daquele em cuja Redação o jornalista exerce o seu trabalho, mesmo que pertencente à empresa ou grupo económico a que se encontrem contratualmente vinculados.

É um artigo inovador, de carácter mais coletivo, polémico na sua aprovação. É necessário que invoquem, de forma fundamentada, desacordo com a orientação editorial. Serra Pereira, a propósito, considera que o legislador quis tornar esta norma extensiva ao grupo económico, admitindo que se possa estabelecer num acordo, ou então a lei significa que este aspeto terá de ser livre no contrato de trabalho”.

⁸⁸ CARVALHO, Alberto Arons de (2012), Direito da Comunico Social, versão atualizada.

⁸⁹ Lei 64/2007 de 06/11

II. 2. 4 – Quem fundamenta os atropelos à independência

Os próprios Jornalistas ou equiparados, diretamente afetados, os Conselhos de Redação, ou o Sindicato dos Jornalistas, podem participar e fundamentar os atropelos às garantias de independência.

O disposto nos números 1 a 3 do art.º 12º do EJ é dirimido pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social, mediante “participação, instruída com parecer fundamentado” sobre a situação que lhes deu origem, do “conselho de redação, dos jornalistas ou equiparados diretamente afectados ou das organizações sindicais dos jornalistas” (nº 3 alínea a) do art.º 24º V da ERC).

II. 2. 5 – Proteção disciplinar

Os jornalistas não poderão ser alvo de “qualquer medida disciplinar” por se recusarem a “expressar opiniões, a abster-se de o fazer, ou a desempenhar tarefas profissionais contrárias à sua consciência” (número 1º do art.º 12º EJ).

No entanto, são muitos os relatos informais de “mudanças” ou “prateleiras”. Os jornalistas passam a ser “incómodos”, “contras”, “comunistas” ou “problemáticos” como refere Joaquim Letria (2012), observando que depois deste estereótipo dificilmente o profissional arranjará emprego nas publicações do grupo económico a que pertence.

II. 3 – Natureza, âmbito e função da “cláusula de consciência”

Fulcro da nossa investigação, a cláusula de consciência contida no número 4 do EJ, prevê que, caso se verifique uma mudança profunda de orientação de um meio de comunicação social, o jornalista pode rescindir a relação de trabalho com a entidade patronal, enquanto empresa ou grupo, reconhecida pela ERC, com direito a indemnização.

Esta é a mais complexa faceta do art.º 12º EJ, porquanto encerra uma vertente “íntima” em que jornalista pensa rejeitar, ou não, essa alteração, porque não se sente bem com ela e não quer sentir-se uma pessoa sem escrúpulos, nota Serra Pereira. “Por isso, o jornalista decide primeiro no seu íntimo e depois, expressa a nível interno, junto da sua Direção”.

A opção de rejeição engloba um aspeto externo, quando o jornalista, já em conflito interno e, na maior parte das vezes também, com a Direção, vai exigir o seu reconhecimento, junto da Entidade Reguladora e, posteriormente, o cumprimento do direito a uma indemnização que, mesmo reconhecido, não lhe é garante de que o tribunal possa seguir a mesma linha.⁹⁰

II. 3. 1 – Pressupostos: alterações profundas e reconhecimento

A confirmação de qualquer violação à cláusula de consciência impõe um conjunto de requisitos sem o reconhecimento dos quais, pela ERC, o jornalista não deve solicitar a rescisão unilateral do seu contrato e o consequente direito indemnizatório.

É um ato individual e, como tal, só a requerimento do jornalista deve ser suscitado à ERC, como estipula o nº 4 do art.º 12º: “Em caso de alteração profunda (...) confirmada pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social a requerimento do jornalista (...), este pode fazer cessar a relação de trabalho com justa causa”.

⁹⁰ caso da revista Focus /jornalistas Leonardo Ralha e Marina C.Ramos

Estrela Serrano,⁹¹ que foi membro do Conselho Regulador para a Comunicação Social, adverte:

“A garantia de independência, depende, mais do que a consciência, de fatores que o jornalista não controla, nomeadamente o contexto económico-financeiro das empresas e a situação laboral, mas na cláusula de consciência, o jornalista depende mais dele próprio, da capacidade que tiver de usar este instrumento legal e também da cultura da Redação em que se insere”⁹².

II. 3. 1. 1 – **Alteração profunda: campo de subjetividades**

Suscitam-se dúvidas quanto ao que será “alteração profunda na linha de orientação ou na natureza do órgão de comunicação social”, bem quanto ao início dos elementos constitutivos dessa alteração.

A controvérsia, antiga, levou a entidade precedente à ERC, a Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS)⁹³, a teorizar sobre a questão e a estabelecer as suas regras: “a alteração profunda de uma linha editorial não ocorre, em regra, no tempo de um instante, mas é, ao contrário, o resultado de uma evolução continuada, prolongada”, proposta de que se recorda, com veemência, em conversa informal, Carlos Veiga Pereira, na altura membro e relator.

O profissional queixoso deverá obter reconhecimento do vencimento dos motivos da sua invocação da cláusula “confirmada pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social” a “requerimento do jornalista” (nº 4, do art.º 12º EJ), para poder extinguir a relação de trabalho. É um ato próprio de decisão interior.

Se tiver razão, tem o direito a ser indemnizado no montante já fixado no próprio EJ lei (art.º 12º, nº5), na sequência das alterações introduzidas na revisão de

⁹¹ SERRANO, Estrela (2012), Jornalista, Docente universitária, foi membro da ERC, membro do Conselho de Opinião da RDP, eleita pela Assembleia da República (1997/2003), provedora dos leitores do Diário de Notícias (2001/2004) e Assessora para a Comunicação Social do Presidente da República, Mário Soares (1986/1996). (Entrevista em 28/5/2012)

⁹² idem

⁹³ PEREIRA, Carlos Veiga (2001), jornalista, membro da AACS, deliberação da AACS, de 3 de Maio de 2001, sobre proposta do relator Veiga Pereira. Requerimento dos jornalistas da Focus, Leonardo Ralha e Marina C. Ramos.

2007, o que perante as alterações recentes do Código de Trabalho, poderá suscitar novas controvérsias.

José Manuel Fernandes⁹⁴ considera que a atual fórmula legal da cláusula é “bastante despropositada” por envolver a ERC e implicar “uma resolução de grande complexidade e subjetividade”:

“como demonstrar, numa entidade administrativa que ocorreu uma alteração significativa da orientação de um órgão de comunicação social? Basta pensar em algumas alterações de orientação ocorridas nos últimos anos por altura da substituição de direções editoriais (TVI, Público; JN, DN, até Expresso) para não falar dos órgãos de comunicação do Estado e é fácil verificar que seria muito difícil – e muito discutível também – conseguir que ERC comprovasse a ocorrência de alteração profunda na linha de orientação ou na natureza do órgão de comunicação social”⁹⁵.

Esta constitui um dos aspetos polémicos, de uma Entidade Reguladora afastada do caldo vivencial prático que convive com dinâmicas próprias e sem as quais perde o seu sentido criador.

Estrela Serrano, nota que a cláusula existe para “impedir ou evitar arbitrariedades das empresas jornalísticas” e Oscar Mascarenhas considera que “é difícil provar ter havido uma ‘alteração profunda’ à linha editorial: as Direções mudam e não alteram os estatutos editoriais”.

A este propósito Balsemão refere os Estatutos Editoriais e também os Códigos de Conduta Jornalística não podem ser ignorados, “têm uma óbvia ligação com o exercício da cláusula de consciência, porque é através do seu cumprimento ou incumprimento que se pode avaliar a existência ou não, de ‘alteração profunda na linha de orientação ou na natureza do órgão de comunicação social’”(caso SIC e Expresso).

Também no conceito genérico de “alteração profunda”, podem escapar à perceção dos que aferem o preenchimento deste requisito, as “alterações continuadas”, porque muitas vezes a mudança dos jornalistas para áreas de trabalho diferentes, não são efetuadas com objetivos superiores ou estimulantes, mas antes,

⁹⁴ FERNANDES, José Manuel (2012), jornalista e docente universitário. Foi diretor do jornal Público (Entrevista em 10 de Junho de 2012).

⁹⁵ idem

podem ser atitudes deliberadas, de interiorização “penosa”, que atentem contra a consciência do jornalista, métodos de que existem muitas queixas, mas, porque no lago da subjetividade, sempre difíceis de comprovar e por isso vão-se tornando “normais”.

No húmus cultural de uma Redação há transferências, que são, mais do que uma normal gestão interna, algumas assumidas como “um castigo”,⁹⁶ quantas por causa de especificidades de trabalho noticioso às quais o jornalista revela oposição, ou mesmo uma inaptidão que receia evidenciar para não ser afastado do mundo das notícias que lhe dá a consistência do seu trabalho e o ânimo interior à prossecução profissional.

Não raras vezes, há profissionais que a contragosto e sem o conhecimento necessário, são colocados em áreas económicas ou desportivas, prejudicando, numa perspectiva de boa-fé, o ritmo e a qualidade do trabalho coletivo dessa secção. Por vezes são-lhes pedidos trabalhos que não são jornalísticos ou que atentam contra outros valores.

Também não é de subestimar a trama interna subjetiva de uma profissão competitiva e sempre sob a fluidez da precariedade, elementos que fomentam a ausência de solidariedade, senão a maledicência e a mesquinhez, o género vulgar (passe o plebeísmo) de “lambe-botas”.

As proteções legais existentes são pouco efetivas se não existir uma cultura de independência de próprio órgão de comunicação social, como assinala José Manuel Fernandes que observa ser “muito fácil a hierarquia, e às vezes os próprios colegas, criarem um ambiente onde é difícil ser independente e agir apenas de acordo com a consciência”.

II. 3. 2 – Auto-desvinculação laboral ou continuidade agressora

De igual modo se suscita, no âmbito dos pressupostos da cláusula (artº12º, nº 4) a necessária reflexão sobre se o jornalista deverá ou não continuar a trabalhar

⁹⁶ JORNAL DE NOTÍCIAS, conf.resumo docs.anexo

enquanto aguarda pela decisão da ERC, nas hipotéticas condições que denunciou como sendo atentatórias da sua consciência.

Na legislação portuguesa parece claro que o jornalista só poderá “cessar a relação de trabalho com justa causa”, depois de “confirmada pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social”, ficando com a possibilidade de invocar então o seu “direito de indemnização” que será pacífico se a administração se dispuser a pagar voluntariamente.

Caso contrário o processo seguirá os trâmites judiciais adequados, facto outro, cuja deliberação pode arrastar-se por muito tempo, ou ser oposta à decisão da ERC.

Poderá também imaginar-se, como aliás há casos em Espanha e em França, que o jornalista pode desvincular-se do seu trabalho imediatamente, por considerar que os elementos verificados são insuportáveis à luz da sua consciência e dignidade; ou se terá de suportar as sentidas “agressões”, enquanto aguarda pela decisão da ERC ou ainda hipotéticas rejeições, decididas pelo tribunal. Qualquer destas opções não serão positivas e poderão acrescentar ao jornalista novas dificuldades.

Ou, ainda, poderá pensar-se se a cláusula de consciência beneficiaria de um espécie de suspensão enquanto o jornalista continua a trabalhar e a aguardar a deliberação da ERC ou do Tribunal, nos casos de certos sistemas jurídicos em que a invocação da cláusula é dirigida à primeira instância, como em Espanha, França e Itália.

Neste particular a crítica mais contundente à lei francesa, é a solução difícil de adotar, por parte do jornalista, entre o abandonar a empresa com uma quantia económica, mas que será sempre irrisória em contexto de precariedade profissional, ou suportar esse conflito com a sua consciência e neste, ele próprio violando a liberdade e independência exigíveis no seu trabalho profissional.

Tal questão poderá pôr em causa os princípios constitucionais de liberdade e o próprio estado de direito democrático,⁹⁷ como defende Ana Azurmendi, à

⁹⁷ AZURMENDI, Ana - Professora Titular de *Derecho de la Comunicación*. Universidad de Navarra - 1. *La sentencia 225/2002 de 9 de diciembre: La primera interpretación constitucional de la Ley de Cláusula de Conciencia. Las circunstancias del caso*. Questão aflorada em diversos estudos a

semelhança do que vem sendo elaborado na jurisprudência constitucional espanhola, embora entre nós esse entendimento não seja perceptível. “Se a cláusula parece pouco efetiva, é natural que recorrer a ela não esteja entre as prioridades do jornalista. Nem sintam que seja um elemento pilar da liberdade de expressão”, observa José Manuel Fernandes.

II. 3. 3 – Prazos: a consciência atormentada ao longo de 120 dias

Sob pena de caducidade dos motivos que preenchem a cláusula de consciência, o jornalista tem o prazo de 60 dias para recorrer à ERC, “sobre a data da verificação dos elementos constitutivos”, das alterações verificadas.

A prerrogativa do jornalista fazer cessar a relação com justa causa, com direito a uma indemnização (nº6 do art.º12º EJ) deverá ser exercida nos 30 dias subsequentes à notificação da ERC. Esta entidade deve formular a sua decisão num prazo de 30 dias, a contar da data de formulação do pedido do jornalista (nº5 do art.º12 do EJ), o que, no total, decorrerão num máximo de quatro meses até saber se poderá ou não recorrer à indemnização.

II. 3. 4 – A indemnização e as suas limitações

A legislação portuguesa define o quantitativo da indemnização a pagar ao jornalista que obteve vencimento da cláusula de consciência. Decorrente do reconhecimento da violação da cláusula de consciência, a indemnização corresponde a um mês e meio de retribuição-base e diuturnidades por cada ano de trabalho

propósito de uma célebre decisão do Tribunal Constitucional de Espanha, que considera que não faz sentido a interpretação literal da lei, mas sim no âmbito mais alargado dos princípios constitucionais e de um estado de direito democrático.

completo de serviço (nº4 do art.º12 EJ). Nunca deverá ser inferior a três meses de retribuição-base e diuturnidades.

Não exige, ao contrário de Itália e do Código Laboral Francês (L.771.7) , a comprovação do prejuízos materiais e morais, causados.

José Manuel Fernandes nota que, sendo a indemnização superior⁹⁸ ao previsto no Código de Trabalho, também pode suscitar dúvidas jurídicas, além de que, se um jornalista se despedir de um órgão de comunicação social, por deixar de confiar na hierarquia⁹⁹, “esse jornalista nem sequer terá direito ao subsídio de desemprego, porque se considerará que se trata de um desemprego voluntário”.

Foi Introduzido, na sequência de uma alteração do EJ em 2007, para evitar a demora verificada no reconhecimento do direito invocado pelos jornalistas, como aconteceu em 2001 com dois jornalistas da Focus, que se viram envolvidos num processo que se arrastou no tempo.

A norma visa ainda evitar que, perante valores muito baixos¹⁰⁰, se tornasse suscetível de um maior abuso pelas empresas, o despedimento pela utilização da cláusula de consciência.

II. 4 – Estatuto Editorial: necessidade prévia

A invocação da cláusula de consciência pressupõe uma “ alteração profunda da linha editorial ou natureza do órgão de comunicação social “(art.º 12º, nº 4 EJ), sendo por isso necessário que os jornalistas conheçam qual a orientação do meio de comunicação social para quem trabalham, através do Estatuto Editorial, cuja obrigatoriedade e regras do seu cumprimento estão estipuladas na lei de Imprensa¹⁰¹. Deve explicitar as linhas

⁹⁸ Fixado no âmbito da alteração introduzida pela Lei n.º 64/2007, de 6 de Novembro e Declaração de Retificação n.º 114/2007.

⁹⁹ Ex. Demissão da jornalista Maria José Oliveira, do Jornal Público, em 04 de Junho de 2012, no caso de alegadas pressões do ministro Miguel Relvas.

¹⁰¹ Em 04 de Março de 2010, o presidente do Sindicato dos Jornalistas, Alfredo Maia, ouvido na Comissão de Ética Sociedade e Cultura da Assembleia da República, apresentou um documento, que havia sido apresentado em 2009, aos partidos políticos, em que propunha o alargamento das garantias da cláusula de consciência e o aumento do valor para triplo da indemnização estipulada.

¹⁰¹ LI artº20, al. b).

orientadoras de objetivos de cada publicação e incluir o compromisso de assegurar o respeito pelos princípios deontológicos, pela ética profissional e boa fé dos leitores (LI 17º , nº 1) . No caso da Rádio e Televisão, pelos direitos dos ouvintes (34º LR) e dos telespetadores (36ºLTV), respetivamente.

Consiste num compromisso de intenções, elaborado pelo Diretor, com parecer do Conselho de Redação, ratificado pela entidade proprietária, publicado na primeira página, do primeiro número da respetiva publicação e remetido à Entidade Reguladora. Deve ser enviado anualmente, aquando da prestação de contas e sempre que ocorram alterações estatutárias.

Embora as publicações periódicas informativas e os serviços de programas de Rádio e de Televisão sejam obrigados a adotar um estatuto editorial, exceto as doutrinárias (art.º 13º, nº 1, EJ) – ideológicas ou religiosas – há ainda órgãos de comunicação social que não os possuem.

II. 5 – Inconsciência da cláusula

Desde a primeira Lei de Imprensa, pós 25 de Abril em Portugal, a cláusula de consciência foi invocada com a formalidade exigível, em dois casos embora sejam muitos os que já a invocaram, às vezes numa alusão à objeção de consciência do Direito civil,¹⁰² ou porque a sua arguição interna teve uma aceitação consensual e pacífica das chefias.

¹⁰² São muitos os casos, que se conhecem no meio jornalístico de invocações, mais ou menos pacíficas da “objeção de consciência”, talvez no sentido jurídico impróprio, mas são poucos os que assumem publicamente, por reserva. Eis pequenos exemplos:

LEITAO, Otília (1984) - jornalista da Agência Lusa – No Julgamento de João Manuel Tito Morais, no célebre “Caso Melancia” O antigo presidente da Anop (falecido) acabaria por ser condenado. A jornalista que com ele tinha trabalhado de perto, invocou a cláusula de consciência por lhe ser penoso o confronto ao longo do processo, de uma pessoa que estimava, e por isso, corria o risco de não ser tão rigorosa como o exigível. Este entendimento foi pacífico na Direção;

CARNEIRO, Fernando - jornalista, especializado em questões de Justiça, da Agência Lusa , teve um processo disciplinar nos anos 80, por se escusar, por questões de consciência, a elaborar uma entrevista a uma pessoa com quem tinha tido um diferendo, O processo acabou arquivado.

AIMEIDA, Paula, (2000), jornalista da Agência Lusa alegou critérios de consciência para não fazer uma notícia sobre o um episódio “cor de rosa” ocorrido no programa de entretenimento (primeiro “BigBrother”). Foi aceite pela sua Direção embora em clima de algumas crispções.

Sobre tal exiguidade, podemos equacionar, à luz da realidade atual, um grau de maturidade democrática que torne desnecessário tal recurso; um défice de conhecimento por parte dos jornalistas; o medo de ficar sem trabalho, porque a indemnização é menor perante a importância do emprego; ou mesmo a mudança do paradigma dos valores, pela sobreposição da importância do económico, sustentáculo de compromissos financeiros assumidos, ou da sobrevivência.

Não raras vezes fomos surpreendidos quando confrontamos profissionais, sobre o alcance desse direito e ouvimos, com um tom cético, a expressão: “O que é isso?!” ou então, “o art.º 12º não serve para nada”. Tal reação evidencia alguma distância do valor da norma, senão um subterfúgio para esconder medos vários ou talvez um desconhecimento da mesma.

Joaquim Letria, que viveu os vários campos da liderança em diferentes meios de comunicação social, observa:

“A precariedade do emprego, a malha estreita da concentração de empresas de multimédia, a troca de informações entre hierarquias sobre cada jornalista, a valorização negativa dum jornalista - «ser problemático» acima do seu valor profissional e da qualidade da sua escrita conduzem a essas consequências. Hoje, há que ter a coragem de o reconhecer, a maioria dos jornalistas portugueses pratica autocensura e sofre de medos vários, para além de ter a consciência de dispor duma vida profissional breve”.¹⁰³

Ou, esse desconhecimento dos jornalistas revela-nos ainda a consciência de “um direito a que não podem recorrer”¹⁰⁴ como refere Joaquim Vieira, elementos, que podem estar na constatação de que, decorridas cerca de quatro décadas, apenas se verifique que apenas dois fizeram vencimento no registo de sete processos sob o art.º12º, EJ.

Ainda que se perceba a especificidade da cláusula que a torna aplicável a situações raras, as transformações económicas e sociais a que vimos assistindo,

LARANGEIRA, António José (1998), jornalista, recusou-se a fazer um plágio (da revista suíça Facts para a portuguesa “newsmagazine” Factos. Foi para a “prateleira”. Algumas semanas depois a revista foi arrestada e acabou.

¹⁰³ LETRIA, Joaquim (2012), entrevista em 03 de Abril de 2012.

¹⁰⁴ VIEIRA, Joaquim (2012) jornalista, presidente do Observatório de Imprensa. Foi Provedor do Leitor do jornal “Público”. Foi também diretor-adjunto do “Expresso”, diretor da revista “Grande Reportagem” e trabalhou na RTP e na revista “Visão”. Entrevista em 14 de Abril de 2012..

fazem crescer em nós justificados receios, e em especial, como observa Vieira,¹⁰⁵ “o receio de retaliação por parte da chefia ou da empresa”.

Rui Rangel, Juiz Desembargador, um investigador de questões ligadas à comunicação social, considera, perante a realidade do jornalismo que se faz, que o artigo 12º, nº 4, do Estatuto dos jornalistas, se tornou “numa norma vazia, oca e sem sentido”.

Rangel refere que quem invoca esta cláusula não perde em concreto, o emprego, só naquele órgão de comunicação específico onde trabalha, mas perde-o em todos os outros: “o estigma generaliza-se e atravessa as paredes de vidro de todos os restantes órgãos”¹⁰⁶.

Por isso, observa, “pouco adianta” estar consagrada na lei essa possibilidade que dá a liberdade ao jornalista de reagir contra o desempenho de tarefas profissionais que sejam contrárias ao seu estatuto profissional e ao Código Deontológico e alerta que “o pior para a harmonização, o respeito, e a responsabilidade de um sistema jurídico, não é não existir previsão normativa. É existir e não ser eficaz, por medo de consciência de ser perseguido e de perder o emprego”.

Recorda como valor superior, a “cláusula de consciência” que diz ser a salvaguarda do direito dos cidadãos a uma informação livre, com transparência, responsável, rigorosa e verdadeira. Mas, alerta que “tão grave como o medo é a cobardia”, acrescentado: “o jornalista, que vive, em sistema precário, com recibos verdes, está num colete-de-forças, que lhe tolhe a alma e o pensamento. Vive num sistema apertado que lhe quebra a espinha, por razões socioeconómicas, pondo em crise esta profissão que é nobre e que tanta falta faz a uma democracia esclarecida”¹⁰⁷.

Rangel adverte ainda que “o medo de existir, de pensar, de ter consciência tomou conta de nós. Temos pouco amor aos direitos fundamentais”, diz, convidando-nos a uma revisitação à ética da convicção e da responsabilidade de que nos dá conta Max Weber ou ao imperativo categórico de Kant, com a ética da consciência, a ética

¹⁰⁵ idem

¹⁰⁶ RANGEL, Rui (2012), Juiz Desembargador, depoimento em 01 de Julho de 2012.

¹⁰⁷ idem

do exemplo e a ética das virtudes. “Porventura o Estatuto do Jornalista e o seu Código Deontológico estão ultrapassados e desenquadrados desta nova era onde o indivíduo, o cidadão, não é mais do que um simples número estatístico”.¹⁰⁸.

O despedimento com indemnização, que o vencimento da invocação da cláusula de consciência permite, ainda que justamente retribuído, poderá abrir um preconceito para futuras admissões e mesmo dar lugar a estereótipos sobre o jornalista rebelde, não sendo seguro que a instâncias judiciais o venha a conseguir ou ainda, consiga afastar algo mais subjetivo, mas que Adelino Gomes nos concita a refletir, no que se refere a hipotético “falso garantismo” num pressuposto de direitos e responsabilidades éticas e deontológicas. E exemplifica com a seguinte equação: “estou disposto a lutar pelo direito à independência e pela cláusula de consciência, se me garantirem que retirarei disso alguma vantagem e que tal, ainda por cima, não me acarretará nenhuma espécie de dissabor”. E observa:

“A diferença entre democracia e ditadura é que a democracia reconhece esses e outros direitos como condição *sine qua non* no exercício da cidadania. Mas nunca foi por as ditaduras os proibirem que os povos deixaram de lutar por eles. Nem é porque certos agentes do Estado administrarem mal a justiça que esta deixa de ser uma conquista civilizacional”.¹⁰⁹

Na perversa utilização desta cláusula poderá pensar-se em contornos mais complexos se perspetivarmos o despedimento, por iniciativa do jornalista ofendido no seu valor ético-profissional, como uma oportunidade para a entidade patronal preferir retribuir¹¹⁰ por, ainda assim, constituir um valor que comparativamente ao benefício dos interesses da empresa é vantajoso. Não será também, em contextos de crise, difícil argumentar que o jornalista não se enquadra na filosofia da empresa, que revela incapacidade na utilização de ferramentas tecnológicas ou insuficiência nos parâmetros de produtividade, para que o despedimento seja mais facilitado. Repare-se a este propósito, as práticas atuais de avaliações periódicas a que os

¹⁰⁸ idem

¹⁰⁹ GOMES. Adelino (2012)

¹¹⁰ Em 2007 o Sindicato dos Jornalistas propôs que o valor das indemnizações fosse mais alargado. Caso contrário, de tão baixas, pode até ser aproveitado pela entidade patronal para despedir o trabalhador incómodo.

jornalistas são submetidos, quase sempre polémicas, pelo grau de subjetividade que isso envolve .

Com má-fé podemos equacionar também, um eventual oportunismo do jornalista em receber uma indemnização, se tiver um outro trabalho já em vista, situações difíceis de ocorrer no contexto atual.

Joaquim Vieira, que foi Provedor do jornal Público, observa que no atual contexto empresarial dos meios de comunicação social, “as garantias e a cláusula de consciência praticamente não existem” e “acabam por se transformar mais num ferrete com toda a sua carga negativa para o próprio, do que outra coisa qualquer”.

Em geral, argumentou Afonso Camões, “as normas do art.º 12º do EJ são muito pouco eficazes”¹¹¹ e observa que a precariedade do emprego na área da comunicação social torna como preocupação prioritária, “o conseguir preservar o posto de trabalho”.

Embora admitindo a sua ineficácia e até desconhecimento, por parte dos jornalistas, sobre o funcionamento deste mecanismo, numa situação atual mundial “de tal maneira difícil que nenhum jornalista deixará de pensar três ou quatro vezes, se o deve invocar”, Fernando Cascais lembra que o problema reside na ausência de condições de facto, para que o profissional possa ver cumpridas essas medidas de proteção.

Se se disser “não vamos usar a cláusula de consciência, estamos a deitar fora o menino com a água do banho. Ninguém a vai utilizar porque ninguém a vai usar, então vamos deitá-la fora...não! esperamos um dia...” diz “ Cascais que foi membro do Conselho de Imprensa e relator de um dos casos que invocou este mecanismo legal. E acrescenta que pode haver momentos políticos em que é mais fácil o exercício dessa liberdade. “Pode haver leis, polícias a bater nos jornalistas...”. Advogando a sua importância, como um princípio dos jornalistas, Cascais é peremptório: “A cláusula existe, deve existir e continuar a existir como medida de proteção da independência dos jornalistas. Mais do que isso, proteção da sua própria consciência, porque no seu trabalho ele não conta a realidade, ele ajuíza (...) ele

¹¹¹ CAMÕES, Afonso (2012).

interpreta para o seu público, e isso tem a ver com a sua consciência como pessoa e profissional”.¹¹²

Cascais refere ainda que a cláusula “é positiva para os órgãos de informação”, porque o jornalista “está a dizer à sua hierarquia que é melhor ser outro jornalista a tratar. Ele não se sente suficientemente independente para tratar do caso como profissionalmente devia tratar”.

Isso, nota, é até benéfico. “Oxalá todos os jornalistas que não se sentem à vontade para tratar deste ou daquele tema dissessem isto ao chefe de Redação a tempo de ele poder mudar: “olhe eu sou tão ferrenho da equipa x que...”, exemplifica, considerando o posicionamento do jornalista face à linha editorial.

Oscar Mascarenhas entende, contudo, que a cláusula de consciência “não é a maior garantia”. A sua aplicação é “muito difícil”, principalmente porque “a orientação anunciada dos órgãos de informação é tão genérica – respeito pelas liberdades, pluralismo, etc. – que dificilmente se conseguirá encontrar uma ‘alteração profunda’.”

II. 5. 1 – Jornalistas autodemitem-se da responsabilidade

Da análise que efetuamos a 52 comunicados¹¹³ do Conselho de Redação do Jornal de Notícias - a mais antiga publicação detentora deste órgão eleito pelos jornalistas – verificamos que ocorreram, entre 2002 a 2008, sucessivas alterações editoriais, transferências de jornalistas, alguns a contragosto e até como sinal de “um castigo”.¹¹⁴

São factos que ficam entre muros de Redações, como sendo “normais” de um quotidiano jornalístico.

¹¹² CASCAIS, Fernando (2012).

¹¹³ Resumos dos assuntos mais importantes acompanhados pelo Conselho de Redação(anexo).

¹¹⁴ uma jornalista que pediu reserva, foi transferida por “castigo” para um departamento indesejado com o protesto do Conselho de Redação.

Os jornalistas, opina Maria José Garrido, jornalista da TVI¹¹⁵, “não querem entrar em conflito e auto demitem-se de usar a norma em sua defesa” (...) “E, como se vive com medo nas Redações, [acrescenta a nossa autora], a participação e intervenção é cada vez menos bem vista nos locais de trabalho onde a aceleração da informação retirou o tempo à reflexão tão necessária ao jornalismo”.¹¹⁶

É por tudo isto, refere ainda, que “estaremos perante menos democracia” nas redações e no país, “por culpa de quem manda”, mas também dos próprios jornalistas “que se refugiam no receio para também esconderem alguma da sua confortável letargia e ambição a qualquer preço”.

Por isso, conclui Maria José Garrido, “a minha interpretação só pode ser uma: a da vital necessidade da cláusula de consciência”.¹¹⁷

A eficácia destas garantias depende sempre da relação de forças que se estabeleça nas Redações e, no atual contexto, “as forças estão desequilibradas em desfavor dos jornalistas”.¹¹⁸ O contexto político e económico é desfavorável e, opina César, “a ressonância desse ambiente no campo do jornalismo em geral, e em particular, no interior das Redações tem-se traduzido no enfraquecimento dos laços de solidariedade entre os jornalistas a diferentes níveis.” Todavia, acrescenta Orlando César, “a cláusula pode evitar a discricionariedade e garantir a expressão individual, baseada em razões éticas e deontológicas, caso sejam equilibradas as relações de força. Se não o forem, o jornalista torna-se refém da posição desigual em que se encontra”¹¹⁹

¹¹⁵).

¹¹⁶ idem

¹¹⁷ idem

¹¹⁸ CESAR, Orlando (2012), jornalista, docente do ensino superior, Presidente do Conselho Deontológico do Sindicato dos jornalistas, foi diretor do Notícias da Amadora, CR (entrevista em 13 de Março de 2012).

¹¹⁹ idem

II. 6 – Autorregulação precisa ser adaptada à realidade

Mesmo considerando tais garantias como “bons princípios”, em abstrato, Manuel Falcão¹²⁰ que foi diretor do Canal 2 da RTP, considera que estas normas precisam de ser adaptadas ao evoluir tecnológico dos *media*, cuja paisagem mudou desde que estes instrumentos foram colocados na Constituição.

Mais favorável a “um enquadramento em autorregulação, numa Ordem ou Conselho de Imprensa, do que em sede legislativa”, considera que o clausulado deve ser atualizado, “tendo em conta as evoluções havidas a nível de conteúdo, das tecnologias de suporte e distribuição, mas também a nível da relação entre a linha editorial e os interesses comerciais das empresas editoras”.

O artigo 12º do EJ está “desfasado do tempo atual, não tem utilidade prática e funciona como uma barreira entre os editores e as redações” e explicita:

Mesmo considerando tais garantias como “bons princípios”, em abstrato, Manuel Falcão¹²¹ que foi diretor do Canal 2 da RTP, considera que estas normas precisam de ser adaptadas ao evoluir tecnológico dos *media*, cuja paisagem mudou desde que estes instrumentos foram colocados na Constituição.

Mais favorável a “um enquadramento em autorregulação, numa Ordem ou Conselho de Imprensa, do que em sede legislativa”, considera que o clausulado deve ser atualizado, “tendo em conta as evoluções havidas a nível de conteúdo, das tecnologias de suporte e distribuição, mas também a nível da relação entre a linha editorial e os interesses comerciais das empresas” editoras.

O artigo 12º do EJ está “desfasado do tempo atual, não tem utilidade prática e funciona como uma barreira entre os editores e as redações” e explicita:

Mas, alerta Luísa Ribeiro, “nenhuma independência, isenção ou capacidade de escolha podem ser exercidas por jornalistas ou aspirantes a sê-lo, em situação de

¹²⁰ FALCÃO, Manuel (2012).

¹²¹ FALCÃO, Manuel (2012).

ilegalidade ou de dependência económica ou política nos seus empregos”.¹²² Os jornalistas, acrescenta Luísa Ribeiro, “estão mais desprotegidos do que nunca a despeito do consagrado na lei. O empresariado do setor perdeu por completo o norte. Há muito que não procura exercer Jornalismo mas assumiu-se erroneamente mas espero que apenas por incompetência, como indústria mediática, servindo interesses que nada têm a ver com a missão do jornalismo.”¹²³

Luísa Ribeiro observa ainda que os jornalistas “têm que saber e poder dizer ‘Não!’ ” e de saber “viver com as consequências disso”. Por fim, conclui dizendo: “antes do emprego, o jornalismo é uma profissão. E esta é, acima de tudo uma profissão de fé nos princípios do jornalismo, em direitos, mas sobretudo em deveres”.

As garantias na Constituição da República Portuguesa, são neste contexto, “suficientes” para Wilton Fonseca¹²⁴, que foi Diretor de Informação interino da Agência ANOP e Diretor de Informação da Agência Noticias de Portugal. Refere que a “carta-mãe” oferece “as grandes garantias e o enquadramento jurídico-moral para o exercício da liberdade de imprensa” o que, opina, é suficiente.

Os outros instrumentos, Lei de Imprensa e Estatuto dos Jornalistas – “tem [segundo este nosso autor] servido mais para a prática da retórica partidária, parlamentar ou sindical” e seria “muito diferente se a prática da profissão fosse controlada e regulamentada por uma Ordem”.

Wilton Fonseca considera ainda que as entidades políticas, sindicais e profissionais, não têm sido sequer capazes de obrigar as empresas de comunicação social a declararem publicamente as suas composições acionistas: “como é que, sem se saber quem são os donos de uma empresa, é possível julgar se um meio de comunicação social está a defender interesses estranhos ou não, ou se está a impor

¹²² RIBEIRO, Luisa (2012), Jornalista . Foi Editora, Chefe de Redação e Chefe de Delegação na Agência Lusa. Foi Conselho de Redação da Anop. Entrevista em 02 de Maio de 2012.

¹²³ Idem .

¹²⁴ FONSECA, Wilton, jornalista, foi Diretor de Informação da agência Noticias de Portugal e Diretor interino e adjunto da ANOP. Foi diretor de comunicação da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD) e da Fundação Calouste Gulbenkian. Foi director de comunicação de diversas missões de paz da ONU.

aos seus jornalistas – mais ou menos sub-repticiamente, não importa – a defesa de um determinado ponto de vista?”.

Cético em relação à eficácia de “instrumentos jurídicos que podem ser politicamente manipulados na sua concepção e elaboração”, diz: “A norma do art.º 12º do EJ foi feita na perspetiva marxista de luta de classes: o trabalhador jornalista, revestido de valores deontológicos, por um lado, no outro lado a empresa capitalista, exploradora e dotada de desígnios inconfessáveis. Uma visão redutora e maniqueísta que não corresponde à realidade dos nossos dias”.

O estatuto dos Jornalistas “é irrelevante”, sugere W. Fonseca, mas há muita “inconsciência dos jornalistas”. Defende, por isso, que o “bom comportamento” pode ser vigiado por uma Ordem (já que os nossos sindicatos não parecem vocacionados para questões deontológicas, mas sim laborais) “.

O que se vê, acentua, “é uma postura de natureza económico-financeira, imposta pela empresa e aceite pelo jornalista. O jornalista não tem escolha - produz a ‘informação’ como poderia estar a produzir o relatório de uma empresa, a bula de um remédio, o panfleto para uma imobiliária. A cláusula? Nem se pensa nisso!”, conclui.

Jaime Almeida, que foi Diretor de Informação da RDP considera que a garantia de independência é “acima de tudo uma atitude individual”, enquanto a cláusula de consciência é uma “alegoria”.

Com dúvidas sobre a sua eficácia, reconhece contudo, que “é importante que estejam plasmadas nos textos que balizam o exercício da profissão”.

Refere nunca se ter confrontado com uma situação de recusa a uma ordem que possa ser enquadrada neste âmbito, o que atribui ao facto de ter trabalhado essencialmente numa rádio pública. Lembra o atual contexto de precariedade laboral onde “há medos vários” e admite: “tal como estão desenhados os grupos na área da comunicação social, em que prevalece a concentração, o profissional pensará certamente duas vezes antes de invocar tal cláusula. Também me parece que uma

entidade patronal que ouse rasgar as regras deontológicas, dificilmente verá um ‘travão’ seja no que for”.¹²⁵

II. 7 – Quatro décadas: 2012 a sétima invocação do artº12 do EJ

Dos sete casos que se submeteram à apreciação das diferentes entidades reguladoras, desde o surgimento do Conselho de Imprensa criado em 1975, a maioria acabou pelo não vencimento da cláusula de consciência as sim pelo respetivo enquadramento na faceta da “garantia de independência”, e terminaram por desistência ou acordo dos jornalistas com a empresa.

Alguns tiveram como consequência para os jornalistas o seu despedimento, demissão, destituição do cargo ou ainda mudança de área para outra indiferenciada, contrariando o seu nº 1 do art.º 12 do EJ – “ Os jornalistas não podem ser constrangidos (...) nem podem ser alvo de medida disciplinar em virtude de tais factos”.

Esta é a parte do art.º 12º, “mais difícil de respeitar”, observa Sofia Branco¹²⁶ que diz ter conhecimento direto do assunto, pelo fato de ela mesma ter invocado a liberdade de consciência do artº 12º, nº1.

A sua recusa a elaborar uma notícia, valeu-lhe a destituição do cargo de editora e transferência para outra secção. Aliás, será muito difícil que um jornalista, após invocar a cláusula segundo os trâmites legais, regresse ao seu clima normal de trabalho. A atitude é quase sempre considerada uma afronta aos poderes

¹²⁵ ALMEIDA, Jaime (2012), Jornalista, RDP e RTP. Foi Diretor Informação. (Entrevista 18/06/2012)

¹²⁶ BRANCO, Sofia (2012) jornalista. Foi membro do CR da agência Lusa (Maio). Foi também objeto de um processo apreciado na ERC. A sua recusa em fazer uma notícia sob a alegação de que violaria a sua consciência, valeu-lhe a mudança de lugar e perda das suas mais valias enquanto editora. (entrevista em 02/Maio/2012).

internos,¹²⁷ confirma Valdez que ao longo da sua profissão pertenceu a mais de uma dezena de CR e sentiu de forma direta diversas formas de pressão.

Este é, tão só, um caso particular que ilustra o estado de coisas a nível global, como nos dá conta o quadro seguinte:

Quadro 1 - Jornalistas que invocaram a independência, autonomia e liberdade de consciência, nos termos do artº12 EJ

Ano	O.C.S.	Jornalistas	Causas	Entidade	Deferimento	Resultado
1975	República	Grupo 21	Oriente. ideológica	CI	S	Fecho
1975	Notícias* ¹²⁸	Caso 24	San.ideológica	CI	S	Saneamento
1983	A Tarde	F.Soromenho	alter.org. jorn.pág .	CI	N	Demissão
2001	Focus	L.Ralha e Marin. Ramos	Regras Deontologicas	AACS	S	Ac. E Trib
2004	TVGuia	Maria Elisa Fernandes	Deontológica	AACS	N	Despedimento
2008	Povo Cartaxo	Teresa Curuchinho	Alteração Editorial	ERCS	anulada.	Acordo
2012	Agência Lusa	S. Branco	Deontológica	ERCS	N	Dest. do cargo

Fontes: Relatório do Conselho de Imprensa 1976, AACS, ERC.

O primeiro recurso à cláusula de consciência ocorreu em 28 de julho de 1975.

¹²⁹ por um grupo de 21 jornalistas do jornal República.¹³⁰

¹²⁷ VALDEZ, Fernando (2012), jornalista, CR ao longo de quase duas décadas (entrevista em 15 de Maio de 2012..

¹²⁸ - Caso dos 24 – um processo ambíguo, arrastado no tempo e controverso que acabou com a dispersão dos referidos jornalistas.

¹²⁹ Carvalho, Arons de - Legislação Anotada de Comunicação Social (2005) - Raul Rego tinha sido até aí o seu diretor. Aqui o Conselho de Imprensa, também um importante órgão de autorregulação já extinto, deu por unanimidade, em 1 de Outubro de 1975, o reconhecimento que o jornal, que antes «tinha uma orientação próxima do Partido Socialista» tinha agora “uma posição critica face àquele. partido...(....)justificando-se que os jornalistas queixosos extingam a relação de trabalho ao abrigo do nº1 do artigo 23 da Lei de Imprensa”.

Foi invocada com o fundamento de que tinha havido mudanças de orientação daquele diário de cariz socialista e da sua reorientação, ao abrigo do nº 1 do artigo 23º da Lei de imprensa de 85 C-/75. Registou-se como a primeira queixa e o primeiro caso tratado pelo Conselho de Imprensa¹³¹ que tinha sido recentemente eleito, criado por despacho do Conselho de Ministros de 22 de Abril de 1975.

A requerimento de alguns jornalistas que tinham trabalhado no jornal, o CI confirmou ter havido alteração profunda na linha de orientação daquele periódico, depois de reiniciada a sua publicação em 10 de julho de 1975, sob a direção do coronel Pereira de Carvalho, o que nos termos do nºs 1 e 2 do art.º 23º da Lei de Imprensa, então recentemente aprovada, permitiu aos referidos profissionais extinguir a relação de trabalho.¹³²

O problema ocorreu em Maio de 1975. Apesar de a lei de imprensa ter estipulado que as publicações deveriam possuir os seus estatutos editoriais até Abril de 1975, o jornal República ainda não o tinha, quando CI apreciou o caso. Ainda assim, considerou como uma “alteração profunda da linha editorial”, facto de que membros do CI também fizeram reparo, embora se tenha entendido que era publicamente notória, a linha socialista seguida.

Em 18 de Agosto de 1975 verificou-se, no *Diário de Notícias*, um dos casos controversos, com intensas críticas ao Conselho de Imprensa de então. Ficou conhecido como “o Caso dos 24”.¹³³ Foram suspensos trinta jornalistas que dias antes, tinham assinado um comunicado e que punham em causa a orientação ideológica do jornal, o qual estaria a ser sistematicamente manipulado a favor do

¹³⁰ Vítor Direito, João Gomes, Eduardo Paz Ferreira, Jaime Gama, Rocha Vieira, Álvaro Tavares, Carlos Soares, Artur Alpedrinha, Helena Marques, Jorge Morais, Pedro Foyos, Álvaro Guerra, Alberto Arons de Carvalho, João Grego Esteves, Bêlard da Fonseca, Manuel Arons de Carvalho, Antónia de Sousa, Rui Camacho, Marcelino Mesquita, Nuno Coutinho e Vasco Fernandes. (21 Jornalistas de *A República* v. *A Liberdade de Informação e o Conselho de Imprensa* 1975-1985).

¹³¹ Relatório do Conselho de Imprensa, (1979) Assembleia da República.

¹³² Em Agosto de 1975 o Diretor Raul Rego e a sua equipa redatorial lançaram o jornal *A Luta*.

¹³³ À época era Diretor Adjunto, do Diário de Notícias, José Saramago, que mais tarde se tornou escritor e foi Nobel da literatura portuguesa. Morreu em 2011.

Partido Comunista Português.¹³⁴ Um plenário de trabalhadores decidiu a suspensão desses jornalistas e a realização de um inquérito findo o qual, foram saneados 22 jornalistas. Juntaram-se a estes, por solidariedade, outros dois que não foram saneados, mas que subscreveram a posição dos anteriores. Os “24” recorreram para o Conselho de Imprensa, considerando o conflito “ideológico”, pedindo que se pronunciasse sobre “a fidelidade do conteúdo do jornal ao Estatuto Editorial”.

O Conselho de Imprensa deliberou ser “ilegal e ilegítimo o fundamento invocado para o afastamento dos jornalistas, atentatório da liberdade de expressão do pensamento salvaguardada na Lei de Imprensa”. E referiu na sua deliberação: “o saneamento dos 24 jornalistas foi motivado pela crítica e contestação que fizeram à orientação ideológica do jornal, e deixando de se observar aquela informação apartidária e independente que devia ter”. Considerou que se violou o Estatuto Editorial em relação aos mesmos jornalistas.¹³⁵

Terá sido o facto de não ter sido requerida a cláusula do artigo 23º que impossibilitou a sua confirmação. Nem o CI o suscitou por sua iniciativa.

Verifica-se aqui uma aparente contradição do CI com a postura da decisão, no mesmo ano, sobre o precedente “caso República”. Foi considerado um saneamento. Assemelha-se ao caso ocorrido em França, quando a direção de uma publicação invocou a cláusula de consciência para dizer que o seu jornalista, ao tornar-se deputado de uma linha política diferente, poderia prejudicar a orientação editorial do jornal, utilizando este mecanismo como recíproco no direito de rescindir o vínculo contratual.

Oito anos depois, em 20 abril 1983, este direito voltou a ser invocado pelo subchefe de Redação do jornal *A Tarde*, Fernando Soromenho, que se queixou, da

¹³⁴ *A Imprensa Escrita em Portugal – Abril de 1974 a Julho de 1976 – Relatório do Conselho de Imprensa. Edição Conselho de Imprensa, Assembleia da República, 1979.*

¹³⁵ Idem (pag.51) - este caso levantou grande celeuma. O Sindicato dos Jornalistas emitiu um comunicado em 15 de Agosto de 1975 considerando no “essencial correta a posição dos referidos jornalistas”, porque lutam contra o controlo e a censura exercida pelo partido-social fascista sobre o conteúdo daquele jornal”. Declararam no entanto, que aqueles jornalistas seguiram um processo errado” de contestação e concluíram que os trabalhadores da informação “deviam deixar de consentir que uma minoria exerça sobre a maioria um domínio feroz numa ditadura reacionária que nada tem a ver com o poder dos operários e dos camponeses – e é antes, o seu posto».

redução do espaço da secção desportiva que chefiava, de três para apenas uma página, e do fim das reportagens em recintos desportivos(...) ¹³⁶.

O projeto de resolução foi elaborado por Fernando Cascais, relator, que defendia a sua procedência. O parecer citava o “caso República” e o “caso dos 24” do Diário de Notícias ¹³⁷, embora este acabasse por não ter provimento enquanto violação da cláusula de consciência. Não era, segundo o próprio relator ¹³⁸, uma alteração de carácter político-ideológico, mas, com base no incumprimento do estatuto editorial. Além disso as alterações da secção desportiva tinham sido feitas sem consulta ao Conselho de Redação, com violação do art.º 22º do Conselho de Imprensa. O Conselho de Imprensa considerou, neste processo, que não estava em causa “uma modificação de quadrante político ou de concepção de cariz ideológico”.

Em Maio de 2001, foi pela terceira vez invocada, agora junto da Alta Autoridade para a Comunicação Social, entidade que sucedeu ao CI, pelos jornalistas Leonardo Ralha e Marina C. Ramos, da revista *Focus*. O motivo foi quebra das regras deontológicas.

A então AACCS reconheceu ter havido, como argumentaram os jornalistas, “acentuação da tendência para o sensacionalismo, para a exploração do sexo, para a depauperação da grande parte do conteúdo”(...)“tudo agravado pela redução do número de páginas, de algumas editoriais, nomeadamente de Economia e Cultura”, aquelas em que escreviam, os queixosos.

A deliberação da AACCS concluiu que “tomada uma a uma, ou consideradas em conjunto, estas mudanças comprovam amplamente uma alteração da linha editorial,

¹³⁶ - idem - O Conselho de Imprensa deliberou em 26 de Março de 1984, o não reconhecimento desse direito.

¹³⁷ Os 24 “saneados” do DN: Acácio Franco, António Mendes, António P. Alves, Alberto Santos, Alda Mafra, Adelino Alves, Cordeiro Pereira, Francisco Máximo, João Salvado, João Garin, Jorge Soares, Jorge Tavares Rodrigues, Simões Ilharco, José Sampaio, Luís O. Nunes, Mário Contumélias, Mateus Boaventura, Manuela de Azevedo, Manuel Guerra, Raul Nascimento, Rui Tovar, José Estêvão, S.Jorge e Rui Homem. (ver em A Liberdade de Informação e o Conselho de Imprensa 1975-1985 pag.189).

¹³⁸ O relator foi Fernando Cascais. Arons de Carvalho, diz no seu livro A Liberdade de Informação e o Conselho de Imprensa, distinguido com o prémio “Conselho de Imprensa – João Chagas”, que a proposta foi um “longo e cuidado parecer”. É crítico quanto ao facto de não ter sido considerado como uma violação da cláusula.

suscetível de afetar a dignidade profissional e intelectual dos requerentes”, numa proposta de Carlos Veiga Pereira.

A Revista recorreu desta deliberação e chegou a acordo com o jornalista Leonardo Ralha.

Quanto à jornalista Marina C. Ramos, recorreu para o Tribunal de Trabalho de Lisboa 5º juízo – sentença 13/10/2003. Também o tribunal de segunda instância, o da Relação de Lisboa, por acórdão de 17/11/2004,¹³⁹ considerou que a jornalista não invocou tempestivamente esse direito, entendendo, contrariamente ao deliberado pela AACCS, que a alteração editorial se situara numa data precisa (Julho de 2000) e não na sequência de “uma evolução continuada, prolongada” que remeteria, em última instância, para o jornalista a decisão sobre o momento em que considera insustentável a situação gerada pela alteração da linha de orientação.

II. 7. 1 – Indiferença e hostilidade: não me dirigiam palavra.

Maria Elisa Fernandes¹⁴⁰, a jornalista que há 12 anos, apresentou uma queixa na AACCS contra a TV Guia, despedida por se ter recusado a escrever uma notícia, por entender que se trataria, efetivamente de fazer publicidade dissimulada a uns “Korn Flakes”, numa rubrica intitulada “Centro Comercial”, regressou à Redação depois de uma providência cautelar. Passou muito tempo a ser “ostracizada” pelas chefias e pelos próprios camaradas de profissão: “não me dirigiam palavra, tinham medo que isso caísse mal”, contou.

A jornalista, recorda que mal se recusou a fazer a notícia, alegando violação da sua consciência, sustentada no Código Deontológico, foi logo informada de que

¹³⁹ Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa(2004), Relator Pedro Reis. “A alteração profunda da linha editorial da publicação para a qual o jornalista trabalha, desde que confirmada pela Alta Autoridade para a Comunicação Social, permite a rescisão com justa causa do contrato de trabalho, sob invocação de cláusula de consciência (art.º 12º, nº 3 do Estatuto do Jornalista – L. nº 1/99 de 13/1), mas não constitui facto ilícito gerador de responsabilidade civil, contratual ou extracontratual II- Para poder rescindir o contrato de trabalho com justa causa, com fundamento na cláusula de consciência, o trabalhador deve requerer, no prazo de 60 dias, à A.A.C.S., que confirme a mudança profunda na linha de orientação ou na natureza do órgão de comunicação social.

¹⁴⁰ Jornalista, depoimento direto (em 03 de Julho de 2012).

era proibido desobedecer à hierarquia e foi-lhe levantado um processo de despedimento com justa causa. Uma queixa à AACS que considerou um problema deontológico, mas não violação da cláusula de consciência, parecer de 23 de Novembro de 2005, que obteve uma abstenção de Jorge Pegado Liz e dois votos contra de João Amaral e Carlos Veiga Pereira, levou a jornalista a recorrer a Tribunal de Trabalho.

Não tendo havido acordo com a entidade patronal o tribunal obrigou à sua integração na Redação, contou a jornalista, para quem “foi um ano de trabalho penoso” até se ter demitido, por vontade própria, da revista.

Maria Elisa Fernandes alerta que são muitos os casos que conhece, do género, em diversas publicações, mas que os jornalistas têm medo de arriscar falar, por receio de perder o emprego.

Os factos reportam-se 8 de Julho de 2004,¹⁴¹ a jornalista Maria Elisa Fernandes, da “TV Guia”, foi despedida porque se recusou a escrever uma notícia que entendeu ser “publicidade redigida”.

Na sua declaração de voto, o conselheiro Jorge Pegado Liz, baseou-se na posição de Jónatas Machado¹⁴² e considerou que a jornalista usou: “corretamente a cláusula de consciência,¹⁴³ que lhe permite reagir contra o desempenho de tarefas profissionais que sejam contrárias ao seu estatuto profissional e ao Código Deontológico dos Jornalistas. Com efeito, é este expresso em impor aos jornalistas o dever de “recusar funções e tarefas susceptíveis de comprometer o seu estatuto de independência e a sua integridade profissional”.

E o seu exercício, diz Pegado Liz, “é garantido, como *direito fundamental* dos jornalistas pelo artigo 22º al. d) da Lei de Imprensa (Lei 2/99 de 13 de Janeiro), previsto, aliás, no artigo 38º, nº 2 al. b) da Constituição. Para além do aspecto deontológico, é também a salvaguarda do direito dos cidadãos à informação que

¹⁴¹ Sindicato dos jornalistas tomou posição (comunicado anexo)

¹⁴² Machado, Jónatas – referido em páginas anteriores

¹⁴³ Voto de abstenção de Jorge Pegado Liz (anexo) e dois contra (Carlos Veiga Pereira e João Amaral).

impõe a clara separação do que é atividade informativa e atividade publicitária, tal como resulta, designadamente, do artigo 28º da Lei de Imprensa, dos artigos 8º, 9º e 25º do Código da Publicidade e dos artigos 10º e seguintes da Diretiva 89/552/CE”, lê-se.

A deliberação sobre este caso, por maioria, enquadrou-se na violação de um preceito deontológico sobre a clara definição e separação da atividade de publicidade redigida e informativa. Como tal, circunscrita na “garantia de independência” sem direito a indemnização.

Decorridos mais quatro anos, em Novembro de 2008, Maria de Lurdes Cruchinho, jornalista do *Povo do Cartaxo*, invocou junto da ERCS uma alteração profunda na orientação editorial do jornal, subsequente à mudança dos titulares do respetivo capital social, mas a requerente chegou a acordo com a empresa quanto à cessação do seu vínculo laboral, pelo que foi determinada a extinção com fundamento na sua inutilidade superveniente.

Outros casos houve, ocorridos em 1975¹⁴⁴, que eventualmente se enquadrariam na cláusula de consciência, mas padeceram de irregularidades várias.

II. 7. 2 – O caso mais recente: “garantia de independência”

O caso mais recente, envolveu a jornalista Sofia Branco da Agência Lusa, numa queixa apresentada pelo seu Conselho de Redação em 19 de Abril de 2012, por alegadas violações das “regras básicas éticas e deontológicas do jornalismo”, queixa que já havia enviado também ao Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas.¹⁴⁵

¹⁴⁴ In Liberdade de Informação e o Conselho de Imprensa 1975-1985

¹⁴⁵ Parecer publicado no site SINJOR, em 11/11/2011

Em 2011, Sofia Branco, jornalista da Agência Lusa,¹⁴⁶ invocou o art.º12, nº1 como recusa a redigir uma notícia de uma declaração que lhe havia sido ditada por um assessor do primeiro ministro da altura, José Sócrates.

Referia-se à declaração pública “não basta ser rico, para ser bem educado” que o primeiro ministro iria proferir no dia seguinte, como réplica a uma afirmação do empresário Jerónimo Martins, mas que o assessor se prestou a informar como um exclusivo à Lusa.

A jornalista invocou o artigo 12º do EJ, no seu número 1, (Garantia de Independência) para fundamentar a sua recusa em fazer a notícia, alegando suspeitas do assessor que não queria ser citado, além de reservas pela ausência de fonte e, também, relativamente ao conteúdo que considerava “insultuoso”. A notícia foi feita por outro jornalista. O PM só falou no dia seguinte.

A Entidade Reguladora para a Comunicação Social, reconheceu que “poderiam estar reunidos os pressupostos de facto e de direito para que um jornalista pudesse legitimamente invocar a cláusula de garantia de independência” e que “a jornalista tinha legitimidade, para a invocar a alínea d) do artº 22º da Lei de Imprensa, recusando-se nos termos do nº 1 do art.º 12º do EJ, a editar aquela notícia, mas não se provou - “por ausência de pressupostos de facto” que “a Agência Lusa tivesse violado”, de acordo com os mesmos artigos e “qualquer outra regra da comunicação social.”

A editora já tinha sido destituída do cargo e mudada para a secção de cultura, atitude que a jornalista considerou como “um castigo”.

A mudança foi enquadrada, na análise efetuada da ERC, como “uma quebra de confiança”, na sequência de um “mero ato de desobediência a um superior hierárquico” já que a jornalista sustentou a recusa, numa “notícia de carácter insultuoso” (de que havia dúvidas) e “não na ausência de fonte noticiosa”.

¹⁴⁶ Processo na ERC - deliberação 3/DJ/2012

II. 8 – Cláusula de consciência - sua intangibilidade é “travão”

Um dos problemas da cláusula “é o autodespedimento sem proteção legal, ou com superproteção, mas só em circunstâncias quase inatingíveis”, diz JMF, que nos leva a refletir sobre a origem da eficácia da cláusula de consciência, fundamentada na dignidade humana e no conjunto de valores ético-profissionais interiorizados e assumidos pelo jornalista, em função da sua liberdade .

A defesa dessa integridade deontológica que se espera dos jornalistas, exige um esforço que a cláusula, em si própria, nem sempre pode garantir pela sua eficácia subjetiva e interligada ao enquadramento do ambiente político, social, económico.

Carlos Camponez¹⁴⁷, recorda Le Bohec¹⁴⁸ para quem a cláusula de consciência só funciona verdadeiramente em situações de pleno emprego, em que os jornalistas podem decidir de acordo com a sua consciência, sem arriscar ficar vários anos no desemprego. Esclarece, a propósito, que “apesar do seu alcance diminuto, isso não significa a sua inutilidade: a sua existência dá sempre possibilidade de alguém recorrer a ela e, para além do mais, é a expressão do reconhecimento de uma especificidade e de uma autonomia no jornalismo enquanto profissão”.¹⁴⁹

Em sua opinião é “um travão” que só pode ser efetivado pela existência de mecanismos internos de autorregulação, nomeadamente os Conselhos de Redação. A cláusula de consciência “emerge da consciência das especificidades do jornalismo político”¹⁵⁰, conforme refere Hugo Aznar¹⁵¹ e, só depois, foi para as outras áreas.

¹⁴⁷ CAMPONEZ, Carlos (2012) – jornalista, docente universitário – Coimbra. Entrevista 20/06/2012.

¹⁴⁸ Le Bohec Jacques , professor de sociologia dos media, *les Mythes professionnels des journalistes*. Etat des lieux en France, L’Harmattan, coll. Communication et civilisation, 2000, 398 pages.

¹⁴⁹ CAMPONEZ, Carlos (2012).

¹⁵⁰ idem

¹⁵¹ idem

II. 8. 1 – Relações reverenciais na osmose editorial

O exercício deste direito específico dos jornalistas é também condicionado pela relação de subordinação e reverencial entre as hierarquias que se estabelecem nas Redações. Lutar contra a política editorial pode ser um entrave na carreira.

Como refere José Manuel Fernandes, “se a cláusula quase não tem condições para ser aplicada, claro que há uma desigualdade entre o jornalista e a hierarquia” que de resto, acrescenta, “essa desigualdade existe sempre e não é um problema em si mesma: a maior responsabilidade da hierarquia também se traduz nisso. O mesmo, se bem que a nível diferente, se passa com a empresa”.

Neste percurso investigativo, deparámo-nos com diversas opiniões de reserva, reveladoras de uma consciência de que o conhecimento público lhes pode “tramar a vida”.

Warren Breed na sua teoria organizacional, em *Controlo Social da redação: uma análise funcional*¹⁵², refere que o jornalista rapidamente se conforma com as normas da política editorial, adaptando-se, por socialização e osmose, mediante estímulos e sugestões do ponto de vista da hierarquia da Direção¹⁵³.

O sociólogo norte-americano, falecido em 1999, enumera vários factores e ilustra os “castigos”: “o mito diz que o brilhante repórter errante é retirado dos assassinios e colocado na necrologia”, para dizer que a chefia tem o poder de escolher quem vai fazer o quê ou para que secção vai o jornalista trabalhar.

Garrido, admite que quem use a cláusula de consciência “será concerteza, excluído de qualquer possibilidade de poder ascender a um cargo de chefia, caso tenha essa ambição” mas, no entanto, embora o recurso a este mecanismo seja

¹⁵² TRAQUINA, Nelson; BREED, Warren – (1955-1993) Traquina cita o *Controlo Social da redação: uma análise funcional – Revista Social Forces* (em *O Jornalismo Português em Análise de Casos*”, de Nelson Traquina, (Teorias das Notícias) - Ana Cabrera, Cristina Ponte, Rogério Santos, Caminho Editora, Lisboa, 2001, pág.38 e 39.

¹⁵³ Idem (pag.154 e 155 “O primeiro mecanismo que promove o conformismo é a socialização do redator no que diz respeito às normas do seu trabalho. Quando o jornalista inexperiente começa o seu trabalho, não lhe é dita qual é a sua política editorial. “. Acrescenta o sociólogo da universidade de Columbia:”que a aprendizagem da política editorial é um processo através do qual um novato descobre e interioriza os direitos e obrigações do seu estatuto, bem como das suas normas e valores. Aprende a obter aquilo que se espera dele, a fim de obter recompensas e evitar penalidades”.

“pouco usado”, considera que ele deve continuar a existir como “travão” a “eventuais abusos da entidade patronal”.

A jornalista crê, como vários dos nossos entrevistados, que a maioria dos jornalistas “não tem consciência desse direito e do que ele lhes permite.”

Na prática a cláusula não tem “grande utilidade”, como refere Fernando Valdez, Jornalista que foi eleito para membro do Conselho de Redação ao longo de quase duas décadas¹⁵⁴.

Como sustenta Fernando Valdez, “quem utilizar esta possibilidade tem desemprego quase garantido para o resto da vida. A propriedade dos meios de comunicação social está concentrada num número restrito de meios económicos e restam muito poucas alternativas”.¹⁵⁵

Para este mesmo autor, a cláusula de consciência é “mais passível de ser utilizada no meios de comunicação social do setor público, mas mesmo assim, “incorrendo em sanções da hierarquia”.

No setor privado, nota, “é muito difícil e arriscado a sua invocação e é grande a probabilidade de ir para uma prateleira e ser alvo de despedimento na primeira ocasião”

Paulo F. Silva¹⁵⁶, que foi eleito várias vezes membro de Conselhos de Redação, considera que a garantia de independência e a cláusula de consciência, sendo princípios exemplares na legislação portuguesa, “não valem coisa nenhuma” do ponto de vista da eficácia.

Em reforço desta sua ideia, pergunta o autor: “Alguém consegue imaginar, hoje, a existência de um qualquer jornalista que não pretende desempenhar a tarefa A ou B porque é contrária à sua consciência?” Jornalista profissional atento ao que se passa no exercício quotidiano da profissão, Paulo Silva acrescenta que hoje existe nas redações muita gente nova que nem sonha, sequer que isso é possível. E, entre os que conhecem a lei, os seus direitos e garantias, “a maioria pensará trinta e cinco

¹⁵⁴ Agencias Anop e Lusa (membro eleito de sucessivos CR).

¹⁵⁵ VALDEZ, Fernando (2012).

¹⁵⁶ SILVA, Paulo F. (2012), jornalista. Foi eleito em sucessivos Conselhos de Redação do Jornal de Notícias, Porto. Foi presidente da Casa da Imprensa. (Entrevista em 13/03/ 2012).

vezes antes nas contas do mês e acabará, inevitavelmente por, nem suscitar um eventual incidente”. Os restantes, acrescenta, “por serem profissionais largamente experimentados e reconhecidos, terão outras formas de tornear o problema”. Em todo o caso, acrescenta Paulo F. Silva, “vive-se com medo nas redações”, e os jornalistas, como que resignados, “passaram a integrar o ‘show-off’ sistémico e na maior parte das circunstâncias, não exercem a cláusula de consciência nem questionam eventuais alterações na linha editorial, porque nesta classe há um desemprego terrível e avassalador de que não podem nunca abstrair-se”.¹⁵⁷

Paulo F. Silva, tendo embora presente o disposto no nº 3 do art.º 12º do EJ, relativo à alteração sobre os direitos de autor, introduzida em 2007, esclarece, todavia, que a lei não é vigente, aceitando-se o seu incumprimento como regra absoluta. Refere, aliás, que há hoje “verdadeiros produtos de informação de ‘linha branca” em que as notícias são rigorosamente iguais, copiadas de algum lado, simplesmente porque assim fica mais barato ao grupo económico proprietário”. E acrescenta: “ninguém se interroga se esta notícia ou esta reportagem é publicada no órgão A ou B em simultâneo. É natural, diz-se! Afinal de contas são os dois meios de informação do mesmo dono (...) só que isso é um abuso sem nome!”

Da perigosa e cada vez maior perda de autonomia dos jornalistas, que os faz conformar-se com as ordens das empresas, nos adverte James Curran, sublinhando que tal perda de autonomia por parte dos jornalistas está estreitamente ligada à excessiva concentração dos meios de comunicação social em grupos empresariais. No seu trabalho *“Culturalist perspectives of news organizations: a reappraisal and a case study,”* de 1990, Curran considera que a autonomia dos jornalistas é, por natureza, limitada. Os jornalistas são, segundo ele, titulares de uma “autonomia autorizada” (*licenced autonomy*), na medida em que a autonomia do jornalista só existe enquanto consentida, isto é, enquanto for exercida de acordo com as regras e interesses da empresa jornalística.

Como forma de ultrapassar um tal estado de coisas, o autor propõe que se aprovem leis antimonopólio e se assumam “formas de autorregulação

¹⁵⁷ idem

mais ambiciosa e independente”, de cuja violação possa resultar a aplicação de sanções.¹⁵⁸

A incerteza de uma deliberação que sustente a sua decisão de recusa consubstanciada na cláusula, o recurso ao tribunal para obter a indemnização por justa causa, ou o risco de perder a causa e eventualmente o trabalho, constituem, no contexto atual, aspetos relevantes, passíveis de gerar alguma conformação que pode minar a independência do jornalista e a consequente qualidade informativa.

II. 9 – Alargamento da cláusula ou clarificação de critérios

O alargamento da cláusula de consciência a outros fatores, para além da alteração ideológica ou natureza do órgão de comunicação social, e consequente definição de critérios do que significa a alteração profunda, poderiam ser uma forma mais consensual, porque mais penalizadora, para quem infringe as regras.

Hoje, as diferenças ideológicas são menos acentuadas e a maior parte dos editoriais contém princípios de isenção, pluralismo e qualidade, nem sempre cumpridos, mas que incidem muito sobre o que deontologicamente se exige da profissão.

Marc Carrillo defende que devemos fazer “finca-pé” na necessidade de introduzir elementos que ampliem a cláusula de consciência, no sentido de “incluir razões que legitimem a sua exigibilidade jurídica perante os tribunais” e a clarificação de critérios. A esta luz, esclarece o nosso autor:

“Não só a liberdade ideológica como expressão de uma determinada consciência ética ou dignidade profissional, perante uma mudança de princípios editoriais, mas também a liberdade ideológica como resistência frente a uma classe de decisores da direção da empresa, aparentemente de carácter laboral, que de facto, incidem negativamente no exercício da profissão”.¹⁵⁹

¹⁵⁸ Curran, James (2011) <http://hackinginquiry.org/news/professor-james-currans-talk-at-leveson-inquiry-seminar/> professor de História e Comunicação, Diretor *the Goldsmiths Leverhulme Media Research Centre*. É autor de vários artigos e obras sobre os media, nas quais se destaca *Media e Democracia (2011)* e se prepara para lançar em 2012 em coautoria com Natalie Fenton e Des Freedman, um livro intitulado *Misunderstanding the Internet*.

¹⁵⁹ Carrillo, Marc (1993), *La cláusula de conciencia y el sigilo profesional de los periodistas*, Madrid, Cuadernos, Editorial Civitas,SA (pag.140), (trad. nossa).

Carrillo considera que estão implícitas não só poderes das chefias cujas medidas se revelam por vezes nefastas, transferências forçadas, mudanças de secção imprevistas, sem atender às especializações ou preferências dos jornalistas, encargos profissionais que vulneram os princípios deontológicos, nomeadamente enviar o jornalista para um local ou delegação onde tenha que efetuar alterações na sua vida pessoal e familiar.

A cláusula de consciência, como sustenta Hugo Aznar, “tenta criar uma situação de segurança moral e ética para os jornalistas”¹⁶⁰. No mesmo fio de pensamento se inscreve Rosenthal ao defender “que os meios estatais não devem ser considerados como fábricas de propaganda governamental”, nem os meios privados podem ser “entendidos somente a partir da lógica dos interesses económicos, corporativos ou de qualquer outra índole.”¹⁶¹

Em ambos os casos deve ser prioritário o direito do público ter acesso a uma informação verdadeira e completa dos factos ocorridos, e o direito do jornalista a cumprir esse mandato de cidadania que, de alguma forma, lhe é outorgado pela sociedade para desempenho do trabalho.

E nesse sentido, a lealdade do jornalista para com a empresa cessa a partir do momento em que as suas orientações conflituem com este compromisso público, porque, em primeiro lugar, deve pesar o dever do jornalista a informar.

E esta relação contratual com o jornalista, tem especificidades que se distinguem de outras: “São [na fundamentada opinião de Arons de Carvalho] atípicas diversas das demais empresas e próprias do jornalismo” na medida em que tal relação contratual “incorpora algo próprio de cada profissional que não é igual a outro.”¹⁶²

¹⁶⁰ Cfr. Hugo Aznar, “preâmbulo aos Estatutos da RTVV”

¹⁶¹ Cfr. Rosenthal, David.M (1986), *Two concepts of Conscience*.49 (349-359 Pag.) *Philosophical Studies* (1986) by D.Reidel Publishing Company (consulta me 20 Junho de 2012- internet).

¹⁶² Cf. Alberto Arons de Carvalho, *Garantia da Independência*, 2012 (p.231)..

II. 9. 1 – O silêncio das retaliações

Os que ousaram invocar a cláusula de consciência, de uma forma geral, enfrentam alguma crispação por parte da hierarquia, facto que, com frequência, se traduz num processo de hostilização silenciosa ou na mudança de secção ou serviço.

A propósito, Hugo Aznar admite que aqueles jornalistas que o fazem “iniciam, com maior ou menor acentuação, um percurso de ruptura com eventuais consequências na sua vida profissional”, mas “cabe aos jornalistas fazerem valer esta garantia da sua independência e dignidade profissional”.¹⁶³

Do mesmo modo argumenta Carlos Veiga Pereira¹⁶⁴, que pertenceu ao Conselho de Imprensa e à AACS, quando se referiu a alterações na política editorial: “ela não se processa de um dia para outro. Às vezes é lenta, pode levar meses”, diz recordando um episódio de um processo em que expressou uma declaração de voto.¹⁶⁵

Embora a cláusula da consciência garanta uma proteção importante e necessária aos profissionais e seja garantística do pluralismo político¹⁶⁶, também dá margem para interpretações diversas.

Os jornalistas profissionais, perante a concentração de órgãos de comunicação social em grupos empresariais e a flexibilização contratual, receiam desagradar às administrações e perder o seu trabalho, deixam-se viver em clima de autocensura.

Tais ambiências, que devem ser percepcionadas pelos Conselhos de Redação, são suscetíveis de levar os profissionais de comunicação social, em períodos de

¹⁶³ AZNAR, Hugo – *Comunicação Responsável* (2005) Porto Editora (pag. 180,181)

¹⁶⁴ PEREIRA, Carlos Veiga (2012), jornalista, pertenceu ao Conselho de Imprensa, foi Diretor de Informação e membro do Conselho de Redação da ANOP. Foi um dos decisores de um dos casos de invocação de cláusula de consciência.

¹⁶⁵ Caso Ralha e Marina C. Ramos (2002).

¹⁶⁶ SAWVY A.(1951) em “*l’information, clef de la démocratie*”, RESP, I. 1-2, mayo 1951, pag 26-39).

acentuada crise, a um desgaste psicológico¹⁶⁷, sem que tal facto tenha consequências para a entidade empregadora.

Este tipo de lesões à dignidade profissional dos jornalistas já vinha referenciado na Declaração de Munique, como ficou conhecida, em 1971 a Declaração dos Direitos e Deveres dos Jornalistas, assinada por representantes sindicais de seis países da Comunidade Europeia, que confinava o conceito de “dignidade profissional” à “recusa de pressões que não venham da Redação” e o direito da Redação ser “obrigatoriamente informada de todas as decisões importantes que afetem a vida da empresa.”¹⁶⁸

II. 10 – A cláusula é um bom princípio, mas não tem eficácia

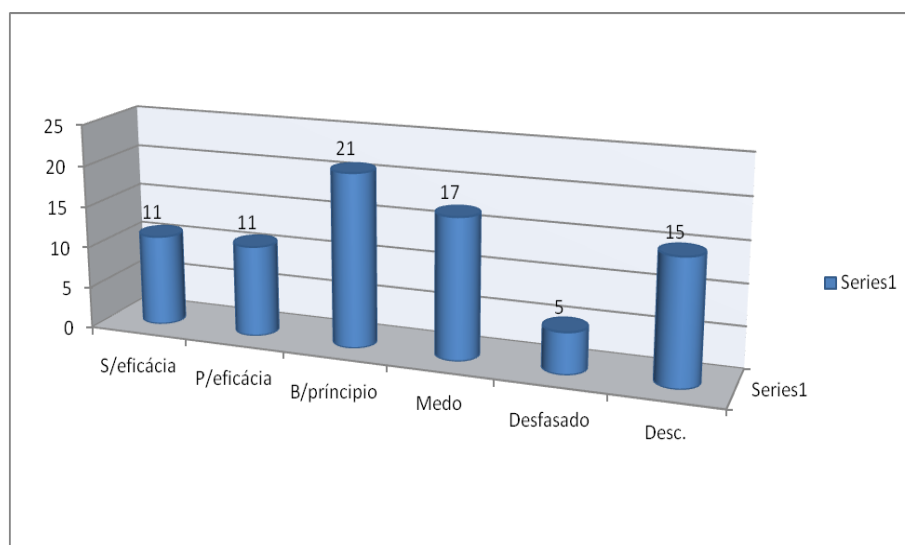


Figura 2 – Resultados da expressão dos 23 opinadores sobre a importância da cláusula (anexo)
S/eficácia (11) p/eficácia (11) bom princípio (21), medo (17) desfasada (5) maior parte jornalistas desconhece (15).

¹⁶⁷ Um repórter fotográfico (Junho 2012), com carteira de jornalista, que pediu reserva, recusou-se a fazer trabalhos de paparazi e sente, desde então, que é vítima de retaliações dentro da Redação onde trabalha.

¹⁶⁸ RODRIGUES, Avelino (2008), na revista Trajectos nº12 .

A cláusula de consciência dos jornalistas, “não tem eficácia” mas “é um bom princípio”, tendo em conta a opinião expressa pelos vinte e três profissionais do meio jornalístico, académico e jurídico por nós inquiridos.

Como um princípio, é “uma boa cláusula” e “uma prerrogativa” dos jornalistas que podem sempre usá-la quando acharem oportuno. “Deve [segundo as opiniões expressas pelos nossos entrevistados] continuar a existir”.

Mas não “tem utilidade prática”, é “ineficaz”, “vazia”, “oca”, “frágil” e de aplicação “diminuta”, “não serve para coisa alguma”, dizem em idêntica maioria sobre o seu reverso.

Tendo em conta os seus pressupostos e o número diminuto de casos em que foi invocada alguns consideram que ela pode transformar-se para quem a invoca num “ferrete” que o marca para qualquer outro emprego, ou torna o jornalista alvo de “perseguição”.

Ela é também designada como “um penacho da democracia formal e da liberdade de imprensa teórica”. Os jornalistas, mais preocupados em manter “o posto de trabalho”, “pensam muitas vezes” antes de a invocarem. Exercem “autocensura”.

A maioria dos entrevistados considera que os poucos casos que a ela recorreram ao longo de quarenta anos, não significa necessariamente que se atingiu um grau de democracia tal que dela se prescinda. Mas, pelo contrário, referem que existe nas Redações “receio de retaliações”, “medo de ficar sem emprego”.

Um dos depoimentos mais radicais, considera a cláusula “irrelevante”, outro diz que ela “tem de ser alterada” e vários outros sustentam que ela deve ser “clarificada”. Mas e sobretudo, “regulada” quanto ao pressuposto “alterações profundas”.

Sobre o conhecimento e sentido da cláusula de consciência e da sua aplicação, a maioria suspeita, de forma natural, que grande parte dos jornalistas “a desconhece”.

Um dos entrevistados sugere a hipótese de que “as gerações novas não se reveem” neste clausulado. Alguns pensam que os jornalistas, em geral, “não têm consciência” de que podem invocar o nº 4 do art.º 12º do Estatuto dos Jornalistas e da sua especificidade.

Embora os mais experientes tenham interiorizado esse direito, alguns depoimentos dizem que os jornalistas conhecem a cláusula, mas vêem-na como um direito “intangível” a que “não podem recorrer”.

O exemplo do jornal britânico “News of the World” que reivindicou, em Novembro de 2011, quase 80 anos depois da matriz francesa, uma cláusula de consciência, foi considerado, embora em contextos diferentes, “um sinal” de que os jornalistas sentem que precisam de um reforço de proteção. Mas a maioria manifestou-se cética quanto à sua aprovação.

Capítulo III – A expansão da cláusula no mundo – o desespero dos jornalistas britânicos

As garantias de independência e a cláusula de consciência afirmaram-se nas primeiras décadas do século XX, principalmente a seguir à primeira Guerra Mundial, num período de grandes alterações tecnológicas e de maior rapidez de informação.

Primeiro surgiram em países do norte e centro da Europa, onde os meios de comunicação social assumiram um papel acentuado ao serviço de causas religiosas, políticas e sociais. Por vezes, havia uma falta de clareza¹⁶⁹ do que era propriedade da empresa ou propriedade da informação, em prejuízo da essência intelectual da informação jornalística, modelo que Mancini¹⁷⁰ qualificou como “corporativista democrático”.

Quando se pensava que a cláusula de consciência tinha “morrido”, emergiu recentemente na Grã-Bretanha, com o National Union of Journalists – NUJ (acrónimo do nome inglês da organização), a propósito do uso das escutas ilegais pelo jornal News of the World, que aprovou por unanimidade, em Novembro de 2011, uma proposta para a inserção da “cláusula de consciência” no preceituado contratual,

¹⁶⁹ Joyer (2009) - *Sistemas de Media: Estudo Comparativo* »Livros Horizonte: Hallin e Mancini (pag..20). ¹⁶⁹ Joyer (2009) - *Sistemas de Media: Estudo Comparativo* »Livros Horizonte: Hallin e Mancini (pag..20).

¹⁷⁰ Mancini, Paolo - defende também que a profissionalização assenta em três dimensões: autonomia, normas profissionais e orientação de serviço público..

embora tal reivindicação não tenha sido acatada pela Press Complaints Commission (PCC).

Esta iniciativa, significa para Joaquim Letria, jornalista que pertenceu às suas fileiras como membro do NUJ¹⁷¹, “o reforço do pilar da Democracia”, referindo a este propósito:

“A União dos Sindicatos Ingleses é a mais forte e independente força representativa dos trabalhadores desde a Revolução Industrial. Ao decidir essa iniciativa, e por unanimidade, foi porque entendeu dever reforçar um seu pilar da maior importância para a Democracia que se revelava enfraquecido pela sua própria conduta e pelo poder das entidades patronais que ameaçando ou corrompendo profissionais os levavam a envolver-se em ações condenáveis, moral e juridicamente.”¹⁷²

Em diversos momentos, vários dos seus representantes,¹⁷³ como John McDonnell e Austin Mitchell, propuseram emendas à legislação laboral britânica, no sentido de introduzir uma cláusula de consciência que proteja os jornalistas de instruções dos seus chefes, contrárias ao seu código de conduta, o que impeliria os profissionais de comunicação social a recusar práticas antiéticas.

Também no Brasil, em agosto de 2007, a Federação Nacional da Associação de Jornalistas Brasileiros (FENAJ), alterou o código de ética dos seus profissionais e, entre outros preceitos, instituiu a “cláusula de consciência”. No seu art.º 13º, faculta ao jornalista a possibilidade de se "recusar a executar quaisquer tarefas em desacordo com os princípios do Código de Ética ou que agridam as suas convicções".

Segundo o Observatório de Imprensa do Brasil, a cláusula de consciência “é o maior avanço do novo código, e ela permite que o jornalista não violente suas convicções em nome dos interesses da empresa para a qual trabalha”.

¹⁷¹ Joaquim Letria foi membro do NUJ.

¹⁷² LETRIA, Joaquim (2012) – entrevista 03 Abril 2012.

¹⁷³ John Plunkett, do Guardian [14/9/05].) (...) Lezard alegou que os jornalistas já aguentaram por muito tempo a obrigação de envolver os seus nomes em artigos racistas, sob pressão dos seus editores. Para ele, chegou a hora de existir uma "cláusula de consciência" para proteger os profissionais de imprensa de ações disciplinares ou danos às suas carreiras caso eles se recusem a escrever artigos com posições que não concordem” Lezard afirmou que, muitas vezes, jornalistas sentem-se forçados a escrever o que os proprietários da empresa querem

Na Argentina, em julho de 2011, o Fórum de Jornalismo defendeu a aprovação de uma lei que crie uma “cláusula de consciência.”¹⁷⁴ No projeto apresentado, os jornalistas poderão recusar-se a fazer determinado trabalho se julgarem que houve atentado à sua “independência e integridade moral, deontológica e profissional” por parte do empregador.

Nos Estados Unidos não existe uma regulação da cláusula de consciência, mas um dos dez princípios que regem a profissão, recentemente reanalisados e editados, na Carta de Princípios, pode ler-se¹⁷⁵: “aqueles que o exercem devem ser livres de seguir a sua própria consciência.”

Alguns analistas defendem que através do célebre processo do militar norte-americano Portillo, apreciado pelo STJ da nação em 18 de Abril de 1989, e que reconheceu uma objeção de consciência de natureza religiosa¹⁷⁶, há a possibilidade de, por extensão, se aplicar ao jornalismo.

III. 1 – O precedente europeu na contratação

No meio Europeu¹⁷⁷, as primeiras invocações da cláusula de consciência dos jornalistas no campo jurisdicional, foram feitas nos casos Morello versus Luzzatto, em 05 de abril de 1901 e Morello versus Roux, 16 de março, de 1909.

Foram invocadas perante o tribunal de apelação do Distrito de Roma e garantiam o direito do jornalista a uma compensação pela rescisão do seu contrato

¹⁷⁴ Fórum de Jornalismo – <http://fopea.org> – Por una ley que proteja la libertad de conciencia de los periodistas.

¹⁷² Fórum sobre os Princípios Fundamentais do jornalismo, FCSH – Março 2012 - investigadores, jornalistas e cidadãos discutiram o futuro do Jornalismo, uma iniciativa do Projeto Jornalismo e Sociedade (CIES-ISCTE), coordenado por Adelino Gomes, debate moderado por António Granado (CIMJ/FCSH) e por Gustavo Cardoso (CIES-ISCTE) e com o apoio do CIM175.

¹⁷⁶ Caso Portillo (21 Julho 2011) - O tribunal disse: “as consequências sofridas pelo cidadão, causadas pela obrigação de obedecer às forças armadas, atinge não só os que professam um particular culto, como aqueles que tendo uma hierarquia nos seus quadros de valores éticos, dão uma prioridade a não colocarem em risco a vida dos seus concidadãos”.

¹⁷⁷ infojus <http://www.bibliojurídica.Org/estrev>.

de trabalho, sob fundamento de que tinha havido, de facto, uma alteração da linha ideológica do jornal.

Como não existia, à época, especificação sobre a cláusula de consciência, o tribunal de Roma emitiu a sua decisão com base em princípios baseados no ato de contratação inserida na lei civil (secção 1165). Foi entendido que a salvaguarda da linha editorial do jornal é parte da competência funcional (do objeto do serviço) do jornalista, a partir do momento em que ele é contratado.

Após o fim da relação laboral, o jornalista recebeu uma compensação económica pelos prejuízos resultantes da sua perda do trabalho e danos morais.

Em Itália, o seu reconhecimento tem uma origem jurisprudencial, com base nos contratos laborais.

Os tribunais reconheceram o direito ao autodespedimento por parte dos jornalistas, com indemnização correspondente, em caso de alterações substanciais na orientação política do jornal. A cláusula de consciência foi considerada em Itália, em textos convencionais, em resultado do acordo dos patrões dos media e das estruturas representativas dos jornalistas.

Na Áustria, em 13 de janeiro de 1910, a sua legislação foi pioneira neste domínio. Assemelha-se à italiana, ou seja, aceita que o trabalhador/jornalista, rescinda o contrato, caso se verifiquem práticas reiteradamente contrárias às suas convicções e aos princípios deontológicos do jornalismo.

Mas, a institucionalização da cláusula de consciência teve como precursora a Hungria, através de uma lei de 1914 onde se previa que um jornalista podia denunciar o contrato com efeito imediato, se o editor exigisse que ele escrevesse um artigo cujo conteúdo constituísse um ato punível ou “cuja tendência fosse contrária às normas do contrato inicial”.

Antes, uma lei austríaca de 1910 obrigava a direção dos jornais a avisar os seus redatores, com um mês de antecedência, sobre as alterações na orientação ou na direção da publicação.

III. 2 – Jurisprudência espanhola: violação consciência é violência moral

A jurisprudência espanhola contempla, num conjunto de casos¹⁷⁸, tal como em Itália e França, a clarificação de que cláusula de consciência representa não só um direito subjetivo dos jornalistas, mas também uma garantia da formação livre da opinião pública e que implica o imprescindível pluralismo político de um estado de direito. Fica também prejudicada a relação laboral se é contrária à ideologia do jornalista e não será razoável que o profissional continue a trabalhar se a razão invocada foi a cláusula de consciência.

O Tribunal Constitucional de Espanha sugeriu, a propósito do estudado Caso Escobar e do jornal “Ya”, que não é possível invocar-se outras leis, sem que se recorra ao preceito constitucional e acrescentou que “a dúvida de interpretação não pode prejudicar a independência do jornalista”.¹⁷⁹

Maria Macía Jara, professora que analisou este processo, considera que “levar ao extremo a interpretação literal, esvazia o sentido da norma, suspende o direito à cláusula de consciência e conduz à sua ineficácia”.

No mesmo sentido se expressa Vicente Palacio¹⁸⁰ e Marc Carrillo.¹⁸¹ Diz Arias que exercer o direito à cláusula não deve ser apenas um questão de procedimentos,

¹⁷⁸ “Ya” e a sua mudança de linha ideológica. O jornalista António Escobar terminou a sua relação laboral com a revista invocando a cláusula de consciência. Depois vai a um tribunal comum para pedir a rescisão do contrato em virtude do 2.2 da lei orgânica 2.1997. Em 1996, o jornal começa uma nova etapa e o jornalista assume o cargo de subdiretor, mas mercê dos artigos publicados, Francisco Escobar decide demitir-se dia 20 de Setembro. Em Outubro recorre ao tribunal comum para receber a sua indemnização no âmbito da cláusula de consciência alegando que o jornal passou a ser ultradireitista. O tribunal (Social nº 22) responde que embora a Constituição espanhola o preveja e a lei o estipule, assim como o estatuto dos trabalhadores, compete aos tribunais deliberar e por isso a relação laboral tem de estar vigente até que seja decidido o processo. Aquele tribunal admitiu que a relação laboral cesse de imediato em casos excecionais de agressão física ou graves atentados à dignidade do jornalista, pelo que tal não acontecendo, não faz sentido a demissão do jornalista até à sentença judicial. Posteriormente o tribunal social de Madrid, confirmou que o trabalhador tem de estar ativo até à sentença do tribunal. Na sequência do recurso ao Tribunal Constitucional espanhol, este admitiu que do preceituado da lei (Constituição e Estatuto), é possível rescindir antes da decisão judicial, e defende que não será possível a um jornalista aguentar no meio comunicacional, subscrevendo uma linha editorial contra a sua própria consciência. O Ministério Fiscal considera que a eficácia dos direitos fundamentais, passa pela remoção de todos os obstáculos e no caso em análise, se operou uma mudança radical e portanto cabe na exceção do tribunal constitucional.

¹⁷⁹ JARA, Maria Macía - *EL Ejercicio efectivo del derecho a la clausula de conciencia*(2004) 2º congreso internacional de Ética y Del Derecho de La Información. Fundacion Coso (coso@fundacioncoso.org).

¹⁸⁰ *Em a Clausula de Consciencia e los profesionales de la información* ; extinción de la relation laboral (comentário ao STCC 225/2002).

¹⁸¹ “*Clausula de Consciencia e ideologia da empresa*”, El Pais 13 de Janeiro de 2003. (Sobre o Estatuto jurídico-constitucional da cláusula de consciência pode-se consultar Desantes, GuarnierJ.M.Nietto, A.

mas sim “praticar o jornalismo em determinadas condições que garantam o pluralismo político a verdade e objectividade”¹⁸².

E nesse sentido, “deve proteger o direito a rescindir o contrato e a garantir a indemnização, mas também o direito a realizar ou não a prestação de serviços de acordo com a sua consciência”, conclui.

Ela existe na sequência da lei aprovada em 1997.¹⁸³ Acresce ainda que a jurisprudência espanhola, considera que a cláusula de consciência representa não só um direito subjetivo dos jornalistas, mas também, uma garantia da formação livre da opinião publica.

A constitucionalização da cláusula de consciência em Espanha supôs uma novidade no direito constitucional comparado. Até à promulgação do texto constitucional de 29 de Dezembro de 1978 (art.º 20º, nº 1, d), ainda não tinha havido em Espanha, um reconhecimento deste direito, embora uma norma, emanada de uma lei ordinária, o tenha reconhecido pela primeira vez.¹⁸⁴

A sua passagem para a Lei orgânica não provocou um aumento dos processos judiciais, talvez devido a uma maior consciência sobre o lugar e função desta cláusula na reputação dos próprios órgãos de comunicação social,¹⁸⁵ sendo que alguns casos são resolvidos por acordo.

E Urabayen, M. Em *La cláusula de conciencia*, Universidade de Navarra, Pamplona 1978. Capseta Castellà, J. *La cláusula de Consciencia Periodística McGraw Hill, Madrid, 1998*.

Há também diversos acórdãos do Tribunal Constitucional espanhol sobre a cláusula : SSTC 6/1981, de 16 de Março; 12 /1982, de 31 de março; 159/1986, de 12 de Dezembro, 171/1990 de 12 de Novembro; 219/1992 de 3 de dezembro e 173/1995 de 3 de Novembro.

¹⁸² ARIAS, Rafael Diaz (2003) *La cláusula de conciencia en Derecho de la Información – Ariel, Barcelona*, pag.327-345.

¹⁸³ Orgânic act 2/1997 - Especificamente estipula que “ os jornalistas têm o direito de pedir a anulação do seu vínculo com a empresa” e “da razoabilidade do seu afastamento na participação do processo de informação que contradiga os princípios éticos da profissão”.

¹⁸⁴ CARRILLO, Marc - (pag 127) , *La Cláusula de Conciencia e y el sigilo profesional de los periodistas*.

¹⁸⁵ PERNEAU J – *La utilidad práctica del Derecho del Periodista a la cláusula de conciencia, Madrid Universitas, 1997.pag. 90* - «Consideramos que um órgãos de comunicação social deve ser caracterizado pelo seu respeito pela liberdade e o seu compromisso na defesa da ordem política social e económica, de acordo com a dignidade individual e a promoção internacional dos direitos humanos.”

Disposições equivalentes foram aprovadas pela República de Weimar em 1926, na Checoslováquia em 1927, e também em decisões da jurisprudência italiana¹⁸⁶ do início do século XX.

Em Portugal viria a ser consagrada constitucionalmente em 1975, na Suécia em 1976, no Paraguai em 1992.

A “cláusula de consciência” encontra-se consagrada expressamente no ordenamento jurídico de países como a Áustria, a Eslováquia, a Espanha, a França e a Holanda. Em outros países como a Bélgica, a Dinamarca, a Suécia e a Alemanha existem, por sua vez, normas que garantem a independência dos jornalistas na contratação coletiva.¹⁸⁷

III. 3 – França: a matriz da cláusula de consciência (1935)

A França não era o único país onde os jornalistas estavam em processo de consolidação. Entre 1880 e 1925 o fenómeno histórico da emergência de novas companhias de comunicações era uma realidade em França, mas também na Grã-Bretanha e nos EUA, onde homens de negócios na área comunicacional, como Hearsts ou Pulitzer, já se afirmavam.

Mas coube à França ser o primeiro país europeu a acolher no seu Código de Trabalho (artigo L.761.7) a aprovação do Estatuto dos Jornalistas, em 3 de Março de 1935. A primeira regulação da cláusula de consciência, exige a menção da União de Jornalistas Franceses, criada em 1918, força sindical que em 1925 viria a constituir-se em Federação Nacional dos Jornalistas Franceses.

De algum modo, a consagração pioneira da “cláusula de consciência” em França teve a antecedência, como que fazendo parte da sua génese ou precedentes históricos, a produção e publicação de normas que tutelavam já o exercício da profissão de jornalista no

¹⁸⁶ URABAYEN, Miguel, *Antecedentes Históricos da cláusula de consciencia: o modelo Francês*. Persona y Derecho : Revista de fundamentación de Las Instituciones Jurídicas, Universidade de Navarra, vol IV, 1977, pág.247.

¹⁸⁷ Conselho da Europa “*Principles, Règles et politiques Essentiels Concernant les Droits et Responsabilités des Journalistes dans les Etats membres du Conseil de L’Europe*», MM-S-JF (94)14.

ordenamento jurídico da Áustria (1910), da Hungria (1914), da Alemanha (1926), da Checoslováquia(1927). Podemos considerar ainda, a sua génese na jurisprudência italiana (1901) e nas orientações contidas no Boletim Oficial da OIT (Organização Internacional do Trabalho) de 1928.

No continente Europeu,¹⁸⁸ as primeiras invocações da cláusula de consciência dos jornalistas no campo jurisdicional, terão ocorrido no âmbito dos casos Morello versus Luxado, em 05 de Abril de 1901 e Morello versus Roux , 16 de Março, de 1909. Em ambos os casos, a “cláusula de consciência” foi invocada perante o tribunal de apelação do Distrito de Roma que acolheu a pretensão do jornalista que invocara a violação da “cláusula de consciência” como justa causa para rescindir o seu contrato de trabalho. O Tribunal condenou o jornal empregador a compensar pecuniariamente o jornalista, por considerar provados os fundamentos que o levaram à rescisão, isto é, a alteração da linha ideológica do jornal.

Em Itália, assim como em Espanha e mais tarde na Alemanha, a cláusula de consciência foi considerada em textos convencionais, em resultado do acordo celebrado entre os patrões dos media e as estruturas representativas dos jornalistas.

III.3.1 – A latitude francesa dos motivos da consciência: alteração ideológica

A Legislação francesa admite três possibilidades para a invocação da cláusula de consciência:¹⁸⁹ a alteração profunda na natureza ou na linha de orientação do órgão de comunicação social, se a mudança criar para o jornalista violação da sua honra, reputação ou, de uma forma geral aos seus interesses morais; a transferência

¹⁸⁸ - infojus <http://www.bibliojurídica.Org>.

¹⁸⁹ 22/7/1932 - relatório da comissão dos trabalhadores intelectuais du BIT sobre *les elements essentiels constitutifs des contrats collectif de travail des journalistes*.

da propriedade ou do controlo económico da empresa jornalística; a cessação da publicação.

Da análise de um conjunto de casos do Supremo Tribunal francês¹⁹⁰, podemos verificar que o fulcro das decisões que deram provimento à cláusula de consciência, invocada pelos diversos jornalistas, se refere a uma alteração da orientação ideológica.

Embora havendo situações semelhantes entre si, verifica-se também que nem sempre idênticas ocorrências, geraram iguais decisões.

A aferição das alterações confirma, do nosso ponto de vista, a existência de um campo subjetivo de apreciação onde terão pesado também os ambientes políticos e diferentes conjunturas sociais.

Uma das curiosidades prende-se com a necessidade de um vínculo contratual e o paradoxo do caso de um cronista de rádio que dizia mal da revista “Paris Match”. O grupo que a detinha, despediu o jornalista, um colaborador permanente. O tribunal considerou o grupo proprietário Hachete-Fillipacchi-Pres, responsável pelos danos morais através do “exercício de censura e violação do princípio da liberdade de consciência e expressão do jornalismo”.

O tribunal obrigou o grupo empresarial a pagar a quantia simbólica de um franco e a publicar a decisão em vários *media* do grupo. Deliberou ainda o pagamento de uma compensação monetária ao jornalista de 200 mil francos por danos materiais.

Em Portugal ocorreu um caso com algumas semelhanças ao acima relatado, sobretudo pela polémica que gerou.¹⁹¹ Todavia, no caso em presença não foi invocada a cláusula de consciência. A ERC¹⁹² concluiu que não ficou provado que o fim da crónica e o afastamento do jornalista, estivessem relacionados com a sua

¹⁹⁰ Tabela anexa.

¹⁹¹ Trata-se do processo do jornalista Pedro Rosa Mendes(2012). O profissional considerou que o Términus da sua colaboração como cronista de um programa de rádio, se deveu a censura, pelo facto da sua última crónica ter criticado de forma contundente, um programa da RTP1 “Prós e Contrás”, a partir de Luanda.

¹⁹² ERC em Deliberação 2/CONT-R/2012 Processo de averiguações relativo à cessação da rubrica opinativa.

crítica ao programa televisivo, nem que tenha havido censura, uma vez que a crónica foi emitida.

Um outra particularidade francesa, refere-se ao caso de um órgão de comunicação social ter invertido o sentido da cláusula de consciência – “Ét Republicain” – e a ter invocado, por considerar que o seu editor, ao ter optado por candidatar-se a deputado de um partido político, prejudicou a linha do jornal.

Também o facto de um editor não poder assinar as suas peças, foi considerado “uma indignidade profissional”, justificativa do vencimento da cláusula de consciência.

Outros casos referem-se à mudança de composição das sociedades de determinados órgãos de comunicação social, algumas das quais foram consideradas alterações que não prejudicavam a continuidade da mesma linha editorial.

Outras pelo número de sócios em mudança, obtiveram a confirmação de que tal facto alterava profundamente a sua orientação. Nestes casos, a maior parte relativos à imprensa, os jornalistas tinham que ter contrato para invocar a cláusula de consciência.

Aqueles que trabalhavam como colaboradores, mesmo que regulares, nem sempre tinham essa garantia.

Por último, fica também prejudicada a relação laboral desde que considerada contrária à ideologia do jornalista e não será razoável que o profissional continue a trabalhar se a razão invocada foi a cláusula de consciência .¹⁹³

¹⁹³ GUANTER, José Desantes (2010) Análise do professor de Direito Constitucional e Direito da Informação - Universidade Europeia de Madrid - 2º congresso internacional sobre “ *Ética y derecho de la información*”

Capítulo IV – Os Conselhos de Redação: vigias da linha editorial

(Direito de participação)

Artigo 13.º EJ

Os Conselhos de Redação são estruturas organizacionais eleitas no seio de cada corpo redatorial e que se fortaleceram depois do “25 de Abril de 1974”, após a queda do Estado Novo, como um poder de classe numa democracia recentemente conquistada. Têm, no conjunto das suas competências, também o direito de se pronunciar sobre as garantias de independência dos jornalistas.

Os seus pareceres são atualmente meramente consultivos.

Estão enquadrados em modelos de cultura e desenvolvimento, espelhados numa sociedade de conhecimento, ideologias, valores, leis e num ritual profissional, criando um campo de influência e também uma cultura corporativa sustentada por processos sociais e simbólicos.

Reconhecidos na Constituição da República Portuguesa (art.º 38º, nº2 alínea b) como uma instância de participação dos jornalistas na orientação editorial dos órgãos de comunicação social, a sua criação em Maio de 1974, bebeu de uma proposta elaborada em 1969 no decurso do processo desencadeado pelo Sindicato dos Jornalistas para intervir num debate sobre a liberdade de imprensa e que culminou com a elaboração de um documento – Bases Fundamentais de uma Lei de Imprensa.

Silva Costa, o então presidente do Sindicato dos Jornalistas considerou o CR como “*mecanismo interior* subjacente à própria atividade profissional”.¹⁹⁴.

A propósito dos direitos dos jornalistas, J. J. Gomes Canotilho e Vital Moreira¹⁹⁵ referem ser dois “os ‘direitos internos’ dos jornalistas: (a) a liberdade de

¹⁹⁴ Revista do *Observatório da Deontologia do Jornalismo* nº7 (2011) - Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas.

¹⁹⁵ In “*Constituição Portuguesa Anotada*”, Tomo I, Coimbra Editora 2005, pp. 435 e 436.

expressão e criação (...) e (b) o direito de intervirem na orientação editorial do órgão de informação em que trabalhem”.

A Constituição da República Portuguesa, promulgada em 2 de Abril de 1976 e revista em 1982, estabeleceu no seu art.º 38º, nº 3 “(...) o direito dos jornalistas elegerem Conselhos de Redacção”.

O Estatuto dos Jornalistas, criado pela lei 62/79 de 20 de Setembro, no seu art.º10º, nº 2¹⁹⁶ sobre “participação dos Jornalistas”, estipula: “Em todos os órgãos de comunicação social com, pelo menos, cinco jornalistas existirão *obrigatoriamente* conselhos de redacção (...)”, eleitos de entre e por todos os jornalistas, com a composição e as competências definidas na legislação aplicável.

Os jornalistas, de acordo com o nº 1 do mesmo artigo, só podiam fazer uso deste direito nos órgãos de comunicação social privados : “(...) têm direito a participar na orientação do órgão de comunicação social para que trabalhem, *quando não pertencente ao Estado ou a partidos políticos*, nos termos previstos na lei e no estatuto da respetiva empresa.”

Essa *obrigatoriedade* foi eliminada com a revogação deste estatuto e a entrada em vigor do novo, criado pela Lei 1/99. Este, organiza os direitos de participação no art.º 13º , estabelecendo no seu nº 2 que “nos órgãos de comunicação social com mais de cinco jornalistas, estes têm o direito de eleger um conselho de redacção, por escrutínio secreto e segundo o regulamento por eles aprovado”. Por seu turno, o nº 3 do mesmo artigo Art.º 13º estende a fruição dos direitos e competências próprias de um Conselho de Redacção, aos jornalistas que laborem em órgãos de comunicação social com um número de profissionais inferior ao exigível no nº 2 para a constituição deste órgão eleito pelos jornalistas.

Acrescenta, assim, um segundo ponto, que se mantém na terceira versão (Lei 64/2007) de 6 de Novembro e na Reca. n.º 114/2007, de 20 de Dezembro, em que refere no nº 3: “As competências do conselho de redacção são exercidas pelo conjunto dos jornalistas existentes no órgão de comunicação social, quando em número inferior a cinco.”

¹⁹⁶ Promulgada em 20 de Agosto de 1979, pelo Presidente da República António Ramalho Eanes - Era Primeiro-Ministro, Maria de Lourdes Ruivo da Silva Matos Pintassilgo.

O Código Deontológico, contempla este direito que foi também inscrito no Contrato de Trabalho dos Jornalistas de 5 de Janeiro de 1982 e permanece hoje nas convenções coletivas.

No EJ atual da lei 1/99, publicado no mesmo dia da Lei de imprensa, tem uma redação ligeiramente diferente. A lei de imprensa no art.º 23º, nº1, apenas concebe CR nas redações com mais de cinco jornalistas. Aquele diz que também as suas competências podem ser desempenhadas pelos jornalistas existentes se a Redação tiver menos que cinco profissionais.

Nesse âmbito cabe-lhes pronunciar-se, nos termos dos artigos 19.º e 21.º, da Lei de Imprensa sobre a “designação ou demissão, pela entidade proprietária, do director, do director-adjunto ou do subdirector da publicação”.¹⁹⁷ Dar parecer sobre a “elaboração e as alterações ao estatuto editorial”, nos termos dos n.ºs 2 e 4 do artigo 17º.

A solicitação do diretor, deve dar parecer sobre a “conformidade de escritos ou imagens publicitários com a orientação editorial da publicação”; cooperar com a direção no exercício das competências previstas nas alíneas a), b) e c) do n.º 1 do artigo 20º.

Está também no âmbito da sua atuação o pronunciamento sobre “todos os sectores da vida e da orgânica da publicação que se relacionem com o exercício da actividade dos jornalistas, em conformidade com o respectivo estatuto e código deontológico” versão alterada da lei de imprensa 85C/75,¹⁹⁸ que neste item continha “o parecer deliberativo”, ou vinculativo.

Compete-lhes dar opinião acerca da admissão e da responsabilidade disciplinar dos jornalistas profissionais, nomeadamente na apreciação de justa causa de despedimento.

Deste modo, os CR funcionam como pontes de diálogo interno entre os profissionais e a Direção de Informação e ou a Administração empresarial que também tem a prerrogativa dos direitos de defesa dos proprietários ou acionistas.

¹⁹⁷ A lei de imprensa 85-C/75 incluía no art.º22 alínea a) dar voto favorável também ao “chefe de redação escolhido pelo director”, figura praticamente em desuso a favor de “editores” e “subeditores”.

²⁰⁴ A lei antiga previa “voto deliberativo” sobre todos os setores da vida e orgânica do jornal (...)

Todavia é inegável que os CR têm vindo a perder eficácia na sequência das grandes transformações sociais, económicas e políticas, com um crescente clima de desvalor por parte das administrações que com eles convivem e dos próprios jornalistas¹⁹⁹ que, escusando-se a neles participar, ou mesmo confiar, vão enfraquecendo o seu papel.

Já em 1982 foram lançados alertas sobre a “acomodação” do seu desempenho.²⁰⁰ Pressões económicas, políticas e de ordem profissional, das administrações e das direções, eram então apontadas como fatores “inviabilizadores dos CR”.²⁰¹

Todavia, os CR persistem no seu compromisso de zelar pelo cumprimento das regras deontológicas e por uma postura de transparência e confiança relacional, a nível interno, no seio da classe e das empresas em que laboram com reflexo na credibilidade dos órgãos de comunicação social junto dos diferentes públicos.

Contudo, porque sendo um direito, é facultativa a sua invocação e fruição, nem todos órgãos de comunicação social se empenham na sua eleição.

IV. 1 – A génese democrática – Comissões de Redação

Os CR e o seu papel são “uma construção bem portuguesa”²⁰² como nota Arons de Carvalho e, a ausência deste direito de participação “afetaria a liberdade de expressão dos jornalistas”.²⁰³ A sua origem reporta-se a um conjunto de procedimentos desencadeados na sequência da intenção do governo de Marcelo

¹⁹⁹ VALDEZ, Fernando (2012). “Cada vez se torna mais difícil encontrar jornalistas que queiram assumir os conselhos de redação”

²⁰⁰ VARELA, Maria Dulce (1982). *I Congresso dos Jornalistas Portugueses – Conselhos de Redação Realidade ou ficção?* Pag.174, “à semelhança do que se passa nos outros sectores da vida nacional, também os jornalistas não podem ser heróis todos os dias e face a todo o tipo de pressões diretas e indiretas, que se fazem sentir sobre os elementos do Conselho de Redação, neste momento é muito difícil encontrar quem queira arrostar com os riscos de se candidatar a membro deste órgão”.

²⁰¹ SARDINHA, Artur (1982). *I Congresso dos Journalists Portuguese’s - A situação dos conselhos de redação e a necessidade de uma viragem* - pag.171

²⁰² CARVALHO, Alberto Arons, (2012). Entrevista 09 de Fevereiro de 2012.

²⁰³ Idem. *Direito da Comunicação Social – A liberdade de comunicação social* pag.230 – 3ª edição revista e actualizada.

Caetano em elaborar uma Lei de Imprensa (1970),²⁰⁴ em pleno regime de censura do Estado Novo.

A sua criação, como mecanismos de autorregulação, de rejeição a um arbítrio económico e político e como forma de exercer um controlo sobre as condições e qualidade de trabalho jornalístico, foi tomada pela assembleia geral do sindicato em 2 de Maio de 1974.

Mas a sua génese reenvia-nos a 1969, data em que foi apresentada uma proposta de um grupo de 170 jornalistas, vindos dos movimentos académicos dos anos 60 e que desafiaram o Sindicato dos Jornalistas para uma assembleia extraordinária de reflexão sobre a profissão e sobre uma anunciada Lei de Imprensa em preparação pelo governo.

O mecanismo atual bebeu também do contributo das Comissões de Redação²⁰⁵ censuradas pelo governo de Marcelo Caetano, que o Sindicato, já existente à época, incorporou no clausulado do contrato coletivo de trabalho (CCT) negociado com o Grémio Nacional de Imprensa Diária, de 15 de Abril de 1971.

No capítulo intitulado “Comissões de Redação e Corporativa” era feita referência a uma “comissão de redação”. Na cláusula 34ª lia-se: “em cada jornal funcionará uma comissão de redação composta por cinco jornalistas, nos jornais que tenham mais de quinze jornalistas” e de “três nos jornais com menos de quinze jornalistas”.

As comissões eram eleitas, em janeiro de cada ano, por cada Redação e das suas competências fazia parte a defesa dos interesses dos jornalistas de acordo com a lei laboral do respetivo contrato, nomeadamente a de pronunciar-se sobre a justa causa de despedimento.

Os CR foram assim, uma exigência do conjunto dos jornalistas portugueses que há cinco décadas concebiam o papel do Conselho de Redação como coadjuvante do

²⁰⁴ Boletim nº7 do *Observatório de Deontologia do jornalismo* dedicado aos Conselhos de Redação elaborado por Orlando César, em 16 de Maio de 2011.

²⁰⁵ idem

Diretor na “direção dos órgãos de informação”,²⁰⁶ e cujo estatuto profissional só foi reconhecido depois do 25 de Abril de 1974.²⁰⁷

O fim último que os CR visavam era o de assegurar “os meios de fornecer ao público uma informação honesta e completa” e valorizar “a relação jornal-leitor”.²⁰⁸

Foram principalmente os deputados Sá Carneiro e Pinto Balsemão, deputados da ala liberal da Acção Nacional Popular (mais tarde fundadores do PPD – Partido Popular Democrático), que apresentaram um projeto de Lei de Imprensa, em 1970, na Assembleia Nacional, alternativo ao do Governo,²⁰⁹ no qual acolheram algumas propostas sindicais – que o sindicato tinha aprovado, na generalidade, na sua assembleia de 18 de Dezembro de 1970 – mas atribuíam ao CR apenas funções consultivas e subordinavam o regulamento do conselho à homologação do director.

Segundo o artigo 21º da Lei de Imprensa, aprovada depois da “Revolução dos Cravos” que destituiu o regime de censura,²¹⁰ apenas nos periódicos com mais de cinco jornalistas profissionais, seriam criados Conselhos de Redação, “eleitos por todos os jornalistas profissionais” de acordo com o regulamento por eles elaborado.²¹¹

²⁰⁶ Boletim nº7 do *Observatório de Deontologia* dedicado aos Conselhos de Redação elaborado por Orlando César em 16 de Maio de 2011. Leopoldo Nunes, presidente do Conselho Técnico e de Disciplina do Sindicato, João Maia e José Carlos de Vasconcelos elaboraram o projeto presente à Assembleia do Sindicato em 23 de janeiro de 1970. Depois de várias consultas entregaram o projeto à presidência do Conselho de Ministros, à Assembleia Nacional e à Câmara Corporativa.

²⁰⁷ Em 1969 eram reconhecidos como jornalistas os profissionais de imprensa diária e os de agência que tinham sido considerados em 1965. Aos do desporto o reconhecimento foi em 1972. Aos dos semanários, rádio e Televisão só em 1975.

²¹⁴ OBD - *A Lei de Imprensa e os Jornalistas*, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 37-43.

²⁰⁹ Pinto Balsemão e Sá Carneiro apresentaram um projeto alternativo ao do governo de Marcelo Caetano onde absorveram alguns desses princípios, mas o projecto foi chumbado. De facto veio a ser aprovada a lei de lei 5/71 de 5 de novembro, mas não continha qualquer menção sobre conselhos de redação. Já depois do 25 de Abril, a Assembleia da República consagraria, na lei, a existência de órgãos de regulação e auto-controlo dos jornalistas em cada Redação.

²¹⁰ Lei 85-C/75.

²¹¹ Logo a seguir a 25 de Abril de 1974, e tendo em conta os debates que haviam sido feitos sobre os projetos de lei de imprensa e o Programa do MFA que proclamou a liberdade de expressão e pensamento sob qualquer forma e a abolição da censura, os conselhos de redação foram sendo instituídos por iniciativa das Redacções - Adelino Gomes - V. *Observatório da Deontologia*. Maio de 2011.

IV. 2 – Estruturas institucionais: defesa da liberdade como valor acrescido

Mas não é apenas o facto de os CR estarem consagrados constitucionalmente (CRP art.º38º n.º2) o que lhes empresta a característica institucional “estruturas e atividades cognitivas, normativas e reguladoras que dão estabilidade e sentido ao comportamento social”²¹². Estas têm de ter algo acrescido que as sedimente.

Estas estruturas são uma construção neo-institucional à luz das acepções clássicas da sociologia, do conceito de instituição e do conjunto formado pelo seu sistema de valores e normas,²¹³ comportando-se como atores estratégicos no seu ambiente institucional, com a conformidade ritual a requisitos de entidades regulatórias do Estado, associações profissionais ou sistemas de crenças que lhe dão suporte e legitimidade.

Os CR são como micro-atores, “stake holders”²¹⁴ que articulam interesses e identidades dentro das Redações organizadas e exteriormente a elas, para um público.

A capacidade de se fazerem ouvir, emana de uma autoridade moral, subjetiva, uma das fontes de poder, legitimado pelo respeito dos profissionais seus pares e pelo respeito dos órgãos gestores das empresas em que se inserem.

Segundo Jack Mahoney (1992), em *Business Ethics*, (conjunto de artigos) não é tanto um código de ética que é importante, mas é a importância da ética que as organizações vão interiorizando dentro da empresa (Clerk & Leonard, 1998), que é relevante.

Considera José Manuel Fernandes que “Os CR são importantes mesmo quando são uma dor de cabeça. Devem funcionar tal como está previsto na Lei: presididos pelo director.”²¹⁵ Como sustenta Rogério F. Andrade, “Institucionalizar” é,

²¹² W. Richard Scott – 1995. *Institutional and organizations*. Ed. Sage.

²¹³ Scott e Meyer, 1991, pp.117-126.

²¹⁴ SELZNICK, Philip (1996) “*Institutionalism*”, “old” and “new”, artigo *Administrative Science Quarterly*. Vol.41. pag 270-278. Universidade da Califórnia. Berkeley.

²¹⁵ FERNANDES, José Manuel (2012).

afinal, “produzir uma instituição de sentido”²¹⁶ que, como refere este nosso autor, ao repetir-se, sedimenta e adquire um estatuto, uma legitimidade consentida, aos olhos dos outros, dos próprios membros eleitos e da empresa para que trabalha.

Na defesa deste direitos de participação (art.º13 EJ), os CR utilizam uma retórica específica, tornam-se contraculturas. São, geralmente, vítimas de narrativas erosivas, mais em períodos de grande pressão política e económica, mas têm sobrevivido a intempéries na preservação de um valor maior, a liberdade de expressão.

Por esse valor superior preenchem o conceito de “instituições” preconizado por Castoriádas,²¹⁷ mas também em W. Richard Scott (1995)²¹⁸ e em Jepperson (1991)²¹⁹, para quem é arbitrário identificar a institucionalização com organizações formais.

Optamos, assim, por considerar os CR como estruturas organizacionais-institucionais na acepção de Selznik²²⁰ para quem uma “instituição é uma organização embebida em valor”.

Sendo estruturas institucionais que são frequentemente ignoradas nos seus aconselhamentos, verifica-se que passado um período em que o seu desempenho foi considerado imprescindível, embora sempre tenham sido criticados por uma certa acomodação,²²¹ a sua função exige hoje um novo olhar, perante uma rede de novos e complexos fenómenos comunicacionais que preocupam as sociedades.

²¹⁶ ANDRADE, Rogério Ferreira- seminário “Comunicação Estratégica e mediatização das instituições” ano letivo 2011 – FCSH.

²¹⁷ CASTORIÁDAS, Cornelius (1998), artigo no *Le Monde Diplomatique* “Stopper la monter de L’insignificance” – Agosto.

²¹⁸ SCOTT, W.Richard(1995), in “Institutions and organizations”, Thousand Oaks, Ca: Sage.

²¹⁹ JEPPEPERSON, Ronald, L. (1991), “*Institutions, insitutiional efects and institutionalism*” pag.144, in David Powell; DiMaggio, *The new Institutionalism in organizational analysis*, University of Chicago Press.

²²⁰ “*enfused with value*”.

²²¹ Os trabalhos do 2º congresso dos jornalistas portugueses que se realizou na F. Gulbenkian, em 1986 e que se dedicou à deontologia, referiu nos seus trabalhos que os Conselhos de Redação deviam “ser mais intervenientes e eficazes na defesa dos princípios e das práticas deontológicas.”

“Perder peso não significa perder sentido”, observa Sofia Branco²²² para quem os CR “são órgãos fundamentais de debate e reflexão, elementos de autorregulação”, mas sobre os quais também alerta: “A autorregulação está ameaçada. Depende dos jornalistas com maior consciência do papel que desempenham na sociedade e da sua importância para a democracia (...).”

A regulação, considera, “também não tem sido a mais eficaz, desde logo porque a entidade reguladora existente é nomeada pelos dois principais partidos políticos, numa convivência inaceitável aos olhos do código deontológico dos jornalistas”,²²³ critica recorrente no meio.

Oscar Mascarenhas²²⁴ que foi presidente do Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas é mais crítico quanto ao papel dos CR apontando o dedo a alguns “que se perpetuam alapados, defendendo privilégios próprios, aceitando constituir-se em grupos de sabotagem de diretores que não controlam e até em tropa de perseguição a camaradas jornalistas.” Considera, todavia, que os CR são “indispensáveis”, mas, adianta, “os usos e abusos levam-me a considerar que os poderes vinculativos dos CR devem ser refreados.”

Mascarenhas admite que além dos CR, será necessário reforçar o papel do sindicatos nas Redações “menos atreito às pressões internas e do quotidiano e às ambições ocultas de certos representantes eleitos nas Redações”. Esclarece, a propósito, Óscar Mascarenhas: “quando bem utilizados e geridos por verdadeiros militantes do jornalismo e (não das suas próprias ambições de carreira), são uma glória para os órgãos de informação”.²²⁵

Contudo, os défices desta estrutura eleita, deverão ser enquadrados no conjunto de outros mecanismos autorreguladores²²⁶ que, nas suas diferentes funções, são garante do exercício e do respeito pelos direitos, bem como da fidelidade aos princípios éticos e deontológicos, essenciais no trabalho jornalístico.

²²² BRANCO, Sofia(2012).

²²³ idem

²²⁴ MASCARENHAS, Oscar (2012)

²²⁵ idem

²²⁶ Conselho Deontológico, Editoriais, Livros de Estilo, Provedores etc.

Portugal é, a par de Itália e da Bélgica, dos países onde eleger o CR está estipulado na lei para as Redações com mais de cinco jornalistas,²²⁷ sendo também uma das suas atribuições formar opinião sobre a contratação, promoções, emagrecimento laboral e financeiro das empresas. Tais faculdades, integrantes das competências de outras estruturas de índole laboral, nomeadamente os sindicatos e as comissões de trabalhadores, acabam por lhes atribuir alguns epítetos de imiscuição de funções, ainda que na maioria dos casos, objetivamente sem fundamentação. Outros países como a França deixaram “cair” os comités de redação e estão a enveredar por associações de jornalistas, como o fazem nos EUA.

IV. 3 – Vinculatividade : O síndrome da fragilidade

Considerados “trincheiras dos jornalistas”,²²⁸ os CR enfrentam hoje um défice de credibilidade e visibilidade, em consequência de uma crescente erosão, não só na sequência da perda institucional do poder deliberativo em 1990,²²⁹ mas ainda pela conjuntura atual onde “a liberdade de imprensa é mais ameaçada pela economia do que a pela política”²³⁰ como refere Dominique Wolton.

Com efeito, independentemente de existirem nas Redações, formalmente constituídos, direitos - no sentido em que se trata de um órgão que se forma do direito de eleição interna e se expressa pelo direito de participação interna - a situação que hoje marca a vida dentro de um órgão de comunicação social resume-

²²⁷ A França substituiu o termo de comités ou conselhos de redação. Também já não há qualquer disposição que imponha a criação destas estruturas. Refere-se a um comité encarregado de definir a linha editorial duma publicação ou validar a selecção de artigos.(Bertrand VERFAILLIE, *Sociétés de rédacteurs, sociétés de journalistes. Les rédactions ont-elles une âme ?*, mars 2008, p. 8.Selon les informations recueillies, il n'existe pas de société de journalistes en Angleterre où la profession a cependant fondé, en 1991, la Press Complaints Commission. Cette structure centralisée d'autorégulation de la presse. Mettre en oeuvre les dispositions du code des pratiques éditoriales (Editors' Code of Practice) qu'elle a approuvé en 2009).

²²⁸ CASCAIS, Fernando (2012)

²²⁹ Quando da criação da AACCS, a lei 15/90 revogou os art.º18 e 22 da Lei de Imprensa 85-C/75 que lhes conferia o poder deliberativo sobre todos os setores da vida e da orgânica do jornal que digam respeito ou de qualquer forma se relacionem com o exercício da atividade profissional dos jornalistas, a que se refere o nº3 do artigo 10º.- estatuto e código deontológico. E também de dar voto favorável à nomeação do diretor.

²³⁰ WOLTON, Dominique – *A Outra Globalização*. pag.38 – Difel (2003).

se, cada vez mais, às relações de poder entre o conselho de administração e o/os “directores de informação”, ou equivalentes, por esta escolhidos.

Tem-se assistido a uma redução de influência dos CR, consequência considerada decorrente da perda do seu poder deliberativo e consequente indiferença relativamente ao conteúdo das suas decisões, mas também da interiorização de novos conceitos relacionais com as estruturas intermédias na condução de uma Redação.

A eficácia das suas decisões, baseia-se, assim, na pertinência e persuasão argumentativa dos objetivos pretendidos no conceito de “confiança” e credibilidade em que os CR se sustentam pela eleição, como fator de estabilidade nas relações inter-organizacionais que Giddens²³¹ caracteriza como sendo a deslocação da confiança interpessoal para o plano abstrato, onde interagem os amigos e os camaradas de profissão, por um lado, e,²³² pelo outro, um controlo de instituições, nomeadamente do sistema jurídico.

No quotidiano, as empresas convivem com os CR por respeito a um imperativo constitucional mas, por vezes, subestimam o seu papel, sendo comuns expressões de desagrado por parte das administrações que os encaram como uma espécie de corpos “inorgânicos”, na acepção de Eugène Enriquez²³³, ou “movimento criador de problemas”, algo “deslegitimado” que se limita a criar obstáculos a medidas. Rejeitam qualquer controlo perante dificuldades de um julgamento reflexivo próprio, de serem “boas ou verdadeiras” de que fala David P. Levine²³⁴ ao demonstrar que o “selo da realidade” vem “na forma de reconhecimento do exterior.”

²³¹ GIDDENS, Anthony(1991), sociólogo britânico, in *Consequences of Modernity*, Sanford U.Press.

²³² Outros autores se têm debruçado sobre a função da confiança inter-pessoal e organizacional nas sociedades modernas com destaque para Luhman (1979), Gambetta (1988) e Fukuyama (1995).

²³³ Enriquez, Eugène (1992) *L’organization en analyse*, ed PUF, Paris. O professor Rogério Ferreira de Andrade, aborda esta temática em *Colapsos e Reparações de Sentido nas Organizações*, (2003), Edições Minerva, Coimbra. Nota os diferentes rostos do inorgânico, como as insignificâncias, a deslegitimação, as complexidades, o compromisso como recurso escasso, nomeadamente.

²³⁴ LEVINE. David P., *The fantasy of inevitability in organizations*, *Human Relations*, (0018-7267 (200110)54:0) The Tavistock Institute, Sage Publications, London.

Refere o mesmo autor que a “fantasia da inevitabilidade” de que as empresas sobrevivem sem plúrimos contributos, se transforma em “fantasia da realidade”.

Não sendo uma questão nova, pois já em 1982, aquando do 1º Congresso dos Jornalistas,²³⁵ se arguíram as fragilidades do CR, facto recorrente em períodos de crise, sobre o seu desempenho²³⁶, na maior parte das vezes sobre a pretensa existência ou seu entorpecimento²³⁷.

A dúvida sobre a interpretação da existência de um poder vinculativo sobre a nomeação dos diretores surgiu aquando de uma queixa ao Conselho de Imprensa em 1979, a propósito da demissão dos Diretores do Diário Popular e da consequente nomeação de novos, verificando-se um desfasamento quanto ao que referia a Lei de imprensa (art.ºs 18 a 22º e o próprio artº15 do estatuto do jornal, Empresa Pública Século e Diário Popular(Dec. Lei 639/76).²³⁸

O Conselho de Imprensa optou por considerar que o voto do Conselho de Redação só será imperativo ou vinculativo “se for desfavorável,” pois o parecer favorável não obrigará à nomeação.

A lei 19/78 de 11 de Abril²³⁹ estabelecia, no seu artigo 14º, que a composição atribuição e competência do Diretor de Informação e do Conselho de Redação da Anop, e outras empresas jornalísticas públicas, “são as definidas pela Lei de

²³⁵ VARELA, Maria Dulce 1982 *“Conselhos de Redação; Realidade ou Ficção?”* I Congresso dos jornalistas Portugueses. “(..) pressões diretas ou indiretas que se fazem sentir sobre os elementos do Cr, neste momento é muito difícil encontrar quem queira (...). Jornais há, em que o Conselho de Redação se demitiu há dois anos”.

²³⁶ CABRITA, Felícia (2010), “Hoje os conselhos de redacção são fracos», em contraponto ao tempo em que estes eram «uma forma de entusiasmar os jovens no sentido de não ter medo», de «questionar tudo, desde a linha editorial a qualquer tentativa de interferência num jornal», referiu a jornalista do “SOL”, quando ouvida na comissão da Assembleia da República, a propósito do caso “Face Oculta”, chamando a atenção para que «não havendo dinheiro nos jornais (...) não há dinheiro para investir nos jovens e para fazer bom jornalismo”.

²³⁷ SARDINHA, Artur, (1982), *A situação dos Conselhos de Redação e a necessidade de uma viragem, I Congresso dos Jornalistas Portugueses* “Os Conselhos de Redacção tem-se deparado com atitudes comodistas e de resignação de sectores da classe (..) So se pronunciam quando instados pela Direcção”. “. Deixou de existir em muitas redações e noutras a sua actividade é muito reduzida.”

²³⁸ No seu clausulado a lei estipulava também no seu atº45 nº1 que “os jornalistas do jornal participavam na orientação ideológica do jornal” através dos Conselhos de Redação e de acordo com a Lei de Imprensa, e que estes além dos pareceres previstos nas nomeações de diretores constituíam “órgão de consulta do Conselho de Gerência, do Conselho de Informação e da Direcção da Publicação para quem trabalhem” (45º,nº1.alínea b).

²³⁹ Lei que ratifica, com emendas, o Decreto-Lei n.º 502/77, de 29 de Novembro, que aprova os estatutos da empresa pública Agência Noticiosa Portuguesa - Anop, E. P.

Imprensa”, logo remetia para os art.ºs 18º e 22º da lei 85-C/75. No ponto 2 do art.º 18º, lê-se que “o director será designado pela empresa proprietária, com voto favorável do conselho de redacção, quando existir, cabendo recurso para o Conselho de Imprensa”.

E ainda, o CR não tinha, como tem hoje, a possibilidade de dar parecer quanto à exoneração. O ponto 3º do mesmo artigo referia que “a empresa proprietária poderá demitir livremente o director”.

Além da dispensa de parecer em publicações doutrinárias, a prévia audiência do CR era dispensada para a “primeira nomeação do diretor de publicação informativa”, facto que também foi objeto de controvérsia no Conselho de Imprensa, na altura.

Quanto ao art.º 22º da Lei 85-C/75, foi revogado pela Lei 15/90, que elimina, assim, o “voto deliberativo” da alínea c).

O Conselho de Imprensa cita a CRP, nos seus art.ºs 38º, nº3 e 39º, nº1, e considerou à época, que o carácter vinculativo do voto do Conselho de Redacção de um jornal estatizado, ou intervencionado, “é um das formas mais eficazes de obstar o governo na orientação da publicação e garantia da sua independência face ao poder político”.²⁴⁰ Era então conveniente tornar todos os estatutos harmonizáveis.

Havia discrepâncias nesse entendimento, porquanto, a exemplo do Estatuto da Empresa Pública dos Jornais Notícias e Capital [Dec. Lei 639/76 de 29 de Julho) é estipulado no art.º 15º, alínea h), que “compete ao conselho de gerência designar o director, directores adjuntos e os subdirectores das publicações editadas pela EPNC, “ouvido o conselho de redacção”.

No anteprojeto da lei de imprensa de 1983, de 28 de Dezembro, de António Almeida Santos, (inaceitável para o CI) clarificou-se a natureza do parecer vinculativo

²⁴⁰ Nesse sentido (ver notas, Liberdade de Informação e o Conselho de Imprensa 1975-1978)), também o Provedor de Justiça, José Magalhães Godinho, se manifestou, mas, sendo contrária a sua opinião, levou o CI a enviar carta a várias entidades para dar aos estatutos das empresas publicas redações coincidentes com o artigo 18 nº 2 da Lei de Imprensa, ou seja, que o voto favorável do CR é condicionante da designação do diretor, directores adjuntos e subdirectores pelo conselho de gerência.

do CR nos órgãos privados e estatizados, em que este era vinculativo apenas para os primeiros.²⁴¹

IV. 3. 1 – **Caráter consultivo minimiza o poder, mas não a credibilidade**

No regime atual dos CR está fixado na Lei de Imprensa, nº 2/99, de 13 de Janeiro, e no Estatuto do Jornalistas (Lei nº 1/99, de 13 de Janeiro), que os Conselhos de Redação voltam a emitir parecer, fundamentado, sobre a nomeação do Diretor e pela primeira vez, também sobre a sua exoneração. Mas, são apenas consultivos.

O art.º 19º nº 2 da Lei de Imprensa estipula que “a designação e a demissão do director são da competência da entidade proprietária da publicação, ouvido o conselho de redacção”. Este “emite parecer fundamentado” no prazo de cinco dias.

Ora, este parecer consultivo continua a ter peso, porque se exige a sua fundamentação e até um prazo, sinal de que a apreciação do seu conteúdo é relevante.

Ao acrescentar também o parecer para a sua exoneração, significa que também os seus argumentos são tidos em consideração.

A prévia audição do Conselho de Redação continua a ser dispensada na nomeação do primeiro director da publicação e nas publicações doutrinárias (art.º 19º ponto 4).

Além de “pronunciar-se sobre a designação ou demissão, pela entidade proprietária, do director, bem como do subdirector e do director-adjunto, caso existam, responsáveis pela informação do respectivo órgão de comunicação social”, o CR deve dar “ parecer sobre a elaboração e as alterações ao estatuto editorial”; pronunciar-se sobre a invocação pelos jornalistas do direito previsto no n.º 1 do artigo 12.º do EJ; ou seja garantia de independência.

O desaparecimento do parecer vinculativo em relação à vida na empresa – “pronunciar-se com voto deliberativo sobre todos os sectores da vida e da orgânica

²⁴¹ A Liberdade de Informação e o Conselho de Imprensa(1975-1985), notas pag.113

do jornal que digam respeito ou de qualquer forma se relacionem com o exercício da actividade profissional dos jornalistas”²⁴² – fez com que, em caso de discordância do CR, todas as medidas das Direções, ou Administrações, possam ser executadas ainda que fomentem situações de desconfiança e de crispação permanente por parte do corpo redatorial.

O período que mediou entre a abolição do parecer vinculativo até à sua estipulação como parecer consultivo, caracterizou-se pela privatização crescente de meios de comunicação social, tendencialmente de propriedade privada. Foram, na sua maior parte, nacionalizados com a Banca que detinha a sua propriedade, no período do PREC, época em que, como refere Estrela Serrano²⁴³ a maioria dos jornais era então dominada pelo PCP (Partido Comunista Português) e havia instabilidade político-militar.

Fernando Valdez que assumiu quase duas décadas a experiência destes órgãos institucionais, no quadro da agências noticiosas, considera que o papel dos CR poderia ser muito importante “se tivessem poderes efetivos, incluindo pareceres vinculativos sobre a nomeação de directores e chefias”, mas também na defesa do pluralismo, do rigor da informação e na garantia de cumprimento de deveres éticos. Fernando Valdez dá-nos conta da sua opinião nestes termos:

“Para que os conselhos de redação pudessem desempenhar o seu importante papel os seus membros deveriam ter garantias muito sólidas que impedissem as perseguições, nomeadamente não poderem ser despedidos a não ser por decisão judicial e não poderem ser transferidos dentro da empresa sem o seu acordo, em ambos os casos até cinco anos depois de terem cessado as funções”.²⁴⁴

Da análise dos comunicados emitidos entre 2002 e 2008,²⁴⁵ pelos CR do *Jornal de Notícias*, – a mais antiga publicação detentora de um Conselho de Redação, embora haja referências à sua existência em 1974, nos jornais *A Capital* e o *Diário de*

²⁴² Artº22 do Decreto-lei nº85-C/75 – Lei de Imprensa

²⁴³ ESTRELA, Serrano (2005) em “Para um estudo do Jornalismo em Portugal (1976 – 2001) .

²⁴⁴ VALDEZ, Fernando (2012)

²⁴⁵ Anexo – resumos dos assuntos mais importantes acompanhados pelo Conselho de Redação do JN

Lisboa,²⁴⁶ já extintos, – verifica-se que apesar do “parecer desfavorável” do CR ao Diretor de Informação,²⁴⁷ ele manteve-se ao longo de dez anos e até 2011.

Este período teve, pelo meio, uma nova tomada de posição do CR que foi esmagada por um abaixo assinado de uma grande parte dos seus jornalistas, que vieram a alterar o posicionamento negativo anterior, facto que nos obriga também a refletir sobre a efetiva representatividade do corpo redatorial, sobretudo quanto são cada vez menores as percentagens dos votantes. Eles podem expressar-se através do voto, mas não o utilizam.

Em Novembro de 1987, três anos antes de ser revogado o vínculo dos pareceres do CR, Alberto Carvalho nomeado para Diretor de Informação da Agência Lusa, obteve parecer negativo do CR, não tendo concretizado o seu mandato. O cargo foi assumido, ao fim de dois meses, por Eduardo Oliveira e Silva.

Outro exemplo ocorreu em 2003, no Diário de Notícias, quando Conselho de Redacção (CR) decidiu, por unanimidade, dar parecer negativo à nomeação de Fernando Lima, semanas depois de ter sido assessor do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Martins da Cruz - (já o tinha sido do Primeiro Ministro Cavaco Silva) - foi nomeado diretor executivo dos jornais *Público* e *JN*. A Administração do Jornal confirmou a nomeação,²⁴⁸ apesar do CR, num plenário de mais de uma centena jornalistas, considerar que punha em causa a independência do diário.

Consideramos, por experiência própria, que será difícil as administrações admitirem a razoabilidade dos posicionamentos dos CR, sobretudo porque não querem sentir-se beliscadas nos seus poderes ou interesses, situação que se torna mais difícil na atualidade com um novo sistema empresarial de acionistas.

²⁴⁶ A Liberdade de Informação e o Conselho de Imprensa 1975 -1985.

²⁴⁷ Doc. Annex, nomeação de José Leite Pereira. O mesmo aconteceu com a nomeação de Freitas da Cruz nos anos 80, no mesmo jornal, e que provocou um diferencial que se arrastou no tempo.

²⁴⁸ http://www.webjornal.blogspot.pt/2003_10_01_archive.html, publicado por Manuel Pinto. Já tinha acontecido com o mesmo jornalista, idêntica situação, quando foi nomeado em 1983, para Chefe de Redacção o jornal de Notícias, do Porto, obtendo do CR voto desfavorável.

IV. 3. 2 – O Diretor e a dualidade de relação: o caráter é determinante.

A nomeação de um Diretor de Informação, que por inerência e estipulação legal preside aos Conselhos de Redação, é sempre aguardada nas Redações com expectativa. Sendo jornalista e nomeado pela administração, a incógnita reside sobre a natureza do projeto de que foi incumbido e expectativa do seu desempenho futuro, na dualidade de relacionamento empresarial com a conformação da atividade jornalística que possui especificidades transversais à própria Democracia.

Sobretudo nos órgãos de comunicação social públicos, a sua nomeação obedece também a ponderações decorrentes da conjuntura política.

Dele dependerá o maior ou menor estímulo do tecido produtivo de uma Redação, que como referimos na análise da génese da cláusula de consciência e citando o relatório da OIT de 1928, possui um substrato imaterial. Consequentemente, enquanto condução editorial, também tem a sua quota parte como reflexo na qualidade da matéria noticiosa produzida.

O seu papel está hoje mais distante dos redatores, já que as redações estão estruturadas em cadeias hierárquicas de diretores adjuntos, editores e subeditores, cujos papéis, porque lugares emanados das escolhas dos Diretores, são deles seguidistas, por vezes de forma acrítica. Os redatores são também hoje mais dirigidos na concretização dos conteúdos informativos, em redações mais solitárias, onde falar com o colega/camarada mais impertinente ao lado, “pode cair mal”, podem pensar que “sou como ele e porem-me na prateleira”.

Não sendo uma tarefa fácil, porque exige diálogos e equilíbrios e eventualmente cedências, acontece, por vezes, o Diretor distanciar-se da Redação para propender mais para o lado da Administração, pela circunstância atual de que os objetivos de caráter económico são mais complexos.

A busca da verdade deixou de ser o desiderato mais premente do jornalismo, mas talvez ela seja ainda objecto de demanda, todavia agora na forma mais conveniente e possível de verdade, na medida em que “cada notícia tem custos”.

Os jornalistas mais experientes veem o director mais longe dos princípios comuns e falam de uma distanciação do seu tradicional papel “do lado dos

jornalistas”. Para serem, agora, “uma correia de transmissão” da administração: “Um director é um prolongamento ou a antecâmara da Administração. Em caso de conflitos de interesses é uma questão de carácter procurar a confiança dos jornalistas ou da administração” considera Jaime Almeida²⁴⁹ opinando que também a actividade de um Conselho de Redação tem muito a ver com “a personalidade e motivação de quem o integra”.

Os Conselhos de Redação tem hoje “um poder enorme de influenciar a vida de uma redação”²⁵⁰ não necessitam de reforçar os seus poderes, mas sim, opina Afonso Camões, “deve ser reforçado o empenhamento dos jornalistas na valorização daquilo que é instrumento seu”. O administrador da Agência Lusa admitiu que se perdeu a qualidade dos eleitos e também o respeito das administrações”.

Afonso Camões, o administrador que ocupou o lugar de Diretor de Informação (DI) e foi membro de Conselhos de Redação noutros órgãos de comunicação social, observa que se o Diretor é escolhido do seio da própria empresa é um benefício: “Quando o DI é da casa, é mais fácil a relação dele com a Redação e Direção”.

Este profissional critica ainda certas posturas dos CR como “corporativas” em detrimento dos próprios problemas das Redações e diz que apesar dos níveis de formação académica terem aumentado, lembra que a profissão se precarizou muito.

Num claro propósito de dignificação da classe, diz este jornalista e presente administrador: “Os CR deveriam ser um conselho dos melhores. Deviam ser também o conselho do Diretor, pois a Direção de Informação é num meio de comunicação social, a estrutura mais poderosa, porque em última instância decide o que é notícia.”²⁵¹

Pelo contrário, defende Cascais²⁵², “o poder vinculativo é de repor”, pois “favorece a conciliação”. Se os pareceres do CR não têm valor, não são tidos em conta. Se tivessem poderia haver negociação”.

²⁴⁹ ALMEIDA, Jaime (2012).

²⁵⁰ CAMOES, Afonso (2012) .

²⁵¹ idem

²⁵² CASCAIS, Fernando (2012)

O peso da vontade das administrações, na ideia de que qualquer parecer vinculativo é invasão da sua esfera de competências, é para Cascais, “mau para o funcionamento da Redação quando há discordância em relação à aceitação de determinado diretor de informação”.

Mas, a nomeação de um director é uma decisão dos acionistas e, diz Manuel Falcão²⁵³, “não faz sentido ser referendada.” A norma corresponde a um período em que o Estado era o principal titular dos órgãos de informação e em que a realidade do sector era diferente. Referindo-se a esta nova realidade e às novas qualidades que se esperam hoje de quem assume este cargo, Manuel Falcão diz:

“Um director de informação nos tempos actuais tem de saber adequar os produtos informativos que dirige aos seus, na circulação, audiência, angariação de receitas comerciais. É um papel mais complexo do que há décadas atrás. Para além de sólidos conhecimentos na área da comunicação e do jornalismo, exige um conhecimento de outras realidades - análise de audiências - e uma actualização tecnológica grande. Exige integridade, criatividade, capacidade de diálogo e de gestão de pessoas.”²⁵⁴

Do seu papel mediador entre a administração de um órgão de comunicação social e a relação com a Redação,²⁵⁵ Luisa Ribeiro, que pertenceu ao primeiro CR da ANOP, ainda com poder vinculativo, é contundente: “Tive-os de todos os géneros, mas de algum modo sinto saudade da imagem do DI jornalista, sabedor, bom diplomata e autoridade na mediação do que é próprio pelas normas do jornalismo. Mas acendi a candeia e ando desde há muito à procura de um protótipo”.²⁵⁶

²⁵³ FALCAO, Manuel (2012)

²⁵⁴ idem

²⁵⁵ O Director do Diário de Notícias, João Marcelino, quando ouvido pela comissão de inquérito da Assembleia da República (2010) a propósito do encerramento de um programa da TVI (telejornal de sexta-feira de Manuela Moura Guedes), esclareceu que existem em Portugal três modelos de relação entre o director e o presidente do Conselho de Administração: “o modelo da Controlinveste e da Cofina até há três anos, em que as administrações e as direcções editoriais não são completamente estanques, mas são independentes, nem os presidentes dos conselhos de administração participam nas questões editoriais, nem os directores participam na gestão”; o modelo do grupo “Impala” e do grupo “Impresa”, “em que o presidente do Conselho de Administração periodicamente, semanalmente, discute com os directores e editores quais as temas que vão ser tratados”; e o «modelo em que já não é o presidente do conselho de administração que desce ao inferno da informação, é o director de informação que é chamado ao conselho de administração” - modelo do jornal Público como anterior director, actual modelo do jornal Sol, e da “Ongoing”.

²⁵⁶ RIBEIRO, Luisa, Jornalista, (2012).

Dessa busca na relação da Direção de Informação com a Redação, que muitos consideram ser mais distante, menos acessível, justificada por uma cadeia de editores e subeditores que nesta segunda linha se relaciona mais com os jornalistas, Paulo F.Silva que entrou para a profissão em 1989, faz uma comparação:

“Éramos todos daquele coletivo, daquele jornal. A partir de determinada altura, já neste século, os diretores passaram a habitar no meio da redação e, ainda que dentro de paredes de vidro, a comunicação ficou mais difícil (...). Deixou de haver tempo para abordar algum assunto mais exigente (...). A Redação deixou de ser um todo, partiu-se. Havia os que eram a favor do diretor fulano, os que eram contra, os que colhiam os seus favores, ou os que passaram a ser sistematicamente relegados, ou até prejudicados”²⁵⁷

A dependência das Direções em relação às Administrações e sobretudo as consequências dessa dependência “são um marco na nossa Comunicação Social. É um corte muito forte com um passado de cultura, de liberdade e de democracia”, ²⁵⁸ refere Paulo F.Silva, observando que o DI construía o seu poder pelo suporte e apoio que tinha dos seus jornalistas, o que lhe permitia reivindicar junto da administração . Mas hoje o director “ é mais uma correia de transmissão, cumpre instruções.”²⁵⁹

IV. 3. 2. 1 – Nomeação de Diretores – dúvidas e controvérsias

Recuando ao tempo da vinculatividade, na ANOP – Agência Noticiosa Portuguesa,²⁶⁰ verificou-se uma polémica com a nomeação pelo conselho de gerência do jornalista Francisco Cartaxo e Trindade para o cargo de diretor-adjunto de informação, contra o parecer desfavorável do Conselho de Redação.

O estatuto da Anop previa a remissão para a Lei de Imprensa. O argumento foi de que se tratava da primeira nomeação para o cargo de diretor-adjunto para os assuntos nacionais. Seria assim dispensada a audição do CR de acordo com a opinião do consultor jurídico Lourenço Carretas. Sob recurso do CR (pag.86) escorado sobre a

²⁵⁷ SILVA, Paulo F.(2012) - entrevista

²⁵⁸ Idem

²⁵⁹ ibidem

²⁶⁰ Foi extinta em 1986.

interpretação do nº 4 do artº 18º da Lei de Imprensa em 24 de Maio de 1980 , o CI deliberou que a nomeação de Francisco Cartaxo Trindade obedecia ao “parecer vinculativo” do CR, pelo que a sua nomeação para o cargo estava ferida de ilegalidade, o primeiro caso de uma empresa publica a respeitar esta competência do CR, na Lei.

O conselho de gerência da ANOP solicitou pareceres à Procuradoria Geral da República e à auditoria jurídica da Presidência do Conselho de Ministros. O próprio conselho de gerência da agência decide anular a nomeação do jornalista.

Tais dúvidas verificaram-se também nos casos de nomeação no Jornal de Notícias, e outros pareceres negativos²⁶¹ de nomeações diversas que ainda na atualidade são polémicas.²⁶²

²⁶¹ Caso de Freitas Cruz e Manuel Ramos para os cargos de diretor e diretor adjunto, respetivamente, e que a administração do jornal aceitou o parecer, mas, entretanto, nomeou o anterior diretor Alberto Carvalho, que tinha pedido a demissão e aceitado ser administrador. Deveria continuar como diretor, em acumulação, até que se resolvesse a situação, mas anuncia depois, o antigo director adjunto Fernando Martins que tinha cessado funções anteriormente. Também aqui e por queixa do CR, o Conselho de Imprensa, em 26 de Julho de 1982, concluiu, por maioria, não ter sido respeitada a lei de imprensa e concordou com as opiniões do CR.

Em 20 janeiro de 1983 o conselho administração do JN substituiu Alberto Carvalho que tinha sido nomeado em 1 de junho de 1982. Este alega fadiga e nomeou interinamente Freitas Cruz, que o CI voltou a considerar nula.

No jornal *A Tarde* com a nomeação de José Morais Cabral, em meados de Fevereiro de 1983, o CI considerou-a nula, mas mais tarde, em 14 de Março de 1983 (pag.89), uma carta do CR e outra do DG da empresa proprietária, *Afinci, Lda*, informaram que o CR deu entretanto, por unanimidade, o seu parecer favorável à nomeação, facto que repunha a legalidade.

Na ANOP, em 13 de Fevereiro de 1984, relativamente à exoneração de Carlos Veiga Pereira, então diretor de Informação, sem ser ouvido o Conselho de Informação, o Conselho de imprensa deliberou que essa exoneração estava ferida de ilegalidade.

O segundo caso verificado nesta agência, tem a ver com nomeação do director interino, o jornalista Maximino Correia, em substituição de Carlos Veiga Pereira. O CI diz então que a figura do DI interino não é contemplada na lei de imprensa, mas está de algum modo referenciada no art.º20 nº3. Também a nível da chefia de redação é apontada a mesma ilegalidade e a falta de parecer vinculativo para Fernando Lima, indicado para o cargo de Chefe de Redação do *Diário de Notícias*. O CR considerou a nomeação “nula” em 4 de Julho de 1983 “por razões de oportunidade” e no momento “desfavorável”. A manutenção do jornalista Fonseca Bastos como Chefe de Redação do jornal *A Tarde*, apesar do voto desfavorável, em 1 Agosto de 1983, causou igualmente controvérsia.

Jaime Antunes da ANOP, cuja designação para Chefe de Redação, não obteve voto favorável do CR, pela particularidade dele ser o Director de Informação. A sua aut nomeação, sem audição dos jornalistas, é considerada ilegal através do comunicado de 23 de Julho, de 1984.

Caso igualmente controverso envolveu a jornalista Virgínia Aguiar para Chefe de Redacção do centro regional ANOP-Madeira. Foi nomeada pelo conselho de gerência e este alega autonomia regional dos CR, em 11 janeiro de 1982. O CI deu aqui parecer favorável ao CR.

²⁶² João Marcelino. Jornalista e DI. em sede de inquerito na Assembleia da República (2010), defendeu ainda a “incompatibilidade de um jornalista ser simultaneamente diretor do jornal e membro do Conselho de Administração.”

IV. 4 – CR são poucos, mas podiam ser mais de uma centena

Embora reconhecidos, pela classe profissional que representam, como sendo “necessários” e “com sentido”, mas também “ineficazes pelo desinteresse e falta de empenho nas questões deontológicas, em diversos contactos que fizemos, seguindo a lista de publicações registadas na Entidade Reguladora, verificamos a sua dispersão e limitações, até um certo “despachar” face à natureza da questão.

Cada vez há menor disponibilidade de jornalistas que queiram assumir integrar esse órgãos dos profissionais e é, cada vez mais, sentida essa recusa.

Tal situação é fator do desinteresse que origina, por vezes, sejam eleitos jornalistas sobre os quais a maioria dos profissionais não reconhece o necessário mérito ou prestígio, inerentes ao seu papel e deles não considerem a sua representatividade.

Foi longo o percurso dos CR que, mesmo antes da lei que os consagrou, se constituíam por espontaneidade, nas redações dos jornais e em outros órgãos de comunicação.

Embora reconhecidos, pela classe profissional que representam, como sendo “necessários” e “com sentido”, mas também “ineficazes pelo desinteresse e falta de empenho nas questões deontológicas, em diversos contatos que fizemos, seguindo a lista de publicações registadas na Entidade Reguladora, verificamos a sua dispersão e limitações , até um certo “despachar” face à natureza da questão.

Cada vez há menor disponibilidade de jornalistas que queiram assumir integrar esse órgãos dos profissionais e é, cada vez mais, sentida essa recusa.

Tal situação é fator do desinteresse que origina, por vezes, sejam eleitos jornalistas sobre os quais a maioria dos profissionais não reconhece o necessário

José Manuel Fernandes, na mesma sede, esclareceu que no jornal Público a «presença de jornalistas na administração foi uma exigência dos jornalistas desde a sua fundação, e passou a ser também exigido pelo accionista. Alterou-se agora, com a actual diretora» disse quando ouvido na Assembleia da República (2010).

mérito ou prestígio, inerentes ao seu papel e deles não considerem a sua representatividade.

Foi longo o percurso dos CR que, mesmo antes da lei que os consagrou, se constituíam por espontaneidade, nas redações dos jornais e em outros órgãos de comunicação.

Mas, Carlos Camponez , um investigador da ética jornalística, afirma que os CR tem hoje “um papel fulcral no seio da Redação no tratamento ético e deontológico de complexos temas da atualidade” como as escutas, o terrorismo, a corrupção, a pedofilia, e, como notaram outros autores, exemplifica a denúncia do CR das pressões do Ministro-adjunto dos Assuntos Parlamentares no Público, que mostra como “esse papel é importante, nem que seja ao nível da denúncia pública”. Este nosso investigador sustenta que “os Cr só existem se houver jornalistas empenhados na sua autorregulação,” [o que pelo número dos Cr existentes no país] “talvez tenhamos de chegar a uma triste conclusão (...)”²⁶³

Camponez considera que a existência de CR enquanto órgão de autorregulação interna, não “seja incompatível com outros organismos”, mas, “pensar num organismo perfeito é a melhor maneira de acabar com a autorregulação do jornalismo” e, acrescenta : Acho que são essenciais. Mas reconheço que a sua perda de visibilidade poderá ser fatal”.

Quadro 2 : Publicações principais onde existem ou podiam existir CR

JN	JDN	RDP	DE	SOL	Público	D.Coim	O jogo	xpresso	TSF
im	Sim	im	N	Sim	Sim	Sim	Sim	im	im

Correio da Manhã	J.Negóc .	Record	Visão	Sábado	I	RR	TVI	SIC	RTP	OJe
Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não

Fonte: Confirmação por contacto direto. Os CR são eleitos anualmente.

²⁶³ CAMPONEZ, Carlos, (2012).

Embora sejam muito poucos os CR, não se estimando mais de duas dezenas os existentes, se comparados com a número de jornalistas profissionais, mais de 5 mil, em Julho de 2012,²⁶⁴ seria possível com os corpos redatoriais atuais a formação de mais de uma centena de Conselhos de Redação de acordo com os trâmites legais e no universo de 728 publicações.²⁶⁵

A nível da televisão, existe CR eleito na RTP e na SIC. Os membros do CR da TVI também existem embora o processo tenha sofrido, ao longo dos anos, muitas intermitências. Na rádio, há CR eleitos na RDP e TSF.

Há também CR eleitos na Agência Lusa e nos seguintes jornais e revistas: “Diário de Notícias”, “Expresso”, “Jornal de Notícias”, “O Jogo”, “Público”, “Record”, “SOL”, “Visão”, “I”.

Não têm conselho de redação o “Correio da Manhã” (em Maio de 2012 não tinha desde há um ano), a Rádio Renascença, nem os seguintes jornais e revista: “A Bola”, “Destak”(grátis), “Diário Económico”, “Jornal de Negócios”, “Oje” (grátis) e “Sábado”.

Em alguns dos *media* referidos a existência dos CR é meramente formal.

Em 2010 os dados da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista (CCPJ), referentes a Outubro, sobre o número de jornalistas profissionais, desagregados por meios de comunicação social ou serviços de programas, em regime de trabalho dependente, ultrapassava os seis mil.²⁶⁶

Quadro 3 : **Jornalistas (outubro 2010)** - 5 352 em Julho de 2012 (CCPJ)

imprensa	Rádio	Agências noticiosas	Multimédia	Televisão		Outros	Total
3.569	951	240	155	1.169		18	6.102

²⁶⁴ CCPJ (2012), de acordo com dados fornecidos pela Comissão da Carteira Profissional de Jornalistas, oficiosos, em 2 de Julho de 2012, existiam 5 352 jornalistas com carteira profissional, número reduzido em relação às mais recentes estatísticas (2010), devido ao desemprego no setor de comunicação social.

²⁶⁵ Segundo o Observatório de Deontologia do SJ, e com os números de 2010, seriam possíveis 195 conselhos de redação no país (Maio de 2011).

²⁶⁶ A revista do Observatório da Deontologia do SJ, que dedicou em Maio de 2011, no seu nº7, aos Conselhos de Redação, refere que 66 por cento dos profissionais trabalham com vínculo a empresas de comunicação.

Mas a esse número juntavam-se cerca de mil em regime livre que, na sua maioria, são falsos “freelancer”.

A situação atual é grave e a diminuição verificada em relação aos profissionais com carteira válida, deve-se à precariedade laboral, porquanto o sindicato dos jornalistas, em 18 de Abril de 2012, deu conta de um estudo sobre o desemprego na classe, onde se revela que só em 2011 entraram na Caixa de Previdência e Abono de Família dos Jornalistas (CPAF), 168 novos processos, o que perfaz, no período 2007/2011, o total de 694 processos de desemprego.

No estudo “Imprensa Local e Regional em Portugal”, apresentado na Fundação Gulbenkian (1ª edição em 2010), a ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social, delimitou um universo de 728 publicações periódicas de âmbito local e regional, nos 18 distritos de Portugal Continental e nas duas Regiões Autónomas.²⁶⁷

IV. 4. 1 – Resistência a inorgânicos: desgaste de retórica e invisibilidade

No seu papel de acompanhamento da vida interna das Redações, os Conselhos de Redação utilizam um discurso retórico e expressivo virado para a ação e também zelador de sentido de que fala Stheophens Linstead, 1995, “O inorgânico, o inorganizado e a parte maldita”. Utilizam uma linguagem própria de ligação e ponte, estruturada em palavras fortes como “condena”, “repudia”, “rejeita”, “alerta”, pelos valores democráticos.²⁶⁸

Porque “a retórica é o meio pelo qual são ligados campos discursivos” e essa ligação tem vindo a ser fragilizada pelos novos contextos sociais económicos e

²⁶⁷ Os números baseiam-se nos dados fornecidos pela Unidade de Registos daquela Entidade (dados reportados a 7 de Dezembro de 2009) – (ver em ERC).

²⁶⁸ Como se pode verificar, em muitos resumos de comunicados inclusos, no período “mais quente” nomeadamente um dos mais fortes CR da Agência ANOP.

também pela inércia dos próprios profissionais,²⁶⁹ os jornalistas, sujeitos a vulnerabilidades de ordem laboral e económica, com maior enfoque do poder político, adquiriram uma postura passiva, tornando-se alvo mais fácil de estratégias e agendas comunicacionais que condicionam o seu trabalho.

O carácter institucional esbateu-se, as ideologias diluíram-se numa sociedade onde o surgimento de novos meios comunicacionais tornaram a informação mais rápida e mais disseminada. O conjunto das suas competências são, até, mais importantes como nota Carlos Veiga Pereira.²⁷⁰

Os próprios jornalistas, embora continuem a defender a existência deste mecanismo de autorregulação têm respondido a diversos inquéritos de forma controversa:

Em 1997, o II Inquérito Nacional aos Jornalistas Portugueses, refere que apenas 13,5% dos jornalistas consideravam que os Conselhos eram “órgãos cujas competências *são exercidas regularmente e com resultados práticos*”, enquanto 26,3% pensavam que se tratava de “órgãos meramente ‘burocráticos’ dotados de competências meramente teóricas, raramente solicitadas e, por isso, sem qualquer papel prático relevante,” 49% que se tratava de “órgãos que apesar de exercerem regularmente as suas competências, não apresentam resultados práticos”.

Mais recentemente (2010) num outro inquérito da OBERCOM, questionados sobre a eficácia dos CR no órgão em que trabalhavam, 20% consideraram ser “nada eficaz”, 36,7% “pouco eficaz” e 25% “eficaz”. Apenas 1,7% o consideraram “muito eficaz”.

Meyer e Rowan²⁷¹ analisam a relação institucional e dos mitos em torno dela, equacionando as normas, os sistemas legais, as profissões, as tecnologias e outras

²⁶⁹ Pressões sobre os jornalistas eleitos, e nomeadamente o receio da não ascensão na carreira, de despromoção ou mesmo de despedimento levam os profissionais a rejeitar propor-se a esses cargos ou estando neles o fazer o menos “ondas” possíveis (CR – Lusa 2011)

²⁷⁰ Carlos Veiga Pereira, membros de diferentes CR entre 1979 e 1990, nas agências noticiosas Anop e Lusa, considera uma das inovações mais importantes da Lei de Imprensa de 1975, “os CR contribuem muito positivamente para o bom funcionamento das Redacções, para a livre expressão de diferentes pontos de vista e para a consequente diminuição de tensões, para a valorização e defesa”.

²⁷¹ “Political pressures (mechanisms of deinstitutionalization) Pag. 568. in the organization (intra-organizational factors) are: a) Mounting performance crises (‘what was once tried and true organizational activities or procedures - Ex: NASA and Challenger disaster’); b) Interests or beliefs of

estruturas racionais da organização que constituem sistemas de partilha, e referem um conjunto de factores para a sua desinstitucionalização entre os quais estão as pressões políticas.

Eugène Enriquez acrescenta às teses de Meyer e Rowan que “há uma instância institucional actuando com maior ou menor expressão em todas as organizações humanas”, como refere Rogério de Andrade²⁷², e embora o universo entre empresas e empregados seja complexo, as empresas de comunicação social não podem ignorar a conflitualidade que constitui os designados desafios do inorgânico, sobretudo os paradoxos, a deslegitimação, o compromisso dos CR para com a independência e liberdade noticiosa. Todos estes fatores, acrescenta Rogério de Andrade, são geradores de dissensão e de inoperância: “Os factores institucionais (história, cultura, hábitos e valores) interagem, quer com a estrutura formal, quer com os processos (sejam eles decisórios, representacionais ou simbólicos) sobre o desempenho deste mecanismo”.

Como órgão representativo da Redação, na sua vida no interior da empresa a que pertence, a visibilidade dos CR é, por natureza, apenas notória em casos pontuais. Existe uma “espécie de quadro de honra”,²⁷³ ou consenso implícito para que os conteúdos do exercício das suas competências fique circunscrito às paredes da empresa.

O seu desempenho exige um conjunto de posturas e procedimentos de carácter ético e deontológico na prossecução da linha editorial que se refletem no trabalho noticioso de interesse público e no respeito pelo público consumidor das notícias. Daí que não seja despiciendo que em matérias que ponham em causa a liberdade de imprensa e os princípios democráticos, os CR as devam tornar públicas.

O incidente que envolveu o ministro Relvas que se relaciona com um trabalho de investigação sobre as polícias secretas e que levou a um polémico e absolutório

organizational members that conflict with the status quo. Consequences? ‘Political dispenses or conflicting interests on the value of a particular practice that disrupt the unanimity of agreement among organizational members will be a critical antecedent of deinstitutionalization’. Political pressures (mechanisms of de institutionalization).

²⁷² Andrade, Rogério Ferreira de (2003) - *Colapsos e Reparações de Sentido nas Organizações*, Edições Minerva, Coimbra.

²⁷³ SILVA, Paulo F. (2012).

posicionamento da ERC,²⁷⁴ revela que os Conselhos de Redação têm um papel pertinente, apesar dos fatores erosivos.

O desconhecimento externo do trabalho dos Conselhos de Redação é também, a par de verdadeiras “inexistências”, fator do avolumar de conjecturas da sua inação, bem como da formulação de exigências cuja eficácia os CR não podem garantir. Esta espécie de limbo, a que se submetem muitos destes organismos, incapazes de reagir, foi registado²⁷⁵ pela Comissão de Ética e Educação da Assembleia da República na avaliação da liberdade de imprensa, num relatório a mais de 30 audições, onde se pode ler que se verificou “a quase ausência”²⁷⁶ de referências ao papel de intervenção dos Conselhos de Redação nessas longas auscultações de opinião.

Neste contexto, ouvido neste inquérito o presidente do *Grupo Impresa*, e antigo primeiro-ministro, Francisco Pinto Balsemão, declarou ser “muito importante a existência destes organismos de classe”, facto que tem reafirmado em diversos fóruns, nomeadamente no debate sobre *Jornalismo em Tempos de Crise*, que ocorreu na *Casa da Imprensa* em 31 Março de 2012.

Embora nos principais meios de comunicação tenham sido eleitos Conselhos de Redação, tem havido grande dificuldade congregar vontades e disponibilidade pessoais para participar no processo eleitoral no seio do corpo redatorial.²⁷⁷

Por vezes acabam sendo eleitos os mais disponíveis, com baixa expressividade de votantes, com risco de não serem eventualmente aqueles em que a maioria reconhece as práticas e os valores de excelência necessários à classe.

²⁷⁴ ERC deliberação de 20 de Junho de 2012, por maioria (três votos a favor e dois contra) ilibou o Ministro. Arons de Carvalho, vice-presidente da entidade reguladora, emitiu uma declaração de voto de vencido: “votei contra a deliberação do Conselho Regulador sobretudo porque ela configura uma inaceitável renúncia à obrigação de condenar as pressões e as ameaças à liberdade de informar e aos direitos dos jornalistas”.

²⁷⁵ Fevereiro de 2010, no âmbito do case “face Oculta” e do alegado envolvimento do antigo PM José Sócrates na pretensa venda da TVI.

²⁷⁶ Relatório da Assembleia da República (2012) 5.6. Condições do exercício do direito de participação dos jornalistas: “A quase ausência de referências ao papel e intervenção dos conselhos de redação ao longo das mais de 30 audições são, por si só, reveladoras da sua crescente desvalorização dentro de cada órgão de comunicação social, tendência que se agrava com o aumento da precariedade laboral, e que representa um inquietante sinal quanto à vida democrática dentro de cada órgão de imprensa”

²⁷⁷ VALDEZ, Fernando(2012).

Trappel,²⁷⁸ professor da Universidade de Viena, a propósito dos *media* estarem a perder o poder económico e, consequentemente, a pôr em causa a função de Serviço Público, nota que as redações têm cada vez menos jornalistas e estes têm cada vez mais trabalho.

Por isso, nota, “as notícias de agência são muitas vezes publicadas na íntegra”, principalmente na Internet e os jornalistas não têm tempo para analisar a informação, confirmar fontes e recolher segundas opiniões. “E o que mais me preocupa [diz Trappel] é que grande parte dos jovens obtêm a informação dessa forma – muito limitada e superficial.”

A função dos CR “é única”, pois “só o exercício do direito consagrado é que garante a participação interna dos jornalistas nas redações e nas ações positivas que podem impulsionar”, diz Orlando César,²⁷⁹ alertando que “todo o enfraquecimento das garantias de liberdade de expressão é susceptível de gerar atitudes de condicionamento”, motivado por constrangimentos de que nos alerta também Fernando Correia.²⁸⁰

Na atualidade, corrobora José Manuel Fernandes, os CR continuam importantes “mesmo quando são uma dor de cabeça”.²⁸¹ Por essa mesma razão, acrescenta este jornalista, eles “devem funcionar tal como estão previstos na lei: presididos pelos director. É uma forma de pressionar o diálogo e de os tornar realmente importantes, quando se trata de colaborar na orientação editorial no órgão de informação. Infelizmente, até porque o sindicato é fraquíssimo e os delegados sindicais têm pouco peso, às vezes os CR tendem a tratar de questões quase sindicais”.²⁸²

²⁷⁸ TRAPPEL, Josef (2009), *coordenador do EuroMediaResearch* falava em Maio de 2009, Uni.Minho.

²⁷⁹ CESAR, Orlando (2012)

²⁸⁰ O autor de *Os Jornalistas e as Notícias (1998)* traça um retrato dos constrangimentos actuais: a conquista das audiências e a consequente comercialização da informação em critérios jornalísticos dominantes, principalmente na sequência do aparecimento dos canais privados de televisão; a secundarização do papel dos jornalistas e do jornalismo em detrimento de outros profissionais e outros intervenientes, diretos ou indiretos, na produção da informação(..) – Editorial Caminho, Lisboa.

²⁸¹ FERNANDES, José Manuel (2012).

²⁸² idem

Por seu turno, Adelino Gomes²⁸³ nota que os CR são instância de representação legitimada pelo voto secreto cuja ação na defesa das questões profissionais e deontológicas, fazem hoje tanto sentido “quanto faziam quando os jornalistas ainda lutavam por eles, no tempo da ditadura”. Desse tempo mítico de consagração formal das liberdades nos dá conta Adelino Gomes nestes termos: “No imediato pós-25 de Abril quando estas e outras aspirações profissionais tiveram consagração legal, eles possuíam *ipso facto*, um maior poder de intervenção. Mas a sua margem de influência na redação, no jornalismo que se faz e na empresa em que se insere continua muito grande”²⁸⁴

A sublinhar essa importância, vejamos os fenómenos novos, com problemas internos que reivindicam a necessidade da operacionalidade de tais conselhos, opina Wilton Fonseca,²⁸⁵ assinalando que “temos vistos situações em que os conselhos de redação reagem a pressões políticas – veja-se o caso Relvas/ e Público e as acusações contra o Ex-Primeiro Ministro José Sócrates”²⁸⁶ e até, quem os tenha criado pela primeira vez nas suas redações como os Jornais “I” e “SOL”.

O recente caso do Jornal Público refere Adelino Gomes, “é sintomático de que os mesmos não descuraram o seu papel”, quando acharam que a situação passou o limite. Este foi um caso que, segundo Adelino Gomes, “ilustra de uma forma eloquente a importância de um conselho de redação vivo e actante numa Redação”.²⁸⁷

Joaquim Letria, um jornalista que viveu quase todos os cargos inerentes ao jornalismo, quer em jornais, quer na televisão, tem do papel dos CR, o necessário recato e influência: “O principal papel de um CR é forçar a negociação. É determinar que se pare ou ande mais devagar e se pense para não se fazer asneira. Às vezes não

²⁸³ GOMES, Adelino (2012)

²⁸⁴ idem

²⁸⁵ FONSECA, Wilton (2012)

²⁸⁶ idem

²⁸⁷ GOMES, Adelino (2012)

há tempo. Outras vezes é difícil. Mas isso é democracia a funcionar. Mesmo patrão a berrar por cima das nossas cabeças também é democracia”.²⁸⁸

IV. 5 – Dos Conselhos de Redação – há baluartes de dinamismo

Alguns dos Conselhos que regularmente se mantêm ativos, quer na imprensa quer nos meios audiovisuais, são quase baluartes de resistência à letargia dominante. Escolhermos os casos do JN e da Lusa, o primeiro por ser o jornal mais antigo que detém CR e o segundo por evidenciar uma continuidade herdada da Agência ANOP – a primeira de três em Portugal, surgidas após 25 de Abril de 1974.

IV. 5. 1 – JN: símbolo de resistência ou “travão”

Através da análise de 52 comunicados do JN (ver anexo), relativos ao desempenho de sucessivos CR, pudemos aperceber-nos da tipologia de assuntos discutidos com o/os respetivos Diretores de Informação e das dificuldades resultantes da preocupação em satisfazer as pretensões da Redação sem conflitar com a hierarquia.

²⁸⁸ LETRIA, Joaquim, sobre o papel dos CR (2012)

Tabela 1 - Assuntos mais discutidos pelos CR do JN : radiografia de 52 comunicados de 2002 a 2008

Transferências compulsivas de Jornalistas		Fecho filiais e delegações	Exigência de um provedor leitor	Renovações do jornal	Entrada do jornal na Controlinveste	Estudantes nas redações
Criticada inestéticas	fotos	Ausência do contraditório	Exploração de estagiários	Erros e falta de cuidado ético	Notícias com publicidade encapotada	Parcerias com Enviados jornalistas do grupo, mas não do jornal
Violações autonomia Editorial		Partilha de instalações com jornais diferentes	Denegação do Direito de Resposta	Ausência prémios e compensações monetárias	Sempre os mesmos e chefes nas idas ao estrangeiro	Pareceres Nomeação Diretores ad.
Alterações alinhamento editorial		Cedências a estratégias publicidade	Partilha instalações com jornais diferentes	Exigência de um Livro de Estilo*	parecer negativo s/Diretor à Global.	Regras de estilo e separação de géneros noticiosos
Quebras audiência		Utilização de trabalhos de jornalistas noutras publicações gr.	Abaixo assinado de 68 jorna. para parecer positivo ao Diretor-contr.CR	Criticas ao CR e demissão membros	Preocupação pelo histórico de demissões/chefias E redatores	Promiscuidade entre notícias e anunciantes
Transferência de jornalista como “castigo”		Promiscuidade entre notícias e anunciantes	Notícia falsa um caso de fonte importante	Entrevista a PR s/ forma perguntas c/fotos próprias	Publicação fotos arguidos	Transferências jornalistas para preenchimento lugares de grupo

Fonte: resumo dos comunicados (anexo)

Nos documentos analisados são visíveis as constantes insistências para a elaboração de um livro de Estilo do Jornal, exigência que desde há vários anos, se mantém (julho 2012), bem como as frequentes advertências para situações suscetíveis de afetar a linha editorial.

Foram apreciadas questões alusivas à evolução tecnológica dos meios de comunicação social e à sua progressiva concentração, factos que tiveram como consequência a transferência de jornalistas de um lado para outro e à realização de parcerias para a produção dos seus trabalhos com jornalistas de outros grupos e que nem sempre são bem aceites.

As transferências de profissionais para secções diferentes, indesejadas, como forma de os “castigar” (decisão assumida); a exploração do trabalho dos estagiários

que ilegalmente assinam peças, factos que foram amplamente analisados pelo investigador e professor José Rebelo,²⁸⁹ na sua recente obra (2011); deparámo-nos também com situações que também foram levantadas pela Agência Lusa, junto da ERC e que ilustram os problemas atuais. Muitas delas aparentando ser apenas relativas ao foro interno, mas que são, de facto, de interesse público.

Não faltam críticas dos jornalistas aos próprios órgãos eleitos: “trata-se de um CR reaccionário e ultraconservador que temos no nosso jornal e que tantas vezes é obstáculo à modernização”, refere o protesto de um jornalista por não serem atendidas as suas propostas.

Ou ainda, a demissão de um membro do CR que alega “inoperância intrínseca” do respetivo CR que, no seu dizer “continuará a ser uma força morta, ao que não serão alheias a eleição sistemática das mesmas pessoas” e também “o mar de equívocos a respeito da natureza e da utilidade do órgão”.

IV. 5. 2 – Agências - LUSA: a herança histórica

A Agência Lusa é, como sabemos, sucessora das agências ANOP e NP - Notícias de Portugal. É um órgão de comunicação social público, em rede com outras agências internacionais, tendo, porém, uma representação estratégica nos países que integram a CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.²⁹⁰ A Lusa é um órgão de comunicação social público, possui um corpo redatorial de perto de 200 profissionais a laborarem no país e no estrangeiro, distribuindo o seu material noticioso a mais de 250 meios de comunicação social.

²⁸⁹ REBELO, José (2011) *Ser Jornalista em Portugal, Perfis sociológicos*. Gradiva, Lisboa. O professor e Jornalista dedica importante análise sobre os estagiários que trabalham nas redações,

²⁹⁰ A ANOP, agência noticiosa portuguesa, criada pelo Decreto Lei-330/75 de um de Julho, cujos estatutos seriam criados em 1977, incorporou profissionais da anterior ANI e Lusitânia, agências do regime do Estado Novo. Foi a primeira agência após revolução. A sua extinção, em 1982 deu lugar à NP- Agência Noticias de Portugal, até 1986, com a qual, numa luta dolorosa, coexistiu na sociedade portuguesa durante alguns anos, para depois ser extinta em Dezembro, pelo decreto-lei 432/86. Nasceu em 01 Janeiro de 1987, a atual agência de notícias “Lusa”.

Em períodos de crise política e económica, a agência é um dos principais órgãos a acusar no seu seio alguma crispação²⁹¹ e erosões resultantes de interferências²⁹² de vária índole, quer política quer económica, sindical ou cultural.

As críticas dos jornalistas às medidas da hierarquia e à vida na Redação, são frequentes neste órgão de comunicação social, com várias queixas apresentadas ao Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas e à Entidade Reguladora de Comunicação Social (ERC), são reveladores da herança histórica dos seus CR.

Da análise de mais de 30 comunicados das suas reuniões, realizadas em anos diferentes, pudemos dar-nos conta da ocorrência de alegadas interferências de ordem política e, como consequência direta disso, das frequentes alterações de notícias dos redatores pelos seus editores; notamos também a manifesta rejeição à integração dos seus profissionais em infraestruturas doutros *media*, numa lógica economicista.

Discordâncias de nomeações e promoções ou posturas reivindicativas por melhores enquadramentos contratuais. Irregularidades de carácter ético-deontológico evidenciam que as relações com o Diretor de Informação são “um travão” a interferências de conflituosidade, no trabalho dos jornalistas, e raramente perceptíveis publicamente, como por vezes acontece em outros casos com repercussões externas²⁹³.

²⁹¹ No sector público a comunicação social viria a ser alvo de medidas importantes nomeadamente entre 1983 e 1984. O primeiro caso e mais polémico foi o da Anop que ocupou 40 reuniões do Conselho de imprensa (extinto) e 15 dos seus comunicados finais abordaram o caso. Em 30 de Julho de 1982 o CI após a decisão do governo em extinguir a Anop, expressou “a todos os trabalhadores da ano a sua mais viva solidariedade no momento difícil que atravessam”, e acusou o governo de uma ausência de política global para a informação (In CI).

²⁹² O Conselho de Redacção (CR) da agência Lusa apresentou o caso da demissão de Sofia Branco, editora da noite, à Entidade Reguladora para a Comunicação Social (V.ERC 2012) e ao Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas. A editora recusou escrever ou editar uma notícia antecipada sobre a reação do primeiro-ministro (PM) José Sócrates, às declarações do presidente do grupo Jerónimo Martins. Foi demitida por “quebra de confiança” alegou a Direção de Informação. (notícia de 30/03/2011).

²⁹³ Por exemplo e a propósito de posicionamentos da Troika do FMI em Portugal quando o chefe de redação alterou textos da jornalista que redigiu a notícia num sentido diferente, o que levou o próprio director de informação a admitir que a “objectividade da agência ficou em causa”.

Tabela 2 . Questões mais tratadas pelos CR da Agência Lusa em 36 comunicados de 2006 a 2010 e dois de 2012 (em anexo)

Notícias branqueamento “face Oculta” PT/flores	Branqueamento de notícias críticas feitas na Comissão de Ética AR-Caso M.Guedes	Pareceres negativos à nomeação de editores	Caso BES e as sugestões de pessoas a entrevistar pelos seus assessores	Cobertura apenas da presença do PM e não da Cimeira de grande importância	CR alerta para a não publicação de textos de pessoas sem título profissional
Alerta para o não pedido de parecer sobre a admissão de estagiários	Sucessivos alertas sobre o Desvirtuamento do serviço e estilo de agência. Função Lusa é dar notícias e não estórias	Sucessivos alertas para clima de mau estar na Lusa e da recorrente crítica do DI “já estás a pensar à LUSA	Observa ausência da LUSA na cobertura de assuntos importantes. Alerta para equilíbrio na cobertura do Freeport	Considera censória o não seus ar na economia o termo de estagnação	Jornalistas ameaçados de perderem isenções de horários ou de serem mudados de secção se não fizerem acriticamente tudo o que for ordenado
Nomeações vetadas e críticas a sucessivas nomeações	Análise crítica de takes de agência que se afastam das suas regras: “lead a meio da notícia, sem fonte, notícias de comunicações e anúncios, textos na linguagem brasileira	Transferências compulsivas e gestão “desastrosa” dos recursos humanos	Denúncia à ERC de utilização dos serviços dos Estagiários	Recusa do DI em presidir às reuniões do CR	Crítica à utilização de extratos de um Blogue para sustentar notícia a não exclusividade do PM Sócrates quando era deputado
Correções de notícias e erros de sintaxe	DI alerta para necessidade de se tratar os clientes mais numa perspectiva comercial	DI sugere que os jornalistas de agência liguem para os seus homólogos a alertar para os seus trabalhos	Di faz queixa à ERC e ao CD por se considerar “difamado” num texto de trabalho pelo CR	Texto do CR fazia eco das preocupações acerca de questões editoriais e de funcionamento	Transfere compulsiva de um jornalista para o desporto e de outras para o Centro de Documentação
CR congratulou-se pela DI ter aceite as recomendações do Conselho Deontológico sobre a presença de jornalistas nas assembleias gerais do BCP	Fraca cobertura noticiosa sobre as 7 maravilhas do mundo	Alerta para a nomeação de uma editora sem título profissional- parecer negativo	Promoções de jornalistas com violação do acordo de empresa	Jornalista promovida por “escolha” passou ao fim de seis meses do 3º para 5º grupo	CR apresenta a DI mal estar de grande maioria de editores, acusando o DI de “não saber ouvir as pessoas” e Di diz que “estas questões são atribuídas a um grupo claramente identificados e “com longo historial dentro da casa”
Admissões sem parecer	Contestação ao Direito de Resposta que não faz parte	Di não aceita partilhar gestão da redação com CR nem dilui-la em codecisão	2012 Preocupações com encerramento delegações	2012 Implantação nos Palops	2012 Restrições financeiras

A amostragem de 24 atas das reuniões dos CR, da Agência ANOP é coincidente com o período difícil que a agência viveu na sequência da decisão do governo de a extinguir. É notório, nestes documentos, que a atividade do CR era interventiva, no sentido de acompanhar a evolução do processo, com o estrangulamento gradual e financeiro, e a tentativa de mostrar que o quotidiano da agência tinha que prosseguir nas suas atividades de produção noticiosa, sem abdicar dos seus princípios.

Os jornalistas da agência viveram, nos anos 80, períodos conturbados de interferências políticas, disputas internas, plenários de muitas horas e acesos debates com fricções das diferentes fações que coexistiam no seu seio. No quadro abaixo pode ver-se referidos os assuntos mais tratados pelo CR da Anop em 24 comunicados de 1983/84.

Resumo das questões mais tratadas em 24 comunicados de CR da ANOP

Encerramento delegações	Análise de chefias e Pareceres/nomeações E exoneração de director	Interferências do conselho gerência na redação. delegações	Estrangulamento verbas para a "imobilizar" agenc.
Transferência de jornalistas para secções diferentes	Diálogos com ministros sobre ANOP há 13 meses s/salário	Análise telex falso	Interfer. Secr.estado na nomeação deleg. País africano
Análise contrato coletivo	Orçamento agencia	CR , CT e DS denunciam fecho ANOP	CR considera nula nomeação de che.red.sem consulta

Tabela 3) - Fonte: Resumo atas (anexo)

Um dos mais polémicos aspectos ocorridos nos anos 80 foram as interferências na agência do governo regional da Madeira,²⁹⁴ e a sua divulgação pela própria agência, bem como a ajuda financeira que o governo regional deu à ANOP, embora tenha sido dos primeiros a sugerir o seu encerramento.

O desenvolvimento das delegações em África, a nomeação dos directores, ou despedimentos de trabalhadores, tinha nos Conselhos de Redacção um suporte

²⁹⁴ Em 10 de Dezembro de 1981 , um despacho do secretário de estado adjunto do primeiro ministro para a comunicação social estabelece que Madeira e Açores passam a ter conselhos de redacção "próprios e autónomos".

interventivo, com particular referência ao longo e penoso processo de extinção da Anop²⁹⁵.

Francisco Balsemão, em entrevista ao Público (2009), disse sobre os Conselhos de Redação: “Ao nomear um director de informação, é muito importante ouvir os jornalistas através do Conselho de Redação. (...) Defendo os CR e não me importo nada que os CR tenham mais poder. Porque se o CR se opõe é porque a redacção não quer e não devo impor-lhe um director”²⁹⁶.

IV. 6 – Os CR fazem sentido mas devem ser mais atuantes

Os Conselhos de Redação sempre foram considerados estruturas vigilantes contra a adoção de medidas restritivas que possam pôr em causa a liberdade de expressão e independência profissional, embora não sejam isentos de críticas quanto aos propósitos com que alguns exercem as suas competências.

Jaime Almeida, considera que, apesar da sua negligência, a existência de mecanismos de autorregulação é um imperativo:

“Se a maioria das opiniões considera este mecanismo importante, embora se lhes atribua negligência de atuação em relação a questões deontológicas ou a assuntos da actualidade que por a extravasarem merecem reflexão, a existência de mecanismos de autorregulação é um imperativo. Mas, tendo a percepção de que os actuais organismos tendem a apagar-se. O resultado desse apagamento poderá não ser catastrófico, mas é seguramente negativo para a atividade jornalística e para os valores democráticos. Creio não estar só a pensar que seria útil a existência de um organismo que reunisse os jornalísticas, fortalecendo o seu compromisso com os valores da profissão e combatesse os desvarios a que vamos assistindo.”²⁹⁷

²⁹⁵ Em 15 de Janeiro de 1987 o conselho de redação da extinta Anop criticou o projeto de transferir para a sede da NP os jornalistas da Anop, assim como os circuitos de telex. Sublinharam o facto de as duas agências estarem a emitir sobre o título Lusa, sem que tenha sido nomeado um diretor de informação com violação pela lei de imprensa, funções a serem desempenhadas por um elemento da Direção Geral.

²⁹⁶ - Balsemão, Francisco Pinto (2009), entrevista ao Público, Outubro de 2009.

²⁹⁷ - Almeida, Jaime, jornalista (entrevista em 18 Junho de 2012).

Síntese da importância atribuída aos CR pelos 23 opinadores

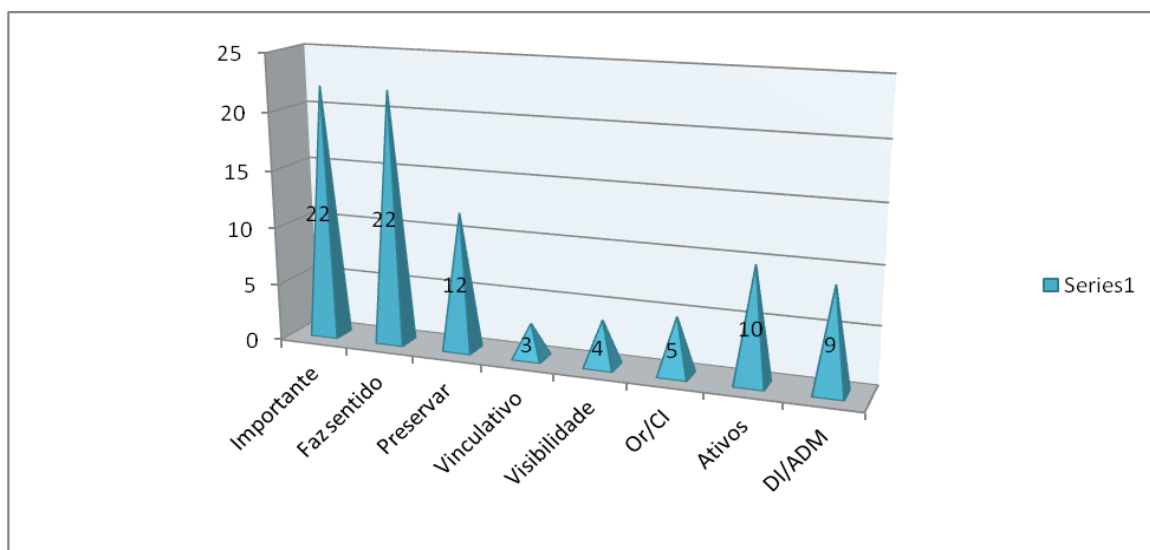


Figura 3 - (conf. anexo).

A “importância” e o “sentido” dos Conselhos de Redação na atualidade, saem reforçados dos depoimentos coligidos no âmbito da presente investigação e que foram prestados por profissionais, com muita experiência no exercício de diferentes cargos que se relacionam com o corpo redatorial e em diversos órgãos de comunicação social.

São no entanto críticos quanto a um certo estado de amorfismo e de constatarem limites internos e factores externos, suscetíveis de constrangerem a sua atividade de vigilância e acompanhamento da vida das Redações.

Sobre a “sua importância” alguns expressam a necessidade “fulcral” e “essencial” de continuarem a aprofundar o seu papel de “equilíbrio” com uma maior “reflexão” sobre o trabalho noticioso das Redações.

Apesar de reconhecerem que a profissão atravessa grandes mudanças, decorrentes das novas tecnologias, consideram, por unanimidade, que os CR “fazem todo o sentido” e mantêm intactos os objetivos para que foram criados após 25 de Abril de 1974.

Vários depoentes, mais contundentes na sua crítica quanto à inércia dos CR, consideram que deve “existir outro mecanismo, seja qual for”, mais de acordo com os problemas da atualidade.

A constituição de uma Ordem dos Jornalistas foi aventada por alguns, como a necessária autorregulação “horizontal” que possa abranger todos os jornalistas.

Entre a maioria dos profissionais que se se dignaram prestar-nos o seu depoimento e que afirmam não ser necessário inventar outro organismo, há expressões como “o modelo é bom, deve ser preservado”. A sua função “é única” e mudar “é acabar com a autorregulação”.

Sobre as condições para o seu exercício, alguns consideram que as condições “estão na lei” . Notam que existe “mais pressão das empresas”.

Apenas três consideram que o “vínculo” das suas deliberações deveria ser reposto. A maioria considera que os seus pareceres, mesmo de carácter consultivo, “têm muito peso” tudo “depende do prestígio e qualidade dos seus conselheiros.” Vários outros, ainda, consideram que os CR deviam “ter mais visibilidade”.

São muitas as críticas quanto à relação dual do Diretor de Informação. Acusam, sobretudo, uma menor proximidade à Redação e maior alinhamento com os propósitos financeiros das administrações.

Alguns advertem que as Redações também mudaram “dividem-se entre os apoiantes do Director” e dele recebem “benesses” (que se traduzem em serviços mais interessantes, promoções, mais viagens) e os que são contra ele e passam a ser “relegados”.

Três casos, consideram “retrógrado” e “marxista” o antigo papel do DI, considerando que hoje ele tem de zelar também pelos objetivos comerciais da empresa. Referem que a distância se deve a uma linha intermédia de editores e subeditores que lida mais de perto com a Redação.

Nove depoimentos criticam abertamente os CR por assumirem posturas “corporativistas” e tenderem a misturar o seu papel com o dos “sindicalistas” e “comissões de trabalhadores” e consideram que “os jornalistas tem responsabilidade em fazer funcionar os Conselhos de Redação.”

Capítulo V – primazia do sistema de autorregulação: janela aberta

Consideramos a cláusula de consciência e os Conselhos de Redação como patamares primeiros de uma autorregulação que é, em si, um conceito avançado de uma sociedade democrática que é capaz de criar poderes e contrapoderes. Por isso a autorregulação é conceito aberto a outras formas, sem que com isso sejam com estes incompatíveis.

As regras da cláusula de consciência e do desempenho dos Conselhos de Redação e também, como recorda Pinto Balsemão, as que preconizam a existência e o cumprimento dos Estatutos Editoriais, “são úteis e necessárias.”²⁹⁸ A estas regras se juntam outras de diversos mecanismos de autorregulação de visibilidade externa, como o Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas, os Provedores de jornais, da rádio e televisão, Livros de Estilo, Códigos de Conduta, manuais de boas práticas, direito de resposta, carta dos leitores e que formam uma constelação capaz de gerar o necessário equilíbrio.

Têm na deontologia uma das suas funções mais nobres²⁹⁹ e visam, tanto quanto possível, evitar a regulação restritiva pelo Direito, colocando os valores que regem a profissão no âmago da moral de cada um dos seus profissionais.

Consustanciam-se num conjunto de mecanismos institucionalizados, destinados a fazer cumprir os princípios e os valores normativos da profissão. Nem sempre cuidados, não devem ser descontextualizados dos processos históricos e das tradições jurídico-políticas. Como refere Carlos Camponez: “Os mecanismos de autorregulação não são ineficazes, os seus procedimentos talvez. As coisas não estão fáceis (...). A autorregulação é a essência da autonomia do jornalismo. Se ela não existe, talvez tenhamos que extinguir o jornalismo, tal como o conhecemos e chamar-lhe outra coisa”.³⁰⁰

²⁹⁸ BALSEMAO, Francisco Pinto (2012).

²⁹⁹ CORNU, Daniel – Journalisme et Vérité- identifica esta problemática ao afirmar que a liberdade e direito à informação exercidos pelos jornalistas, enquanto corpo profissional, é uma liberdade que lhes é delegada pelo público enquanto primeiro titular da liberdade.

³⁰⁰ CAMPONEZ, Carlos (2012).

Francisco Pinto Balsemão, considera que o ideal seria “que todo este sistema funcionasse em regime de autorregulação, sem necessidade de legislação, de intervenção do poder político ou mesmo de um indisfarçável organismo de cariz político, como é o caso da ERC”.

Refere que o que se conseguiu “nos alvoroçados anos do PREC, através do Conselho de Imprensa, criado pela lei de imprensa de 1975, é exemplo a considerar, devidamente adaptado à segunda década do século XXI”, recordando também o que já foi conseguido pela atuação do ICAP, na autorregulação da publicidade. Acrescenta Pinto Balsemão: “Quanto mais se caminha para a autorregulação, mais importante é ter presente que, nesta matéria, existem direitos, mas também existem obrigações e, se existem obrigações, terão de existir sanções para quem não cumpre, nomeada e igualmente para os jornalistas. O que implica que terá de haver quem garanta que as sanções, quando as haja, serão efetivamente aplicadas.”³⁰¹

A referência europeia mais clara sobre autorregulação, como um dever dos jornalistas, é a Resolução 1003 aprovada pela Assembleia Geral do Conselho da Europa, em Julho de 1993, onde se refere que os meios de comunicação social devem criar mecanismos de autorregulação que “garantam a liberdade de expressão”, mas também, assegurem “o direito dos cidadãos a receber informações verídicas e opiniões honestas”.

Conclusões:

A rapidez e a intensidade das mudanças tecnológicas, como múltiplas plataformas na *World Wide Web*, na economia e nas relações sociais num mundo globalizado contemporâneo, que exercem diversos impactos sobre a sociedade de informação, exigem dos jornalistas uma postura ética e de responsabilidade no exercício do seu trabalho noticioso, orientado no sentido da verdade e do respeito para com o público.

Tal desiderato concita-os a estarem atentos a eventuais arbitrariedades que possam minorizar a sua independência e autonomia - também existentes na

³⁰¹ BALSEMÃO, Francisco Pinto (2012), depoimento em 28 de Junho de 2012.

convivência de liberdade -, que não podem violentar a sua consciência no exercício do seu trabalho noticioso, sob pena de beliscarem a própria democracia.

O desvirtuamento do núcleo de princípios e práticas que enformam a profissão, é suscetível de transformar a profissão numa outra, qual espécie de intempérie onde se perde o norte e se esquece a “imaterialidade” (OIT) do trabalho jornalístico que torna a informação rica e diversa e, com ela, a dinâmica da própria sociedade.

Os dois instrumentos objeto desta investigação - a cláusula de consciência e os Conselhos de Redação - são os primeiros patamares da autorregulação dos jornalistas desde o edifício legal constituído após a revolução do “25 de Abril” e que devido a um processo evolutivo transformacional de ordem política, social e económica, se encontram em estado letárgico.

Optámos por designá-los como “direitos interiores” numa aproximação ficcionada, porque se exercem em introspeção de diferentes níveis: o primeiro expressa-se a partir do íntimo de cada jornalista e exterioriza-se pela assunção da prática, em situações especiais ou de alterações profundas da conduta editorial do órgão de comunicação social em que se trabalhe; o segundo emana da vontade dos jornalistas, através do direito de voto, e, uma vez eleito, representa-os no quotidiano da vida redatorial em estreita relação com a Direção de Informação.

O sentido do seu desempenho é o fomento do equilíbrio entre os objetivos da empresa e de um corpo redatorial que contribua para uma mais eficaz e qualitativa produção noticiosa, no respeito pelos princípios ético-profissionais com que os titulares da carteira profissional se comprometem quando recebem o seu título.

Do confronto das diferentes opiniões de profissionais e académicos das áreas do jornalismo e do Direito, constantes neste trabalho, verificou-se que a cláusula de consciência (CRP, LI e n.º4, art.º12 EJ) não tem eficácia (figura 1).

A sua invocação – que dá ao jornalista a possibilidade formal de, perante uma “alteração profunda na linha editorial ou na natureza” do meio de comunicação, se violentado na sua consciência, rescindir unilateralmente o seu vínculo laboral, com direito a uma indemnização já estipulada nas próprias normas – torna-se, perante a precariedade atual, “intangível” (Fernandes: 2012).

Num contexto político, social e económico particularmente difíceis, onde o jornalista tenta preservar o seu posto de trabalho, arriscar qualquer postura reivindicativa (Silva: 2012), pode provocar esse “ferrete” que é o desemprego.

Quando da regulação deste direito, a democracia raiava, saída de regime totalitário, e todos os poderes se conjugavam para a sua construção e afirmação da liberdade e autonomia. O jornalista Wilton Fonseca (2012) refere que a norma “foi feita numa perspetiva marxista da luta de classes” e que, presentemente, “já não faz qualquer sentido.”

Das diferentes opiniões aqui trazidas foi possível verificar que “não existem condições” para a sua aplicação, em resultado da complexidade de concentração de mercado, onde prevalece a precariedade e os constrangimentos que podem ser condicionadores da independência e autonomia necessárias ao exercício da profissão de jornalista.

Há uma aceitação generalizada de que, nestas condições, os jornalistas deverão pensar “muitas vezes” antes de a invocarem, porque tal lhes limitaria as possibilidades de emprego noutras publicações de grupo, porque fica circulante, o estigma de “problemático”.

Os casos verificados, ao longo de quase quatro décadas, revelam que os jornalistas que invocaram na Entidade Reguladora, violações ao arte,^o 12^o EJ, quer as garantias de independência quer a cláusula de consciência, acabaram penalizados sob formas diversas e, salvo raras exceções, escusam-se a falar dessas situações.

Os resultados deste trabalho corroboram a afirmação de Le Bohèc quando diz que a cláusula de consciência só funciona verdadeiramente em situações de pleno emprego, em que os jornalistas podem decidir de acordo com a sua consciência sem arriscar a ficar vários anos sem trabalho. É um direito a que os jornalistas, de acordo com a sua consciência e dos arbítrios que a ofendam, “pode usar ou optar por sujeitar-se”(Serrano: 2012)

É preciso não esquecer que o jornalismo “é uma profissão e, como em tudo na vida, tem que saber e poder dizer *Não!* e viver com as consequências disso”(Ribeiro: 2012). O jornalista Adelino Gomes (2012), chama a atenção para o facto de a "reivindicação de um direito, sobre tudo em situação de tensão ou, pior ainda, de conflito declarado, contém sempre, uma dose de risco."

Ficou claro que há “medo nas redações” pelo que será difícil que o jornalista ouse invocar a cláusula de consciência por “receio de retaliação” (Vieira: 2002), preferindo tornear quer eventuais arbitrariedades empresariais, quer da distância da sua Direção de Informação.

Contudo, essa realidade é ainda mais crua quando, como nos adverte Joaquim Letria (2012) “hoje, há que ter a coragem de reconhecer: a maioria dos jornalistas portugueses pratica autocensura e sofre de medos vários, para além de ter a consciência de dispor duma vida profissional curta”. Só faz sentido com “com fortes medidas de protecção dos jornalistas”(Valdez: 2012).

O juiz Rui Rangel, nota que o valor superior da cláusula de consciência “é a salvaguarda do direito dos cidadãos a uma informação livre, com transparência, responsável, rigorosa e verdadeira”, mas, acrescenta, “o pior é estar na lei e não ser eficaz” [por] “medo de ser perseguido e de perder o emprego”. Tornou-se, acrescenta o ilustre magistrado, “uma norma vazia e sem sentido”.

Mas, em unanimidade, os opinadores consideraram a cláusula como um “bom princípio” e os princípios são na vida como a seiva de uma planta, que invisível do exterior, percorre o seu caule e a alimenta para dar flores e depois frutos.

Enquanto um dos 21 jornalistas lesados na sua consciência ideológica, pelas alterações editoriais que levaram ao encerramento do jornal República (1975) e que invocou este direito, Alberto Arons de Carvalho (2012) considera a cláusula, na sua concepção legal, “boa” e “das mais modernas em relação aos demais países europeus”. Admite a sua ineficácia, mas defende a manutenção do seu vigor como matriz. Embora não lhe pareça necessário, admite a possibilidade de “um ou outro ajuste”.

Para Pinto Balsemão (2012), a crise económica que atinge igualmente a atividade dos media torna “úteis e necessárias” normas como a da cláusula de consciência e a existência de Conselhos de Redação, acrescentando a necessária existência e cumprimento de Estatutos Editoriais. Lembrou a interferência de vários tipos de poder (económico, político, desportivo e cultural, etc.) “na propriedade e orientação das empresas de comunicação que é cada vez mais notória”.

O pouco conhecimento, por parte dos jornalistas, dos seus pressupostos (Branco: 2012), um direito que existe noutros países da Europa e do mundo

ocidental, não deixa de ser revelador da forma como a classe olha para os seus direitos e deveres.

Mas a violação da cláusula de consciência é de difícil comprovação pela subjetividade do pressuposto exigível “alteração profunda na linha de orientação ou na natureza”(.), confirmada pela Entidade Reguladora (Mascarenhas: 2012).

Embora a cláusula aponte para uma especificidade, que ultrapasse as truculências próprias de uma Redação viva, seria benéfico delinear critérios dessa “alteração profunda”, para que se possam afastar, o mais possível, influências de ordem vária, porventura dos reais motivos. A sua ampliação a questões deontológicas seria positiva – o carácter ideológico está hoje mais esbatido com a estabilização política e com o pluralismo comunicacional onde a Internet assume particular relevo. E dizemos que seria positiva pelo facto de verificarmos que a sua violação continuada põe em causa a própria ética organizacional e abala a confiança que o público dela espera no consumo da sua produção noticiosa.

Verifica-se que, mesmo no que diz respeito às garantias de independência (*vide* n.ºs 1, 2 e 3 do art.º 12º EJ), ela deixa o jornalista desprotegido, porque o facto de recorrer à entidade reguladora, deixa-o logo vulnerável no caminho da ostracização (Aznar e Carrillo).

No que toca à indemnização que pode ser irrisória, face aos danos de vária ordem causados pela prática ilícita, ou ser mesmo contraditória com as leis do trabalho, o jornalista arrisca-se a que a douta decisão do tribunal a venha negar ou ainda, que a sua deliberação fique por cumprir, arrastando-se ao longo do tempo.

Concordamos que a cláusula de consciência deva existir, pois a nossa experiência nos diz que não seria benéfico abdicarmos, sem mais, de um direito adquirido, e como acentua Fernando Cascais (2012): “não vamos deitar fora o bebé com a água do banho”.

Quanto aos Conselhos de Redação, órgãos eleitos pelo corpo redatorial de cada meio de comunicação social, verificamos que, apesar da sua letargia, continuam a ter “muita importância”, tal como ficou demonstrado, embora o seu desempenho esteja fragilizado por constrangimentos já referidos e pelo estigma assumido, a que chamamos “síndrome da fragilidade”, pela perda, há duas décadas, do seu poder

vinculativo. Alguns consideram que tal poder devia ser reposto, sob o argumento de que seria maior a possibilidade de negociação entre CR e Administração.

Há referências a manifestações de excessivo corporativismo, de acomodação e até de oportunismo, mas também do interesse de que as suas competências sejam exercidas em pleno. Os CR “constituem uma instância de arbitragem dos desvios populistas (...)” (Melo: 2012), e a sua função é “única “e onde existem a” qualidade do jornalismo é melhor” (César: 2012).

Notamos que a perda do poder deliberativo, diminuiu o respeito pelo seu desempenho, pelas administrações, sobretudo quanto à nomeação dos Diretores de Informação, agora impositivos, ainda que em clima de desconfiança.

Nas suas competências há um potencial valorativo desmistificador de um “braço de ferro” que as administrações não abdicam, mas que a credibilidade das opiniões dos CR podem equilibrar, ainda que em diálogos conflituosos e dolorosos para os seus membros (Valdez: 2012).

A relação entre o jornalista e a sua Direção é naturalmente desigual, mas nela se confia porque, por serem jornalistas, os sentimos próximos e defensores dos mesmos pressupostos. Mas, constatamos que o jornalista vive cada vez mais constrangido e isolado entre uma cadeia – diretores , diretores adjuntos, editores, editores-adjuntos e outros nomes para chefias – linha de contacto mais próximo das Redações e que, por si, também esta hierarquia se preocupa com a sua carreira e com o cumprimento das orientações superiores.

O Diretor de Informação é hoje, na sua relação dual de mediador entre os jornalistas e a Administração, também responsável pelo êxito comercial do produto jornalístico, e esse sucesso é também gerador de riqueza. Mas, dependendo embora do seu carácter, tal acréscimo, tornou-o mais próximo dos interesses da Administração que o nomeia, deixando os redatores mais solitários (Silva: 2012). Falta o debate interno, a confiança, a troca de impressões sobre as dúvidas. Falta a esteira solidária de uma Redação que conhecíamos e que também ela está em mudança.

Este trabalho permitiu verificar que os jornalistas são também responsáveis pela recorrente letargia de que padecem alguns Conselhos de Redação e pela

ausência deles, por descurarem, pela indiferença, os valores da própria profissão (Garrido: 2012).

Verificamos pela análise documental, que os Conselhos de Redação mantêm acutilância na vida nas Redações ainda que se perceba ser cada vez mais difícil fazer prevalecer as suas opiniões.

O sentimento recolhido neste trabalho é o de que os Conselhos de Redação devem ser “mais atuantes” mas mais conselheiros na condução do trabalho noticioso, no cumprimento rigoroso da ética e deontologia (Camões: 2012). Porque o seu desempenho é também, por natureza, “interior”, pensamos que seria útil e pedagógico que fossem divulgadas questões que, embora de carácter interno, possam contender com o interesse público.

Este trabalho registou algumas opiniões favoráveis a uma Ordem (Falcão: 2012) ou outro órgão autorregulador único, mais adaptado à realidade, tomando a experiência do Conselho de Imprensa (Balsemão: 2012), porque os atuais estão a apagar-se (Almeida: 2012).

Não nos opomos à existência de um qualquer outro organismo dos jornalistas, desde que controlado por eles e para eles, em autonomia plena, que em nada é incompatível com os dois mecanismos legais aqui discutidos. Mas, sobretudo, inclinamo-nos para uma autorregulação mais eficaz em detrimento de leis mais restritivas. A autorregulação “é essência da autonomia do jornalismo. Tenhamos daqui presente, uma vez mais, a advertência de Carlos Camponéz: “Se ela não existe talvez tenhamos que extinguir o jornalismo, tal como o conhecemos e chamar-lhe outra coisa” (Camponéz: 2012).

Ao perder-se a “tarimba”, a memória das Redações, “perdeu-se a massa crítica do histórico das Redações, sistémica e deliberadamente” (Ribeiro: 2012). Como amargamente refere Serra Pereira (2012), “Existe uma descaracterização: Quando o jornalista não passa da cadeira e do tampo do computador, algo se transformou e os valores que estão a ser transmitidos às novas gerações, põem em causa a profissão”.

Por último, observamos que estes elementos de autorregulação que escolhemos analisar fazem parte de uma constelação de outros e que, no seu conjunto, criam as dinâmicas “freios e equilíbrios” necessários ao bom desempenho e qualidade noticiosa.

Embora partilhemos da crítica à ineficácia destes instrumentos de autorregulação, corroboramos o pensamento de que os múltiplos meios de informação de que dispomos não deixarão amarfantar liberdade de expressão e a democracia (Vieira: 2012). Consideramos, todavia, que o acrescer de restrições exige uma cultura de cuidado sob pena de deixarmos espaços vazios predisponíveis a mudanças estranhas. Acreditamos que estes instrumentos de autorregulação são como gérmes em pousio, à espera de Nova Primavera.

Bibliografia:

ALEXY, Robert (1997), *Theorie der Grundrechte*, ed. ut.: *Teoria de los Derecho Fundamentales*, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales.

ANDRADE, Rogério Ferreira de (2003), *Colapsos e Reparações de Sentido nas Organizações*, Edições Minerva, Coimbra.

ARENDT, Hannah (1972), *Reconstrução dos Direitos Humanos - Entre o Passado e o Futuro*, S. Paulo, Perspectiva - Companhia das Letras 1988.

AZNAR, Hugo, (2006), *Comunicação Responsável - A Auto-regulação dos Media*, Porto Editora, Porto.

CORREIA, Fernando (1998), *Os jornalistas e as Notícias*, Lisboa, Caminho editora.

AUBENAS, A Florence & BENASAYAG, Miguel (2002) - *A Fabricação da Informação - Os jornalistas e a ideologia da comunicação*, Campo das Letras, Editores, SA.

AZEVEDO, Cândido (1999), *A Censura - de Salazar e Marcelo Caetano*, Lisboa, Caminho.

BALLE, Francis (1997), *Médias et Société – De Gutenberg à internet*, Paris, Montchrestien.

BERTRAND, Claude-Jean (2002), *Deontologia dos Media*, Coimbra, Editora Minerva.

BERTRAND, Claude-Jean (1999), *L'Arsenal de la Démocratie – Médias, déontologie et MARS*, Paris, Economisa. Meth

BA BOJE, David (2001), *Narrative odds for organizational & communication research*, Sage

BENTHAM, Jeremy (1825), *O Ensaio Sobre a Nomenclatura e a Classificação dos Principais Ramos da Arte e da Ciência*.

BORGES, Hermenegildo Ferreira (2002), "Inquirição deontológica e a salvaguarda da dignidade da pessoa humana", *Catas do II Congresso da SOPCOM*.

BORGES, Hermenegildo Ferreira (2005) *Vida, Razão e Justiça – Racionalidade argumentativa na motivação judiciária*, Coimbra, Minerva Coimbra.

- CAMPONEZ, Carlos (2011), *Deontologia do Jornalismo – A autorregulação frustrada dos jornalistas portugueses (1974-2007)* Almedina, Coimbra.
- CORNU, Daniel (1999), *Jornalismo e Verdade – Para uma Ética de Informação*, Lisboa, Edições Piaget.
- DURAND, Jean-Loup (1994) *La clause de conscience des journalistes professionnels*, Droit social. - ISSN 0012-6438. - Paris, Nº 3 (mars 1994), França (versão, na Assembleia da República Portuguesa).
- GOMES, Adelino & Castanheira, José Pedro (2006), *Os dias loucos do PREC*, Lisboa, Edição Expresso/Público.
- CAMPS, Victoria (1995), “El lugar de la ética en los medios de comunicación”, in: Enrique Bonete PERALES, *Éticas de la Información y Deontologías del Periodismo*, Madrid, Tecnos, pp. 53-64.
- CARRERAS, Luís (1997), *A Autorregulação como Alternativa às Restrições Legais informativas e como Sistema de Relação entre as Televisões e os Juízes*.
- CARRILLO, Marc (1993). *La cláusula de conciencia y el secreto profesional de los periodistas*, Madrid, Editorial Civitas.
- CARVALHO, Alberto Arons de, & Cardoso, António Monteiro, & Figueiredo, João Pedro (2003), *Direito da Comunicação Social*, Lisboa, Editorial Notícias.
- CARVALHO, Alberto Arons (1986) *A Liberdade de Informação e o Conselho de Imprensa 1975 a 1985*. Prémio “Conselho de Imprensa João Chagas”, Lisboa, edição apoiada pelo CI, da Presidência do Conselho de Ministros – Direcção Geral de Comunicação Social.
- CARVALHO, Alberto Arons de (2005), *“Direito e Ética da Comunicação”*, Actas do IV Congresso Sopcom.
- CARVALHO, (1971). Alberto Arons e António Manuel Monteiro Cardoso, *Da Liberdade de Imprensa*, Lisboa, Editora Meridiano.
- CARVALHO, Alberto Arons, António Manuel Monteiro Cardoso e João Pedro Figueiredo (2005) *Direito da Comunicação Social – Regime jurídico da*

Comunicação Social em Portugal, Cruz Quebrada, Casa das Letras/Editorial Notícias.

CARVALHO, Alberto Arons (1999) *A Censura Prévia à Imprensa na Época Marcelista*, Lisboa, Livraria Minerva Editora.

COMISSÃO EUROPEIA (1997), *Livro verde relativo à convergência (...) e às suas implicações na regulamentação*, Bruxelas. (documents da C.E) <http://eur-lex.europa.eu/>

JONES, Clement (1980), *Mass Media codes of ethics*, Paris, UNESCO.

CHARON, Jean-Marie (1999), “Réflexions et Propositions Sur la Déontologie de L’Information – Rapport à Mme la ministre la Culture et de la Communication”, disponível em :

[URL:www.culture.gouv.fr/culture/actualites/rapports/charon/reponses.htm](http://www.culture.gouv.fr/culture/actualites/rapports/charon/reponses.htm)

(06/04/04).

CHRISTINE, Oliver (1992), *The antecedents of de institutionalization Organization Studies*, 13 (4): pag. 563-588. [Cidade e Editora\]](#)

COLEMAN, Renita (2003), “Os antecedentes intelectuais do jornalismo público”, in: Traquina, Nelson & Mesquita, Mário, *Jornalismo Cívico*, Lisboa, Livros Horizonte.

CONSELHO DE IMPRENSA (1979), *A imprensa escrita em Portugal (Abril de 1974 a Julho de 1976)*, Lisboa, Conselho de Imprensa/Assembleia da República.

CONSELHO DE IMPRENSA (1988), *Relatórios 1979-1983 – A situação da imprensa em Portugal*, Lisboa, Conselho de Imprensa.

CORNELIUS, Castoríades (1975), *L’institution imaginaire e la société*, Paris, Seuil.

CORREIA, Fernando (2006), *Jornalismo, Grupos Económicos e Democracia*, Lisboa, Editorial Caminho.

CORREIA, Fernando (1998), *Os Jornalistas e as Notícias*, Lisboa, Ed. Caminho.

CURRAN e Michael GUREVITCH (Edited by), (2005), *Mass Media and Society*, Londres, Hodder Arnold Publication.

- CURRAN, James (2011) "Defending freedom expression" in seminary "Leveson Inquiry" 12 Outubro 2011 - <http://hackinginquiry.org/news/professor-james-currans-talk-at-leveson-inquiry-seminar/> in Conference Center Queen Elizabeth II, Londres
- CZARNIAWSKA, Joerges (1997), *Narrating the Organisation: Dramas of institutional Identity*, Chicago, The University of Chicago Press.
- ESTEVES, João Pissarra (1995), *O Espaço Público e os Média– Sobre a Comunicação entre Normatividade e Facticidade*, Lisboa, Edições Colibri.
- ESTEVES, João Pissara (2003), *A Ética da Comunicação e os Media Modernos – Legitimidade e poder nas sociedades complexas*, Lisboa, Fundação C.Gulbenkian (2ª ed.).
- FERNANDES, José Manuel (2011), *Liberdade e Informação*, Lisboa, Relógio D'água Editores.
- FIDALGO, Joaquim (2009), *O Lugar da Ética e da Auto-Regulação na Identidade Profissional dos Jornalistas*, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian.
- FOUCAULT, Michel (1988), *Vigiar e Punir*, Petrópolis, Ed. Vozes.
- HABERMAS, Jürgen (1988), *Facticidade y Validez – Sobre el derecho y el Estado democrático de derecho en términos de teoría do discurso*, Madrid, Editorial Trotta.
- HATCH, Mary Jo; SCHULTZ, Majken (2002), "The dynamics of organizational identity", *Human Relations*, London, SAGE Publications.
- JEPPERSON, Ronald (1991), *Institutions, Institutional Effects*.
- Jornalismo Real, Jornalismo Virtual* (1998), Actas do 3º Congresso dos Jornalistas Portugueses.
- KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom (2005), [2001], *Os Elementos do Jornalismo*, Porto, Porto Editora.

- LAVOINNE, Yves (1991), "Le journaliste saisi par la communication", in Marc Martin (org.), *Histoire et Médias – Journalisme et journalistes français 1950-1990*, Paris, Albin Michel.
- LAITILA, Tiina (1995), "Journalistic codes of ethics in Europe", *European Journal of Communication*, vol. X, nº 4, pp. 527-544.
- LEPRETTE, Jacques, PIGEAT, Henri (org.), (2004), *Éthique et Qualité de L'Information*, Paris, Presses Universitaires de France.
- LIBOIS, Boris (2002), *La Communication Publique – Pour une Philosophie Politique des Médias*, Paris, Budapest, Turim, L'Harmattan.
- LIBOIS, Boris (1994), *Ethique de l'information. Essai sur la deontologie journalistique*, Bruxelles, Ed. de L'Université de Bruxelles.
- Liberdade de Expressão, Expressão de Liberdade* (1982), Actas do I Congresso dos Jornalistas Portugueses - Teses e Documentos.
- LIPOVETSKY, Gilles (1994), *Crepúsculo do Dever – A ética indolor dos novos tempos democráticos*, Lisboa, Publicações Don Quixote.
- MACHADO, Jonatas (2002), *Liberdade de Expressão*, Coimbra, Coimbra Editora.
- MAIA, Alfredo (2007), "O imperativo da regulação participada", artigo no vol. 11. Revista de Comunicação e Sociedade – A regulação dos Media em Portugal (2007)- Campo das Letras, Universidade do Minho.
- MARTINS, Fernando (2006), *A Geração da Ética*, Coimbra, Editora Minerva.
- MARTICHOUX, Elizabeth (2003), *Les Journalistes*, Paris, Le Cavalier Bleu.
- MESQUITA, Mário (1996), "Os meios de comunicação social: Portugal, 20 anos de democracia", (coord. António Reis), Temas e Debates, Lisboa, Circulo de Leitores.
- MESQUITA, Mário (2001), "A turbodeontologia", in *Público*, 16 de Março de 2001.
- MESQUITA, Mário (2003), *O Quarto Equívoco – O poder dos media na sociedade contemporânea*, Coimbra, MinervaCoimbra.

- MIRANDA, Jorge (1976). *A Declaração universal e os pactos internacionais de direitos do homem*. Lisboa: Livraria Petrony.
- MIRANDA, Jorge (1989) *Direitos Humanos*, Lisboa, Livraria Petrony.
- MIÈGE, Bernard (2000), *Les Industrie du Contenu Face à L'Ordre Informationnel*, Grenoble Presses Universitaires – Universidade de Grenoble.
- MOTA, Francisco Teixeira da (2009), *O Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e a Liberdade de Expressão – Os casos portugueses*, Coimbra, Coimbra Editora.
- NIETZSCHE (1997) *Da retórica*, Lisboa, Editorial Vega.
- PERALES, Enrique Bonete (1995), *Éticas de la Información y Deontologías del Periodismo*, Madrid, Editorial Tecnos.
- PINA, Sara (1997), *A deontologia dos jornalistas portugueses*, Coimbra, MinervaCoimbra.
- POWELL, Walter e DIMAGGIO, Paul (1991), *The New Institutionalism in Organizational Analysis*, Chicago and London, ed. University of Chicago Press.
- REBELO, José (2011) *Ser Jornalista em Portugal - Perfis sociológicos*, 2011, Gradiva, Lisboa.
- RICOEUR, Paul (1980), *“Pour une Théorie du discours narrative”*, recolha por Dorian Tiffeneau, Paris, Centre de Recherche Scientifique.
- RODRIGUES, Adriano (1980), *O Campo dos Media*, Comunicação & Linguagens, Lisboa, Veja Editora.
- SELZNICK, Philip (1996), *Institucionalism “old” and “new” – Administrative Science Quarterly*, Vol.41 (2) (revisit scientific organizacional), Nova York.
- S. SHUKTZ, A. (1982), *Life Forms and Meaning Structure*, London, Routledge & Kegan Paul.
- SCHUDSON, Michael, (1999) *“The sociology of news production revisited”* in James, *The Anthropology of Empty Spaces - Kociakiewicz and Kostera*, New York, Human Sciences Press.

TRAQUINA, Nelson & CABRERA, Ana & PONTE, Cristina & SANTOS, Rogério (2001), *O Jornalismo Português em Análise de Casos*, Editorial Caminho, Coleção “Nosso Mundo”.

TRAQUINA, Nelson & BREED, Warren (1955), *Controlo Social da redação: uma análise funcional* – artigo científico publicado originalmente em 1955, no volume 33 da revista *Social Forces*, em Nova York, e citado por Nelson Traquina no seu livro:

TRAQUINA, Nelson & WARREN K. Agee (1988) “*O Quarto Poder Frustrado: Os Meios de Comunicação Social no Portugal Pós-Revolucionário*”, Lisboa, Editora Vega,

WEIK, Karl (1985) – *Sensemaking in organization* - New York, Melbourne, Auckland, Edward Arnold, 1993 (2ªed), pp. 141-158.

WOODROW, Alain (1996), *Les Médias – Quatrième pouvoir ou cinquième colonne?*, Paris, Félin.

WOLTON, Dominique (1999), *Pensar a Comunicação*, Algés, Difel.

WOLTON, Dominique (2000), *E depois da Internet? Para uma teoria crítica dos novos media*, Algés, Difel.

Outras Referências Bibliográficas:

Blogosfera:

<http://altohama.blogspot.pt/2010/02/conselhos-de-redacao-uma-treta-como.html>

VIA@ROSENTAL , a cláusula de consciência – PressFreedom

Observatório da Imprensa – www.observatoriodaimprensa.com.br

Webgrafia:

A proteção Internacional do Direito à Liberdade de consciência-
<http://jus.com.br/revista/texto/13204/a-protecao-internacional-ao-direito-a-liberdade-de-consciencia/2#ixzz25AWiulkc>.

Andrade, Rogério Ferreira de (2005), “Quando nos roubam o chão obrigam-nos a voar: Narrativas erosivas e extinção moral das organizações”, Comunicação ao IV Congresso da SOPCOM-Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação Universidade de Aveiro <http://randrade.com.sapo.pt/Emel2005.pdf>.(Consultado em 15 de Abril de 2012).

Breed, Warren (1955) «*Social Control in the newsroom: a functional analysis*», *Social Forces*, n.º 33, Maio 1955, pp. 326-335. Buchalew, James K.

Caso Eduardo Dâmaso vs.Portugal, acórdão de 24-4-2008, além de outros da jurisprudência TEDH. (artgº10)

Declaración de los Derechos del Hombre y del Ciudadano de 1789.

FIJ – *Tecnological Prospects for 2000* –Bulletin,nº 118, 1976), pag.14.

Relatório da Comissão de Ética, Sociedade e Cultura da Assembleia da República. http://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentacao/Documents/coleccoes_relatorio.pdf (consulta em 27/Maio 2012.)

INFOJUS , <http://www.bibliojurídica.Org/estrev>.

<http://bibliotheque.sciences-po.fr/fr/produits/bibliographies/journalisme>

http://www.provedor-jus.pt/restrito/rec_ficheiros/R_3138_08_1.pdf (consulta em 28 Maio de 2012) - Processo R-3138/08 (A6) Assunto: Estatuto do Jornalista. Liberdade de expressão e criação. Direito de autor.

<http://sul21.com.br/jornal/2012/05/jose-mujica-enviara-uma-ley-de-medios-ao-congresso-do-uruguai/> - consultado em 28 Maio de 2012, noticia 24 de Maio de 2012, sobre cláusula de consciência na América Latina.

<http://bocc.ubi.pt/pag/gradim-anabela-manual-jornalismo-6.html#b111> (consulta em 23 Março 2012)(outras teses).

sumateologica.wordpress.com/2011/04/08/a-consciencia-segundo-tomas-de-aquino-parte-2 (consultado em Fevereiro de 2012).

Académie des Sciences Morales et Politiques présidé par Jacques Leprette, Ambassadeur de France. (consulta em 5 de Maio de 2012).

<http://www.press-list.com/Interviews/Tdg.php> Tribune de Gêneve (consulta em 28 Maio de 2012) Tribune de Gêneve- entrevista a Dominique von Burg.

<http://www.guardian.co.uk/media/greenslade/2012/mar/29/phone-hacking-nationalunionofjournalists> - Artigo “*Vazio da Ética*” da autoria de Tony Harcup jornalista e professor na University of Sheffield, (2012).

The Guardian, sobre o livro *The Phone Hacking Scandal- Journalism on Trial* de Richard Lance Keeble e John Mair, 29 de Março de 2012).

<http://forums.voila.fr/messages/index/7050/politique-philippe-val.html> - caso de cláusula de consciência em França

www.snj.cgt.fr/spip/spip.php?article51&debut. (Consulta em Maio de 2012) Artigo Le Monde 16/7/11 – reflexão sobre os limites da autorregulação, *Journaux sans scrupules*, Virginie Malingre.

SERRANO, Estrela- http://vaievem.files.wordpress.com/2010/09/estrela-serrano_dissertacao-mestrado2.pdf (em 6 Junho 2012)

LEGISLAÇÃO CONSULTADA:

Estatuto dos Jornalistas 79/99

Estatuto dos Jornalistas lei 1/99 de 13 Janeiro

CRP 1976 – J.J.Gomes Canotilho e Vital Moreira anotada e comentada (1982), Coimbra Editora.

Lei de Imprensa 85 C-75

Lei Imprensa 2/99 de 13 de Janeiro

Lei Conselho Imprensa

Lei Alta Autoridade para a Comunicação Social

LEI Empresa Pública Diário Noticias e Capital (EPNC)

OUTROS DOCUMENTOS CONSULTADOS:

Comunicado do Sindicato dos Jornalistas sobre despedimento da

Jornalista Maria Fernandes da revista “TV” Guia” – 08/Julho de 2004

Comunicados do Conselho de Redação do Jornal de Notícias – análise de documentos (anexo)

Comunicados do Conselho de Redação da Agência Lusa – assuntos (quadro 2)

Actas dos CR da ANOP - perfil de assuntos./Anop/1983/1984 - Análise de Comunicados.

Estudo do Sindicato sobre agravamento do desemprego dos Jornalistas na classe
18/4/2012

Edição n.º 7 do Observatório de Deontologia do Jornalismo, integralmente dedicada aos Conselhos de Redação.

Comunicado dos Conselhos de Redação da RTP/Açores e Rádio.

ANEXOS

I - Lista de entrevistados.

II - Conjunto de questões da entrevista.

III – Entrevistas.

IV - Quadro 1: resultados das opiniões s/cláusula consciência.

V - Quadro 2: resultados das opiniões s/conselhos redação.

VI - Comentário /Tony Harcup s/ cláusula de Consciência Grã-Bretanha.

VII-Deliberação AACS/cláusula consciência /declaração voto (Pegado Liz).

VIII - Exemplo de uma queixa à AACS s/o DI da Lusa por não consultar CR.

IX - Exemplo de um comunicado do C.Redação da Lusa.

X - Síntese de questões tratadas pelo CR da Agência Lusa em 26 comunicados de 2006/2010.

XI - Resumo das questões tratadas em 52 comunicados do CR do Jornal de Notícias (2002/2008).

XII - Resumo de assuntos tratados pelo CR da ANOP em 24 comunicados (1983/84).

XIII – Doze casos franceses que invocaram a cláusula de consciência.

XIV - Blogue “Alto Hama” critico dos poderes dos CR.

ANEXOS:

Anexo I - Lista de entrevistados sob questionário padrão, depoimento escrito e depoimento direto.

- 1 – ALMEIDA , Jaime , jornalista foi DI RDP
- 2 – BALSEMÃO, Francisco Pinto Balsemão, presidente do Grupo Impresa, jornalista
- 3 – BRANCO, Sofia, jornalista, editora
- 4 – CAMÕES, Afonso – jornalista, Administrador da Lusa,
- 5 – CAMPONEZ, Carlos – jornalista, Docente universitário
- 6 – CARVALHO, Alberto Arons - jornalista, jurista, Docente universitário, ex-Secretário Estado da Comunicação Social
- 7 – CASCAIS, Fernando – jornalista, docente universitário, Administração do CENJOR, CI,ChR,CR.
- 8 – CESAR, Orlando - Jornalista, docente do ensino superior, presidente do Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas, DI
- 9 – FALCÃO, Manuel - jornalista , DI RTP2, ChR.
- 10 – FERNANDES, José Manuel – Jornalista, docente universitário, DI
- 11 – FONSECA, Wilton – jornalista, docente universitário, DI, DI adj.
- 12 – GARRIDO, Maria José – Jornalista CR da TVI
- 13 – GOMES, Adelino Gomes – jornalista, Docente Universitário, investigador, DI,ChR, Prov.
- 14 – LETRIA, Joaquim – jornalista, Docente Universitário, RTP, DI, CR
- 15 – MASCARENHAS, Oscar – jornalista, docente do ensino superior, CD
- 16 – MELO, António Melo – jornalista CR jornal Público, CR

17 – PEREIRA, Horácio Serra – advogado do Gabinete jurídico do Sindicato dos Jornalistas

18 – RANGEL, Rui – Juiz, professor, comentador.

19 – RIBEIRO, Luisa – jornalista, ChR, CR

20 – SERRANO, Estrela – jornalista, docente universitária, membro da ERC 2005/2012, DI, CR

21 – SILVA, Paulo F. – Jornalista – presidente Casa da imprensa , CR

22 – VALDEZ, Fernando – Jornalista – o maior numero de mandatos eleito para CR, Anop, Lusa.

23 – VIEIRA, Joaquim – Jornalista, presidente do Observatório de Imprensa, Provedor do Leitor, DI.

Anexo II – Conjunto de questões de entrevista padronizada

1 . Tendo em conta o atual contexto da comunicação social, como aprecia a eficácia das garantias de independência e cláusula de consciência na proteção dos jornalistas, consagrada constitucionalmente, previstas na lei de imprensa e vertida no Estatuto dos Jornalistas?

2 . Na sua experiência, a norma contida no art.º 12 do Estatuto dos Jornalistas penaliza o profissional porque lhe coloca uma espécie de “ferrete” em caso de recusa a uma ordem que viole as regras deontológicas, ou à discordância a uma alteração editorial do órgão em que trabalha, obrigando-o a um autodespedimento, justificado? ou antes, admite que funciona como um “travão” a eventuais abusos da entidade patronal à liberdade individual e democrática ? Vê alguma desigualdade na relação jornalista/hierarquia/empresa no que concerne à invocação da cláusula de consciência?

3 . Considera que os Jornalistas têm a convicção de que esta cláusula (na componente garantias de independência e de consciência) é um direito e elemento pilar da democracia e liberdade de expressão?

4. O facto de ter sido invocada apenas por meia dúzia de jornalistas desde a sua criação, há pelo menos 30 anos, sugere-lhe democracia ou medos vários?

5 . A cláusula vertida na lei portuguesa teve inspiração na francesa de 1935. Apesar de ser reduzido o número de jornalistas, mesmo a nível internacional, que a invocaram, como interpreta o facto de em Novembro de 2011 a União dos Sindicatos Ingleses, ter por unanimidade, solicitado a instituição de uma cláusula idêntica nos contratos de trabalho, na sequência do escândalo das escutas do *News of World*?

6. Como vê o papel dos Conselhos de Redacção e a sua atenção no seio das Redacções a questões éticas e deontológicas, nomeadamente no que respeita ao tratamento de temas complexos da actualidade, como as escutas, a corrupção, o terrorismo, a pedofilia, a pressão das fontes?

7 . Considera que os CR fazem hoje sentido, sobretudo depois da perda do vínculo deliberativo do parecer sobre a nomeação do Director de Informação, em que perderam valor aos olhos da administração das empresas de comunicação social?

8. A inércia ou erosão destes organismos na maior parte dos órgãos de comunicação social , poderá fazer emanar um outro organismo em consonância com as transformações actuais? Ou pelo contrário, os CR devem exercitar e intensificar os seus direitos de participação?

9. Da sua experiência como avalia estes organismos dos jornalistas na credibilidade da produção noticiosa, na independência de uma empresa e na confiança do público?

10. Como analisa hoje a relação entre um Director de Informação na dualidade de intermediário entre a administração de um órgão de comunicação social e o respectivo corpo redatorial?

11. Alguma vez teve situações em que sentiu os CR , como elemento conflituante e entrave aos objectivos da empresa? questionou o seu papel?

12. Como percepciona o futuro destes mecanismos de autorregulação na era da internet em que proliferam múltiplas formas de comunicação, e o poder

económico coloca sérias restrições ao desempenho livre e responsável do trabalho dos jornalistas?. A ineficácia destes mecanismos de autorregulação (Cláusula de Consciência e Conselhos de Redacção) é susceptível de gerar restrições à liberdade interna dos jornalistas, ou autocensura e conseqüentemente, perigar a democracia e liberdade de expressão?

III – Entrevistas e depoimentos.

I - ALMEIDA, Jaime - jornalista, RDP e RTP, foi DI – entrevista em 18/06/2012

Pergunta: Tendo em conta o atual contexto da comunicação social, como aprecia a eficácia das garantias de independência e cláusula de consciência na proteção dos jornalistas, consagrada constitucionalmente, previstas na lei de imprensa e vertida no Estatuto dos Jornalistas?

Resposta: *Tenho sérias dúvidas sobre a eficácia de ambas, embora reconheça que é importante que estejam plasmadas nos textos que balizam o exercício da profissão. É arriscado dizê-lo, mas acho que a independência é acima de tudo uma atitude individual, enquanto a cláusula de consciência não passa de uma alegoria.*

P - Na sua experiência, a norma contida no art.º 12 do Estatuto dos Jornalistas penaliza o profissional porque lhe coloca uma espécie de “ferrete” em caso de recusa a uma ordem que viole as regras deontológicas, ou discordância a uma alteração editorial do órgão em que trabalha, obrigando-o a um autodespedimento justificado? ou antes, admite que funciona como um “travão” a eventuais abusos da entidade patronal à liberdade individual e democrática ? Vê alguma desigualdade na relação jornalista/hierarquia/empresa no que concerne à invocação da cláusula de consciência?

R: *Nunca me confrontei com uma situação de recusa a uma ordem que possa ser enquadrada neste âmbito. Atribuo isso ao facto de ter trabalhado essencialmente na rádio pública. No entanto, tal como estão desenhados os grupos na área da comunicação social, em que prevalece a concentração, o profissional pensará certamente duas vezes antes de invocar tal cláusula. Também me parece que uma*

entidade patronal que ouse rasgar as regras deontológicas dificilmente verá um “travão” seja no que for.

P - Considera que os Jornalistas têm a convicção de que esta cláusula (na componente garantias de independência e de consciência) é um direito e elemento-pilar da democracia e liberdade de expressão?

R: *Não sei se os Jornalistas, na generalidade, têm essa convicção. Considero, isso sim, que os profissionais seniores interiorizaram esses valores, pelos quais muitos deles se bateram, mas não sei se no atual contexto de precariedade laboral essa matéria é objecto de grande preocupação ou simples reflexão.*

P - O facto de ter sido invocada apenas por meia dúzia de jornalistas desde a sua criação, há cerca de 40^a, sugere-lhe democracia ou medos vários?

R: *Há medos que estimulam os mecanismos democráticos. Mas inclino-me para medos vários.*

P - A cláusula vertida na lei portuguesa teve inspiração na francesa de 1935. Apesar de ser reduzido o número de jornalistas, mesmo a nível internacional, que a invocaram, como interpreta o facto de, em Novembro de 2011, a União dos Sindicatos Ingleses, ter por unanimidade, solicitado a instituição de uma cláusula idêntica nos contratos de trabalho, na sequência do escândalo das escutas do “World News Journal”?

R: *A instituição dessa cláusula nos contratos de trabalho acentua a gravidade do problema, mas creio que pouco ou nada contribui para o extirpar. Além disso, no caso que cita, ainda estou por saber em qual das gavetas (jornalistas/hierarquia/proprietários) se escondiam os maus da fita.*

P - Como vê o papel dos Conselhos de Redação e a sua atenção no seio das Redações a questões éticas e deontológicas, nomeadamente no que respeita ao tratamento de temas complexos da actualidade, como as escutas, a corrupção, o terrorismo, a pedofilia, a pressão das fontes?

R: *A minha experiência neste domínio não é a melhor. Presidi por inerência a um conselho de redacção e não tenho ideia de alguma vez ter reunido para debater os*

temas que refere. Isto não significa que eles não fossem debatidos, mas regra geral por grupos informais de jornalistas interessados.

P - Considera que os CR fazem hoje sentido, sobretudo depois da perda do vínculo deliberativo do parecer sobre a nomeação do Director de Informação, em que perderam valor aos olhos da administração das empresas de comunicação social?

R: *Penso que continuam a fazer sentido. Há muitas questões relacionadas com o exercício da profissão que devem ser ponderadas e objecto de reflexão.*

P - A inércia ou erosão destes organismos na maior parte dos órgãos de comunicação social, poderá fazer emanar um outro organismo em consonância com as transformações actuais? Ou pelo contrário, os CR devem exercitar e intensificar os seus direitos de participação?

R: *Com esta ou outra designação, entendo que a existência de um organismo que emane da redacção é vital para os seus profissionais. Terá que ser um organismo dinâmico e atuante, e movido apenas pelos valores ético-deontológicos de todos conhecidos.*

P - Da sua experiência como avalia estes organismos dos jornalistas na credibilidade da produção noticiosa, na independência de uma empresa e na confiança do público?

R: *Olhando para as mais de três décadas de atividade profissional, com fases de grande crispação nos locais de trabalho, considero positivo o resultado da cação dos conselhos de redacção.*

P- Como analisa hoje a relação entre um Director de Informação na dualidade de intermediário entre a administração de um órgão de comunicação social e o respectivo corpo redatorial?

R: *Em termos gerais, parece-me evidente que um Diretor é o prolongamento ou a antecâmara da administração. Em caso de conflito de interesses é uma questão de carácter procurar a confiança dos jornalistas ou da administração.*

P - Alguma vez teve situações em que sentiu os CR, como elemento conflituante e entrave aos objectivos da empresa? questionou o seu papel?

R: *A atividade destes organismos tem muito a ver com a personalidade e a motivação de quem os integra. Tenho a convicção de em determinada altura ter convivido com um CR que prejudicou mais do que beneficiou os jornalistas que representava. Na ocasião, questioneei a ação.*

P - Como percepciona o futuro destes mecanismos de autorregulação na era da internet em que proliferam múltiplas formas de comunicação, e o poder económico coloca sérias restrições ao desempenho livre e responsável do trabalho dos jornalistas?. A ineficácia destes mecanismos de autorregulação (Cláusula de Consciência e Conselhos de Redacção) é susceptível de gerar restrições à liberdade interna dos jornalistas, ou autocensura e consequentemente, perigar a democracia e liberdade de expressão?

R: *Defendo a existência de mecanismos de autorregulação, mas tenho a percepção de que os actuais organismos tendem a apagar-se. O resultado desse apagamento poderá não ser catastrófico, mas é seguramente negativo para a actividade jornalística e para os valores democráticos.*

Creio não estar só ao pensar que seria útil a existência de um organismo que reunisse os jornalistas, fortalecendo o seu compromisso com os valores da profissão, e combatesse os desvarios a que vamos assistindo .JA/OL

2 - BALSEMÃO, Francisco Pinto – Presidente do grupo Impresa (detentor do Jornal Expresso e da SIC, entre outras publicações). Jornalista. Antigo primeiro-ministro. Foi deputado e membro do Conselho de Imprensa, um dos proponentes do projeto de lei de imprensa.(depoimento escrito em 29 /06/2012).

FPB: Mais do que nunca, perante o panorama mediático que vivemos, se tornam necessários a manutenção e o reforço de normas que defendam a qualidade e a independência do jornalismo e dos jornalistas.

Esse novo panorama é caracterizado, por um lado, pela “avalanche” de verdadeiras e falsas notícias, rumores, ataques pessoais ou a empresas e instituições, etc. que a Internet possibilita e amplifica. A Web e a teia labiríntica de sites, blogues, redes sociais, comentários, vídeos, fotos, sons que a caracterizam, proporciona, como

é óbvio, recursos maravilhosos para o progresso humano, inclusive para a própria investigação jornalística, mas, transformou-se também naquilo que o presidente da Google, Eric Schmidt, denominou como “uma lixeira”: nela se cometem, minuto a minuto, segundo a segundo, ao abrigo do mais cobarde anonimato, atentados ao verdadeiro jornalismo e ao que ele significa para o exercício responsável da liberdade de informar e de ser informado.

Por isso, é essencial separar o trigo do joio, o que só pode ser feito através de jornalistas qualificados, competentes, profissionais e livres, que beneficiem da credibilidade dos títulos ou marcas para as quais trabalham e contribuam, pelo seu trabalho, para a solidificar e afirmar.

Por outro lado, as interferências de vários tipos de poder (económico, político, desportivo, cultural, etc.) na propriedade e orientação das empresas de comunicação social é cada vez mais notória. São raros os editores puros e é frequente a detenção da propriedade dos media por empresas ou grupos que deles se servem, por ação ou omissão, para exercerem influência e alcançarem os seus objetivos, não se importando em muitos casos de perder dinheiro na atividade mediática, porque o vão ganhar noutras áreas de negócio (saliente-se, a este propósito que, uma das condições essenciais de garantia de independência das empresas jornalísticas é terem resultados positivos, pois se não os tiverem, terão de ir buscar dinheiro a qualquer lado e, quem o emprestar ou investir, dificilmente resistirá à tentação de ter uma palavra decisiva nos conteúdos).

Acresce que, de uma forma geral, a crise económica atinge a atividade dos media, não apenas pela redução drástica do investimento publicitário, mas também porque muitas empresas de comunicação social têm dificuldade em adaptar-se à revolução imposta pelas novas tecnologias. Esta situação é agravada pela falta de capital e pelo facto de, até agora, a procura de receitas em matéria de venda de conteúdos não ser viabilizada pela tendência para a gratuitidade prevalecente na oferta de conteúdos que circulam na Net, sejam eles produzidos por cidadãos mais ou menos anónimos, sejam produzidos por empresas de comunicação social.

Por tudo isto, as normas que estabelecem o exercício da cláusula de consciência pelos jornalistas e as que regulam a existência e funcionamento dos

Conselhos de Redação, bem como as que preconizam a existência e o cumprimento de Estatutos Editoriais, são úteis e necessárias.

Os Conselhos de Redação, que perderam poderes desde a versão inicial da Lei da Imprensa de 1975, representam, ou devem representar, os jornalistas e ser um órgão de consulta e de apoio a decisões importantes dos Conselhos de Administração das empresas de comunicação social, quer quando se levantam questões concretas do foro deontológico, quer quando se trata de designar as direções editoriais. Os Estatutos Editoriais, por seu lado, têm uma óbvia ligação com o exercício da cláusula de consciência, porque é através do seu cumprimento ou incumprimento que se pode avaliar a existência, ou não, de “alteração profunda na linha de orientação ou na natureza do órgão de comunicação social”. Em vários órgãos de comunicação social, como é o caso do Expresso e da SIC, existem, além disso, Códigos de Conduta Jornalística que não podem ser ignorados na aferição da aplicabilidade da cláusula de consciência.

Duas reflexões de âmbito mais geral, para terminar:

A primeira é que o ideal seria que todo este sistema funcionasse em regime de autorregulação, sem necessidade de legislação, de intervenção do poder político ou mesmo de um regulador externo com indisfarçável cariz político, como é o caso da ERC. O que se conseguiu, nos alvoroçados anos do PREC, através do Conselho de Imprensa, criado pela Lei da Imprensa de 1975, é exemplo a considerar, devidamente adaptado à segunda década do século XXI, como parece evidente (cite-se, também, o que já foi conseguido pela atuação do ICAP, na autorregulação da publicidade).

Segunda reflexão: quanto mais se caminha para a autorregulação, mais importante é ter presente que, nesta matéria, existem direitos, mas também existem obrigações. E, se existem obrigações, terão de existir sanções para quem não cumpre, nomeada e igualmente para os jornalistas. O que implica que terá de haver quem garanta que as sanções, quando as haja, serão efetivamente aplicadas. (Francisco Pinto Balsemão, em 28.06.2012).

3 - BRANCO, Sofia - jornalista, Conselho Redação da Agência Lusa (02 Maio 2012) - protagonizou uma queixa no âmbito do artigo 12-EJ.

Pergunta - Tendo em conta o atual contexto da comunicação social, como aprecia a eficácia das garantias de independência e cláusula de consciência na proteção dos jornalistas, consagrada constitucionalmente, previstas na lei de imprensa e vertida no Estatuto dos Jornalistas?

Resposta: *As garantias estão protegidas por lei, mas tanto a sua utilização por parte dos jornalistas, como o respeito pelas mesmas pelos superiores hierárquicos são cada vez menos comuns. Parece-me haver um fraco entendimento por parte dos jornalistas sobre o que representa essa cláusula e as situações em que ela pode, e deve, ser utilizada, o que tanto pode estar relacionado com deficiências na formação académica dos jornalistas, como em medos cada vez mais instalados que condicionam o seu juízo.*

P - Na sua experiência, a norma contida no art.º12º do Estatuto dos Jornalistas penaliza o profissional porque lhe coloca uma espécie de “ferrete” em caso de recusa a uma ordem que viole as regras deontológicas, ou à discordância a uma alteração editorial do órgão em que trabalha, obrigando-o a um autodespedimento justificado? ou antes, admite que funciona como um “travão” a eventuais abusos da entidade patronal à liberdade individual e democrática? Vê alguma desigualdade na relação jornalista/hierarquia/empresa no que concerne à invocação da cláusula de consciência?

R: *A primeira parte do ponto 1 do art.º. 12.º até pode ser respeitada; o problema é que a segunda (“nem podem ser alvo de medida disciplinar em virtude de tal recusa”), nem sempre, ou raramente, o é. Não vejo este artigo como “um ferrete” e concordo com a sua formulação. O problema está na fragilidade cada vez maior da sua aplicação.*

P - Considera que os Jornalistas têm a convicção de que esta cláusula (na componente garantias de independência e de consciência) é um direito e elemento-pilar da democracia e liberdade de expressão?

R: *Não – não têm sequer, muitas vezes, consciência disso, quanto mais convicção...*

P - O facto de ter sido invocada apenas por meia dúzia de jornalistas desde a sua criação, há pelo menos 30 anos, sugere-lhe democracia ou medos vários?

R: *Sugere-me, primeiro, desconhecimento. Depois, medos vários. O principal problema do jornalismo em Portugal não é a censura, é a autocensura, muitas vezes condicionada por receio de pressões e consequências.*

P - A cláusula vertida na lei portuguesa teve inspiração na francesa de 1935. Apesar de ser reduzido o número de jornalistas, mesmo a nível internacional, que a invocaram, como interpreta o facto de em Novembro de 2011 a União dos Sindicatos Ingleses, ter por unanimidade, solicitado a instituição de uma cláusula idêntica nos contratos de trabalho, na sequência do escândalo das escutas do “World News Journal”?

R: *Interpreto como um desfasamento entre o mundo dos princípios e o da prática, mas congratulo-me com essa introdução.*

P - Como vê o papel dos Conselhos de Redacção e a sua atenção no seio das Redações a questões éticas e deontológicas, nomeadamente no que respeita ao tratamento de temas complexos da actualidade, como as escutas, a corrupção, o terrorismo, a pedofilia, a pressão das fontes?

R: *Muito, e cada vez mais, importante. Os Conselhos de Redacção são órgãos fundamentais de debate e reflexão. Registo, porém, com pena, que é sempre difícil encontrar, entre os jornalistas, quem deles queira fazer parte.*

P - Considera que os CR fazem hoje sentido, sobretudo depois da perda do vínculo deliberativo do parecer sobre a nomeação do Director de Informação, em que perderam valor aos olhos da administração das empresas de comunicação social?

R: *Perder peso não significa perder sentido.*

P - A inércia ou erosão destes organismos na maior parte dos órgãos de comunicação social, poderá fazer emanar um outro organismo em consonância com as transformações actuais? Ou pelo contrário, os CR devem exercitar e intensificar os seus direitos de participação?

R: *Aparte a relevância de outros órgãos que possam aparecer, creio que o formato colegial dos Conselhos de Redacção deve ser preservado, como órgão de debate interno.*

P - Da sua experiência como avalia estes organismos dos jornalistas na credibilidade da produção noticiosa, na independência de uma empresa e na confiança do público? A cláusula figura em todos os contratos de trabalho?

R: *Não tenho presente se a cláusula figura no meu contrato de trabalho, mas eu oriento as minhas decisões profissionais pelo Código Deontológico dos Jornalistas.*

P - Como analisa hoje a relação entre um Director de Informação na dualidade de intermediário entre a administração de um órgão de comunicação social e o respectivo corpo redatorial?

R: *Com preocupação. Essa é uma tendência cada vez maior e, acredito, prejudicial à garantia de um jornalismo independente e livre.*

P - Alguma vez teve situações em que sentiu os CR, como elemento conflituante e entrave aos objectivos da empresa? questionou o seu papel?

R: *O CR não tem de se reger pelos objetivos da empresa, mas pela seriedade e qualidade do jornalismo nela praticado. Mas deve privilegiar (pelo menos enquanto houver boa fé), no debate com a Direção de Informação, uma posição de diálogo e não de hostilidade, dado que esta tende a ser pouco construtiva.*

P - Como percepciona o futuro destes mecanismos de autorregulação na era da internet em que proliferam múltiplas formas de comunicação, e o poder económico coloca sérias restrições ao desempenho livre e responsável do trabalho dos jornalistas?. A ineficácia destes mecanismos de autorregulação (Cláusula de Consciência e Conselhos de Redacção) é susceptível de gerar restrições à liberdade interna dos jornalistas, ou autocensura e consequentemente, perigar a democracia e liberdade de expressão?

R: *Aparte isto, a regulação também não tem sido a mais eficaz, desde logo porque a entidade A autorregulação está ameaçada, mas é isso mesmo: autorregulação. Portanto, depende de jornalistas com maior consciência do papel que desempenham na sociedade e da sua importância para a democracia. É importante que se reforce o peso da ética e da deontologia na formação dos jornalistas – académica e profissional (nas empresas, por exemplo). Não sou catastrofista ao ponto de dizer que os mecanismos de autorregulação são totalmente ineficazes, mas é verdade que*

carecem hoje de importância entre os jornalistas e de respeito entre os superiores hierárquicos (DI, CA, tutela).reguladora existente é nomeada pelos dois principais partidos políticos, numa convivência inaceitável aos olhos do código deontológico dos jornalistas.

4 - CAMOES, Afonso - jornalista, Administrador da Agência Lusa . Foi um dos administradores da Controlinveste, DI e CR de vários órgãos de comunicação social. (Depoimento direto) - 12 abril 2012)

PERGUNTA - Como vê a eficácia deste articulado, Independência e cláusula de consciência do artº12?

RESPOSTA: *Em geral este articulado do artº 12 é muito pouco eficaz . As pessoas hoje estão preocupadas é com o posto de trabalho. Quanto aos conselhos de redação, na maior parte dos meios de comunicação de hoje, não existem. Ainda que a maior parte dos jornalistas saiba que tem direito a ter conselhos de redação e eles possam funcionar. Infelizmente não existem e onde existem não funcionam e onde funcionam, em geral, funcionam relativamente mal. No caso concreto da agência existe um conselho da redação e é bom que exista. Eu valorizo muito a existência deste tipo de legislação. Nem sequer considero que seja legislação passada. Estamos a falar de direitos fundamentais e o conselho de redação, ainda que não tenha poder vinculativo, pode ter um a papel muito importante de equilíbrio.*

P - Mas perdeu valor com a eliminação desse vínculo?

R: *Perdeu valor porque em boa medida, os jornalistas descuraram os seus direitos. É verdade que em muitas empresas há dificuldades na relação laboral. Os jornalistas têm medo ao colaborarem com os CR ou eleitos, de serem vistos como elementos desestabilizadores por parte da entidade patronal. Tenho experiência de conselhos de redação e administradores. Tenho experiência do “porão” mas também de administrações. Nos últimos dez anos estive na administração “Controlinveste”, que tem muitos títulos, e aqui na agência. Não houve nestes anos , nenhum caso nestes órgãos, qualquer penalização dos jornalistas por serem membros do CR. Apanhei*

conselhos de redação no DN. TSF, JN, no “24 horas” e aqui na agência. Admito que se não houvesse conselhos de redação

P - É obrigatório?

R: É uma faculdade. Estive na redação do Expresso à volta de 2002/2005 e o conselho de redação funcionava. Não me lembro de nenhum caso em que, pelo facto de pertencer aos conselhos de redação, os jornalistas tenham sido penalizados. Acontece alguma confusão de competências. O conselho não é um estrutura sindical. Há muitas vezes confusão na própria cabeça dos jornalistas. O conselho de redação não é um sindicato... um sindicalista...

P - Mas os CR tem as competências na lei...

R: As competências do Cr são muito claras. Eu valorizo muito. Acho que devem continuar a existir.

P - Deverá ser reforçado e devolvido o poder vinculativo?

R: Não me parece que devam ser reforçados os seus poderes. Acho que deve se reforçado o empenhamento dos jornalistas na valorização daquilo que é instrumento seu. Não têm poder vinculativo, mas tem um poder enorme de influenciar a vida de uma redação.

P - O que se perdeu? Perdeu-se na qualidade dos eleitos ou perdeu-se o respeito das administrações pelo facto de não terem poder vinculativo?

R: As duas coisas. O nível de formação académico subiu muito. Defendo que devíamos ter formação permanente, apesar das ações terem elevado o patamar. A profissão precarizou-se muito. O ambiente nas redações é de excessiva competitividade. E muito cada um para si. As redações deixaram de ser espaços de partilha e de alegria...hoje estivemos à frente disto...a alegria da catcha...a alegria do exclusivo...a alegria de fazermos bem o nosso trabalho. Essa alegria perdeu-se muito nas redações.

Os CR deveriam ser um conselho dos melhores. É conselho, não é comissão. Deviam ser dos melhores, dos mais experientes. Deveria ser também o conselho do

Diretor. A DI é , num meio de comunicação social, a estrutura mais poderosa, porque em última instância decide o que é notícia. Fui director regional...

P - O DI distanciou-se mais dos jornalistas e está mais próximo da Administração?

R: *Depende muito das circunstâncias. Quando o DI é da casa, é mais fácil a relação dele com a Redação. Na agência lidei com dois. Este foi o único que escolhi. O anterior herdei. Este escolhi entre os da casa e sinto que isso facilita as relações.*

P - É melhor ser um director que tenha o apoio do CR?

R: *As pessoas sentem que o director é um dos nossos. Não é um paraquedista, não é elemento estranho...Voltando atrás...há muito desinteresse nas redações. Não há projecto . há muito desinteresse relativamente à qualidade do produto que se faz. Têm pouca preocupação do “out put” . E os CR deveriam intervir mais na avaliação permanente do trabalho que se faz, do trabalho que se presta ao cliente. Deveriam preocupar-se com a qualidade do produto, ser críticos e exigentes relativamente à forma como se escreve.*

P - E nas grandes questões como o terrorismo, as escutas... a vida privada, as questões do contraditório?

R: *Tudo quanto tem a ver com infrações do código deontológico e livros de estilo, devia ter uma intervenção do CR porque estamos a falar dos direitos dos cidadãos e as redações violam muitas vezes. Eles deviam apoiar as Direções e Administrações de empresas na definição do que pode ser a formação nas redações, por exemplo, na área da língua. Hoje e sempre os jornalistas têm uma social responsabilidade no tratamento da língua. Estamos a comunicar com milhares e milhares de pessoas e então na agência a responsabilidade é maior porque estamos a montante dos órgãos de comunicação social. Nós temos algum cuidado, há vários relatórios por mês relativamente à forma como estamos a comunicar. Estamos a falar da ortografia, mas sobretudo da sintaxe. Fazem observações que procuramos... Temos um contrato com o Ciberdúvidas que monitoriza a linha. A redação é confrontada com esses polícias da língua que temos cá. Temos esses “polícias da língua”, mas temos cá , não porque os jornalistas o tivessem pedido, mas porque a empresa e a direcção de Informação os considerou importantes. Temos renovado esses contratos.. Neste*

negócio é fundamental “ter oficiais de indústria, gente que sabe da poda”, os conselhos tem um papel na área da informação, vigilância e melhoramento na forma como se lida com a língua e formação também.

Os meios de comunicação hoje são cada vez mais segmentados relativamente à plataforma para onde se trabalha. Hoje não se trabalha só para um jornal, televisão. Não é só para televisão ou rádio, mas suportes de papel online, telemóveis, tablets. Há uma infinidade de plataformas para os jornalistas trabalharem. E é fundamental que aprendam a trabalhar com novas ferramentas e isso exige formação permanente porque as novas tecnologias estão em constante evolução. É importante que pelo menos conheçam a singularidade de cada uma dessas ferramentas para adequarem a linguagem.

Estamos a falar de eficiência de comunicação. Os jornalistas não escrevem para si próprios. Só há jornalismo se houver comunicação. Se não houver comunicação eficiente, não há jornalismo.

P - O papel do CR mistura-se com outros desempenhos?

R: *A experiência que eu tenho é que os CR em vez de serem um conselho que trabalha com o diretor, são conselhos que trabalham para oposição ao director. Às vezes dizemos (ironia) que CR são conselhos dos ressabiados em vez de conselhos de redação. Há o risco de se resvalar para esse tipo de interpretação.*

P – Os CR podem ser obstrução ao desenvolvimento da empresa?

R: *Podem ser, mas aí a responsabilidade é da empresa. Apesar de sermos empresa de comunicação, a comunicação interna nem sempre funciona bem. A responsabilidade é de todas as partes, mas mais das administrações.*

Eu, porque sou jornalista, gosto de frequentar a redação porque me sinto bem no meio. Acompanho permanentemente a linha. A minha obsessão é mesmo a linha.

Frequento a redação e estou atento, mas não posso nem devo, não é da minha competência interferir no trabalho da redação. Não discuto diretamente com os jornalistas a não ser que seja interpelado por alguém. No dia a dia não interfiro com a

produção do noticiário, nada. Quanto tenho de o fazer, faço-o através da DI, discuto com muita frequência este ou aquele assunto com a DI.

Numa agência, “o gatekeeper”, (o guarda portão) é mesmo o editor, não é a Direção de informação. A principal responsabilidade de uma agência está nas mãos dos editores. São os editores que selecionam as matérias e que decidem o que vai para a linha e a forma como vai para a linha.

P - Mas sempre houve chefes de redação... Sempre houve aqui uma linha intermédia...?

R: *Sim...Isto tem a ver com a personalidade das pessoas que estão na direção ou chefia ou na edição. Tem muito a ver com a personalidade de cada um.*

P - Será mais difícil hoje a posição do DI ?

R: *Não sei se é mais difícil. Acho que essa é uma questão corporativa. O principal pecado dos Conselhos de Redação é o corporativismo, porque a cabeça dos editores, dos jornalistas, dos diretores, a cabeça dos membros dos Conselhos de Redação devia estar mais na preocupação pela qualidade do produto que se está a fazer, do que da gestão de humores dentro da redação. A maior parte das questões que passa hoje pelos Conselhos de Redação são de natureza corporativa. São mais de natureza corporativa do que de natureza ética e deontológica. Este é o pecado do corporativismo. Este devia ser o foco principal, a qualidade do que se está a pôr na rua, do que se está a vender. Esse é que devia ser o foco principal. O foco principal devia ser a atualidade do que se põe na rua.*

P - Então não fazem sentido...?

R: *Os Conselhos de Redação fazem sentido, mas os jornalistas deviam de ser mais exigentes, desde logo na eleição. Agora mudou a forma de eleição. É nominal. As pessoas mais votadas não chegam a ter mais que dez por cento dos votos da redação. Acho isto pobre! pobre em participação, pobre em exigência e, quando se é pobre na exigência é difícil ser-se rico nas posturas.*

P - Há uma demissão dos jornalistas?

R: *As pessoas acreditam pouco na eficácia. Na redação da agência na há razões para ter medo. As pessoas acreditam pouco. Não há casos de penalização (sentido ostracismo) por pertencerem aos conselhos de redação. Em todos os meios há violações permanentes ao código deontológico. Na maior parte dos casos nem sequer livros de estilo há, ou não há um código de ética. A Lusa tem tudo on-line.*

P - A letargia destes organismos pode fazer emanar um outro organismo?

R: *Devem intensificar a sua participação. O facto de terem crescido exponencialmente os meios e as plataformas de comunicação, só devia tornar-nos mais exigentes. As redações são coletivos. Houve um crescimento enorme na profissão a todos níveis. Nos anos 80 éramos mil e poucos... era mais fácil nesse tempo haver autorregulação. Éramos poucos e sabíamos de todos. Agora é mais difícil conhecer as pessoas.*

Nós não precisamos mais legislação. Nós precisamos é de aplicar as que temos. Apesar das violações a que assistimos diariamente dos direitos dos cidadãos, desde as escutas, vida privada das pessoas...das regras básicas da deontologia e da ética... e apesar disso tudo, não há nenhum jornalista preso!. São raras as condenações. Também é verdade que há uma série de direitos que assistem aos jornalistas, como o acesso às fontes. Há uma série de direitos dos jornalistas que o Estado não protege.

A lei de imprensa não é integralmente cumprida pelo próprio Estado . Quando o estado não dá o exemplo não protege e deveria proteger. A lei de Impresa não é integralmente cumprida pelos organismos do Estado. Veja-se a justiça, quando o Estado não dá o exemplo...

P - Mas a União Europeia tem até condenado Portugal ...

R: *É verdade .*

(OL)

5 - CAMPONEZ, Carlos – Jornalista, Professor de Ética e Deontologia do jornalismo na UNIV. Coimbra. Foi Conselho de Comunicação e CR – 20 /06/2012

PERGUNTA - Tendo em conta o atual contexto da comunicação social, como aprecia a eficácia das garantias de independência e cláusula de consciência na proteção dos jornalistas, consagrada constitucionalmente, previstas na lei de imprensa e vertida no Estatuto dos Jornalistas?

RESPOSTA: *Le Bohec afirma que a cláusula de consciência só funciona verdadeiramente em situações de pleno emprego, em que os jornalistas podem decidir de acordo com a sua consciência sem arriscar ficarem vários anos no desemprego. Acho, portanto, o seu alcance diminuto. Mas isso não significa a sua inutilidade: a sua existência dá sempre a possibilidade de alguém recorrer a ela e, para além do mais, é a expressão do reconhecimento de uma especificidade e de uma autonomia no jornalismo enquanto profissão.*

P - Na sua experiência, a norma contida no artº 12 do Estatuto dos Jornalistas penaliza o profissional porque lhe coloca uma espécie de “ferrete” em caso de recusa a uma ordem que viole as regras deontológicas, ou à discordância a uma alteração editorial do órgão em que trabalha, obrigando-o a um autodespedimento, justificado? ou antes, admite que funciona como um “travão” a eventuais abusos da entidade patronal à liberdade individual e democrática? Vê alguma desigualdade na relação jornalista/hierarquia/empresa no que concerne à invocação da cláusula de consciência?

Vejo como um travão. Porém, só acho que esse travão pode ser efectivado perante a existência de órgãos internos de autorregulação, como o caso do Conselho de Imprensa.

P - Considera que os Jornalistas têm a convicção de que esta cláusula (na componente garantias de independência e de consciência) é um direito e elemento-pilar da democracia e liberdade de expressão?

R: *A ideia que eu tenho é a de que os jornalistas usam a cláusula de consciência em último recurso. E se assim é, penso que fazem bem. Mas não estou em condições de aferir do entendimento que os jornalistas têm hoje dessa cláusula. No tempo em que fiz jornalismo, muitos não a conheciam, embora a praticassem, exigindo que certos artigos não fossem assinados.*

P - O facto de ter sido invocada apenas por meia dúzia de jornalistas desde a sua criação, há pelo menos 30 anos, sugere-lhe democracia ou medos vários?

R: *Nalguns casos, considero que houve desconhecimento. Os casos que conhecemos são extremos. Recordo que a recusa de assinar um texto se faz, na realidade, ao abrigo desse direito, embora isso seja dirimido de uma forma não problemática nas redações.*

P - A cláusula vertida na lei portuguesa teve inspiração na francesa de 1935. Apesar de ser reduzido o número de jornalistas, mesmo a nível internacional, que a invocaram, como interpreta o facto de em Novembro de 2011 a União dos Sindicatos Ingleses, ter por unanimidade, solicitado a instituição de uma cláusula idêntica nos contratos de trabalho, na sequência do escândalo das escutas do “World News Journal”?

R: *...que os anglo-saxónicos têm ainda algumas coisas a aprender com a tradição francófona. Recordo que a Cláusula de consciência emerge da consciência das especificidades do jornalismo político. Segundo Hugo Aznar, ela começou nas secções de política e só depois foi para as outras áreas.*

P - Como vê o papel dos Conselhos de Redacção e a sua atenção no seio das Redações a questões éticas e deontológicas, nomeadamente no que respeita ao tratamento de temas complexos da actualidade, como as escutas, a corrupção, o terrorismo, a pedofilia, a pressão das fontes?

R: *Considero que o Conselho de Redacção tem um papel fulcral nesses processos. O que me parece é que eles só existem se houver jornalistas empenhados na sua autorregulação. Se virmos o número de conselhos de redacção existentes nos nossos jornais, talvez tenhamos de chegar a uma triste conclusão...*

P - Considera que os CR fazem hoje sentido, sobretudo depois da perda do vínculo deliberativo do parecer sobre a nomeação do Director de Informação, em que perderam valor aos olhos da administração das empresas de comunicação social?

R: *Fazem sempre sentido. O caso recente de denúncia das pressões do ministro-adjunto dos Assuntos Parlamentares no Público, mostra como esse papel é importante, nem que seja ao nível da denúncia pública.*

P - A inércia ou erosão destes organismos na maior parte dos órgãos de comunicação social , poderá fazer emanar um outro organismo em consonância com as transformações actuais? Ou pelo contrário, os CR devem exercitar e intensificar os seus direitos de participação?

R: *Trata-se de um órgão de autorregulação interna dos media. Não vejo que a sua existência seja incompatível com outros organismos. Pensar num organismo perfeito é a melhor maneira de acabar com a autorregulação do jornalismo.*

P - Da sua experiência como avalia estes organismos dos jornalistas na credibilidade da produção noticiosa, na independência de uma empresa e na confiança do público?

R: *Acho que são essenciais. Mas reconheço que a sua perda de visibilidade poderá ser fatal.*

P - Como analisa hoje a relação entre um Director de Informação na dualidade de intermediário entre a administração de um órgão de comunicação social e o respectivo corpo redatorial?

R: *Um absurdo, sobretudo quando essa dualidade representa, de facto, que eles passam a maior do tempo a tratar de assuntos da administração, como alguns directores já reconheceram.*

P - Alguma vez teve situações em que sentiu os CR , como elemento conflituante e entrave aos objectivos da empresa? questionou o seu papel?

R: *Sim, no Diário de Lisboa.*

P - Como percepciona o futuro destes mecanismos de autorregulação na era da internet em que proliferam múltiplas formas de comunicação, e o poder económico coloca sérias restrições ao desempenho livre e responsável do trabalho dos jornalistas?. A ineficácia destes mecanismos de autorregulação (Cláusula de Consciência e Conselhos de Redacção) é susceptível de gerar restrições à liberdade interna dos jornalistas, ou autocensura e consequentemente, perigar a democracia e liberdade de expressão?

R: *Acho que os mecanismos não são ineficazes. Os seus procedimentos talvez. Pensar o que é o jornalismo é uma função essencial dos jornalistas, seja perante as pressões do poder económico seja na era da internet. As coisas não estão fáceis, mas os jornalistas não podem exigir o respeito da sua autonomia e dizer que a autorregulação não funciona. A autorregulação é a essência da autonomia do jornalismo. Se ela não existe, talvez tenhamos que extinguir o jornalismo, tal como o conhecemos, e chamar-lhe outra coisa.*CC/OL

6 - CARVALHO, Alberto Arons - Professor universitário na FCSH, vice-presidente da ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social. Foi Jornalista do jornal REPUBLICA. Participou na feitura da lei de imprensa 1976. Foi membro do Conselho de Imprensa. Deputado do PS e Secretário de Estado da Comunicação Social. (depoimento direto) - 09/02/2012).

Pergunta: Como observa à luz da actualidade a cláusula de consciência?

Resposta: *A cláusula de consciência teve origem em França, Áustria, outros países, porque nessa altura alguns desses países tinham os jornais muito alinhados politicamente. E portanto os jornalistas quando iam para lá, e aquele jornal mudava de orientação, podiam questionar: o que é que eu estou aqui a fazer? Queriam sair do jornal e a cláusula de consciência permitia-lhes pedir a demissão e tinham direito a pedir indemnização como se tivessem sido despedidos sem justa causa. O que dava direito a uma indemnização mais alta. Portanto a cláusula de consciência é isto: É quando um jornal muda a sua natureza. Um jornal de referência passa a tabloide, um jornal generalista passa a temático, um jornal desportivo... exemplo de caso em Portugal, creio que era o Jornal Novo,(queria dizer A Tarde), o Fernando Soromenho era diretor do desporto. A parte desportiva passou a ter duas páginas... Ele achou que o jornal mudou de orientação.*

P: Se por exemplo me ordenarem que prescinda de ouvir determinada fonte, posso invocar a cláusula de consciência?

R: *Isso não é cláusula de consciência. Cabe na garantia da independência. É que tem duas partes. Na cláusula de consciência, refere-se à existência de uma mudança de*

orientação e o direito a recusa de atos profissionais, sei lá... – ex. . a jornalista a quem diga : Fazes aquela manifestação, mas nada de dizer que a manifestação tem cem mil pessoas... isto tem 20 mil - Eu não vou fazer a manifestação, porque eu recuso-me a mentir. O jornalista está a invocar a garantia de independência. Ou seja, está a recusar-se a cometer atos profissionais contrários à sua consciência.

A cláusula de consciência teve o primeiro afloramento no caso República. Depois o jornal, fechou na altura do Copcon. Reabriu mais tarde e reabriu com outra orientação. Na altura a Lei de Imprensa tinha acabado de ser publicada. Havia o Conselho de Imprensa e os 15 ou 16 jornalistas que recorreram ao Conselho de Imprensa tiveram uma indemnização. Depois o caso de Fernando Soromenho e o caso de Marina Ramos. A lei foi corrigida, não estabelecia o montante da indemnização e agora já estabelece. O que lei diz é salário e meio por cada ano de exercício da profissão.

P - A cláusula tem pouca eficácia?

R: *Porque há um desemprego brutal. Quem está disposto a entrar em choque com um grupo empresarial e ir-se embora? Ir-se embora para onde? A cláusula de consciência foi criada na lei logo em 75. Suponho que fui eu que a propus ... teve como inspiração a legislação francesa. Mas teve muito pouca aplicação até agora, em Portugal, por causa do mercado. Agora a garantia da independência já é diferente, ou seja a recusa de carácter profissional já há muita gente a invocar. Com estas condições, não estou disposto a fazer esta peça... até invoca, por exemplo, manifestação de católicos contra a legalização ou comício partidário dizendo eu sou próximo deste ou daquele político...*

P - Quem afere dessa veracidade?

R: *Isto faz parte da organização interna do próprio órgão de comunicação social. Não há ninguém que fiscaliza. O conselho de Redação pode ter um papel fiscalizador disso, o jornalista pode-se queixar à ERC.*

P - Mas aí há o tal prazo? 30 dias ou 120...?

R: *Isso é a cláusula de consciência mesmo. Aliás eu cito um caso que foi objecto de um parecer do Veiga Pereira, porque a mudança de orientação de um jornal muitas vezes*

não é uma coisa vigiada, hoje é uma coisa, amanhã é outra. É uma coisa que tem uma evolução lenta e que não é fácil de apurar e portanto o Veiga Pereira explicava que era um processo continuado. As mudanças não são de um dia para o outro.

P - E se o jornalista é mudado de secção contra a sua preferência de área?

R: *A lei consagra muito amplamente um direito e outro, ou seja garantia de independência e cláusula de consciência . Está a nível da legislação mais avançada da Europa e do Mundo, mas depois há um problema da prática, porque a prática é....o que é a prática? Precarização dos contratos laborais , concentração no sector, uma pessoa que entra em choque com uma empresa sabe que não pode trabalhar para outra do mesmo grupo , portanto há uma distância entre a legislação e a prática concreta.*

Estes direitos são pouco invocados em Portugal, porque é um mergulho no desemprego. Quem invoca diz: vou-me embora dêem-me a massa...E mais, fica com o ferrete e se for possível voltar a um jornal o novo editor diz, Eh pá...aquele tipo é reivindicativo. Fica na história ! Fica na história.

P - Considera que estes direitos fazem hoje sentido?

R: *Estes direitos fazem sentido! São garantias que os jornalistas têm quando têm condições materiais e sociais para os invocar. Servem também de travão para as chefias e para as direções porque sabem que os jornalistas podem sempre invocar. Agora... a questão é o dia a dia concreto.*

P - Qual a leitura que faz pelo facto de termos tão poucos casos desde 1975?

Em primeiro lugar é a diferença entre uma lei que é importante e que confere um direito, da prática do mercado que é escasso. Apesar de Portugal não ter um grau de concentração na comunicação social ao nível dos outros países europeus, mesmo assim, há uma precariedade laboral. É um meio pequeno. Os jornalistas não têm coragem, por vezes, para dar o passo. Sinto também que há algum desconhecimento no sector em relação a este direito . Não sabem que existe, não o invocam. Apesar de tudo os jornais também não mudam muito de orientação. Quer dizer, vão mudando, aqui e além...O correio da Manhã tem sido como é. A Bola, o Record e o Jogo, continuam a ser os Desportivos como sempre foram. Não há muitas

mudanças de orientação. Já no domínio da Rádio, por exemplo, há mais mudanças de orientação. Rádios generalistas passam a temáticas...mas eu creio que há aí muito desconhecimento por parte das pessoas e...

Não se pode interpretar que a ausência de invocações seja sinal da saúde da democracia ou que os jornalistas, por medo, fazem autocensura. Não acho que haja autocensura. É o medo por causa da precariedade laboral. Ao longo do ano lectivo há alunos que perguntam o que acho do mercado laboral, e eu digo-lhes, vocês podem ter outras saídas profissionais...

P - E o caso dos britânicos pedirem agora uma “cláusula de consciência”. O que lhe parece?

R: *Apesar de tempos difíceis, de um contexto económico grave, em que as regras deontológicas, são menos cuidadas, acho curioso que a União dos Sindicatos Britânicos tenham pedido por unanimidade, em Dezembro passado(2011) a consagração contratual de uma cláusula de consciência.*

R: Também o Brasil adoptou em 2007, a cláusula de consciência para todas as regras do código...

R: *Isso é mais garantia de independência. O poder de participação pode sustentar este tipo. Claro que os conselhos de redação perderam muito peso com a perda do vínculo na nomeação do director.*

P - Acha que era importante repor esse vínculo?

R: *Os patrões é que investem, põem a massa, organizam as empresas, etc. Ficarem amarrados a um parecer do Conselho de Redação que se sobrepõe ao director... às tantas diz, não põem o director que eu quero, vou-me embora não é! Aconteceu na Anop... dois casos...*

P - Aliás os CR da Agência e do JN têm mantido uma actividade permanente...?

R: — *Tem mais autonomia, mais liberdade, parece um contrassenso, mas é verdade, no sector privado estão a desaparecer, têm medo das consequências. E também creio que um dos factores de enfraquecimento do conselhos de redação, é que antigamente as redações eram mais pequenas e o director reunia o conselho de*

redação até para a orientação da comunicação em si. Hoje em dia o Diretor reúne com os editores, para discutir como vai ser daqui a uma semana. Já não é com o Conselho de Redacção. Há uma hierarquia da empresa de cima para baixo e não de baixo para cima. Já não são os jornalistas que elegem quem coadjuva. O Conselho de Redacção hoje em dia tem muito poucas funções em matéria de ajudar o director na orientação. É mais os editores, Isto enfraqueceu também o Conselho de Redacção. É o director que escolhe os editores e é com eles que ele trabalha o dia a dia, para saber como é que o jornal...

P - Há um afastamento do Director de Informação dos jornalistas, da Redacção...?

R: *A grande dúvida é o vínculo ao director. Está a ver um jornal perder leitores....acho que podia haver mais atitude . Qual a autonomia e capacidade. Penso que há diminuição da liberdade interna. Há limitação da liberdade interna.*

P - Será necessário reforçar os poderes ...?

R: *Não é no estatuto dos jornalistas nem na lei de imprensa que está o mal . O problema são a precarização laboral, as condições de mercado o fenómeno da concentração . A situação atual é por causa disso. A lei está cheia de boas intenções e penso que é correta. Não conheço leis estrangeiras melhores.*

P- E os conselhos de redacção....

O Conselho de Redacção é uma figura da lei portuguesa. Há os comités de redacção na Lei espanhola, muito mais recente. A ideia do conselho de redacção é quase portuguesa...ela não existe nos outros países.

P: *Vê a hipótese de emanar um outro organismo ?*

R: *Não. O que sinto é que alguns dos poderes que o CR tradicional tinha, que era coadjuvar o director na orientação, estão a ser substituídos pelo conselho dos editores, digamos assim...Mas , isso é algo que não se pode mudar pela lei. Não se pode impedir um director de se socorrer ou de coordenar a sua actividade com os editores.*

Agora o Conselho de Redacção tem todo o sentido de continuar a existir e de continuar a ter um papel , mais ativo possível. Claro, lá está outra vez, a diferença

entre a lei e a prática. A lei dá esses poderes aos Cr , e eles só os exercem quando são incentivados para isso pelo próprio director do jornal , ficam relações muito mais hierarquizadas, muito menos autónomas que os jornalistas tem.

P - E o período político à época, era mais favorável?

R: *Sim...houve períodos muito complicados...hoje olhando para a situação da RTP...Aqui há uns anos , a uma dada altura, fui à RTP e pedi para ver a taxa de televisão , quando abriam os telejornais, enfim...(âmbito de doutoramento) . Se houvesse hoje um telejornal igual era quase um escândalo nacional! O que fez o Presidente da República, o que fez o primeiro ministro...o que esperam os ministros...e por aí fora! Isto era completamente oficioso, manipulado, governamentalizado. Aliás eu lembro-me em que o Independente lançava por semana, Duarte Lima, Leonor Beleza etc. E eu lembro-me que o caso de Leonor Beleza (se calhar era muito injusto para ela, mas não é isso que vem ao caso) , meses e meses ... Era o Independente, alguns jornais...A RTP não pegava naquilo. Só ao fim de uma data de tempo, talvez um debate parlamentar qualquer...lá foram . Ou seja não há purismo nessa matéria.*

Agora, na comunicação social propriamente dita, as relações laborais são péssimas, neste momento.

P - Olhando para os anos 82/83 e tomando como exemplo o desempenho do Conselho de Redacção da Agência Anop, vê-se que o período era de grande conflitualidade , misturavam-se questões laborais, imiscuíam-se os partidos políticos...como vê esse momento?

R: *Aqui, como era um monopólio do Estado, a comunicação social estava muito... era um monopólio.*

Hoje há mais formas de comunicar, há mais pluralidade na forma de comunicar, há muitos jornais em concorrência, televisões em concorrência, canais temáticos. É mais fácil as pessoas emitirem opinião . Agora... cada órgão de comunicação social está menos plural, que antes.

P : Acha necessário alguma alteração relativamente à cláusula de consciência?

R: *Não me parece necessário alterações de leis . Se houvesse, um ou outro ajuste, mas, não me parece necessário.*

P- E os Conselhos de Redação?

R: *Os Conselhos de Redação tendem às vezes a terem competências próximas das competências da Comissão de Trabalhadores....*

P - Estes mecanismos são uma travão ?

R: *São um travão, claramente, para as entidades patronais. Não é a mesma coisa um jornalista e outro técnico qualquer, um relojoeiro, um mecânico , um agricultor....(ver caso Marina C. Ramos) Destes dois fui o relator principal.(OL)*

7 - CASCAIS, Fernando Carlos – Jornalista, Docente da Universidade Católica. Membro do Conselho de Administração do Cenjor. Foi chefe de sector na ANOP e de Redação da Agência Lusa. Integrou o Conselho de Imprensa. Foi director do Cenjor. (depoimento direto - 11 Abril de 2012).

PERGUNTA – Tendo em conta o atual contexto da comunicação social, como aprecia a eficácia das garantias de independência e cláusula de consciência na proteção dos jornalistas? A cláusula de consciência faz hoje sentido?

RESPOSTA: *Sobre o sentido da cláusula de consciência...ninguém tem dúvida. O exercício desta condição de independência e cláusula de consciência como direito, tem paralelo com a própria liberdade de imprensa. Ninguém tem dúvidas de que em Portugal há liberdade, liberdade da própria imprensa. E no entanto, se formos por exemplo aos Repórteres Sem Fronteiras , este ano, vimos que Portugal está em 33º lugar. Isto significa que uma coisa é haver liberdade de imprensa outra é haver um conjunto de circunstâncias políticas, económicas sociais e culturais que facilitam, mais ou menos, a liberdade de imprensa e isso aplica-se à cláusula de consciência. São fatores políticos e sociais. O problema é se existem condições de facto, neste determinado contexto, para que o jornalista possa ver cumpridas essas medidas de proteção. São coisas exteriores. Uma coisa é estar na lei e ver quais são as circunstâncias reais desse exercício. Pode haver momentos políticos em que é mais*

fácil o exercício dessa liberdade. Pode haver leis, polícias a bater nos jornalistas... pode haver outras coisas.

A cláusula existe, deve existir e continuar a existir como medida de proteção da independência dos jornalistas. Mais do que isso, proteção da sua própria consciência, porque no exercício profissional, no seu trabalho, ele (jornalista) não conta a realidade, ele ajuíza...ele interpreta a realidade para o seu público. Essa interpretação tem muito a ver com o juízo que ele faz sobre as situações e isso tem muito a ver com a sua consciência como pessoa e consciência profissional. Portanto é bom que existam mecanismos que na legislação e em códigos de conduta e códigos deontológicos prevejam mecanismo semelhante à cláusula de consciência. É bom mecanismo.

A questão é saber. Mas será que ela neste momento, nestas circunstâncias, pode ser livremente utilizada pelos profissionais?. Se calhar é outra questão. Se calhar há determinados factores, por outras razões, os profissionais preferem não usar por causa de outros efeitos. Isso é outra coisa. Se nós dissermos, não vamos usar a cláusula de consciência...estamos a deitar o menino com a água do banho. Ninguém a vai utilizar porque ninguém a vai usar, então vamos deitá-la fora! Não! Esperamos um dia ...

P – Acha que os jornalistas têm conhecimento de como funciona a cláusula de consciência?

R: *A minha sensação é que há muitos jornalistas que mal conhecem e até não sabem como a podem utilizar. Há um certo desconhecimento da existência dela e de como acioná-la e depois há o juízo do próprio jornalista sobre se deve ou não utilizar. Se pensarmos hoje na situação em Portugal, e aqui não será diferente na América ou Espanha, ela é de tal maneira difícil que nenhum jornalista pensará duas vezes, três ou quatro vezes, perante determinada situação, se deve ou não invocar a sua cláusula de consciência, na medida em que isso pode significar o fim da sua relação de trabalho. Portanto, é um problema de consciência pessoal. Ele fala com ele próprio e vê a resposta que vai dar sabendo que pode, à partida, não acontecer nada. Se calhar até acontece. Muitos têm medo de usar face a situações contextuais e a prova de que, apesar de tudo, é útil e importante é o exemplo do “News of*

world”, perante tudo o que aconteceu no reino de Rupert Murdoch (escândalo das escutas). Os jornalistas perceberam a importância de haver alguma coisa a que se pudessem agarrar. É importante que ela exista, mas é lamentável que ela não se possa utilizar. Pode haver muitas situações. Hoje é muito corrente querer-se que o jornalista faça um trabalho promocional de relações públicas... é algo que viola a sua consciência. Por exemplo, eu abomino touradas e fiz muitas...eu ainda pensei... detesto isto não faço, mas estava a fazer estágio. Posso argumentar que a minha consciência não me permite, eu detesto aquilo e tenho receio de passar minha opinião. Outra é a da esfera política, a pessoa ser violentada a fazer texto, imagem, para beneficiar qualquer situação.

A cláusula é positiva para os órgãos de informação, porque o jornalista está a dizer à sua hierarquia que é melhor ser outro a tratar porque ele não se sente suficientemente independente para tratar do caso como profissionalmente devia tratar. E isso até é benéfico. Oxalá todos os jornalistas que não se sentem à vontade para tratar deste ou daquele tema, dissessem isto ao chefe de redação a tempo de ele poder mudar. No caso do desporto agradecia muito: Olhe eu sou tão ferrenho ou doente da equipa x que ...

A cláusula de consciência funciona para bem da qualidade do jornalista....por falta de independência que ele contesta. Esta é a parte da utilização pessoal da cláusula de consciência, mas há outra questão que é a do posicionamento do jornalista face a alteração da linha editorial - é pessoal e coletiva - segue os seus trâmites da pessoa poder libertar-se como se fosse despedida com justa causa porque o órgão de informação mudou.

P - Mas como é que se vê?

R: *Há uma maneira simples de confirmar essa alteração. Todos os órgãos são a obrigados a ter estatuto editorial. Se houvesse mudança de estatuto... por exemplo, um jornal é comprado por outras pessoas e resolve alterar o estatuto. A alteração do estatuto será a peça fundamental para ajuizar se a alteração é profunda. Pressupõe-se que o jornalista conhece e aceita. Perante uma mudança de propriedade, alteração na sua direção, devia ser obrigatório ou a confirmação ou alteração do estatuto editorial. Aí o jornalista decide.*

O jornal é posto em causa se o estatuto não corresponde. O estatuto editorial é o instrumento base que o público sabe e cuja alteração pode justificar ou não a invocação da cláusula de consciência.

P: Acha que a cláusula precisa de uma melhor clarificação?

R: *Independentemente de aspectos de pormenor, o espírito da cláusula não o mudava. Ela já é relativamente clara. Se ela tem aspectos menos claros, esclarecia. Separar a linha editorial a alterações de condições de trabalho. Não se pode automaticamente inovar a cláusula. Tem de se separar questões de organização interna que no fundo são questões de trabalho, senão invoca-se por tudo e por nada! Porque se sabe que o jornalista está sempre a invocar tudo. O próprio jornalista deve conhecer a cláusula e saber como é invocada.*

P – E os Conselhos de redação? Poderiam desempenhar um papel mais forte na vigilância deontológica?

R: *São órgãos de conquista da lei de imprensa. Ou são inexistentes ou estão adormecidos, mas isso não significa que demos cabo deles. Deve permanecer na expectativa que possam recomeçar o trabalho normal de vigilância da linha editorial e quando for o caso em problemas de cláusula de consciência.*

O que o CR faz é verificar se o tratamento editorial que é dado a todas as questões – escutas , corrupção - está conforme a linha editorial e ao código deontológico dos jornalistas. Os próprios jornalistas desconsideraram os Conselhos e outras coisas. O receio sobre a situação laboral levam a que não queiram dar a face. Não querem avançar para as primeiras linhas e isso desvaloriza os conselhos.

P - A inércia ou erosão destes organismos na maior parte dos órgãos de comunicação social , poderá fazer emanar um outro organismo em consonância com as transformações actuais? Ou pelo contrário, os CR devem exercitar e intensificar os seus direitos de participação?

R: *Os CR são o que são . Esta erosão, inércia. Eu vejo necessidade de que o que existe funcionasse com as competências que tem. Podia regressar o vínculo. Eu defendo o carácter vinculativo, porque o director tem relação direta com a Redação, mas é nomeado pela administração. Se houver poder vinculativo vai ter de haver*

negociação e isso evita conflitos. Se uma das partes tiver o direito de nomear e a outra diz não, mas não vale de nada... O poder vinculativo favorece a conciliação. As administrações tem vindo a ganhar peso e acham que qualquer poder vinculativo é invasão das suas competências. No interesse deles, eles próprios deviam ter o cuidado de ver se a Redação apoiava e estava de acordo. É mau para o funcionamento da Redação..

P – E a relação entre um Diretor de Informação na dualidade de intermediário entre a administração de um órgão de comunicação social e o respetivo corpo redatorial, como a caracteriza hoje?

R: *A pessoa que dirige a linha editorial é o director, em última análise a última proteção que os jornalistas têm. Se não confiam nele, agem em conformidade. Dantes os jornalistas tinham plenários e corriam com o DI. Agora calam-se e fazem trabalho tipo funcionários públicos. Agora são executivos.*

O próprio diretor tem a consciência da sua falta de independência porque depende das boas graças de cima e do governo estar satisfeito. Existe liberdade de imprensa mas há muitos graus. Existe a muito grande e a outra exercida tipo serviços mínimos. A malta nova é muito mais dócil. Nos vínhamos de uma guerra do antes e depois do 25 Abril. Os Conselhos de Redação foram a consagração das Comissões de Redação, tinha-se conseguido fazer isso no tempo do Marcelo...

Há uma coisa que eu digo à malta mais nova – com o regime de censura-69/70 - eu fui um dos filhos do Marcelismo e eu resolvi entrar. Naquela altura, havia muita gente que era salazarista, mas havia uma coisa comum aos do contra e aos outros. Éramos todos contra a censura, mesmo os de direita. Espero que os próprios encontrem uma maneira de mudança. Acho que demora muito tempo. Eles deixaram-se fragmentar. Não há unidade é uma classe profissional que não tem cimento nem força alguma. Atribui-se culpa ao sindicato...olha é o sindicato....mesmo que o sindicato faça, é da praxe dizer que é do sindicato. Os jornalistas é que não têm...não conseguem criar o corpo.

P - Os CR deviam ter mais visibilidade no seu trabalho?

R: *Acho que deviam divulgar as decisões importantes. Se não forem diretamente, torna-se público. A ERC, valha o que valer, mas todas as semanas toma posições. Raramente aparece num jornal uma notícia. Dantes ninguém fazia notícia do conselho de imprensa. A culpa é dos próprios jornalistas. Não há nenhum órgão de informação que tenha um parte que seja só sobre os média.*

Os media não constituem uma secção fixa, regular, permanente, sobre o próprio funcionamento dos media, seja a nível da regulação (Já houve.) Eles põem as coisas no site. O problema 'é que a internet tem tudo e não tem nada. É tanta coisa, tanta coisa...ninguém tem tempo para tanta informação. O big boss da Google dizia que a internet é 90 por cento de lixo e 10 por cento de informação boa. É um lixo eterno....como se resolve uma coisa destas?

P: *A relação com o DI é hoje mais difícil?*

R: *Hoje os diretores estão mais próximos da Administração. Numa Redação há sempre conflitos, mas não é entrave, faz parte da vida das organizações. Há discussão e pode haver acordo.*

P - *A inércia ou erosão destes organismos na maior parte dos órgãos de comunicação social , poderá fazer emanar um outro organismo em consonância com as transformações actuais? Ou pelo contrário, os CR devem exercitar e intensificar os seus direitos de participação?*

R: *Um dos problemas que há é que as redações são pequenas inclusive podem ser duas pessoas. É uma coisa que tende a diluir mais a ideia de Conselho de Redação. As pequenas redações tem mais dificuldade.*

Substituir por quê? Numa situação dominada pela internet o que poderá corresponder ?

Não vejo grandes possibilidades alternativas. (OL)

8 - CESAR, Orlando – jornalista, presidente do Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas. Foi Director do Jornal Noticias da Amadora. Foi membro do Conselho de Informação da ANOP. (Em 30 Maio 2012)

PERGUNTA - Tendo em conta o atual contexto da comunicação social, como aprecia a eficácia das garantias de independência e cláusula de consciência na proteção dos jornalistas, consagrada constitucionalmente, previstas no artº22 da lei de imprensa e vertida no artº12 do Estatuto dos Jornalistas?

RESPOSTA: *A eficácia dessas garantias depende sempre da relação de forças que se estabeleça nas redações. No atual contexto, as forças estão desequilibradas em desfavor dos jornalistas.*

O contexto político e económico atual é desfavorável, por diversos factores, ao exercício da actividade profissional em condições de autonomia e independência. A ressonância desse ambiente no campo do jornalismo em geral e, em particular, no interior das redações tem-se traduzido no enfraquecimento dos laços de solidariedade entre os jornalistas a diferentes níveis.

Tem como efeito o enfraquecimento dos mecanismos e instrumentos que constituem recursos do exercício da liberdade de expressão e de imprensa. Quando tudo isto acontece, a lei é virtuosa mas resulta ineficaz. Falta-lhe o impulso que proporcione equilíbrio e proporcionalidade aos desígnios da comunidade de jornalistas e que seja susceptível de projetar o apoio a cada dos seus pares, individualmente, e de repor a razão nos juízos que sejam tomados, quer em sede administrativa quer de direito.

P - Na sua experiência, a norma contida no artº 12 do Estatuto dos Jornalistas penaliza o profissional porque lhe coloca uma espécie de “ferrete” em caso de recusa a uma ordem que viole as regras deontológicas, ou discordância a uma alteração editorial do órgão em que trabalha, obrigando-o a um autodespedimento, justificado? ou antes, admite que funciona como um “travão” a eventuais abusos da entidade patronal à liberdade individual e democrática ? Vê alguma desigualdade na

relação jornalista/hierarquia/empresa no que concerne à invocação da cláusula de consciência?

R: *Considero que a eficácia da norma depende da autonomia e independência que tiverem os jornalistas. Se os jornalistas estiverem organizados e as suas estruturas representativas tiverem capacidade de inscrever o interesse dos indivíduos e do jornalismo, o recurso à cláusula constituirá um ato natural, sem consequências sancionatórias e/ou estigmatizantes.*

Mas, se a perspectiva do sistema dos média for convergente com a do sistema político (poder político e poder económico), as pressões internas e externas sobre os jornalistas têm maior relevância e são susceptíveis de inibirem qualquer tomada de posição, atendendo às consequências previsíveis da perda do posto de trabalho.

Pode evitar a discricionariedade e garantir a expressão individual, baseada em razões éticas e deontológicas, caso sejam equilibradas as relações de força. Se não o forem, o jornalista torna-se refém da posição desigual em que se encontra.

P - Considera que os Jornalistas têm a convicção de que esta cláusula (na componente garantias de independência e de consciência) é um direito e elemento-pilar da democracia e liberdade de expressão?

R: *É uma pergunta a que não tenho condições de responder. Penso que se podem verificar três situações: os que a tomam como um direito; os que não têm consciência disso; e os que não ousam invocá-la com receio das consequências. A conjuntura política, económica e social e o enfraquecimento da autonomia e independência dos jornalistas concorrem para que esse direito não seja exercido.*

P - O facto de ter sido invocada apenas por meia dúzia de jornalistas desde a sua criação, há pelo menos 30 anos, sugere-lhe democracia ou receios vários?

R: *Sugere-me o receio de sanções e a falta de eficácia do direito. A cláusula é importante, mas o seu recurso dependente da decisão individual e de uma atitude que pode, desde logo, traduzir-se num prejuízo para o jornalista.*

P - A cláusula vertida na lei portuguesa teve inspiração na francesa de 1935. Apesar de ser reduzido o número de jornalistas, mesmo a nível internacional, que a

invocaram, como interpreta o facto de em Novembro de 2011 a União dos Sindicatos Ingleses, ter por unanimidade, solicitado a instituição de uma cláusula idêntica, na sequência do escândalo das escutas do “World News Journal”?

R: *O princípio, em si mesmo, tem mérito. Mas só tem um efeito virtuoso se funcionarem todos os outros mecanismos. E isso depende do sistema político, do sistema de média, da organização dos jornalistas e da exigência dos públicos de cada país.*

P - Como vê o papel dos Conselhos de Redacção e a sua atenção no seio das Redações a questões éticas e deontológicas, nomeadamente no que respeita ao tratamento de temas complexos da actualidade, como as escutas, a corrupção, o terrorismo, a pedofilia, a pressão das fontes?

R: *A consagração constitucional dos conselhos de redacção e o seu papel são uma coisa, outra é o seu desempenho atual. Os jornalistas portugueses reivindicavam a criação de conselhos de redacção já antes do 25 de Abril. Silva Costa considerava-os o “mecanismo interior” das redações.*

O exercício das suas competências podem marcar a distinção no resultado do trabalho jornalístico, em matéria ética e deontológica e de afirmação da autonomia e independência das redações. Todavia, atualmente a maioria dos meios não dispõem de conselho de redacção ou não funcionam.

Mas quando funcionam têm um efeito positivo, como tem acontecido na agência Lusa e como é exemplo mais recente a tomada de posição do conselho de redacção do Público face à pressão e chantagem do ministro Miguel Relvas. Uma posição que foi tomada em divergência com a direção do jornal, que manifestou o seu incómodo em nota editorial.

P - Considera que os CR fazem hoje sentido, sobretudo depois da perda do vínculo deliberativo do parecer sobre a nomeação do Director de Informação, em que perderam valor aos olhos da administração das empresas de comunicação social?

R: *Continuam a fazer todo o sentido. Esse era apenas um aspecto. Os conselhos de redacção continuam a dispor de competências no domínio da orientação dos meios, da deontologia e até em matérias de despedimentos.*

P - A inércia ou erosão destes organismos na maior parte dos órgãos de comunicação social, poderá fazer emanar um outro organismo em consonância com as transformações actuais? Ou pelo contrário, os CR devem exercitar e intensificar os seus direitos de participação?

R: *Uma cação não invalida a outra. A função dos conselhos de redacção é única. Só o exercício do direito consagrado é que garante a participação interna dos jornalistas nas redações e as ações positivas que podem impulsionar.*

P - Da sua experiência dos Conselhos de Redacção, como avalia estes organismos dos jornalistas na credibilidade da produção noticiosa, na independência de uma empresa e na confiança do público?

R: *Essa avaliação não está feita em termos globais. Mas onde funcionam a qualidade do jornalismo é melhor, a independência face às pressões é reforçada e a transparência da cação jornalística é maior.*

P - Como analisa hoje a relação entre um Director de Informação na dualidade de intermediário entre a administração de um órgão de comunicação social e o respectivo corpo redatorial?

R: *Esta é uma situação crítica na atual conjuntura e a causa do enfraquecimento das redações. Hoje, em muitos casos, a relação privilegiada e a lealdade do director não se estabelece com a redacção, mas sim com a administração da empresa. Há casos em que os directores tem assento nas administrações, passando a funcionar como representantes da administração junto das redações.*

P - Alguma vez teve situações em que sentiu os CR como elemento conflituante e entrave aos objectivos da empresa? questionou o seu papel?

R: *Não me parece que tal suceda, mesmo quando os conselhos têm uma participação mais activa e interventiva.*

P - Como percepciona o futuro destes mecanismos de autorregulação na era da internet em que proliferam múltiplas formas de comunicação, e o poder económico coloca sérias restrições ao desempenho livre e responsável do trabalho dos jornalistas?. A ineficácia destes mecanismos de autorregulação (Cláusula de

Consciência e Conselhos de Redacção) é susceptível de gerar restrições à liberdade interna dos jornalistas, ou autocensura e consequentemente, perigar a democracia e liberdade de expressão?

R: Os conselhos de redacção são instrumentos cada vez mais necessários, quer na decorrência do surgimento de novos meios quer em resultado das alterações ocorridas nos meios tradicionais, designadamente, no que respeita à sua cultura e orientação editorial. Os meios estão cada vez mais sujeitos a conformarem a sua finalidade editorial a critérios comerciais e à captação de audiências geradoras da colocação de publicidade. Todo o enfraquecimento das garantias da liberdade de expressão é susceptível de gerar atitudes de condicionamento. Nalguns casos, esse controlo social nem sequer é percepcionado. É assumido no quadro da socialização subjetiva dos procedimentos e tomado tão-só como orientações de serviço. Os jornalistas incorporam os limites sem os questionarem. (OC/OL)

9 – FALCÃO, Manuel – Director Geral da Nova Expressão, Agência de Meios. Foi jornalista , Director de Informação da RTP2 e Chefe de Redacção da Agência Notícias de Portugal.

PERGUNTA - Tendo em conta o atual contexto da comunicação social, como aprecia a eficácia das garantias de independência e cláusula de consciência na proteção dos jornalistas, consagrada constitucionalmente, previstas na lei de imprensa e vertida no Estatuto dos Jornalistas?

RESPOSTA: *Em abstrato a garantia de independência e a cláusula da consciência são bons princípios. Mas necessitam de ser adequados ao evoluir tecnológico dos media cuja paisagem mudou radicalmente desde que foram colocados na Constituição. Sou mais favorável a um enquadramento em autorregulação, numa Ordem, por exemplo, que em sede legislativa - ainda por cima na Lei Fundamental.*

P - Na sua experiência, a norma contida no artº 12 do Estatuto dos Jornalistas penaliza o profissional porque lhe coloca uma espécie de “ferrete” em caso de recusa a uma ordem que viole as regras deontológicas, ou à discordância a uma alteração editorial do órgão em que trabalha, obrigando-o a um autodespedimento

justificado? ou antes, admite que funciona como um “travão” a eventuais abusos da entidade patronal à liberdade individual e democrática ? Vê alguma desigualdade na relação jornalista/hierarquia/empresa no que concerne à invocação da cláusula de consciência?

R: *Mais uma vez todos este clausulado deve ser atualizado tendo em conta as evoluções havidas a nível do tipo de conteúdos, das tecnologias de suporte e distribuição, mas também a nível da relação entre a linha editorial e os interesses comerciais das empresas editoras. O artigo 12º está desfasado do tempo atual, não tem utilidade prática e funciona como uma barreira entre os editores e as redações.*

P - Considera que os Jornalistas têm a convicção de que esta cláusula (na componente garantias de independência e de consciência) é um direito e elemento-pilar da democracia e liberdade de expressão?

R: *Teria que se fazer um inquérito a várias gerações de profissionais, mas não me admiraria se as gerações mais novas não se revissem neste clausulado.*

P - O facto de ter sido invocada apenas por meia dúzia de jornalistas desde a sua criação, há pelo menos 30 anos, sugere-lhe democracia ou medos vários?

R: *Sugere-me exatamente que tem pouca aplicação prática - porque os meios de comunicação são empresas que devem ser geridas por forma a garantir a melhor adequação de cada produto editorial aos públicos a que se destinam. Na época em que todo este edifício regulamentar foi construído a noção de gestão privada e empresarial na comunicação era minoritário, a maior parte dos órgãos de comunicação estava nas mãos do estado e um dos objectivos era impedir a manipulação da informação pelo poder político e garantir o pluralismo. O desenvolvimento político, económico e social acabou por garantir que existissem vários grupos de media, representando várias sensibilidades, estratégias, a maior parte dos órgãos que pertenciam ao Estado foram privatizados, constituíram-se novos grupos de media e hoje em dia eles acuem em plataformas que nem sequer eram imaginadas - nomeadamente as digitais.*

P - A cláusula vertida na lei portuguesa teve inspiração na francesa de 1935. Apesar de ser reduzido o número de jornalistas, mesmo a nível internacional, que a

invocaram, como interpreta o facto de em Novembro de 2011 a União dos Sindicatos Ingleses, ter por unanimidade, solicitado a instituição de uma cláusula idêntica nos contratos de trabalho, na sequência do escândalo das escutas do “news of the world” ?

R: *Dou maior importância à existência de um órgão de autorregulação, que junte as várias áreas desta indústria - nomeadamente editores (no conceito de publishers) e jornalistas - e exerça um olhar crítico sobre as acuações concretas. Aliás, no caso do "news of the world" os jornalistas envolvidos, tanto quanto se sabe, agiram na plena consciência do que faziam e não foram obrigados a inventar as soluções de investigação, várias delas ilícitas, que utilizaram. Foram até criativos e diligentes nesta matéria - por isso é que ou isto funciona num regime de autorregulação ou não haverá normas capazes de evitar outras situações destas.*

P - Como vê o papel dos Conselhos de Redacção e a sua atenção no seio das Redações a questões éticas e deontológicas, nomeadamente no que respeita ao tratamento de temas complexos da actualidade, como as escutas, a corrupção, o terrorismo, a pedofilia, a pressão das fontes?

R: *Acharia natural que os conselhos de redacção evoluíssem para órgãos de diálogo mais permanente entre acionistas, publishers, directores e jornalistas do que foruns fechados das redações. Penso que seria mais útil de proveitoso, sobretudo numa época de mudanças aceleradas.*

P - Considera que os CR fazem hoje sentido, sobretudo depois da perda do vínculo deliberativo do parecer sobre a nomeação do Director de Informação, em que perderam valor aos olhos da administração das empresas de comunicação social?

R: *Penso que a resposta à questão anterior exprime o meu ponto de vista sobre este tema. De qualquer forma a nomeação de um Director é uma decisão dos acionistas, não faz sentido ser referendada. Mais uma vez é uma norma que vem de um período em que o Estado era o principal titular dos órgãos de informação e em que toda a realidade do sector era muito diferente.*

P - A inércia ou erosão destes organismos na maior parte dos órgãos de comunicação social , poderá fazer emanar um outro organismo em consonância

com as transformações actuais? Ou pelo contrário, os CR devem exercitar e intensificar os seus direitos de participação?

R: *Cito a resposta à questão 6.*

P - Da sua experiência como avalia estes organismos dos jornalistas na credibilidade da produção noticiosa, na independência de uma empresa e na confiança do público? A cláusula figura em todos os contratos de trabalho?

R: *Penso que hoje em dia não têm reflexo na opinião pública e têm um efeito prático quase nulo. Perpetuar o que não tem efeito prático é manter entropias no sistema.*

P - Como analisa hoje a relação entre um Director de Informação na dualidade de intermediário entre a administração de um órgão de comunicação social e o respectivo corpo redatorial?

R: *Um Director de Informação nos tempos actuais tem que saber adequar os produtos informativos que dirige aos seus objectivos de mercado, na circulação, audiência, angariação de receitas comerciais. É um papel mais complexo do que há décadas atrás. Para além de sólidos conhecimentos na área da comunicação e do jornalismo, exige um conhecimento de outras realidades - como a análise de audiências - e uma actualização tecnológica grande. E, claro, exige integridade, criatividade, capacidade de diálogo e de gestão de pessoas.*

P - Alguma vez teve situações em que sentiu os CR , como elemento conflituante e entrave aos objectivos da empresa? questionou o seu papel?

R: *Houve momentos, há décadas atrás, em que os CR se comportavam como uma espécie de guardiões do templo de uma verdade que julgavam ser só sua. Como se sabe, a verdade não tem dono e os guardiões do templo têm tendência a fossilizar.*

P - Como percepciona o futuro destes mecanismos de autorregulação na era da internet em que proliferam múltiplas formas de comunicação, e o poder económico coloca sérias restrições ao desempenho livre e responsável do trabalho dos jornalistas?. A ineficácia destes mecanismos de autorregulação (Cláusula de Consciência e Conselhos de Redacção) é susceptível de gerar restrições à liberdade

interna dos jornalistas, ou autocensura e consequentemente, perigar a democracia e liberdade de expressão?

R: *Não me revejo nestas afirmações e não penso que o poder económico implique necessariamente restrições ao papel dos jornalistas. Felizmente continuam a existir muitos casos de referência que contrariam esta ideia. Se os jornalistas trabalharem com o objectivo de comunicar com os públicos aos quais o seu meio se dirige, se procurarem aumentar a sua capacidade de influência, terão argumentos para evitar pressões; por outro lado todos os exemplos recentes mostram que hoje em dia conhecem-se cada vez mais depressa, e em profundidade, os casos em que a liberdade de expressão pode ser ameaçada. (Manuel Falcão/OL).*

10 - FERNANDES, José Manuel – Docente universitário. Comentador. Foi jornalista e Diretor do Jornal Público. (Em 10 /06/206)

PERGUNTA - Tendo em conta o atual contexto da comunicação social, como aprecia a eficácia das garantias de independência e cláusula de consciência na proteção dos jornalistas, consagrada constitucionalmente, previstas na lei de imprensa e vertida no Estatuto dos Jornalistas?

RESPOSTA: *Penso que a cláusula de consciência tem pouca utilidade, e não sei mesmo se alguma vez foi utilizada. A atual fórmula legal parece-me mesmo bastante despropositada por envolver a ERC e implicar uma resolução de grande complexidade e subjetividade. Com efeito, como demonstrar, numa entidade administrativa, que ocorreu uma alteração significativa da orientação de um órgão de comunicação social? Basta pensar nalgumas alterações de orientação ocorridas nos últimos anos por altura da substituição de direções editoriais (TVI, Público, JN, DN, até Expresso, para não falar dos órgãos de informação do Estado) e é fácil verificar que seria muito difícil – e muito discutível, também – conseguir que a ERC comprovasse a ocorrência de “alteração profunda na linha de orientação ou na natureza do órgão de comunicação social”. Por outro lado, estabelecesse que o jornalista teria direito a uma elevada indemnização (julgo que maior do que a prevista no Código de Trabalho, o que até pode suscitar dúvidas jurídicas), razão pela qual, suponho, se exige um*

processo tão pesado. Em compensação a cláusula de consciência deixa completamente desprotegido um jornalista que se despeça de um órgão de comunicação social por, por exemplo, deixar de confiar na sua hierarquia. Esse jornalista nem sequer terá direito ao subsídio de desemprego, porque se considerará que se trata de um desemprego voluntário. Para além destes aspectos, mais jurídicos, julgo que as proteções legais existentes são pouco efetivas se não existir uma cultura de independência no próprio órgão de comunicação social. A principal razão por que o jornalista está desprotegido é porque o mercado é hoje muito limitado. É muito difícil alguém despedir-se com as poucas perspectivas que existem de encontrar um novo emprego. E é muito fácil a hierarquia, e às vezes os próprios colegas, criarem um ambiente onde é difícil ser independente e agir apenas de acordo com a consciência.

P - Na sua experiência, a norma contida no artº 12 do Estatuto dos Jornalistas penaliza o profissional porque lhe coloca uma espécie de “ferrete” em caso de recusa a uma ordem que viole as regras deontológicas, ou à discordância a uma alteração editorial do órgão em que trabalha, obrigando-o a um autodespedimento, justificado? ou antes, admite que funciona como um “travão” a eventuais abusos da entidade patronal à liberdade individual e democrática? Vê alguma desigualdade na relação jornalista/hierarquia/empresa no que concerne à invocação da cláusula de consciência?

R: *Como já referi atrás, parece-me uma norma pouco eficaz. Não me parece que o problema seja qualquer “ferrete”. O problema é o autodespedimento sem protecção legal, como também já referi, ou com superprotecção legal mas só em circunstâncias quase inatingíveis. E se a cláusula quase não tem condições para ser aplicada, claro que há uma desigualdade na relação entre o jornalista e a hierarquia. De resto essa desigualdade existe sempre e não é um problema em si mesma: a maior responsabilidade da hierarquia também se traduz nisso. O mesmo, se bem que num nível diferente, se passa na relação com a empresa. Daí que voltemos ao início: se a cultura da empresa e a cultura da redacção forem favoráveis à independência, o*

jornalista estará bem; se se passar o contrário, duvido que seja o artigo 12º que o proteja.

P - Considera que os Jornalistas têm a convicção de que esta cláusula (na componente garantias de independência e de consciência) é um direito e elemento-pilar da democracia e liberdade de expressão?

R: *Não, não têm. Se a cláusula me parece pouco efetiva, é natural que recorrer a ela não esteja entre as prioridades dos jornalistas. Nem sintam que seja um elemento-pilar da liberdade de expressão.*

P - O facto de ter sido invocada apenas por meia dúzia de jornalistas desde a sua criação, há pelo menos 30 anos, sugere-lhe democracia ou medos vários?

R: *Não conheço nenhum caso em que jornalistas tenham recorrido a essa cláusula, pelo que não posso avaliar.*

P - A cláusula vertida na lei portuguesa teve inspiração na francesa de 1935. Apesar de ser reduzido o número de jornalistas, mesmo a nível internacional, que a invocaram, como interpreta o facto de em Novembro de 2011 a União dos Sindicatos Ingleses, ter por unanimidade, solicitado a instituição de uma cláusula idêntica nos contratos de trabalho, na sequência do escândalo das escutas do “World News Journal”?

R: *Julgo que o jornal que refere é o “News of the world”. Mas mesmo assim não conheço a situação inglesa para ter opinião. Lá o ambiente é muito diferente, há muito mais concorrência e muito mais oportunidades de emprego. Há mais circulação entre órgãos de informação. Há um bom organismo de autorregulação da imprensa. Penso que é difícil comparar.*

P - Como vê o papel dos Conselhos de Redacção e a sua atenção no seio das Redações a questões éticas e deontológicas, nomeadamente no que respeita ao tratamento de temas complexos da actualidade, como as escutas, a corrupção, o terrorismo, a pedofilia, a pressão das fontes?

R: *Acredito que os conselhos de redacção são importantes, mesmo quando são uma dor de cabeça para os directores. No entanto que os conselhos de redacção devem funcionar tal como estão previstos na lei: presididos pelo director. É uma forma de pressionar o diálogo e de os tornar realmente importantes quando se trata de colaborar na orientação editorial do órgão de informação. Infelizmente, até porque o sindicato é fraquíssimo e os delegados sindicais têm pouco peso, às vezes os CR tendem a tratar de questões quase sindicais, o que foge ao seu espírito. Transformar os CR em organismos para-sindicais é prejudicar as suas funções. Fazê-los funcionar só com os elementos eleitos, e sem o director, é prejudicar a sua função de mediação e colaboração.*

P - Considera que os CR fazem hoje sentido, sobretudo depois da perda do vínculo deliberativo do parecer sobre a nomeação do Director de Informação, em que perderam valor aos olhos da administração das empresas de comunicação social?

R: *Não dou qualquer importância ao voto deliberativo. Parece-me muito bem terem apenas voto consultivo. Afinal de contas os órgãos de informação não são sovietes em democracia directa, têm uma hierarquia e só assim podemos responsabilizar as administrações. Quanto às restantes funções, já respondi na pergunta anterior.*

P - A inércia ou erosão destes organismos na maior parte dos órgãos de comunicação social, poderá fazer emanar um outro organismo em consonância com as transformações actuais? Ou pelo contrário, os CR devem exercitar e intensificar os seus direitos de participação?

R: *Acho que os CR são uma boa solução. É responsabilidade dos jornalistas fazê-los funcionar. Não é assim tão difícil...*

P - Da sua experiência como avalia estes organismos dos jornalistas na credibilidade da produção noticiosa, na independência de uma empresa e na confiança do público?

R: *Os CR podem contribuir para o melhor funcionamento da produção noticiosa, e conheço boas experiências em que isso sucedeu. Têm, contudo, pouca visibilidade externa. Só aparecem, por regra, em casos de conflitos, e nem sempre da melhor*

maneira. Ao contrário dos provedores, que respondem diretamente aos leitores e os ajudam a relacionar-se com os órgãos de informação, os CR falam sobretudo com os jornalistas, são mais um órgão interno. O seu contributo é mais para a melhoria do produto final, e por essa via para a melhoria da credibilidade, não para aparecerem publicamente.

P - Como analisa hoje a relação entre um Director de Informação na dualidade de intermediário entre a administração de um órgão de comunicação social e o respectivo corpo redatorial?

R: *A meu ver, e como ex-diretor, este tem de gozar de uma dupla relação de confiança: com o acionista e com a redacção. Isso não faz dele um intermediário no sentido estrito do termo. Pelo contrário. Pode ter um papel de liderança que arraste tanto a redacção como a administração. Para além de que penso que as administrações e as redações têm, por regra, mais interesses coincidentes do que opostos: todos querem o melhor para os respectivos órgãos de informação, e podem fazer corpo comum. A meu ver há, muitas vezes, uma separação artificial entre os interesses das administrações e das redações. Afinal a melhor garantia de independência de um órgão de informação é este dar lucros. Isso faz com que os acionistas o respeitem e não queiram “estragar” o que dá dinheiro. Muitas vezes esquece-se este princípio fundamental e entende-se que os acionistas devem ser mecenas das redações. É um tremendo erro: quando isso sucede há sempre outros interesses em jogo, o que acaba sempre por fazer diminuir a independência. Por isso é que digo que administrações e redações devem trabalhar em conjunto, não como se fossem “inimigos de classe”.*

P - Alguma vez teve situações em que sentiu os CR , como elemento conflituante e entrave aos objectivos da empresa? questionou o seu papel?

R: *Tive vários momentos de conflito com o CR, ou com elementos do CR. Mas globalmente faço um balanço muito positivo. Muito mesmo*

P - Como percepciona o futuro destes mecanismos de autorregulação na era da internet em que proliferam múltiplas formas de comunicação, e o poder económico coloca sérias restrições ao desempenho livre e responsável do trabalho dos

jornalistas?. A ineficácia destes mecanismos de autorregulação (Cláusula de Consciência e Conselhos de Redacção) é susceptível de gerar restrições à liberdade interna dos jornalistas, ou autocensura e consequentemente, perigar a democracia e liberdade de expressão?

R: *Não percebo a frase “o poder económico coloca sérias restrições ao desempenho livre e responsável do trabalho dos jornalistas”. Não acho que isso suceda como regra, ou sequer que se posa falar de um poder económico monolítico e puxando todo para o mesmo lado, Basta olhar para os diferentes grupos portugueses e olhar para as suas práticas. Há piores e melhores, mas acho que nada autoriza aquela frase, escrita daquela forma taxativa. Além de que também não se podem apresentar os jornalistas, todos, como sendo sempre os bons da fita. Basta ler os provedores do leitor para perceber as vezes que eles cometem erros, às vezes graves. A autorregulação não se aplica apenas às direções e às administração, também se aplica aos jornalistas, e por isso é que penso que um sistema que tenha só cláusulas de consciência e conselhos de redacção é um sistema coxo. Os jornalistas deviam ter algo mais sério do que um ineficaz, e de certa forma deslocado, conselho deontológico do sindicato, e uma administrativa Comissão da Carteira. Novos mecanismos desse tipo seriam importantes para evitar as tentações de intervenção externa, de que a Entidade Reguladora é, a meu ver, um bom exemplo do que não se deve fazer. (OL/JMF)*

11 - FONSECA, Wilton - jornalista, ex-diretor de Informação da agência Notícias de Portugal, Director de Informação adjunto nas agências ANOP e Lusa, CR JNovo. Foi diretor de comunicação da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD) e da Fundação Calouste Gulbenkian, e diretor de comunicação de diversas missões de paz da ONU. (em 18/06/2012)

PERGUNTA - Tendo em conta o atual contexto da comunicação social, como aprecia a eficácia das garantias de independência e cláusula de consciência na proteção dos jornalistas, consagrada constitucionalmente, previstas na lei de imprensa e vertida no Estatuto dos Jornalistas?

RESPOSTA: *Penso que a Lei de Imprensa e o estatuto dos Jornalistas Portugueses não têm dado nenhum contributo prático nem têm oferecido garantias de independência aos jornalistas. Como é evidente, a Constituição oferece as grandes garantias e o enquadramento jurídico-moral para o exercício da liberdade de Imprensa. Os outros instrumentos têm servido mais para a prática da retórica partidária, parlamentar ou sindical.*

Em outras palavras, sou muito céptico em relação à eficácia de instrumentos jurídicos que podem ser politicamente manipulados na sua concepção e elaboração. Seria muito diferente se a prática da profissão fosse controlada e regulamentada por uma Ordem. As entidades políticas, sindicais e profissionais não têm sido sequer capazes de obrigar as empresas de comunicação social a declararem publicamente as suas composições acionistas. Como é que sem saber quem são os donos de uma empresa é possível julgar se um meio de Comunicação Social está a defender interesses estranhos ou não, ou se está a impor aos seus jornalistas – mais ou menos sub-repticiamente, não importa - a defesa de um determinado ponto de vista?

P - Na sua experiência, a norma contida no artº 12 do Estatuto dos Jornalistas penaliza o profissional porque lhe coloca uma espécie de “ferrete” em caso de recusa a uma ordem que viole as regras deontológicas, ou discordância a uma alteração editorial do órgão em que trabalha, obrigando-o a um autodespedimento justificado? ou antes, admite que funciona como um “travão” a eventuais abusos da entidade patronal à liberdade individual e democrática ? Vê alguma desigualdade na relação jornalista/hierarquia/empresa no que concerne à invocação da cláusula de consciência?

R: *Em toda a minha vida profissional, posso contar pelos dedos de uma mão o número de casos de que tive conhecimento de tentativas de imposição de uma determinada postura de natureza política e o consequente recurso, pelo profissional, a um processo de autodespedimento justificado. É que a norma contida no artigo 12º do Estatuto foi feita na perspectiva marxista da luta de classes: o trabalhador jornalista, revestido de valores deontológicos, por um lado; no outro lado da barreira a empresa capitalista, exploradora e dotada de desígnios inconfessáveis. Uma visão redutora e maniqueísta que não corresponde à realidade dos nossos dias.*

Em vez de uma determinada postura política, o que se vê (principalmente na imprensa, mas não só) é uma postura de natureza económico-financeira, importa pela empresa e aceite pelo jornalista, que à sua frente não depara com um cenário de trabalho muito variado. É assim que é oferecido ao leitor as publireportagens, a menção descarada de produtos e de empresas, as listas de compras e de objetos: sob a capa da informação, lá está a publicidade. O jornalista não tem escolha – produz a “informação” como poderia estar a produzir o relatório de uma empresa, a bula de um remédio, o panfleto para uma imobiliária. A 12ª cláusula? Nem se pensa nela.

P - Considera que os Jornalistas têm a convicção de que esta cláusula (na componente garantias de independência e de consciência) é um direito e elemento-pilar da democracia e liberdade de expressão?

R: *Acho que ela é irrelevante.*

P - O facto de ter sido invocada apenas por meia dúzia de jornalistas desde a sua criação, há cerca de 40 anos sugere-lhe democracia ou medos vários?

R: *Medos. Mas talvez mais inconsciência do que medos.*

P - A cláusula vertida na lei portuguesa teve inspiração na francesa de 1935. Apesar de ser reduzido o número de jornalistas, mesmo a nível internacional, que a invocaram, como interpreta o facto de, em Novembro de 2011, a União dos Sindicatos Ingleses, ter por unanimidade, solicitado a instituição de uma cláusula idêntica nos contratos de trabalho, na sequência do escândalo das escutas do “World News Journal”?

R: *É prova daquilo que afirmei acima. O estatuto é irrelevante. O bom comportamento pode ser “vigiado” por uma Ordem (já que os nossos sindicatos não parecem vocacionados para questões deontológicas, mas sim para questões laborais) e transcrito para contratos de trabalho. Mas no caso português nem isto resultaria: tendo em conta o mercado de trabalho atual, quem recusaria um contrato com um grande jornal por causa da existência ou não de um artigo que refletisse a famigerada 12ª?*

P - Como vê o papel dos Conselhos de Redacção e a sua atenção no seio das Redações a questões éticas e deontológicas, nomeadamente no que respeita ao

tratamento de temas complexos da actualidade, como as escutas, a corrupção, o terrorismo, a pedofilia, a pressão das fontes?

R: *Temos visto situações em que os Conselhos de Redação reagem a pressões políticas (veja-se o recente caso do ministro Relvas e do “Público”, as acusações contra o ex-PM Sócrates etc.). Mas o facto é que os Conselhos de Redação foram transformados com o tempo em simples instrumentos para a apreciação da demissão ou nomeação de diretores e chefes. Que a opinião pública tenha conhecimento, os CR não exercem qualquer função deontológica ou de formação profissional. Escutas, corrupção, terrorismo, pedofilia e tantas outras questões da atualidade não entram nas suas esferas de preocupação. Quantos meios de comunicação funcionam sem sequer um Livro de Estilo (a RTP e a RDP, por exemplo), mas com CR prontos para tomar decisões de natureza política?*

P - Considera que os CR fazem hoje sentido, sobretudo depois da perda do vínculo deliberativo do parecer sobre a nomeação do Director de Informação, em que perderam valor aos olhos da administração das empresas de comunicação social?

R: *Acho que as redações estariam muito mais bem servidas se em cada uma delas houvesse um núcleo - por mais reduzido que fosse - de uma Ordem de Jornalistas.*

P - A inércia ou erosão destes organismos na maior parte dos órgãos de comunicação social , poderá fazer emanar um outro organismo em consonância com as transformações actuais? Ou pelo contrário, os CR devem exercitar e intensificar os seus direitos de participação?

R: *Os jornalistas sempre se caracterizaram pela falta de capacidade de planeamento e a falta de capacidade de perspetivação dos assuntos. Isto é da sua própria natureza: em geral são pouco educados e incultos. Não é de esperar que anseiem ou que planeiem a criação de estruturas que venham a substituir no futuro os CR. Os CR refletem tempos em que as regulamentações tinham mais peso e mais valor do que nos dias atuais. Hoje em dia os órgãos de Comunicação Social vivem um período de afastamento de toda e qualquer regularização. A atividade profissional tende a ser dispersa entre “curiosos” que utilizam as redes sociais como bem lhes apetece e não são guiados por escrúpulos ou por regras deontológicas. Veja-se a questão das fontes,*

da objetividade e da verificação (doublechecking) da informação nas redes sociais, e a maneira como os jornalistas delas fazem utilização.

P - Da sua experiência como avalia estes organismos dos jornalistas na credibilidade da produção noticiosa, na independência de uma empresa e na confiança do público?

R: *No cômputo geral o desempenho é muito fraco. O público sabe – por exemplo – se um semanário como “O Sol” tem um CR? A existência de um CR terá (teria) alguma coisa em relação à orientação da publicação? Saber-se-ia mais sobre a sua estrutura empresarial se existisse um CR?*

P - Como analisa hoje a relação entre um Director de Informação na dualidade de intermediário entre a administração de um órgão de comunicação social e o respectivo corpo redatorial?

R: *Os diretores continuam a fingir que não têm nada a ver com as administrações. Um jogo de aparências, que não interessa a ninguém.*

P - Alguma vez teve situações em que sentiu os CR, como elemento conflituante e entrave aos objectivos da empresa? questionou o seu papel?

R: *Na ANOP, por exemplo, houve alturas em que o CR foi aliado de uma certa dinâmica de mudança na redação. Mas houve alturas em que foi um empecilho à mesma dinâmica. Tudo depende das pessoas que compõem o CR, e não propriamente do órgão em si.*

P - Como percepciona o futuro destes mecanismos de autorregulação na era da internet em que proliferam múltiplas formas de comunicação, e o poder económico coloca sérias restrições ao desempenho livre e responsável do trabalho dos jornalistas?. A ineficácia destes mecanismos de autorregulação (Cláusula de Consciência e Conselhos de Redacção) é susceptível de gerar restrições à liberdade interna dos jornalistas, ou autocensura e consequentemente, perigar a democracia e liberdade de expressão?

R: *Acho que a democracia e a liberdade de expressão podem sobreviver – e muito bem – sem a existência dos mecanismos de regulamentação criados pela classe ou*

(paternalisticamente) para a classe. O que devia haver: um regulador da atividade profissional, mas não uma sobra do Estado ou um miniparlamento. Que deixasse as questões sindicais aos sindicatos, as questões políticas aos políticos e as questões financeiras às empresas. Que se centrasse sobretudo – sem esquecer evidentemente esses pontos mencionados - no comportamento dos profissionais enquanto profissionais, na sua valorização profissional e na sua postura perante a sociedade.(OL/WF)

12 - GARRIDO, Maria José - jornalista da TVI, CR da TVI (Em 7 de Março 2012).

PERGUNTA - Tendo em conta o atual contexto da comunicação social, como aprecia a eficácia das garantias de independência e cláusula de consciência na proteção dos jornalistas, consagrada constitucionalmente, e previstas no artº22 da lei de imprensa e vertida no artº12 do Estatuto dos Jornalistas?

RESPOSTA: - A eficácia das garantias de independência e da cláusula de consciência são praticamente nulas na redação onde trabalho. Raros são os jornalistas que têm utilizado a cláusula para recusarem ordens e trabalhos contrários à sua consciência. Não sei mesmo se entre a maioria dos jornalistas haverá consciência do que a cláusula lhes permite .

P - Na sua experiência, a norma contida no artº 12 do Estatuto dos Jornalistas penaliza o profissional porque lhe coloca uma espécie de “ferrete” em caso de recusa a uma ordem que viole as regras deontológicas, ou discordância a uma alteração editorial do órgão em que trabalha, obrigando-o a um autodespedimento, justificado? ou antes, admite que funciona como um “travão” a eventuais abusos da entidade patronal à liberdade individual e democrática ?

R: - *Não sei afirmar, com provas, se a norma penaliza ou não. O que eu sei é que o medo de que ela penalize leva muitos jornalistas a não quererem entrar em conflito e por isso a auto demitirem-se de usarem a norma para sua defesa. Penso, sem dúvida, de que quem a use será, com certeza, excluído de qualquer possibilidade de poder ascender a um cargo de chefia caso tenha essa ambição. Não penso que o uso da*

norma seja contudo, um ferrete e penso que ela, mesmo pouco usada num momento em que deveria ser mais usada, deve continuar a existir como travão de eventuais abusos da entidade patronal e não só.

P - Considera que os Jornalistas têm a convicção de que esta cláusula (na componente garantias de independência e de consciência) é um direito e elemento-pilar da democracia e liberdade de expressão?

R: *Como já referi acima penso que os jornalistas não têm consciência da própria cláusula e do que ela lhes permite. Logo penso que a grande maioria não tem consciência de que ela seja um direito e elemento- pilar da democracia e liberdade de expressão.*

P - O facto de ter sido invocada apenas por meia dúzia de jornalistas desde a sua criação, há pelo menos 30 anos, sugere-lhe democracia ou receios vários?

R: *O facto de ser pouco invocada sugere, por um lado, que há pouco espírito combativo e participativo nas redações (porque como já disse acima a maioria não a usa para não ter conflitos) e, por outro lado, porque se vive com medo nas redações. A participação e intervenção é cada vez menos bem vista nas redações onde a aceleração da informação retirou o tempo à reflexão tão necessária ao jornalismo. Por tudo isto penso que estaremos perante menos democracia (nas redações e no país) por culpa de quem manda mas também dos próprios jornalistas que se refugiam no receio para também esconderem alguma da sua confortável letargia e ambição a qualquer preço.*

P - A cláusula vertida na lei portuguesa teve inspiração na francesa de 1935. Apesar de ser reduzido o número de jornalistas, mesmo a nível internacional, que a invocaram, como interpreta o facto de em Novembro de 2011 a União dos Sindicatos Ingleses, ter por unanimidade, solicitado a instituição de uma cláusula idêntica, na sequência do escândalo das escutas do “World News Journal”?

R: *A minha interpretação só pode ser uma: a da vital necessidade da cláusula de consciência. Isto, mesmo considerando que um caso das escutas do “World News Journal” poderia acontecer em Portugal onde a cláusula existe. Mas o facto de termos*

uma cláusula de consciência permite defender quem exerce a profissão com honestidade e seriedade e, por outro lado, penalizar quem exerce a profissão de forma irresponsável. Finalmente penso que ela permite responsabilizar mais os jornalistas relativamente aos seus atos pois com a cláusula em questão, não poderão refugiar-se na cega obediência às ordens para tudo fazerem.

P - Como vê o papel dos Conselhos de Redacção e a sua atenção no seio das Redações a questões éticas e deontológicas, nomeadamente no que respeita ao tratamento de temas complexos da actualidade, como as escutas, a corrupção, o terrorismo, a pedofilia, a pressão das fontes?

R: - *Acho essencial o papel dos conselhos de redacção para o tratamento e reflexão sobre todos esses temas e muitos outros.*

P - Considera que os CR fazem hoje sentido, sobretudo depois da perda do vínculo deliberativo do parecer sobre a nomeação do Director de Informação, em que perderam valor aos olhos da administração das empresas de comunicação social?

R: *Os CR fazem todo o sentido existirem. Como acima referi, a informação é cada vez mais imediata e acelerada e o tempo para a reflexão está a perder-se e os CR são essenciais para se poder fazer essa reflexão no seio das redações.*

P - A inércia ou erosão destes organismos na maior parte dos órgãos de comunicação social, poderá fazer emanar um outro em consonância com as transformações actuais? Ou pelo contrário, os CR devem exercitar e intensificar os seus direitos de participação?

R: *Penso que é lamentável que os CR estejam em vias de extinção nas redações. Como já disse acho que são essenciais para a reflexão no seio das redações e penso que devem intensificar os direitos de participação. Penso que ganhamos todos.*

P - Da sua experiência dos Conselhos de Redacção, como avalia estes organismos dos jornalistas na credibilidade da produção noticiosa, na independência de uma empresa e na confiança do público?

R: - *Junto do público penso que não há visibilidade alguma do trabalho do conselho de redacção. Penso que o trabalho do CR ganha sobretudo relevo na produção do trabalho jornalístico já que o facto de o CR produzir trabalho sobre boas práticas jornalísticas e reflexões e conselhos sobre a atuação dos jornalistas poderá ter influência na credibilidade da produção noticiosa.*

P - Como analisa hoje a relação entre um Director de Informação na dualidade de intermediário entre a administração de um órgão de comunicação social e o respectivo corpo redatorial?

R: *É de facto uma dualidade e uma dualidade que penso deverá difícil e periclitante para quem a executa. Nem sempre se consegue perceber quando estão de um lado ou do outro já que muito se passa nos gabinetes .*

P - Alguma vez teve situações em que sentiu que as posições dos CR foram torpedeadas ou simplesmente ignoradas e questionou o seu papel?

R: - Há sempre momentos de desesperança quando se tem um papel participativo nas redações. Mas penso que o importante é termos consciência do valor do que estamos a fazer e do enriquecimento que a tarefa nos traz. Tudo o resto faz parte da vida . Atropelos e sermos ignorados são atos que podem sempre acontecer mas que não nos devem esmorecer.

P - Como percepciona o futuro destes mecanismos de autorregulação na era da internet em que proliferam múltiplas formas de comunicação, e o poder económico coloca sérias restrições ao desempenho livre e responsável do trabalho dos jornalistas. A ineficácia destes mecanismos de autorregulação (Cláusula de Consciência e Conselhos de Redacção) é susceptível de gerar restrições à liberdade interna dos jornalistas, ou autocensura e consequentemente, perigar a democracia e liberdade de expressão?

R: - *Já hoje penso que a difícil eficácia dos mecanismos de autorregulação geram restrições à liberdade interna e autocensura. Mas acredito que nalgum momento haverá o momento do basta pois com as condições de trabalho cada vez mais degradadas, penso que haverá um momento em que os jornalistas só terão os valores da sua profissão para “sobreviverem”. Já hoje se sente nas redações o cansaço dos jornalistas pela exploração a que estão sujeitos. Há a vontade de fazer algo penso que falta o momento. Caso contrário estaremos a fazer uma outra coisa que não jornalismo e será então a extinção da profissão. MjG/OL*

13 – GOMES, Adelino – jornalista, investigador, docente universitário, provedor do ouvinte, DI. (em 25/05/2012)

PERGUNTA - Tendo em conta o atual contexto da comunicação social, como aprecia a eficácia das garantias de independência e cláusula de consciência na proteção dos jornalistas, consagrada constitucionalmente, previstas na lei de imprensa e vertida no Estatuto dos Jornalistas?

RESPOSTA: *Devo dizer, em primeiro lugar e para que não restem dúvidas, que considero estas cláusulas pedras angulares do edifício “Liberdade de Expressão e de Informação”, construído pelo estado de direito democrático a seguir ao 25 de Abril de 1974. Estou de acordo, em especial, com Jonas Machado (Liberdade de Expressão, Coimbra Editora, 2002, p. 584), quando diz que a cláusula de consciência “constitui peça fundamental da defesa da dignidade e da autonomia profissional do jornalista”, pois protege o jornalista “perante a entidade proprietária e administradora da empresa de imprensa ou ainda perante o director ou o conselho de redacção, quando esteja em causa a expressão de opiniões ou o exercício de tarefas que o mesmo reputa contrariar a sua consciência, aspecto cujo alcance extravasa a simples consciência deontológica”. A pergunta, contudo, questiona a “eficácia” das garantias oferecidas por essa norma. E aí, sem prejuízo do balanço que certamente farás do modo como as empresas, a ERC (e antes a AACs) e os tribunais as têm interpretado, receio não se justificar tão grande optimismo. Penso, contudo, que elas conferem aos jornalistas um excelente instrumento de defesa destes seus direitos e responsabilidades, achando que quem está errado são os que delas fazem interpretações restritivas.*

P - Na sua experiência, a norma contida no artº 12 do Estatuto dos Jornalistas penaliza o profissional porque lhe coloca uma espécie de “ferrete” em caso de recusa a uma ordem que viole as regras deontológicas, ou à discordância a uma alteração editorial do órgão em que trabalha, obrigando-o a um autodespedimento, justificado? ou antes, admite que funciona como um “travão” a eventuais abusos da entidade patronal à liberdade individual e democrática? Vê alguma desigualdade na relação jornalista/hierarquia/empresa no que concerne à invocação da cláusula de consciência?

R: *Conheço a posição do Sindicato dos Jornalistas (que coincide, julgo, com a da Comissão Deontológica) sobre esta matéria e não a acompanho. Se bem a percebi na*

altura, ela está consubstanciada na primeira parte da pergunta. Concordo que a redacção da lei podia ter criado um ambiente mais favorável, para mais no precário quadro do nosso jornalismo de hoje (mas também, diga-se, de quase sempre). A reivindicação de um direito, sobretudo em situação de tensão ou, pior ainda, de conflito declarado, contém, porém, sempre, uma dose de risco. Confesso que me desagrada ver (nesta como noutras matérias em que estão em causa direitos mas também responsabilidades éticas e deontológicas) certas posições que assentam no que considero um falso garantismo. Traduzidas na prática, elas acabam por transmitir, ainda que implícita, a seguinte mensagem: “Estou disposto a lutar pelo direito à independência e pela cláusula de consciência, se me garantirem que retirarei disso alguma vantagem e que tal, ainda por cima, não me acarretará nenhuma espécie de dissabor”. A diferença entre democracia e ditadura é que a democracia reconhece esses e outros direitos como condição sine qua non do exercício da cidadania. Mas nunca foi por as ditaduras os proibirem que os povos deixaram de lutar por eles. Nem é porque certos agentes do Estado administrarem mal a justiça que esta deixa de ser uma conquista civilizacional.

P - Considera que os Jornalistas têm a convicção de que esta cláusula (na componente garantias de independência e de consciência) é um direito e elemento-pilar da democracia e liberdade de expressão?

R: *Não disponho de elementos que me permitam responder positiva ou negativamente a esta essa violação.*

P - O facto de ter sido invocada apenas por meia dúzia de jornalistas desde a sua criação, há pelo menos 30 anos, sugere-lhe democracia ou medos vários?

R: *Teria que analisar esses e outros casos. Autorizo-me pois apenas a “palpitar”. E nesse domínio, a dizer que me sugere ambas as coisas: democracia (porque permite usar, à la limite, essa autêntica bomba atómica simbólica ao dispor do jornalista); e medos vários (das consequências de uma tal atitude, no âmbito da redacção, da empresa e do próprio assim chamado mercado.*

P - A cláusula vertida na lei portuguesa teve inspiração na francesa de 1935. Apesar de ser reduzido o número de jornalistas, mesmo a nível internacional, que a

invocaram, como interpreta o facto de em Novembro de 2011 a União dos Sindicatos Ingleses, ter por unanimidade, solicitado a instituição de uma cláusula idêntica nos contratos de trabalho, na sequência do escândalo das escutas do “World News Journal”?

R: *Fê-lo com toda a propriedade, mas realmente já muito tarde. O escândalo do News of the World é, porém, exemplo também do que pretendi dizer na resposta à pergunta 2. É que ali não assistimos apenas a uma gigantesca violação dos mais elementares direitos dos cidadãos e dos princípios do jornalismo, por parte de uma empresa de comunicação. Assistimos também a múltiplas cumplicidades (passivas e cativas) nessas violações. E nelas incluo quer os jornalistas (repórteres, editores e directores), quer a redacção no seu conjunto.*

P - Como vê o papel dos Conselhos de Redacção e a sua atenção no seio das Redações a questões éticas e deontológicas, nomeadamente no que respeita ao tratamento de temas complexos da actualidade, como as escutas, a corrupção, o terrorismo, a pedofilia, a pressão das fontes?

R: *Permite-me autocitar-me. Num texto que escrevi para o Boletim do nosso Conselho considero-o uma “instância de representação, legitimada pelo voto secreto, e cuja acção na defesa das questões profissionais e deontológicas tenho como marca distintiva de uma empresa de comunicação e de um colectivo de jornalistas que apostam numa redacção de qualidade, responsável e transparente, aberta ao debate e à crítica”.*

P - Considera que os CR fazem hoje sentido, sobretudo depois da perda do vínculo deliberativo do parecer sobre a nomeação do Director de Informação, em que perderam valor aos olhos da administração das empresas de comunicação social?

R: *Tanto quanto faziam quando os jornalistas ainda lutavam por eles, no tempo da ditadura. No imediato pós-25 de Abril, quando essa e outras aspirações profissionais tiveram consagração legal, eles possuíam, ipso facto, um maior poder de intervenção. Mas a sua margem de influência na redacção, no jornalismo que se faz e na empresa em que se insere continua muito grande - da extensão que os seus elementos estiverem dispostos a alcançar, desde que a redacção se disponha também a*

acompanhá-los. No momento em que dou esta resposta (finais de maio de 2012) a actualidade nacional ilustra de uma forma eloquente a importância de um CR vivo e actuante numa redacção. Refiro-me ao caso Público versus ministro Miguel Relvas, desencadeado, precisamente por um comunicado do CR daquele diário acusando este membro proeminente do governo de Passos Coelho de ter feito pressão e ameaçado de represálias a jornalista, Maria José Oliveira.

P - A inércia ou erosão destes organismos na maior parte dos órgãos de comunicação social , poderá fazer emanar um outro organismo em consonância com as transformações actuais? Ou pelo contrário, os CR devem exercitar e intensificar os seus direitos de participação?

R: *Penso que os CR, melhor dito, os jornalistas organizados na respectiva redacção, deviam exercitar e intensificar os seus direitos de participação. E porque acho que tal se deveu a inércia ou mesmo desistência dos jornalistas e não a um eventual desfasamento desta estrutura de representação face às transformações em curso, não se me afigura necessário substituí-la por qualquer outra. Mas não me repugnaré que tal ocorra, se o futuro vier a demonstrar aos jornalistas a conveniência de o fazerem.*

P - Da sua experiência como avalia estes organismos dos jornalistas na credibilidade da produção noticiosa, na independência de uma empresa e na confiança do público?

R: *A minha experiência enquanto jornalistas e a observação crítica que vou fazendo enquanto estudioso desta matéria e cidadão consumidor dos media informativos, convence-me de que a existência de um Conselho de Redacção constitui factor essencial no exercício diário de um jornalismo cada vez independente, credível e credibilizado. E mostra-me, por outro lado, que lá onde a inércia ou conformismo dos jornalistas desiste desse instrumento de autorregulação, são mais frequentes as violações dos standards profissionais e dos códigos de ética.*

P - Como analisa hoje a relação entre um Director de Informação na dualidade de intermediário entre a administração de um órgão de comunicação social e o respectivo corpo redatorial?

R: *Trabalhei num jornal (o Público) cujos fundadores - jornalistas por quem nutria e nutro grande respeito profissional – acreditaram que essa dualidade seria benéfica para o jornal e para os jornalistas. Discordei desde o primeiro momento. Não sei se o futuro do jornal teria sido diferente se os directores não fossem simultaneamente administradores. Talvez que esse facto (o director ser simultaneamente administrador) tivesse constituído factor de dissuasão de atitudes mais drásticas da parte do accionista, confrontado, ao longo da existência do jornal, com sucessivas perdas financeiras. O que vi e testemunhei, nalguns momentos muito de perto, pois cheguei a integrar-lhe uma das direcções, só reforçou, porém, a minha discordância. Porque a dualidade de estatuto do(s) director(es) acabou sempre ou quase sempre por lhe(s) retirar autoridade para reclama(em) ou protagonizar(em) iniciativas editoriais, afinal nunca tomadas, precisamente pela ambiguidade daquele estatuto.*

P - Alguma vez teve situações em que sentiu os CR , como elemento conflituante e entrave aos objectivos da empresa? questionou o seu papel?

R: *Não do CR. Sim de alguns dos seus elementos. Mas essa é uma contingência inerente a todas as formas de organização assentes na discussão livre e na interacção entre os seus membros. Essencial é que tudo se desenvolva com respeito mútuo e aceitação das diferenças, no quadro de um regulamento que tem, como última instância, o plenário da redacção e, quando necessário, a votação por voto secreto. Quando me pareceu que certas posições constituíam entrave a objectivos respeitáveis da empresa, denunciei-os nas instâncias próprias (as reuniões do CR ou plenário da redacção). Algumas vezes as minhas posições venceram, outras foram derrotadas, outras mudei de posição, por reconhecer que me enganara.*

P - Como percepciona o futuro destes mecanismos de autorregulação na era da internet em que proliferam múltiplas formas de comunicação, e o poder económico coloca sérias restrições ao desempenho livre e responsável do trabalho dos jornalistas?. A ineficácia destes mecanismos de autorregulação (Cláusula de Consciência e Conselhos de Redacção) é susceptível de gerar restrições à liberdade interna dos jornalistas, ou autocensura e consequentemente, perigar a democracia e liberdade de expressão?

R: *Tudo isto é possível e, infelizmente, até, provável. Mais uma razão para que os jornalistas organizados lutem contra tal probabilidade. Para bem da dignidade da profissão, esteio essencial de um jornalismo independente, livre, responsável.*

14 - LETRIA, Joaquim - jornalista, docente universitário. Foi director da RTP2. Fundador e Director de vários jornais, (O Jornal, Tal & Qual), Ex-porta-voz da Presidência da República, Autor de programas de Rádio e Televisão, correspondente no estrangeiro de vários órgãos de comunicação social.(3 de Abril 2012)

PERGUNTA - Tendo em conta o atual contexto da comunicação social, como aprecia a eficácia das garantias de independência e cláusula de consciência na proteção dos jornalistas, consagrada constitucionalmente, previstas na lei de imprensa e vertida no Estatuto dos Jornalistas?

RESPOSTA: *O atual contexto da Comunicação Social em geral e da Portuguesa em particular está longe de favorecer a protecção dos jornalistas e a independência do jornalismo praticado, afastando-os da verdade dos factos e dos motivos, causas e consequências que um entrançado de jogos de interesse, políticos e económicos, dita que se publique como melhor convém às partes que acabam por condicionar, a níveis diferentes, jornalistas, hierarquia e empresas, conforme o grau de conveniência.*

P - Na sua experiência, a norma contida no artº 12 do Estatuto dos Jornalistas penaliza o profissional porque lhe coloca uma espécie de “ferrete” em caso de recusa a uma ordem que viole as regras deontológicas, ou à discordância a uma alteração editorial do órgão em que trabalha, obrigando-o a um autodespedimento, justificado? ou antes, admite que funciona como um “travão” a eventuais abusos da entidade patronal à liberdade individual e democrática ? Vê alguma desigualdade na relação jornalista/hierarquia/empresa no que concerne à invocação da cláusula de consciência?

R: - *O artigo 12 funciona nos dois sentidos. É, naturalmente, mais positiva a sua existência do que a sua omissão. Mas pouco ou nada adianta. Apenas transfere para o profissional o ferrete que refere e conduz ao maior cuidado das hierarquias na escolha de quem executa as tarefas que lhes interesse. O ferrete conduz à perseguição laboral e ao afastamento do jornalista com maior preocupação*

deontológica, criando-lhe condições inaceitáveis de trabalho. Por outro lado, o artigo 12 fornece ao jornalista em conflito com a hierarquia e a empresa um mínimo de respaldo em caso de conflito, ainda que a repressão colateral não deixe de ser exercida, retirando ao jornalista qualquer argumento de defesa, enquanto as entidades reguladoras ou de justiça laboral estejam longe de merecerem a confiança que já justificaram.

P - A cláusula vertida na lei portuguesa teve inspiração na francesa de 1935. Apesar de ser reduzido o número de jornalistas, mesmo a nível internacional, que a invocaram, como interpreta o facto de em Novembro de 2011 a União dos Sindicatos Ingleses, ter por unanimidade, solicitado a instituição de uma cláusula idêntica nos contratos de trabalho, na sequência do escândalo das escutas do “World News Journal”?

P - Considera que os Jornalistas têm a convicção de que esta cláusula (na componente garantias de independência e de consciência) é um direito e elemento-pilar da democracia e liberdade de expressão?

R: - *Infelizmente eles sabem que a vida real é outra história e a conhecem todos os dias. No entanto, a maioria, talvez por menosprezar os direitos que os assistem, como pilar essencial da democracia que de facto são, não reflete ou se sente representada na estrutura que a Democracia deve reservar liberdade de expressão e à defesa da Democracia.*

P - O facto de ter sido invocada apenas por meia dúzia de jornalistas desde a sua criação, há pelo menos 30 anos, sugere-lhe democracia ou medos vários?

R: *Sugere-me também ignorância, infelizmente, mas naturalmente que medos vários, como diz e muito bem. A precariedade do emprego, a malha estreita da concentração de empresas de multimédia, a troca de informações entre hierarquias sobre cada jornalista, a valorização negativa dum jornalista “ser problemático” acima do seu valor profissional e da qualidade da sua escrita conduzem a essas consequências. Hoje, há que ter a coragem de o reconhecer, a maioria dos jornalistas portugueses pratica autocensura e sofre de medos vários, para além de ter a consciência de dispor duma vida profissional breve.*

P - A cláusula vertida na lei portuguesa teve inspiração na francesa de 1935. Apesar de ser reduzido o número de jornalistas, mesmo a nível internacional, que a invocaram, como

interpreta o facto de em Novembro de 2011 a União dos Sindicatos Ingleses, ter por unanimidade, solicitado a instituição de uma cláusula idêntica nos contratos de trabalho, na sequência do escândalo das escutas do “World News Journal”?

R: - *A União dos Sindicatos Ingleses é a mais forte e independente força representativa dos trabalhadores desde a Revolução Industrial. Eu próprio pertenci às suas fileiras como membro da NUJ (National Union of Journalists). Ao decidir essa iniciativa, e por unanimidade, foi porque entendeu dever reforçar um seu pilar da maior importância para a Democracia que se revelava enfraquecido pela sua própria conduta e pelo poder das entidades patronais que ameaçando ou corrompendo profissionais os levavam a envolver-se em ações condenáveis, moral e juridicamente.*

P- Como vê o papel dos Conselhos de Redacção e a sua atenção no seio das Redacções a questões éticas e deontológicas, nomeadamente no que respeita ao tratamento de temas complexos da actualidade, como as escutas, a corrupção, o terrorismo, a pedofilia, a pressão das fontes?

R - *Os Conselhos de Redacção deveriam hoje ter um papel de orientação, de acompanhamento, serem didáticos, ajudarem as chefias e patronato nas suas decisões editoriais mais melindrosas. Assim como qualquer órgão de CS responsável não dispensa hoje consultores jurídicos avançados que possam aconselhar a publicação, ou não publicação de certas matérias, de modo a que estas não constituam perigos de difamação, os CRS deveriam acompanhar em permanência a actividade editorial para prevenir abusos em matérias tão sensíveis como as que refere.*

P - Considera que os CR fazem hoje sentido, sobretudo depois da perda do vínculo deliberativo do parecer sobre a nomeação do Director de Informação, em que perderam valor aos olhos da administração das empresas de comunicação social?

R: - *Esse e outros factores enfraqueceram determinantemente os CR . As suas deliberações passaram a ser formalidades que ninguém respeita ou acompanha. A ajudar este processo negativo, alguns membros de CR vêm nessa sua função um discreto instrumento de progressão na carreira, o que os desacredita completamente junto das Administrações e restante entidade patronal.*

P - A inércia ou erosão destes organismos na maior parte dos órgãos de comunicação social , poderá fazer emanar um outro organismo em consonância com as transformações actuais? Ou pelo contrário, os CR devem exercitar e intensificar os seus direitos de participação?

R: *-Seria ideal o poder partir-se para a emanação dum outro organismo, forte e respeitado, mais cativo e consonante com as exigências da vida atual e o momento de transição que a Comunicação Social atravessa, independentemente do suporte e meio. Intensificar os direitos de participação seria um bom princípio e, simultaneamente, uma excelente prática para a reformulação da defesa dos direitos dos jornalistas na sua busca da verdade e sua obrigação democrática de informar.*

P - Da sua experiência como avalia estes organismos dos jornalistas na credibilidade da produção noticiosa, na independência de uma empresa e na confiança do público

R: *- A minha experiência diz-me que o prestígio e confiança num CR raramente ultrapassa as fronteiras da redacção da qual emana. A credibilidade assenta no trabalho que notabiliza um ou outro repórter, em quem o público confia pelo valor, qualidade e coragem dos seus trabalhos, num director que diariamente, através das posições do jornal e dos trabalhos cuja publicação favoreça ou permita, demonstre a sua independência e seriedade e, por fim, nos nomes dos proprietários ou principais acionistas das empresas jornalísticas.*

P - Como analisa hoje a relação entre um Director de Informação na dualidade de intermediário entre a administração de um órgão de comunicação social e o respectivo corpo redatorial?

R: *A sua formulação desta pergunta revelassem querer, aquela que não pode deixar de ser a minha resposta: hoje, um director de informação é alguém preocupado com vendas e audiências e um delegado da administração para resolver problemas dos diferentes sectores gráficos e editoriais dum meio. Nada mais. Ou alguém reconhece um Norberto Lopes, um Augusto de Castro ou um Jean Daniel em algum director de hoje?! Até em Espanha, onde a Imprensa é muito forte, os Cebrian, os Oneto e os Iñigos cederam lugar a gente saída ou ditada pelo marketing e pela falta de memória.*

P - Alguma vez teve situações em que sentiu os CR , como elemento conflituante e entrave aos objectivos da empresa? questionou o seu papel?

R: - *Jamais, quer como membro dum CR, quer como director de Informação. O principal papel dum CR é forçar a negociação. É determinar que se pare ou ande mais devagar e se pense para não se fazer asneira. Às vezes não há tempo, outras vezes é difícil. Mas isso é a democracia a funcionar. Mesmo o patrão a berrar por cima das nossas cabeças também é a democracia a funcionar. Fundamental entender isto. Se não se entende, não vale a pena.*

P - Como percepciona o futuro destes mecanismos de autorregulação na era da internet em que proliferam múltiplas formas de comunicação, e o poder económico coloca sérias restrições ao desempenho livre e responsável do trabalho dos jornalistas?. A ineficácia destes mecanismos de autorregulação (Cláusula de Consciência e Conselhos de Redacção) é susceptível de gerar restrições à liberdade interna dos jornalistas, ou autocensura e consequentemente, perigar a democracia e liberdade de expressão?

R: *Repare-se no número crescente de livros escritos por repórteres que nos seus jornais, TVs ou Rádios não disseram o que vieram contar anos mais tarde. Atente-se nos filmes que surgem! É bom pensar que o jornalismo e a comunicação social atravessam um grave período de transição. Desconhecemos o que vai suceder, como vai ser o futuro do jornalismo e dos jornalistas. Mas, mesmo que seja anos mais tarde, a verdade vem sempre ao de cima, por muito que reescrevam a História. As I e II Guerras Mundiais começam a ser diferentes. As mentiras e a propaganda do Médio Oriente, Guerra Civil de Espanha, a Guerra de Argel já são outras. Estou em crer que para isto não continuar a ser assim, muita coisa mudará com os jornalistas. Mas não sei o quê. Assim como não há um leitor que se ache protegido pelos provedores com que os meios fingem protegê-los, os jornalistas saberão que terão de dar uma volta completa para voltarem a ser respeitados e haver quem neles acredite. (Águas Belas, Brasil, 3 de Abril, 2012)*

15 – MASCARENHAS, Oscar – Jornalista, docente universitário, provedor do leitor, Foi presidente do Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas.

PERGUNTA - Tendo em conta o atual contexto da comunicação social, como aprecia a eficácia das garantias de independência e cláusula de consciência na proteção dos

jornalistas, consagradas constitucionalmente, previstas na lei de imprensa e vertidas no Estatuto do Jornalista?

RESPOSTA: *Uma norma de garantia só é eficaz se for acionada pelo seu titular ou pelos poderes públicos. O simples facto de uma norma “estar lá” pode ter um efeito psicológico de contenção da tentativa de abuso, mas as relações sociais e profissionais integram sempre alguma tensão e conflitualidade, de modo que cada uma das partes contendoras procura forçar ganhos. As garantias existem, mas o jornalista pode perguntar-se: não irei ter uma vitória de Pirro, impondo o respeito pelos meus direitos, mas passando a ser “tomado de ponta” num setor concentracionário em matéria de empregabilidade? Em todo o caso, é melhor a norma “estar lá” do que não existir.*

P - Na sua experiência, a norma contida no art.º 12.º do Estatuto dos Jornalistas penaliza o profissional porque lhe coloca uma espécie de “ferrete” em caso de recusa a uma ordem que viole as regras deontológicas, ou discordância a uma alteração editorial do órgão em que trabalha, obrigando-o a um autodespedimento justificado? Ou antes, admite que funciona como um “travão” a eventuais abusos da entidade patronal à liberdade individual e democrática? Vê alguma desigualdade na relação jornalista/hierarquia/empresa no que concerne à invocação da cláusula de consciência?

R: *Os três primeiros números do art.º 12.º não dizem respeito à cláusula de independência mas sim às condições de independência editorial e à objeção de consciência do jornalista, que lhe permite recusar trabalhos que lhe repugnem os seus valores. Estas normas, nomeadamente as referentes aos dois primeiros números, são frequentemente invocadas pelos jornalistas no seu quotidiano, mesmo que não com a formalidade legal de referir “artigo tal, número tal”. Já a norma de um jornalista não ver “sequestrado” um seu trabalho para publicação diversa daquela para quem o produziu é de aplicação mais coletiva, nomeadamente através dos conselhos de redação, delegados e dirigentes sindicais.*

A chamada “cláusula de consciência” é regulada a partir do nº 4 do art.º 12.º. É uma norma de garantia mas de muito difícil aplicação, principalmente porque a orientação anunciada dos órgãos de informação é tão genérica – respeito pelas

liberdades, pelo pluralismo, etc. – que dificilmente se conseguirá encontrar uma “alteração profunda”.

P - Considera que os jornalistas têm a convicção de que esta cláusula (na componente garantias de independência e de consciência) é um direito e elemento-pilar da democracia e liberdade de expressão?

R: *Não têm essa consciência, mas também entendo que a “cláusula de consciência” não é a maior garantia, mas a possibilidade de invocar a objeção de consciência, prevista no nº 1 do art. 12.º.*

P - O facto de ter sido invocada apenas por meia dúzia de jornalistas desde a sua criação, há cerca de 40 anos, sugere-lhe democracia ou medos vários?

R: *Há duas razões para não ter sido mais invocada essa cláusula: a primeira, já atrás referida, que diz respeito à dificuldade de provar ter havido “alteração profunda” à linha editorial: as direções mudam e não alteram os estatutos editoriais. A segunda tinha a ver com as dificuldades práticas de implementação da cláusula: quando ela foi colocada na lei, não estava suficientemente regulamentada, o que obrigava o jornalista a ter de arriscar o emprego a troco de nada (sem indemnização) se, depois de se demitir invocando a cláusula, o tribunal não reconhecesse ter havido “alteração profunda”. A norma atual contém mais defesas para os jornalistas, não os deixando “pendurados”. Mas entram outros fatores em conta, nomeadamente a avaliação das possibilidades no mercado de trabalho.*

P - A cláusula vertida na lei portuguesa teve inspiração na francesa de 1935. Apesar de ser reduzido o número de jornalistas, mesmo a nível internacional, que a invocaram, como interpreta o facto de, em novembro de 2011, a União dos Sindicatos Ingleses, ter por unanimidade, solicitado a instituição de uma cláusula idêntica nos contratos de trabalho, na sequência do escândalo das escutas do “World News Journal”?

R: *A inspiração francesa é a inspiração republicana, de um tempo em que os jornais tinham orientações definidas e frequentemente opostas às de outros. Na democracia portuguesa, a tendência para o pluralismo dentro do mesmo órgão esbateu a força das orientações editoriais mais sectarizadas (nem O Diário, ou o Portugal Hoje diziam,*

nos seus estatutos editoriais, defender o comunismo ou o socialismo...). Provavelmente isso também terá acontecido em França. O aparecimento da reivindicação dos jornalistas ingleses tem a ver com a concepção anglo-americana de liberdade de imprensa e de informação: nestes países, a liberdade de imprensa e de informação não é do jornalista, mas do órgão de informação, isto é, do proprietário do órgão de informação. Este tem o direito de constituir um órgão de informação para nele escrever o que quer, contratando jornalistas para escreverem o que ELE quer: os jornalistas não podem invocar censura, porque o texto não é deles, é de quem contratou a força de trabalho. (Pode invocar objeção de consciência, mas tudo depende da relação de forças na redação.) Se o jornalista não gosta, que se mude – é o sistema anglo-americano – e que funde ele próprio o seu jornal. Como os órgãos de informação têm estado a mudar de mãos mais rápida e radicalmente do que antigamente, os jornalistas ingleses estão a tentar criar uma defesa para a sua necessidade de se mudarem por discordância em relação ao projeto editorial do novo patrão.

P - Como vê o papel dos Conselhos de Redação e a sua atenção no seio das Redações a questões éticas e deontológicas, nomeadamente no que respeita ao tratamento de temas complexos da atualidade, como as escutas, a corrupção, o terrorismo, a pedofilia, a pressão das fontes?

R: *Já os vi mais ativos em defesa de valores e das garantias dos jornalistas. Hoje em dia tenho excessivas informações de conselhos de redação que se perpetuam alapados, defendendo privilégios próprios, aceitando constituir-se em núcleos de sabotagem de diretores que não controlam e até em tropa de perseguição a camaradas jornalistas. Espero que os tempos mudem.*

P - Considera que os CR fazem hoje sentido, sobretudo depois da perda do vínculo deliberativo do parecer sobre a nomeação do Diretor de Informação, em que perderam valor aos olhos da administração das empresas de comunicação social?

R: *Apesar de tudo o que disse na resposta anterior, continuo a entender que os Conselhos de Redação são indispensáveis. Mas os usos e abusos levam-me a considerar que os poderes vinculativos dos conselhos de redação devem ser refreados. É o que me diz a experiência.*

P - A inércia ou erosão destes organismos na maior parte dos órgãos de comunicação social, poderá fazer emanar um outro organismo em consonância com as transformações atuais? Ou pelo contrário, os CR devem exercitar e intensificar os seus direitos de participação?

R: *Como disse, eu manteria os conselhos de redação, mas reforçaria o papel do Sindicato nas redações. O Sindicato é menos atreito às pressões internas e do quotidiano – e às ambições ocultas de certos representantes eleitos nas redações.*

P - Da sua experiência como avalia estes organismos dos jornalistas na credibilidade da produção noticiosa, na independência de uma empresa e na confiança do público?

R: *Volto ao mesmo: quando bem utilizados e geridos por verdadeiros militantes do jornalismo (e não das suas próprias ambições de carreira), são uma glória para os órgãos de informação.*

P - Como analisa hoje a relação entre um Diretor de Informação na dualidade de intermediário entre a administração de um órgão de comunicação social e o respetivo corpo redatorial?

R: *É esse o seu papel. Partilha a direção estratégica da empresa, mas assegura a independência editorial e o exercício ético dos jornalistas. É uma tarefa para eleitos. Que rareiam.*

P - Alguma vez teve situações em que sentiu os CR , como elemento conflituante e entrave aos objetivos da empresa? Questionou o seu papel?

R: *Como se percebe pela amargura das respostas anteriores, já. E muito lamento. (E nunca fui diretor, nem tive cargos de chefia, exceto episodicamente por cinco meses no Jornal do Fundão, onde fui “editor executivo” de seis dedicados jornalistas, a quem exigi que criassem um Conselho de Redação e com isso passei a ser olhado de esquelha por um pobre contabilista fardado à pressa de administrador...)*

P - Como percepciona o futuro destes mecanismos de autorregulação na era da Internet em que proliferam múltiplas formas de comunicação, e o poder económico coloca sérias restrições ao desempenho livre e responsável do trabalho dos jornalistas? A ineficácia destes mecanismos de autorregulação (Cláusula de

Consciência e Conselhos de Redação) é suscetível de gerar restrições à liberdade interna dos jornalistas, ou autocensura e conseqüentemente, perigar a democracia e liberdade de expressão?

R: *Não é aí que antevejo os perigos. Os inimigos próximos (já presentes) a enfrentar são a pressa informativa, ausência de confirmação, velocidade de circulação e de penetração do boato, a possibilidade de manipulações gigantescas por parte de poderes públicos, os blogues de spin doctors partidários e governamentais para intoxicar, estigmatizar e envenenar, a invasão da intimidade e da privacidade, a degenerescência da linguagem enquanto veículo social de comunicação, a participação espontânea e irresponsável do público na produção noticiosa, desrespeito pelos direitos de autor, plágios e piratarias feitos no reino do anonimato.*

17 – MELO, António – Jornalista do jornal “Público” – CR

PERGUNTA - Tendo em conta o atual contexto da comunicação social, como aprecia a eficácia das garantias de independência e cláusula de consciência na proteção dos jornalistas, consagrada constitucionalmente, previstas na lei de imprensa e vertida no Estatuto dos Jornalistas?

RESPOSTA: *Apesar da polémica que se estabeleceu em torno da revisão do Estatuto do Jornalista, creio que constitucionalmente os direitos de independência e responsabilização social da profissão de jornalista foram garantidos, sobretudo por se ter atualizado o contexto em que ele vigorava.*

O jornalista passa a poder exercer um poder de vigilância sobre a sua produção jornalística para lá do órgão com o qual tem um vínculo contratual. É o que deixa claro o novo artº. 3º, particularmente importante numa paisagem informativa em que a tendência é para a formação de grupos multimédia, com vários órgãos sob a mesma direção empresarial [Os jornalistas têm o direito de se opor à publicação ou divulgação dos seus trabalhos, ainda que não protegidos pelo direito de autor, em órgão de comunicação social diverso daquele em cuja redação exercem funções, mesmo que detido pela empresa ou grupo económico que se encontrem

contratualmente vinculados, desde que invoquem, de forma fundamentada, desacordo com a respectiva orientação editorial.]

P - Na sua experiência, a norma contida no artº 12 do Estatuto dos Jornalistas penaliza o profissional porque lhe coloca uma espécie de “ferrete” em caso de recusa a uma ordem que viole as regras deontológicas, ou à discordância a uma alteração editorial do órgão em que trabalha, obrigando-o a um autodespedimento, justificado? Ou, antes, admite que funciona como um “travão” a eventuais abusos da entidade patronal à liberdade individual e democrática? Vê alguma desigualdade na relação jornalista/hierarquia/empresa no que concerne à invocação da cláusula de consciência?

R: *São várias perguntas. Antes de mais, é óbvio que há desigualdade na relação empregador/empregado. Por isso é que há um Estatuto do Jornalista que tende a regular as relações entre o patronato e o jornalista. Recordo, a propósito, que na década de 1980 o então proprietário do Correio da Manhã, atual diretor do ACP, defendia um modelo de liberdade empresarial segundo o qual competia à entidade patronal conferir o título profissional, dado que era sobre ela que recaía a responsabilidade civil e penal em caso de litígio nos tribunais.*

Quanto à dicotomia ferrete/travão trata-se de um assunto que tem uma parte objetiva e outra subjetiva. É, de certa maneira, um problema-tipo de relações de inquilinato ou de condomínio. A situação preferível é a da boa vizinhança.

Mas não esquivo a resposta. Numa redação deve haver uma relação hierárquica, com papéis bem definidos, que, de resto, os estatutos remuneratórios se encarregam de estabelecer. Mas há, ao mesmo tempo, uma ordem funcional, que não pode ser ignorada pelo editor/diretor nem pelo jornalista. O processo de feitura de um jornal, seja ele impresso, radiofónico ou televisivo, tem imperativos de tempo que obrigam a decisões em cima da hora, o que significa decisões individuais – o que se chama de «chefia».

Foi por isso que se separaram os poderes de intervenção na feitura do jornal. Compete aos «chefes» o alinhamento ou paginação, a titulação e os destaques, o que não impede que o jornalista não deixe a sua sugestão. Em contrapartida o

conteúdo da peça recai por inteiro no jornalista, que, por isso, deve discutir a sua feitura com o editor ou com um camarada de redação, a fim de confrontar pontos de vista.

A parte subjetiva, por definição, é mais difícil de caracterizar. Tem a ver com aspetos temperamentais, de personalidade e carreiras pessoais, o que nem sempre se manifesta de uma forma correta e civilizada, embora deva ser essa a forma correta de inter-relacionamento.

Por isso, quando o litígio se instala na subjetividade relacional a solução da dicotomia ferrete/travão é impossível. Umas vezes, na maioria, o poder do «chefe» impõe-se sobre o do «subordinado», algumas vezes a personalidade do jornalista impõe-se ao «chefe» e, nesse caso, há demissão, a prazo, do chefe ou, a prazo ou no imediato, o afastamento do jornalista.

Fica a relação objetiva, que é geralmente de tipo empresarial e, nesse caso, a solução mais comum e correta é a da rescisão por mútuo acordo. Nos casos em que assim não puder ser, aplique-se a lei e ela existe.

P - Considera que os Jornalistas têm a convicção de que esta cláusula (na componente garantias de independência e de consciência) é um direito e elemento-pilar da democracia e liberdade de expressão?

R: *Creio que têm, mas também sabem que no interior de uma redação as relações de interdependência são muito fortes. Julgo que todos sabem que a independência e a isenção são atributos fundamentais da profissão e atentar contra eles permite invocar a o direito de objeção de consciência. Mesmo os que nunca leram o Código Deontológico, quanto mais o Estatuto do Jornalista, sabem que é assim. Daí a exercer na plenitude a defesa do «elemento-pilar da democracia e liberdade de expressão» vai um passo que muito pouco damos. Convém dizer, porém, que na maioria das redações reina o bom senso, apesar da loucura aparente que quem vem de fora julga por lá ver.*

P - O facto de ter sido invocada apenas por meia dúzia de jornalistas desde a sua criação, há pelo menos 30 anos, sugere-lhe democracia ou medos vários?

R: *Creio já ter respondido.*

P - A cláusula vertida na lei portuguesa teve inspiração na francesa de 1935. Apesar de ser reduzido o número de jornalistas, mesmo a nível internacional, que a invocaram, como interpreta o facto de em Novembro de 2011 a União dos Sindicatos Ingleses, ter por unanimidade, solicitado a instituição de uma cláusula idêntica nos contratos de trabalho, na sequência do escândalo das escutas do “World News Journal”?

R: *Pois, em casa de ferreiro, espeto de pau. Quem havia de dizer que foi no país da autorregulação que havia de rebentar tamanho escândalo? Na realidade, quem seguia o modelo da imprensa dos escândalos, sabia de há muito que aquele era um território de onde há muito desaparecera o crédito jornalístico. O modelo é muito antigo, havia a expressão brasileira que dizia que eram os jornais que quando você os exprimia eles deitavam sangue. O que dá agora não é o sangue, mas o escândalo dos grandes deste mundo. De resto, passou a haver uma outra denominação para este tipo de produtos, que só na formatação podem designar-se de jornais, que é o a de imprensa people.*

Para bem do jornalismo inglês resta-nos recordar que o fim da forma extrema desta devassa pública da vida privada se fez através do jornalismo, no caso vertente tendo o Guardian à cabeça.

P - Como vê o papel dos Conselhos de Redação e a sua atenção no seio das Redações a questões éticas e deontológicas, nomeadamente no que respeita ao tratamento de temas complexos da atualidade, como as escutas, a corrupção, o terrorismo, a pedofilia, a pressão das fontes?

R: *A grande questão não é a «atenção» dos Conselhos de Redação (CR), infelizmente é que eles não existem na maioria das redações. Onde existem sempre constituem uma referência e uma instância de arbitragem dos desvios populistas, até porque o diretor é, por inerência, também o presidente do CR.*

Creio que o Estatuto do Jornalista confere direito de intervenção ao CR, já houve tempos em que esses poderes eram mais amplos, mas continuam a existir. O problema é não haver obrigatoriedade de existência dos CR.

P - Considera que os CR fazem hoje sentido, sobretudo depois da perda do vínculo deliberativo do parecer sobre a nomeação do Diretor de Informação, em que perderam valor aos olhos da administração das empresas de comunicação social?

R: *Creio já ter respondido.*

P - A inércia ou erosão destes organismos na maior parte dos órgãos de comunicação social, poderá fazer emanar um outro organismo em consonância com as transformações atuais? Ou pelo contrário, os CR devem exercitar e intensificar os seus direitos de participação?

R: *Os CR devem funcionar, ponto final. Estar a criar novos organismos é deitar poeira ao vento. De resto há exemplos muito concretos de CR que funcionam e levam a sua voz à opinião pública e até ao parlamento.*

P - Da sua experiência como avalia estes organismos dos jornalistas na credibilidade da produção noticiosa, na independência de uma empresa e na confiança do público?

R: *Creio já ter respondido.*

P - Como analisa hoje a relação entre um Diretor de Informação na dualidade de intermediário entre a administração de um órgão de comunicação social e o respetivo corpo redatorial?

R: *Um diretor resulta sempre da nomeação de uma instância patronal, mesmo nos casos em que o órgão de comunicação social é propriedade de uma sociedade de redatores. Ele tem funções concretas e um estatuto que o tornam, em primeira linha, responsável pelo êxito comercial do produto jornalístico, êxito avaliado pela entidade patronal, não pelos jornalistas da redação. Por isso, o diretor de informação, designação atual para o que no século XX era chefe de redação, tem que ter um duplo controlo – o do patronato, que o nomeia, mas também o da redação, que o aceita.*

P - Alguma vez teve situações em que sentiu os CR, como elemento conflituante e entrave aos objetivos da empresa? Questionou o seu papel?

R: *Nunca tive funções diretivas, por isso não sei como responder, a não ser na perspetiva do «outro» lado. Nesse sentido, sempre vi os CR como elemento estabilizador dentro das redações.*

P - Como percepciona o futuro destes mecanismos de autorregulação na era da internet em que proliferam múltiplas formas de comunicação, e o poder económico coloca sérias restrições ao desempenho livre e responsável do trabalho dos jornalistas? A ineficácia destes mecanismos de autorregulação (Cláusula de Consciência e Conselhos de Redação) é susceptível de gerar restrições à liberdade interna dos jornalistas, ou autocensura e consequentemente, perigar a democracia e liberdade de expressão?

R: *Creio, como atrás deixei dito, que o Estatuto prevê a possibilidade do jornalista manter um «droit de regard» sobre a migração dos seus textos jornalísticos. Quanto à ineficácia dos sistemas de autorregulação, preferia não os confundir com os CR, que têm existência legal, com competências definidas.*

Sobre a autocensura, esse é um problema que o jornalista que o é tem de ultrapassar sempre que redige uma notícia ou faz uma reportagem. O resto são níveis maiores ou menores de exigência democrática por parte das sociedades.

19 – PEREIRA, Horácio Serra – Advogado do Sindicato dos Jornalistas, negociador na maior parte das contratações coletivas (depoimento sobre a cláusula de consciência).

Pergunta - A Cláusula de Consciência do Jornalista faz hoje sentido ? *A cláusula de consciência é uma emanção da independência do jornalista, de acordo com o que defende, os seus valores. O jornalista tem independência na seleção da informação e no tratamento. Agora foi afetada com a alteração do artigo 7º e 7 b do EJ, quando se diz que o director pode alterar aquilo que o jornalista escreve”.*

Por Exemplo: Você escreve para um jornal, imagine o Jornal de Notícias. Fez um trabalho para o JN e amanhã a entidade põe o seu artigo no 24 horas. Aqui há uma limitação da cláusula de consciência. O jornalista tem o direito a dizer eu não quero o meu nome associado a outra opção editorial. A entidade empregadora pode...Basta que o órgão de informação ou a empresa pertença a um grupo ...

Qual a dimensão da cláusula de consciência? *a independência é prévia. É um direito fundamental do jornalista que se desdobra na cláusula de consciência concreta, ou seja, eu não posso ser constrangido. Isto traduz-se num direito de desobediência.*

Há também a recusa de ordens de natureza editorial. A independência que é a pedra basilar do jornalista, um conceito geral que depois tem três vertentes: a independência e autonomia profissional, a cláusula de consciência e o direito de não cumprir ordens estranhas à profissão.

Porque tão poucos a invocaram? *Tem medo, claramente. Houve um período, antes das transformações do anos 80, em que havia maior reconhecimento dos direitos dos jornalistas. Não havia coragem de os pôr em causa. Mas a mudança de critérios editoriais, escolha do campo noticiável e da forma de o fazer...os processos modificaram-se, os interesses na seleção eleitoral também e o conceito de serviço público. Se calhar não há serviço público, nem na rádio e televisão isso se verifica.*

O conceito de independência nasce como meio contra a censura política e administrativa e todas as suas vertentes e pelos próprios jornalistas. Alguns diretores e chefes de redação defendiam também os valores da independência. Não queriam que houvesse intervenção dos conteúdos. Eles diziam para mal já chega o lápis azul.

O jornalismo só faz sentido, se conseguir uma esfera de autonomia que lhe permita com rigor, objectividade e honestidade, a verdade das coisas. Tem de partir do princípio da liberdade de expressão.

Há erosão de tudo isso? *O objecto de informação, a forma de comunicar, a rapidez com que se comunica também veio acelerar a descaracterização. Há a ideia que a internet têm as soluções todas garantidas. Mas, quando o jornalista não passa da cadeira e do tampo do computador, algo se transformou. Isto e os novos valores que estão a ser transmitidos nas novas gerações. A minha ideia é que vai desaparecer a profissão de jornalista. Já há dez, quinze anos, anos que ouvia falar dos produtores de conteúdos, uma pessoa que faz tão bem um acto publicitário como faz jornalismo. É tão bom que consegue separar as águas. Mas o facto é que a informação jornalística hoje está colorida com outras coisas que não a informação.*

Há desmotivação dos jornalistas? *A cláusula faz sentido. Se os jornalistas assumissem estes valores e dissessem que era a única forma que seria defendê-los até ao limite, É um serviço publico destinado à causa pública e plena informação dos cidadãos. Isso á importantíssimo. Faria sentido. Mas hoje não há capacidade de elevar as pessoas, Não há condições....O editor pode transformar o que eu escrevi com sangue suor e lágrimas... e depois altera o texto...transforma-o... Isso devia levantar os jornalistas em peso. Se não se luta contra isso ou se não e cria condições de trabalho...é uma coisa desastrosa.*

Recordo-me de um caso que se passou no Diário de Lisboa, onde a censura do regime obrigou ao despedimento de um jornalista. O chefe de redação e a sua equipa, disse que se o referido jornalista fosse despedido, todos fariam greve e o jornal não saia. E ele ficou.

Hoje isso não seria possível? *Hoje os jornalistas estão mais isolados. Assim que recebem proposta para irem embora, ficam ostracizados. Uma jornalista disse-me que o que mais lhe doía, além da própria dispensa, é que duas colegas com quem habitualmente ia almoçar, já nem lhe falavam...e isto é em todas as empresas.*

A relação do DI com os jornalistas também mudou? *Mudou. Isto é também uma limitação à liberdade de informação. Porque a ideia que preside à Direção de Informação é criar um corpo de profissionais imunes a invasões externas, nomeadamente como manda a CRP, defender a liberdade em relação ao poder económico e outros. Para não haver esta intromissão taxativa o legislador criou uma espécie casulo e nomeou um responsável que responde perante os abusos. Não é o conselho de administração que vai a tribunal, mas o director. Ele é a cabeça desse corpo profissional que existe, cujo objectivo de facto é de dar informação de interesse público. O diretor devia ser o último muro de defesa dos jornalistas perante os outros poderes políticos, económicos. Isso funciou durante algum tempo. Com estas mudanças, com este novo paradigma, inverteu-se posição do director. O director anda a responder perante os outros e a fazer a guerra perante os jornalistas e os jornalistas em vez de terem um director, um aliado, têm um inimigo.*

Ele hoje tem mais responsabilidades. Acha que a deliberação vinculativa devia regressar?. *O estatuto editorial determina as balizas. Não se pode confundir a*

Direção de um órgão de administração, com um órgão de administração. Isto é a negação da independência. Já aconteceu no jornal Público. O jornalista tem de ser um mediador, mais que um selecionador de conteúdos. Tem de ter valores: eu vou cingir-me à informação essencial por uma boa cidadania!

Perante a inércia e o vazio pode emanar uma outra coisa ? *tudo vai depender das transformações que se fizerem ao nível da política editorial. Se a tendência é a despersonalização da informação desta forma de selecionar e tratar a informação elaborar peças anódinas. A informação passa a ser despersonalizada.*

E os Conselhos de Redação descuidaram os seus deveres? *Os conselhos de redação, são um direito constitucional. Tem as suas competências. A liberdade de imprensa, valor fundamental, suporta-se com o único órgão que coadjuva a Direção de Informação na produção de consensos. Interessa ao jornalista e à empresa, mas as pessoas acomodam-se....(SP/OL)*

**RANGEL, Rui – juiz desembargador do Tribunal da Relação de Lisboa.
Comentador. Depoimento por escrito em 02/7/2012.**

O artº 12º nº 4 do Estatuto dos Jornalistas, atendendo à ausência de regras, à forma, como hoje, se faz jornalismo em Portugal, ao bloqueio das várias sensibilidades económicas, que têm o monopólio da generalidade dos órgãos de comunicação social, à perda de qualidade do serviço prestado, à ineficácia e inutilidade da ERC e à existência de uma consciência do medo, tornou-se uma norma vazia, oca e sem sentido. A realidade do jornalismo que se faz demonstrou de forma inequívoca a inutilidade e a falta de sentido deste preceito legal.

A “cláusula de consciência” revelou-se, naturalmente, ineficaz, devido ao medo na sua invocação, da parte do jornalista, que tem receio de perder o emprego para a vida, porque quem a invoca não perde, em concreto, o emprego, só

naquele órgão de comunicação específico, perde em todos os outros. O estigma generaliza-se e atravessa as paredes de vidro de todos os restantes órgãos.

A perseguição aos hereges da consciência tem consequências gravíssimas nesta democracia e neste Estado de Direito de papel.

Pouco adianta estar consagrado na lei essa possibilidade que dá a liberdade ao jornalista de reagir contra o desempenho de tarefas profissionais que sejam contrárias ao seu estatuto profissional e ao Código Deontológico.

O pior para a harmonização, o respeito e a responsabilidade de um sistema jurídico, não é não existir previsão normativa. É existir e não ser eficaz, por medo de consciência de ser perseguido e de perder o emprego.

É devastador para a qualidade da democracia e para o Estado de Direito.

E nunca se deve confundir a invocação da “cláusula de consciência” com as regras de lealdade devidas numa relação hierárquica.

Ambas podem e devem coexistir, sem que tal represente o sacrifício ou o total esmagamento de uma em detrimento da outra.

Só por má consciência ou má fé é possível fazer essa confusão.

O exercício de consciência que se confere ao jornalista, é uma garantia de um direito fundamental dos jornalistas previsto, também, no artigo 22º ali d) da Lei de Imprensa (Lei 2/99 de 13 de Janeiro) e no artigo 38º nº 2 ali b) da Constituição.

Como valor superior esta “cláusula de consciência”, é a salvaguarda do direito dos cidadãos a uma informação livre, com transparência, responsável, rigorosa e verdadeira.

Mas tão grave como o medo é a cobardia. O jornalista, que vive, em sistema precário, com recibos verdes, está num colete-de-forças, que lhe tolhe a alma e o pensamento. Vive num sistema apertado que lhe quebra a espinha, por razões socioeconómicas, pondo em crise esta profissão que é nobre e que tanta falta faz a uma democracia esclarecida.

De facto, o que sobressai, entre nós, é uma cultura do medo socioeconómico que já capturou a política.

O medo é um vírus perigoso, de alto contágio, que só pode ser combatido com coragem e determinação.

O medo de existir, de pensar, de ter consciência tomou conta de nós. Temos pouco amor aos direitos fundamentais.

A ética de convicção e de responsabilidade de que nos dá conta Max Weber ou imperativo categórico de Kant, com a ética da consciência, a ética do exemplo e a ética das virtudes, deviam voltar a ser revisitados.

Talvez assim os valores fundamentais e o indivíduo, enquanto pessoa na sua plena dignidade humana, passassem, de novo, para o centro do debate, deixando cair o lixo tóxico do mercado, do sistema financeiro, das empresas de rating, que prenderam a democracia e o sistema político.

Porventura o Estatuto do Jornalista e o seu Código Deontológico, estão ultrapassados e desenquadrados desta nova era, onde o indivíduo, o cidadão, não é mais do que um simples número estatístico.

É esta a minha opinião sobre a “cláusula de consciência”. (Rui Rangel)

20 - RIBEIRO, Luisa - jornalista, investigadora, Chefe de Redação, da Agência Lusa, Editora, Foi Conselho de Redação da ANOP em (02/05/2012)

PERGUNTA - Tendo em conta o atual contexto da comunicação social, como aprecia a eficácia das garantias de independência e cláusula de consciência na proteção dos jornalistas, consagrada constitucionalmente, previstas na lei de imprensa e vertida no Estatuto dos Jornalistas?

RESPOSTA: *Nenhuma independência, isenção ou capacidade de escolha podem ser exercidas por jornalistas ou aspirantes a sê-lo, em situação de ilegalidade e*

dependência económica ou política nos seus empregos ou locais de trabalho, e sem informação (devida ou pedida) sobre os seus direitos e deveres, nos campos ético e deontológico. Em casa onde não há pão, todos ralham e ninguém tem razão... Os jornalistas estão mais desprotegidos do que nunca, a despeito do consagrado na Lei. O empresariado do sector perdeu por completo o Norte, há muito que não procura exercer Jornalismo mas assumiu-se, erroneamente e espero que apenas por incompetência, como indústria mediática, servindo interesses que nada têm a ver com a missão do Jornalismo.

P - Na sua experiência, a norma contida no artº 12 do Estatuto dos Jornalistas penaliza o profissional porque lhe coloca uma espécie de “ferrete” em caso de recusa a uma ordem que viole as regras deontológicas, ou à discordância a uma alteração editorial do órgão em que trabalha, obrigando-o a um autodespedimento justificado? ou antes, admite que funciona como um “travão” a eventuais abusos da entidade patronal à liberdade individual e democrática ? Vê alguma desigualdade na relação jornalista/hierarquia/empresa no que concerne à invocação da cláusula de consciência?

R: *Nenhuma norma abrangendo os Jornalistas pode sobrepor-se à sua consciência e éticas – aqui entendidas nos planos pessoal e profissional. Como em tudo na sua vida, um jornalista tem que saber e poder dizer não – e viver com as consequências disso. O jornalista não é vítima das suas escolhas, toma-as e vive com elas. Antes de emprego, e por ironia é atualmente e mais do que nunca um emprego de extrema de má qualidade, o jornalismo é uma profissão. Imagino que nos esquecemos disso neste percurso.*

P - Considera que os Jornalistas têm a convicção de que esta cláusula (na componente garantias de independência e de consciência) é um direito e elemento-pilar da democracia e liberdade de expressão?

R: *Se assim não for, não vivem em cidadania e em democracia, com os seus riscos associados, e, definitivamente, escolheram mal a profissão. Esta é acima de tudo uma profissão de fé nos princípios do Jornalismo, em direitos mas sobretudo em deveres.*

P - O facto de ter sido invocada apenas por meia dúzia de jornalistas desde a sua criação, há pelo menos 30 anos, sugere-lhe democracia ou medos vários?

R: *Talvez, e felizmente, tenha havido só meia dúzia de casos em que a cláusula devia ter sido invocada... Uma vez, fui destacada para cobertura de uma conferência de imprensa por entidade por quem tinha a maior repulsa e que nem era a minha área preferencial de trabalho. Pedi para o não fazer, invocando esse facto. Não havia mais ninguém no momento, era uma questão de urgência para não se falhar a agenda, disseram-me. Ative-me às regras elementares (os sempre úteis “quês”...) e lá redobrei todo o meu sentido de crítica e análise do texto obtido (o caso nem era particularmente interessante. Pelo que me lembro foi coisa de rotina e uso da imprensa para autopromoção, em que o meu maior défice foi arrancar para a cobertura sem muita informação actual mas muitas convicções minhas). Fiz a “notícia perfeita” tecnicamente, levou x vezes o tempo necessário para ver e rever e detectar uma letra que não fosse necessária, um termo que pudesse significar algo implícito... Fiz autocensura, na realidade, para prevenir qualquer crítica de índole subjectiva e pessoal ao objecto da notícia. Imagino o desconforto em caso paralelo, sobretudo se o profissional não tiver a que se ater ou do que se valer, ou a quem pedir conselho, no quadro actual de exercício da profissão – se quiser ou precisar de invocar objecção de consciência.*

P - A cláusula vertida na lei portuguesa teve inspiração na francesa de 1935. Apesar de ser reduzido o número de jornalistas, mesmo a nível internacional, que a invocaram, como interpreta o facto de em Novembro de 2011 a União dos Sindicatos Ingleses, ter por unanimidade, solicitado a instituição de uma cláusula idêntica nos contratos de trabalho, na sequência do escândalo das escutas do **“World News Journal”**?

R: *Creio que qualquer código ético e deontológico, para não falar das regras técnicas básicas, abrange a maioria das situações em que um jornalista exerce o seu mester. A autorregulação foi, desde sempre e até ao abastardamento e proliferação de “géneros jornalísticos” e falência económica da “indústria dos media”, porque insatisfatória e incompetente, a maior e mais forte vertente de vigilância na profissão. Ao perder-se a tarimba, a memória das redações, perdeu-se a massa crítica*

do histórico da Redacção, das experiências e das lições aprendidas – e creio que tal foi feito sistémica e deliberadamente, pelo menos a partir de certo ponto.

A necessidade de codificação e legislação decorre, atualmente, da vulgarização dos media, da universalização e uso abusivo dos termos reconhecidos como significando Jornalismo. Somente ao jornalista encartado pode ser imputada a responsabilidade do exercício da profissão, e daí, talvez, a necessidade de o destacar na panóplia de quantos navegam na “produção de conteúdos” mediáticos.

Por outro lado, entidades determinadas por interesses políticos ou outros igualmente obscuros e difusos visam, sem cessar, a coarctação da plena liberdade de escolha e exercício do Jornalismo na plena acepção da palavra. Uma imprensa plena e livre, de profissionais livres e independentes, é um perigo e um risco indeterminado para quem preveja ou deseje o controlo da opinião pública.

P - Como vê o papel dos Conselhos de Redacção e a sua atenção no seio das Redacções a questões éticas e deontológicas, nomeadamente no que respeita ao tratamento de temas complexos da actualidade, como as escutas, a corrupção, o terrorismo, a pedofilia, a pressão das fontes?

R: *Os Conselhos de Redacção, à falta do poder vinculativo dos seus pareceres, podem e devem ser apenas uma expressão da consciência da Redacção, por deliberação do seu próprio grupo, se necessário depois de ouvido o colectivo da Redacção e, eventualmente, se tal se justificar, de outros trabalhadores da empresa.*

São um colectivo de jornalistas, cujo parecer é, tecnicamente, apenas balizado nos seus conhecimentos internos e raramente, presumo, com saberes para se pronunciar sobre questões que não sejam do seu conhecimento na ordem ética e deontológica da profissão. Devem poder recorrer, para bem das suas redacções, a pareceres técnicos ou jurídicos externos em caso de necessidade. Pergunto-me se alguma vez um CR sentiu necessidade ou pôde fazê-lo, a bem do seu parecer abalizado. O descrédito dos CR resultará, em meu entender, da politização da sua função e da banalização dos seus pareceres sobre questões espúrias.

P - Considera que os CR fazem hoje sentido, sobretudo depois da perda do vínculo deliberativo do parecer sobre a nomeação do Director de Informação, em que perderam valor aos olhos da administração das empresas de comunicação social?

R: *Sempre. Um CR pode, em caso extremo, ser o repositório de todas as questões que os jornalistas de um determinado órgão se colocam – e, para usar a norma, os representarem se tal situação se puser. Os seus membros devem ser eleitos em liberdade e consciência e também com esse objectivo, a representação do colectivo, para uso doméstico e eventualmente externo.*

P - A inércia ou erosão destes organismos na maior parte dos órgãos de comunicação social, poderá fazer emanar um outro organismo em consonância com as transformações actuais? Ou pelo contrário, os CR devem exercitar e intensificar os seus direitos de participação?

R: *Por força das situações em que a classe e as redacções vivem, os CR só podem almejar a ser a consciência do seu colectivo. Tudo o resto, poderão ser ou representar manobras de bastidor e concertação política.*

P - Da sua experiência como avalia estes organismos dos jornalistas na credibilidade da produção noticiosa, na independência de uma empresa e na confiança do público? A cláusula figura em todos os contratos de trabalho?

R: *Creio que os CR nada podem ter a ver com a produção jornalística, a menos que se trate de criticar ou fazer refletir sobre o que de mal se faz – na sua redacção ou noutra, potencialmente um caso exemplar a requerer reflexão e debate internos. Talvez o possa ser também, mas vejo os CR não como preferencialmente órgãos de antecipação mas sim reactivos normalmente, de reflexão sobre a vida da Redacção. E, à partida, não lhe compete lidar com o público, mas sim com a sua redacção e profissionais. Será de projecção externa se tiver que representar a sua redacção – e só imagino isso em caso extremo, porque a representação de uma redacção tem uma linha hierárquica própria.*

P - Como analisa hoje a relação entre um Director de Informação na dualidade de intermediário entre a administração de um órgão de comunicação social e o respectivo corpo redatorial?

R: *Sempre foi esse o seu papel, mais ou menos complacente, mais ou menos actuante em defesa dos interesses de um dos lados, conforme a sua consciência ou habilitações. Prefiro pensar nos DI exemplares, que servem de almofada às investidas da administração contra a redacção. Tive-os de todos os géneros mas de algum modo sinto saudade da imagem do DI jornalista, sabedor, bom diplomata e autoridade na mediação do que é próprio pelas normas do Jornalismo. Mas acendi a candeia e ando desde há muito à procura de um protótipo.*

P - Alguma vez teve situações em que sentiu os CR , como elemento conflituante e entrave aos objectivos da empresa? questionou o seu papel?

R: *Não, mas dei por intervenções mais políticas do que “jornalísticas”. Fiz parte de CR em tempo de poder vinculativo e com intervenções externas, em nome de redacção ameaçada pelo Poder. Mas o poder do CR era nominal e quase romântico, dinheiro e política determinaram a via a seguir.*

P - Como percepciona o futuro destes mecanismos de autorregulação na era da internet em que proliferam múltiplas formas de comunicação, e o poder económico coloca sérias restrições ao desempenho livre e responsável do trabalho dos jornalistas?. A ineficácia destes mecanismos de autorregulação (Cláusula de Consciência e Conselhos de Redacção) é susceptível de gerar restrições à liberdade interna dos jornalistas, ou autocensura e consequentemente, perigar a democracia e liberdade de expressão?

R: *Desde que os jornalistas e os seus representantes nunca confundam as águas, os novos media e modos de expressão não me preocupam. Preocupa-me, isso sim, que os jornalistas e os órgãos de comunicação social cedam a essa vulgarização, aceitem por boas essas “fontes” e “media”, concedam nas coberturas do que é imediata e vulgarmente “mediático” e se esqueçam do que é efectivamente “notícia” e exige a sua presença, constância e trabalho. É mais confortável, boa onda e talvez rentável imediatamente (sob o ponto de vista financeiro, para a “folha de couve”) “fazer” espectáculos e deixar correr a tinta sobre “fait divers” e não procurar além, deixar escorrer sangue e festa, mas o mundo ficará definitivamente mais pobre e o povo menos informado. Que sejamos coniventes, consciente e prolongadamente, repugna-me. Nada nem ninguém pode sobrepor-se à consciência, saberes e experiências dos*

jornalistas – só nós podemos escolher mal por nós mesmos. Lisboa, 02 Maio 2012. (LR/OL).

21 – SERRANO, Estrela – jornalista, docente universitária, foi assessora do Presidente Mário Soares, foi membro da ERC. DI (28/05/2012)

PERGUNTA - Tendo em conta o actual contexto da comunicação social, como aprecia a eficácia das garantias de independência e cláusula de consciência na proteção dos jornalistas, consagrada constitucionalmente, previstas na lei de imprensa e vertida no Estatuto dos Jornalistas?

RESPOSTA: *Independentemente da evolução das condições em que se processa hoje em dia o exercício do jornalismo, as garantias citadas devem manter-se consagradas na Constituição e na lei. Quanto à sua eficácia há que separar a garantia da independência, da cláusula de consciência. A primeira, depende, mais que a segunda, de factores que o jornalista não controla, como sejam o contexto económico-financeiro das empresas e a situação laboral do jornalista; a segunda, depende mais dele próprio, isto é, da capacidade que tiver de usar esse instrumento legal e também da cultura da redacção em que se insere.*

P - Na sua experiência, a norma contida no artº 12 do Estatuto dos Jornalistas penaliza o profissional porque lhe coloca uma espécie de “ferrete” em caso de recusa a uma ordem que viole as regras deontológicas, ou discordância a uma alteração editorial do órgão em que trabalha, obrigando-o a um autodespedimento justificado? ou antes, admite que funciona como um “travão” a eventuais abusos da entidade patronal à liberdade individual e democrática? Vê alguma desigualdade na relação jornalista/hierarquia/empresa no que concerne à invocação da cláusula de consciência?

R: *Não acho que penalize, pelo contrário é uma prerrogativa que pode ou não ser usada pelo jornalista. Se o estatuto editorial for mudado e o jornalista sentir que o novo estatuto viola a sua consciência, seria penalizador ter de aceitá-lo sem ter a opção de se despedir com os direitos inerentes à “justa causa”. Creio mesmo que a*

cláusula existe para impedir ou evitar arbitrariedades dos proprietários das empresas jornalísticas. É claro que se o jornalista não tiver alternativas de emprego pode auto-obrigar-se a continuar na empresa mesmo em situação de discordância com a orientação editorial.

P - Considera que os Jornalistas têm a convicção de que esta cláusula (na componente garantias de independência e de consciência) é um direito e elemento-pilar da democracia e liberdade de expressão?

R: *Sim, eu acho que têm essa percepção e de facto é uma boa cláusula como elemento da liberdade de expressão e dos direitos do jornalista.*

P - O facto de ter sido invocada apenas por meia dúzia de jornalistas desde a sua criação, há cerca de 40 anos, sugere-lhe democracia ou medos vários?

R: *Sugere, por um lado, que as mudanças de estatutos editoriais não são frequentes (aliás, têm de ser comunicadas à ERC). Por outro, o mercado do jornalismo estreitou-se muito nos últimos anos, não sendo propício à invocação dessa cláusula.*

P - A cláusula vertida na lei portuguesa teve inspiração na francesa de 1935. Apesar de ser reduzido o número de jornalistas, mesmo a nível internacional, que a invocaram, como interpreta o facto de, em Novembro de 2011, a União dos Sindicatos Ingleses, ter por unanimidade, solicitado a instituição de uma cláusula idêntica nos contratos de trabalho, na sequência do escândalo das escutas do “World News Journal”?

R: *Precisamente por se tratar de uma cláusula indispensável numa democracia, garante da liberdade de imprensa e da democracia, que permite aos jornalistas a livre escolha de, sem perda de direitos, não serem violentados na sua consciência.*

P - Como vê o papel dos Conselhos de Redacção e a sua atenção no seio das Redações a questões éticas e deontológicas, nomeadamente no que respeita ao tratamento de temas complexos da actualidade, como as escutas, a corrupção, o terrorismo, a pedofilia, a pressão das fontes?

R: *Os Conselhos de Redacção são instâncias essenciais numa Redacção, funcionando como a primeira etapa de autorregulação. Infelizmente nem sempre são cativos e eficazes mas a responsabilidade do seu bom ou mau funcionamento cabe aos próprios jornalistas. Em alguns casos as suas funções estão desvirtuadas por culpa própria.*

P - Considera que os CR fazem hoje sentido, sobretudo depois da perda do vínculo deliberativo do parecer sobre a nomeação do Director de Informação, em que perderam valor aos olhos da administração das empresas de comunicação social?

R: *fazem muito sentido na vigilância permanente do cumprimento dos princípios éticos e deontológicos e na denúncia dos seus atropelos, seja qual for o director, que aliás preside ao Conselho de Redacção.*

P - A inércia ou erosão destes organismos na maior parte dos órgãos de comunicação social , poderá fazer emanar um outro organismo em consonância com as transformações actuais? Ou pelo contrário, os CR devem exercitar e intensificar os seus direitos de participação?

R: *Não vejo outro órgão que substitua com vantagem os Conselhos de Redacção. Os seus membros são escolhidos entre os pares e têm competências reconhecidas na Lei. Se existe erosão, as responsabilidades só podem caber à própria Redacção porque um director não pode impedir a constituição e o funcionamento de um Conselho de Redacção. Existem, aliás, casos de queixas, à ERC, de Conselhos de Redacção contra o director, por exemplo, na Lusa.*

P - Da sua experiência como avalia estes organismos dos jornalistas na credibilidade da produção noticiosa, na independência de uma empresa e na confiança do público?

R: *Considero-os indispensáveis, juntamente com o Provedor, à credibilidade do meio de c. s. perante os seus públicos e uma forma de auto-crítica permanente do trabalho jornalístico.*

P - Como analisa hoje a relação entre um Director de Informação na dualidade de intermediário entre a administração de um órgão de comunicação social e o respectivo corpo redatorial?

R: *dependendo dos órgãos de comunicação social, essa relação é mais intensa nuns do que noutros. Em princípio defendo que um director não deve integrar a administração da empresa, embora possa e deva exercer funções de “gestão” dos meios financeiros constantes do orçamento da Redacção. A não ser em empresas cooperativas de profissionais, a separação entre administração e Redacção é essencial, uma vez que existem interesses que podem conflitar. A intermediação do Director entre a administração e a Redacção é necessária mas não a integração do Director na administração da empresa.*

P - Alguma vez teve situações em que sentiu os CR , como elemento conflituante e entrave aos objectivos da empresa? questionou o seu papel?

R: *Sim, enquanto membro da ERC apreciei casos em que isso aconteceu devido a más relações pessoais entre as partes. Na Redacção não tive essa experiência.*

P - Como percepciona o futuro destes mecanismos de autorregulação na era da internet em que proliferam múltiplas formas de comunicação, e o poder económico coloca sérias restrições ao desempenho livre e responsável do trabalho dos jornalistas?. A ineficácia destes mecanismos de autorregulação (Cláusula de Consciência e Conselhos de Redacção) é susceptível de gerar restrições à liberdade interna dos jornalistas, ou autocensura e consequentemente, perigar a democracia e liberdade de expressão?

R: *A autorregulação é necessária mas não existe em Portugal uma entidade autorreguladora, horizontal, que represente todos os jornalistas e possa intervir em casos de violação de regras éticas e deontológicas. A Comissão da Carteira poderia ter um papel mais activo, apesar de não ser um organismo de autorregulação “pura” mas sim de hetero-regulação, dado ser presidida por um juiz e ser criada por lei. Uma Ordem dos jornalistas ou um Conselho de Imprensa (com estes ou outros nomes) com capacidade de retirar a carteira profissional e aplicar medidas como suspensão, etc., aos prevaricadores tornaria o jornalismo mais credível e forte, evitando as perversões que impunemente grassam, praticadas por jornalistas. Deixar sem reprovação e punição atropelos à ética e à deontologia enfraquece o jornalismo, prejudica os bons*

profissionais e é um perigo para a democracia. Os jornalistas são as primeiras vítimas de um jornalismo irresponsável.(ES/OL)

22 - SILVA, Paulo F.– Jornalista. Editor-ajunto. Foi eleito em vários mandatos como membro do CR (JN) , (17/05/2012)

PERGUNTA - Tendo em conta o actual contexto da comunicação social, como aprecia a eficácia das garantias de independência e cláusula de consciência na proteção dos jornalistas, consagrada constitucionalmente, previstas no artº22 da lei de imprensa e vertida no artº12 do Estatuto dos Jornalistas?

RESPOSTA: *As garantias de independência e cláusula de consciência dos jornalistas é um dos muitos casos que podemos colher da legislação portuguesa: no plano dos princípios somos exemplares; do ponto de vista da sua eficácia, essas mesmas garantias valem coisa nenhuma. Alguém consegue imaginar, hoje, a existência de um qualquer jornalista que não pretende desempenhar a tarefa A ou B porque é contrária à sua consciência? Pois eu tenho muita dificuldade. Há nas redações imensa gente nova que nem sonha, sequer, que isso é possível. E entre os que conhecem a lei e os seus direitos e garantias, a esmagadora maioria pensará trinta e cinco vezes antes nas contas do mês e acabará, inevitavelmente, por nem suscitar um eventual incidente. Os restantes, por serem profissionais largamente experimentados e reconhecidos, terão outras formas, estas sim muito eficazes, de tornear o problema... Aliás, basta ver quantas participações chegaram à Entidade Reguladora para a Comunicação Social.*

P - Na sua experiência, a norma contida no artº 12 do Estatuto dos Jornalistas penaliza o profissional porque lhe coloca uma espécie de “ferrete” em caso de recusa a uma ordem que viole as regras deontológicas, ou discordância a uma alteração editorial do órgão em que trabalha, obrigando-o a um auto-despedimento, justificado? ou antes, admite que funciona como um “travão” a eventuais abusos da entidade patronal à liberdade individual e democrática ?

R: *Receio não entender o alcance da questão, mas digo que o art. 12.º do Estatuto do Jornalista está redigido para um tempo que não confere com a realidade concreta. Os jornalistas têm hoje muito pouca força, estão, de certo modo, desacreditados, passaram a integrar o “show-off” sistémico, e na maior parte das circunstâncias não exercem a cláusula de consciência, nem questionam eventuais alterações na linha editorial, porque nesta classe há um desemprego terrível e avassalador de que não podem, nunca, abstrair-se. O n.º 3 desse mesmo artigo, por exemplo, sobre a oposição à divulgação de trabalhos em órgão de Comunicação Social diverso, ainda que detido pelo mesmo grupo económico, dá vontade de rir. É prática corrente, salvo erro desde 2005/2006, mas questiono: qual foi o resultado prático de eventuais declarações de oposição deduzidas pelos autores? Sinceramente, não me recordo de um único caso para amostra. A lei não foi cumprida e aceitou-se o facto como regra absoluta. Hoje há verdadeiros produtos de informação de, passe a expressão, “linha branca”, em que as notícias são rigorosamente iguais, copiadas de algum lado, simplesmente porque assim fica mais barato para o grupo económico proprietário, e ninguém se interroga que esta notícia ou esta reportagem seja publicada no órgão A e no órgão B em simultâneo! É natural, diz-se, afinal de contas são os dois meios de informação do mesmo dono... Só que isto é um abuso sem nome!*

P - O facto de ter sido invocada apenas por meia dúzia de jornalistas desde a sua criação, há pelo menos 30 anos, sugere-lhe democracia ou receios vários?

R: *Sugere-me muitos qualificativos e adjetivos, mas nada que se assemelhe a democracia ou a liberdade.*

P - A cláusula vertida na lei portuguesa teve inspiração na francesa de 1935. Apesar de ser reduzido o número de jornalistas, mesmo a nível internacional, que a invocaram, como interpreta o facto de em Novembro de 2011 a União dos Sindicatos Ingleses, ter por unanimidade, solicitado a instituição de uma cláusula idêntica, na sequência do escândalo das escutas do News of the World.

R: *Desconheço o funcionamento legislativo britânico, mas em Portugal há um ímpeto de circunstância, uma espécie de evacuação impulsiva a cada mudança de ministro ou de Governo. Todos querem deixar obra. E todos deixam “obra”! Que a União dos Sindicatos Ingleses tenha solicitado a adoção da cláusula de consciência não me*

surpreende, mas se o órgão legislativo competente concretizou a pretensão sindical apenas e só na sequência do escândalo das escutas em causa acho muito curto. E, infelizmente, demasiado parecido com o que de pior se passa em Portugal em vários setores e áreas.

P - Como vê o papel dos Conselhos de Redacção e a sua atenção no seio das Redações a questões éticas e deontológicas, nomeadamente no que respeita ao tratamento de temas complexos da actualidade, como as escutas, a corrupção, o terrorismo, a pedofilia, a pressão das fontes?

R: *Os Conselhos de Redacção podem e devem ter um papel muitíssimo relevante no domínio da deontologia e da ética. Da experiência que tive, como membro eleito em vários Conselhos de Redacção do “Jornal de Notícias”, nunca me furtei a tratar ou a suscitar o debate de temas complexos, aqueles que simplesmente decorriam da actualidade e os que os próprios jornalistas de Redacção sugeriam. E tenho noção, pelo menos na minha experiência, que essas abordagens foram sempre feitas de modo extremamente responsável, embora nem sempre tenham sido tão exaustivas e apuradas quanto o exigiam as respetivas temáticas.*

P - Considera que os CR fazem hoje sentido, sobretudo depois da perda do vínculo deliberativo do parecer sobre a nomeação do Director de Informação, em que perderam valor aos olhos da administração das empresas de comunicação social?

R: *Os Conselhos de Redacção fazem todo o sentido e vão continuar a fazer. A questão do vínculo deliberativo nas nomeações para as funções de diretor é, de facto, uma perda significativa, as administrações sentiram-se completamente em roda livre e cometeram uma série de atropelos, com a conivência de quase todos, que, noutra época, seriam simplesmente impossíveis. Mas há uma complexa e enorme tarefa atribuída aos Conselhos de Redacção, pedagógica e de longo alcance, no domínio da ética e da deontologia, que não pode ser relegada para segundo plano. O que é necessário é que os Conselhos sejam tomados a sério, porque se aquilo só existe para cumprir a lei, para reunir uma vez, ou outra, com o senhor diretor e, como diz o outro, aos costumes dizem nada, então não fazem sentido algum.*

P - A inércia ou erosão destes organismos na maior parte dos órgãos de comunicação social , poderá fazer emanar um outro organismo em consonância com as transformações actuais? Ou pelo contrário, os CR devem exercitar e intensificar os seus direitos de participação?

R: *Não sei. A minha experiência foi rica e, confesso, desconheço a realidade de outros órgãos de informação. Tenho, por isso, muito provavelmente, uma visão distorcida da realidade. No “Jornal de Notícias”, os Conselhos de Redacção eram muito ativos, independentemente de ter tido, ou não, participação nas suas reuniões. Eram órgãos vivos, com discussões, às vezes, muito acaloradas. Havia um sentimento de pertença muito forte. E os seus membros eram interpelados, coletiva ou pessoalmente, pelo trabalho que executavam, ou não. Até há três anos, a fiscalização exercida pelos meus camaradas de Redacção era real, questionava-se o porquê desta opinião ou daquela omissão. Tenho uma visão demasiado circunscrita, admito-o, mas pelo que vivi não há qualquer necessidade de substituir os Conselhos de Redacção por um outro qualquer organismo. Repito: eles precisam é de ser tomados a sério. Os Conselhos de Redacção não são o problema, pelo contrário, podem ser parte de uma solução. Há dias, uma camarada admitiu em conversa que, eventualmente, se os comunicados dos Conselhos de Redacção fossem de publicação obrigatória as coisas poderiam ser diferentes... Talvez. Talvez assim os meus leitores ficassem a saber, por exemplo, quantos anos andaram sucessivos e repetidos Conselhos de Redacção a batalhar por um Livro de Estilo que, ainda hoje, tanto quanto sei, não existe. Talvez. Talvez ainda exista um pinga de vergonha e talvez o dito cujo Livro de Estilo já tivesse sido parido. Talvez. É uma hipótese. Não sei.*

P - Da sua experiência dos Conselhos de Redacção, como avalia estes organismos dos jornalistas na credibilidade da produção noticiosa, na independência de uma empresa e na confiança do público?

R: *Os Conselhos de Redacção do “Jornal de Notícias” tentaram contribuir para a credibilidade da produção noticiosa, favorecendo sempre a audição das partes, e não me refiro, em exclusivo, à audição dos Conselhos, imposta por lei, no que se refere ao chamado direito de resposta. Foi sempre uma espécie de tentativa de imposição de cultura democrática num meio com características particularmente difíceis, visto que o*

chamado “jornalismo de proximidade”, ou o “jornalismo de causas”, como se dizia, favorecia, muitas vezes, outras condutas. Aqui há 20 anos, passava pela cabeça de alguém questionar uma informação da Polícia? Claro que não. Mas, por vezes, deparávamos com versões completamente diferentes, só que a da fonte dita credível já estava plasmada e impressa... Esse trabalho, estou convencido embora não tenha nenhum aferidor, é sentido pelo público, porque o cuidado colocado na redação ou na paginação está condicionado, à partida, por uma série de alertas éticas e deontológicas que até estão afixadas na parede, e que ninguém ignora.

P - Como analisa hoje a relação entre um Director de Informação na dualidade de intermediário entre a administração de um órgão de comunicação social e o respectivo corpo redatorial?

R: *Como jornalista profissional, desde 1989, passei por dois jornais, “O Jogo” e o “Jornal de Notícias”, e há grandes diferenças comportamentais entre os meus primeiros e os últimos diretores. Os primeiros tinham gabinetes distantes da Redação, apareciam por lá sobretudo ao fim da tarde, faziam os títulos da capa, eram uns senhores num mundo à parte, e digo senhores sem qualquer ponta de ironia, porque o eram. No dia em que tivesse necessidade de lhes bater à porta, por qualquer motivo, pessoal ou profissional, eles estavam lá e disponíveis, para falar e ouvir, ou passar uns ralhetes e retorquir. E éramos todos daquele coletivo, daquele jornal. A partir de determinada altura, já neste século, os diretores passaram a habitar no meio da Redação e, ainda que dentro de paredes de vidro, a comunicação ficou mais difícil. É um paradoxo: os jornalistas batiam-lhes à porta e os diretores despacham em 30 segundos! Deixou de haver tempo para, pausadamente, abordar algum assunto mais exigente. Eles estavam ali mesmo, à mão de semear, mas perderam disponibilidade e capacidade de ouvir. Em simultâneo, aconteceu uma coisa curiosa. A Redação deixou de ser um todo, partiu-se, havia os que eram a favor do diretor fulano, e os que eram contra, os que colhiam os seus favores, e os que passaram a ser sistematicamente relegados ou, até, prejudicados. Resultado: a dependência das direções em relação às respetivas administrações, e sobretudo as consequências dessa dependência, é um marco na nossa Comunicação Social, e acredito que um dia alguém estudará a matéria, é um corte muito forte com um passado de cultura, de*

liberdade e democracia de que todos, ou muitos de nós, ouvimos histórias e histórias, algumas saborosas, mesmo que num tempo em que não se podia falar livremente. Por outras palavras: houve um tempo em que o diretor construía e garantia o seu poder pelo suporte e apoio que tinha entre os seus jornalistas que lhe permitia, inclusive, reivindicar junto da administração; hoje, o diretor é, simplificando as coisas, uma correia de transmissão da administração, cumpre instruções – é assim porque eu estou a dizer, porque eu sou o diretor, porque sim, e ponto final!

P - Alguma vez teve situações em que sentiu os CR , como elemento conflituante e entrave aos objectivos da empresa? questionou o seu papel?

R: *Ao contrário do que, estou convencido, algumas pessoas pensam, os Conselhos de Redação não são elementos conflituantes e de entrave aos objetivos da empresa. Tudo o que os Conselhos de Redação fazem tem, como último e derradeiro objetivo, melhorar, facilitar e intermediar algo ou alguma situação que, no limite, até pode favorecer o seu meio de informação e, portanto, a respetiva empresa proprietária. O que pode suceder é que a defesa editorial, intensa e aguerrida, de determinados pontos de vista entre em rota de colisão com outros pontos de vista, provavelmente, menos solidificados mas com todo o enorme poder da força financeira e económica. E aí...*

P - Como percepciona o futuro destes mecanismos de autorregulação na era da internet em que proliferam múltiplas formas de comunicação, e o poder económico coloca sérias restrições ao desempenho livre e responsável do trabalho dos jornalistas?. A ineficácia destes mecanismos de autorregulação (Cláusula de Consciência e Conselhos de Redação) é susceptível de gerar restrições à liberdade interna dos jornalistas, ou autocensura e conseqüentemente, perigar a democracia e liberdade de expressão?

R: *Tenho dificuldades em perspetivar o futuro. As ditas múltiplas formas de comunicação ainda não estabilizaram, estão ainda em evolução e em ebulição, dentro de um novo meio, a Internet, que oferece mil e uma hipóteses em renovação constante. Quero dizer com isto que a autorregulação dos jornalistas terá de passar, forçosamente, por exercícios de adaptação, sendo que cabe por inteiro aos profissionais do setor a separação das águas entre o que é jornalismo e o que não é.*

Quando se replicam textos nos jornais diretamente de “posts” de blogues, inclusive de autoria desconhecida, quando produzimos notícias a partir de informações por confirmar publicadas no “Twitter”, estamos a abdicar de tudo aquilo que devemos aprender em matéria de ética e deontologia. E, no limite, já entregámos de borla a nossa liberdade individual, a nossa consciência, seja lá a quem for. 17 – maio de 2012, (Paulo F Silva/OL)

23 - VALDEZ, Fernando – Jornalista, foi ao longo de quase duas décadas membro de CR nas agências ANOP e Lusa (em 15 Maio de 2012).

PERGUNTA - Tendo em conta o actual contexto da comunicação social, como aprecia a eficácia das garantias de independência e cláusula de consciência na proteção dos jornalistas, consagrada constitucionalmente, previstas na lei de imprensa e vertida no Estatuto dos Jornalistas?

RESPOSTA: *Não me parece que tenha grande utilidade prática. Quem utilizar esta possibilidade tem desemprego quase garantido para o resto da vida. A propriedade dos meios de comunicação social está concentrada num número restrito de grupos económicos e restam muito poucas alternativas.*

São coisas para enfeitar mas com escassa aplicação prática, salvo situações muito excepcionais.

P - Na sua experiência, a norma contida no artº 12 do Estatuto dos Jornalistas penaliza o profissional porque lhe coloca uma espécie de “ferrete” em caso de recusa a uma ordem que viole as regras deontológicas, ou discordância a uma alteração editorial do órgão em que trabalha, obrigando-o a um auto-despedimento justificado? ou antes, admite que funciona como um “travão” a eventuais abusos da entidade patronal à liberdade individual e democrática? Vê alguma desigualdade na relação jornalista/hierarquia/empresa no que concerne à invocação da cláusula de consciência?

R: *Em parte respondida atrás. A cláusula de consciência é importante para impedir que os jornalistas sejam obrigados a produzir textos ou imagens que contrariem a sua consciência ou que constituam uma violação dos seus deveres éticos e deontológicos. Mas com poucos efeitos práticos.*

Mas é mais passível de ser utilizada nos meios de comunicação social do sector público e, mesmo assim, frequentemente incorrendo em sanções da hierarquia.

No sector privado é muito difícil e arriscada a sua invocação e é grande a probabilidade de ir para uma prateleira e ser alvo de despedimento na primeira ocasião (se não for de imediato ou quase).

P - Considera que os Jornalistas têm a convicção de que esta cláusula (na componente garantias de independência e de consciência) é um direito e elemento-pilar da democracia e liberdade de expressão?

R: *Em primeiro lugar acho que muitos jornalistas, particularmente os mais recentes, a desconhecem. A cláusula pode ser importante mas pelas razões expressas atrás a sua eficácia é muito limitada.*

P: O facto de ter sido invocada apenas por meia dúzia de jornalistas desde a sua criação, há cerca de 40anos , sugere-lhe democracia ou medos vários?

R: *Sugere-me medo dos riscos de ir para a rua e ficar sem emprego por muitos anos pelas razões atrás aduzidas. Este tipo de cláusulas só faria sentido com fortes medidas de protecção para quem as invocasse e protecção efectiva contra actos de perseguição a jornalistas que a usem.*

Assim, é um penacho para enfeitar a democracia formal e a liberdade de imprensa e de informar teórica.

P - A cláusula vertida na lei portuguesa teve inspiração na francesa de 1935. Apesar de ser reduzido o número de jornalistas, mesmo a nível internacional, que a invocaram, como interpreta o facto de, em Novembro de 2011, a União dos Sindicatos Ingleses, ter por unanimidade, solicitado a instituição de uma cláusula idêntica nos contratos de trabalho, na sequência do escândalo das escutas do *News of the world*?

R: *Não conheço a situação. Parece-me bonito mas ingénuo, se não for acompanhado por sérias garantias de protecção para quem a invoque.*

P - Como vê o papel dos Conselhos de Redacção e a sua atenção no seio das Redacções a questões éticas e deontológicas, nomeadamente no que respeita ao tratamento de temas complexos da actualidade, como as escutas, a corrupção, o terrorismo, a pedofilia, a pressão das fontes?

R: *O papel dos Conselhos de Redacção poderia ser muito importante se tivessem poderes efectivos, incluindo pareceres vinculativos sobre nomeação e destituição de directores e directores adjuntos de informação e chefias de redacção e sobre outras matérias fulcrais. Deveriam também ter um papel decisivo na defesa do pluralismo e rigor da informação e na garantia de cumprimento de deveres éticos.*

Para que os Conselhos de Redacção pudessem desempenhar o seu importante papel, os seus membros deveriam ter garantias muito sólidas que impedissem as perseguições, nomeadamente não poderem ser despedidos a não ser por decisão judicial e não poderem ser transferidos dentro da empresa sem o seu acordo, em ambos os casos até cinco anos depois de terem cessado funções.

P - Considera que os CR fazem hoje sentido, sobretudo depois da perda do vínculo deliberativo do parecer sobre a nomeação do Director de Informação, em que perderam valor aos olhos da administração das empresas de comunicação social?

R: *Os CR fazem muito sentido mas são precisas alterações à lei. A regra hoje é o medo e nos poucos Conselhos de Redacção que cumprem efectivamente as suas funções os seus membros são sujeitos a perseguições de diversos tipos, mesmo em empresas do sector público.*

P - A inércia ou erosão destes organismos na maior parte dos órgãos de comunicação social, poderá fazer emanar um outro organismo em consonância com as transformações actuais? Ou pelo contrário, os CR devem exercitar e intensificar os seus direitos de participação?

R: *Não vale a pena mudar o que está bem e dar-lhe outro nome, o que é preciso é tornar mais efectivos os seus poderes e dar aos seus membros condições para exercerem as suas competências e atribuições sem estarem sujeitos a represálias.*

P - Da sua experiência como avalia estes organismos dos jornalistas na credibilidade da produção noticiosa, na independência de uma empresa e na confiança do público?

R: *Os CR podem pronunciar-se sobre a produção noticiosa, particularmente no sector público, e ser travão para alguns desmandos, como aconteceu num passado recente. Geralmente quando se houve falar de um CR é porque é interventivo e tomou posições críticas, não me parece que isso aumente a confiança no OCS.*

Para ser factor de garantia de independência, pluralismo e rigor e aumentar a confiança do público teria de ter mais poderes e os seus membros terem garantias de protecção. Tem havido situações de Conselhos que sistematicamente dão o «amen» à hierarquia.

P - Como analisa hoje a relação entre um Director de Informação na dualidade de intermediário entre a administração de um órgão de comunicação social e o respectivo corpo redatorial?

R: *- Essa é a situação desejável. O problema é quando surgem directores que servem prioritariamente a administração e os poderes políticos e/ou económicos e esquecem o seu papel como membros integrantes da Redacção.*

P - Alguma vez teve situações em que sentiu os CR , como elemento conflituante e entrave aos objectivos da empresa? questionou o seu papel?

R: *Esta é uma pergunta com muitas respostas. Nomeadamente, estamos a referir aos objectivos legítimos da empresa ou a objectivos menos legítimos ou dificilmente confessáveis. É pouco provável que um CR esteja na Redacção para travar uma guerra sem razão. Porque perde o apoio da Redacção e, perdendo-o e tendo uma protecção pouco efectiva, corre grandes riscos.*

Pelo contrário, é mais comum encontrarem-se CR permissivos a quase tudo.

P - Como percepciona o futuro destes mecanismos de autorregulação na era da internet em que proliferam múltiplas formas de comunicação, e o poder económico coloca sérias restrições ao desempenho livre e responsável do trabalho dos jornalistas?. A ineficácia destes mecanismos de autorregulação (Cláusula de

Consciência e Conselhos de Redacção) é susceptível de gerar restrições à liberdade interna dos jornalistas, ou autocensura e consequentemente, perigar a democracia e liberdade de expressão?

R: *Não há praticamente mecanismos efectivos de autorregulação em Portugal, com excepção da Comissão disciplinar da CCPJ.*

A precariedade dos jornalistas, as perseguições e os actos repressivos, como a discriminação profissional e salarial, os constantes despedimentos, os entraves postos ao exercício de direitos laborais e deontológicos nas empresas, são instrumentos mais do que suficientes para incentivar a autocensura, deixar passar alterações inaceitáveis de textos e imagens que configuram censura, cumprir acriticamente ordens, não levantar ondas.

A democracia, o direito constitucional a informar e a ser informado, o pluralismo informativo constitucionalmente consagrado e a liberdade de expressão estão há muito bastante cerceados e em muitos casos a caminho de se transformarem numa ficção.(FV/OL)

23 - VIEIRA, Joaquim - jornalista, Presidente do Observatório de Imprensa, ex-provedor do leitor, em 14 /04/2012

PERGUNTA - Tendo em conta o actual contexto da comunicação social, como aprecia a eficácia das garantias de independência e cláusula de consciência na proteção dos jornalistas, consagrada constitucionalmente, e previstas no artº22 da lei de imprensa e vertida no artº12 do Estatuto dos Jornalistas?

RESPOSTA: *Acho que, no atual contexto empresarial dos meios de comunicação, essas garantias e essa cláusula de consciência praticamente não existem.*

P - Na sua experiência, a norma contida no artº 12 do Estatuto dos Jornalistas penaliza o profissional porque lhe coloca uma espécie de “ferrete” em caso de recusa a uma ordem que viole as regras deontológicas, ou discordância a uma alteração editorial do órgão em que trabalha, obrigando-o a um auto-despedimento, justificado? ou antes, admite que funciona como um “travão” a eventuais abusos da entidade patronal à liberdade individual e democrática?

R: *Acho que acaba por se transformar mais num "ferrete", com toda a sua carga negativa para o próprio, do que outra coisa qualquer.*

P - Considera que os Jornalistas têm a convicção de que esta cláusula (na componente garantias de independência e de consciência) é um direito e elemento-pilar da democracia e liberdade de expressão?

R: *Provavelmente vêem-na como um direito a que não podem recorrer.*

P - O facto de ter sido invocada apenas por meia dúzia de jornalistas desde a sua criação, há pelo menos 30 anos, sugere-lhe democracia ou receios vários?

R: *Sugere-me a existência de receios vários, em especial o receio de retaliação por parte da chefia ou da empresa.*

P - A cláusula vertida na lei portuguesa teve inspiração na francesa de 1935. Apesar de ser reduzido o número de jornalistas, mesmo a nível internacional, que a invocaram, como interpreta o facto de em Novembro de 2011 a União dos Sindicatos Ingleses, ter por unanimidade, solicitado a instituição de uma cláusula idêntica, na sequência do escândalo das escutas do "World News Journal"?

R: *Encaro de forma positiva, mas duvido que venha a ser introduzida, porque me parece que o ambiente atual nos media vai no sentido contrário.*

P - Como vê o papel dos Conselhos de Redacção e a sua atenção no seio das Redações a questões éticas e deontológicas, nomeadamente no que respeita ao tratamento de temas complexos da actualidade, como as escutas, a corrupção, o terrorismo, a pedofilia, a pressão das fontes?

R: *Encaro de forma positiva, porque é uma forma de autorregulação que pode tornar o jornalismo mais rigoroso e responsável.*

P - Considera que os CR fazem hoje sentido, sobretudo depois da perda do vínculo deliberativo do parecer sobre a nomeação do Director de Informação, em que perderam valor aos olhos da administração das empresas de comunicação social?

R: *Acho que continuam a fazer sentido, justamente pela sua função de autorregulação no seio dos jornalistas que integram o respetivo órgão de informação.*

P - A inércia ou erosão destes organismos na maior parte dos órgãos de comunicação social , poderá fazer emanar um outro em consonância com as transformações actuais? Ou pelo contrário, os CR devem exercitar e intensificar os seus direitos de participação?

R: *Não vejo que possam aparecer organismos alternativos. Já é bom que os conselhos de redação não desapareçam. Também não vejo condições para que se intensifiquem direitos de participação, por essa via ou por outra.*

P - Da sua experiência dos Conselhos de Redacção, como avalia estes organismos dos jornalistas na credibilidade da produção noticiosa, na independência de uma empresa e na confiança do público?

R: *Acho que, para o público consumidor de informação, o conhecimento da existência de um conselho de redação que seja atuante reforça a credibilidade do respetivo órgão de informação.*

P - Como analisa hoje a relação entre um Director de Informação na dualidade de intermediário entre a administração de um órgão de comunicação social e o respectivo corpo redatorial?

R: *É sempre uma posição delicada, mas é para lidar com situações delicadas que a pessoa foi nomeada como diretor.*

P - Alguma vez teve situações em que sentiu os CR constituíam um elemento conflituante e entrava aos objectivos da empresa e questionou o seu papel?

R: *Nunca questioneei o papel de um conselho de redação, nem tenho ideia de ter testemunhado uma situação em que tal órgão tenha entravado os objetivos da empresa. Mas soube de casos em que houve de facto uma atitude conflituante.*

P - Como percepciona o futuro destes mecanismos de autorregulação na era da internet em que proliferam múltiplas formas de comunicação, e o poder económico coloca sérias restrições ao desempenho livre e responsável do trabalho dos

jornalistas. A ineficácia destes mecanismos de autorregulação (Cláusula de Consciência e Conselhos de Redacção) é susceptível de gerar restrições à liberdade interna dos jornalistas, ou autocensura e consequentemente, perigar a democracia e liberdade de expressão?

R: Acho que o jornalismo está em transformação devido à emergência das tecnologias digitais da comunicação, sendo que uma das consequências é a pulverização das tradicionais redacções de grande dimensão. Por outro lado, aumenta a pressão empresarial sobre jornalistas para seguirem certas linhas editoriais que podem não ser da sua concordância. Nesse sentido, parece-me que irão diminuir estas formas de autorregulação e que o jornalista ficará mais exposto a diretivas exteriores à redacção. Não considero contudo que isso faça perigar a democracia e a liberdade de expressão, já que por enquanto se mantêm canais alternativos para a difusão de informação. (Joaquim Vieira/OL)

Anexo IV - (quadro 1) resultados das opiniões sobre a cláusula de consciência

Pessoas	eficácia	Princípio import.	“ferrete”	contenção Autocensura	Receios Vários prom.	Precisa alteração	Jornalistas desconh.
AC - 6	Pouca Precariedade laboral	sim	possível	N	Medo perder emprego	N	alguns
SP- 17		Sim	-	-	medo	Evento.	
MF-9	nenhuma	Sim	n/perpectiva	n/perpectiva		Necessária Órgão junte edit.jornalistas	Sim – mais novos
MJG-12	nula	sim	N	Menos reflex.	receio	n/ela é vital	n/ têm consciência
JV-23	Não existe	-	“ferrete”	-	retaliação	-	inacessível
SP-17	pouca	sim		medo	-	eventual	Descar.
ES- 20	mercado	indispensáv	N	provável		Ordem/CIm	Conhec.
OM-15	Pouca	Imp.	mercado	-		N	Não tem consciência
WF -11	não	não	-	-	-	Ordem	
RR-18	Não	sim	Medo-socioecon.	cobardia	medo	Desfas.	
AG - 13	pouca	sim	-	-	medos	Redaç Clima favorav.	?
FC- 7	Falta cond.	sim	Dep.jorn	Dep.jorn	-	N	Certo descon.
JL-14	N	Sim positiva	Sim.persg.	Auto.censura	medos		Desc, e menosprezo
A.Cam-4	N	sim	Posto trab	-	medo	-	desconh
Psilva-21	N	Sim		sim	Não liberd.	N	desconh
AM-16	Desigual/rel	sim	-	Dep.jorn	Dep.jorn	-	conhece
JMF -10	Pouca utilidade Pouco eficaz	Sim	N/há condiç.	-		-	Não tem
OC-8	Depende equil.forças	sim	Depende da autonomia dos jornal.	-	Receio sanções		
LR- 19	N	Sim		Dep.jorn	Dep.jorn	Preci. contin	perdidos
FV -22	S/utili.pra.enf.	Sim	Sim	-	Medo de ficar sem emprego	-	desconhecem
SB-3	fragil	sim		Auto-censura	Medos instalados	Há desfas. Entre princí. E	Não tem consciência
CarlCamp.5	Utiliza pouco	Sim	-	-	-	-	desconhec
Acarv - 6	Pouca	sim	-	Não	Medo labor	N	-
JA - 1	N/	sim			Medos varios		
PB - 2	-	sim					

Anexo V - Conselhos de Redação – opinião dos entrevistados - Quadro 2

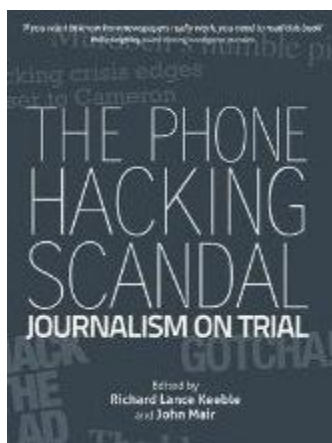
Pessoas	importância	F.sentido	Des.dúbio	d+act	visib.	Pod.delib.	R.DI	Org.novo	A-reg.	Regul (ER)
---------	-------------	-----------	-----------	-------	--------	------------	------	----------	--------	------------

AG 13	sim	sim	-	sim			ambíguo	N	Jor. respons	
JA-1	sim	sim	sim	sim	sim	-	Ad.	1/tod.jor	Sim	-
SP 17	sim	sim	-	sim	-	-		-	respon.	
FV22	sim	Sim	Amen hier	Fal,gar.	-	Sim		É alter.lei	sim	
JV23	sim	Sim	-		-			Não	sim	
ES20	essencias	sim	casos		-	-	N/Ad	-		
LR 19	sim	sim	politizção	cons.red	-		t.mediador	Ordem /CI	sim	
P.F.S.21	.relevante	sim	-		talvez	-	c.transmiss.	N	Sim – adapt.	
PB-2	sim	sim	-	-	-	-	-	-	S/c.sç.	Car. poli
M17	sim	sim	Q. n.existem				Cont. duplo	N	sim	
JL 14	sim		Estão fracos		Não	-	marketing	Org/todos		
OM 16	sim	sim	alapados			De. ser refr.	S.de eleitos	-	-	
SB-3	muito	sim	-		-	-		Prej.jor	Preser	C.2parti.
MJG	essencial	sim	quase não existem	sim	n	-	periclitante	-	sim	
A.Cam.4	Sim, n/ex.	sim	Culpa próprios	ser melh.		-	Di cas.	-	-	-
C.Cam.5	fulcral	sempre	sim		Perder é.fatal		adm	P. prefeito é acabar com auto-reg.	Ineficaz.deve existir	
AR.Carv.6	sim	sim	Às vezes	+Act		Po.sub.editores	afastada	N	-	-
F.Casc.7	conquista	sim	-	sim	Divul.dec.imp	D. regressar	adm	N	Redaç. mais pequenas.	-
O.Ces.8	sim	Sim	-	+ac	-	-	Adm	não incomp.	sim	-
W.F.11	fraco	--	Transfor.l instrumentos contra DIs		-		Di, fingem que não tem a ver com admi	Deve existir núcleos de Ordem Jor	Regulador sem estado	
JMF 10	importantes	sim	sindicais	+aca	Não	Não	o	Novos mecanismos	jornalistas são responsáveis	

M.Fal.9	Quase nula	dialogo	-			Não	equilíbrio	-	-	
---------	------------	---------	---	--	--	-----	------------	---	---	--

Anexo VI – Comentário de Tony Harcup sobre a importância da cláusula de Consciência.

Hacking book: surely it's time to give journalists a 'conscience clause'*Today's extract from **The phone hacking scandal: journalism on trial*** is by Tony Harcup who wonders whether a "conscience clause" could help to protect and enhance ethical journalism.*



He reminds us that the National Union Journalists had been calling for such a clause for some 80 years before the hacking scandal broke and opened the way to the current intense debate about journalistic ethics...

That is why many believe that a "conscience clause" along the lines proposed by the NUJ... might redress the balance slightly and help create a climate within newsrooms whereby, just occasionally, a senior, middling or even lowly journalist might feel able to ask:

"Hang on a minute, are we sure we should be doing this?"

After all, many journalists now have adherence to the editors' code written into their contracts of employment... surely the least they ought to be able to expect is that they might be defended if they put their head on the chopping block by telling their boss:

"What you are instructing me to do goes against the code, is unethical, and I will not do it."

Even with a conscience clause in place, such action is likely to be rare indeed. Frivolous recourse to playing the conscience card would be discouraged by the inescapable reality that using it in such a way would hardly be likely to improve anyone's career prospects in a highly competitive industry.

However, editors and proprietors might have reason to be grudgingly grateful if an ethical intervention were to save them from themselves; as in 2006 when a group of [Daily Star](#) journalists forced a rethink about the wisdom of the newspaper running a spoof version of a supposed Islamic Daily Fatwa...

Only after news of the journalists' opposition was passed up the editorial chain via the NUJ was the page pulled at the last minute...

If the amicable withdrawal of that offending page before it had been printed was an example of the interests of staff and proprietor being one and the same, the norm is that their interests do not necessarily align so neatly...

It is worth noting that Hackgate took place within a highly pressurised, constrained and hierarchical newsroom, whereas the journalist who did the most to expose it, Nick Davies, enjoys an unusually autonomous working relationship with his own newspaper...

ANEXO VII

- Deliberação AACs sobre uma queixa de violação da Cláusula de consciência. Jornalista da TVGuia. – declaração de voto.

- Mais se entende que a jornalista usou correctamente, no presente caso, a “cláusula de consciência”, que lhe permite reagir contra o desempenho de tarefas profissionais que sejam contrárias ao seu estatuto profissional e ao Código Deontológico dos Jornalistas.

Com efeito, é este expresso em impor aos jornalistas o dever de “recusar funções e tarefas susceptíveis de comprometer o seu estatuto de independência e a sua integridade profissional”.

E o seu exercício é garantido, como “direito fundamental” dos jornalistas pelo artigo 22º al. d) da Lei de Imprensa (Lei 2/99 de 13 de Janeiro), previsto, aliás, no artigo 38º nº 2 al. b) da Constituição⁽¹⁾.

Para além do aspecto deontológico, é também a salvaguarda do direito dos cidadãos à informação que impõe a clara separação do que é actividade informativa e

actividade publicitária, tal como resulta, designadamente, do artigo 28º da Lei de Imprensa, dos artigos 8º, 9º e 25º do Código da Publicidade e dos artigos 10º e seguintes da Directiva 89/552/CE de 3 de Outubro de 1989 (TV sem fronteiras).

Por todas estas razões, a AACCS deveria, em conformidade, ter recomendado, por forma expressa e explícita, à TV GUIA, Editora de Publicações Lda, nos termos e para o efeitos do disposto no artigo 24º nº 2 e 4 da Lei 43/98, que se abstivesse de determinar a execução, por jornalistas, de tarefas de carácter, directa ou indirectamente, publicitário, contrárias ao disposto no artigo 3º nº 1 al. a) da Lei 1/99 de 13 de Janeiro.

AACCS, 23 de Novembro de 2005

O Membro

Jorge Pegado Liz

Anexo VIII - exemplo de uma queixa à AACCS s/o DI de Informação da Lusa – provimento quanto à necessária consulta ao CR –

Os membros eleitos do C.R. da Lusa participaram a AACCS em 13 de Julho de 2000 dois factos que constituiriam alegadamente, violação da Lei de Imprensa, imputando a sua responsabilidade ao Director de Informação.

O primeiro facto seria a admissão de um jornalista, para a secção de economia, de nome Bruno Proença, sem ter sido pedido previamente o parecer do C.R. O segundo facto prende-se com a existência de um coordenador da LusaNet, de nome Rosário Salgado, o qual não terá vínculo à empresa nem possuirá carteira profissional, e sem que o C.R. tenha sido ouvido. Ouvido o Director de Informação da Lusa, Jorge Wemans, informou o mesmo, em 24 de Agosto de 2000, em síntese, que relativamente à primeira situação, sem contestar o referido Comunicado apenso à participação do C.R. da Lusa, quanto à data da convocatória do mesmo, os "*membros eleitos*" não teriam querido "*lavar comunicado sobre a questão, pretendendo obrigá-(lo) a esperar por esse parecer até ao momento em que outras questões editoriais estivessem debatidas*".

Relativamente à segunda questão, confessa que terá havido lapso da sua parte, sendo verdade o referido pelo C.R. na sua participação; no entanto terá sido "*de imediato*" acelerado "*o processo de obtenção do título profissional*" de Rosário Salgado, sendo assim

corrigido o "*lapso*" que, no seu entender "*só pode ser assacado*" a ele mesmo. Das peças processuais resulta um manifesto mal estar no relacionamento entre os membros eleitos do C.R. e o Director de Informação da Lusa, para cuja normalização à AACS apenas competirá apelar, em ordem ao bom e cabal desempenho da missão do serviço público da Agência .

II – O DIREITO APLICÁVEL

2.1. Quanto à 1ª. questão suscitada, dir-se-á que ela releva, efectivamente, da competência da AACS, no âmbito do que dispõe o artigo 4º da alínea n) da Lei 43/98, de 6 de Agosto, com referência, em particular ao artigo 23º nº 2 alíneas e) e f) da Lei de Imprensa.

Acha-se oportuno salientar que, não sendo comum o recurso de Conselhos de Redacção à AACS no sentido de ver salvaguardado o exercício das suas competências, se deve saudar a iniciativa do C.R. da LUSA.

2.2. No que se refere a esta questão veiculada pelo C.R. da LUSA, estabelece o art. 23º da Lei 2/99 de 13 de Janeiro, as normas referentes à composição e competências dos conselhos de redacção e regula o direito de participação dos jornalistas na orientação do respectivo órgão de informação.

A alínea f) do referido art. 23º estabelece que compete ao C.R. pronunciar-se sobre a admissão dos jornalistas, no prazo de cinco dias a contar da data em que o mesmo processo lhe seja entregue.

2.3. Ora, para que o seu parecer tenha alguma utilidade prática, parece óbvio que o pedido de parecer, se deve efectuar com a antecedência necessária para poder ser cumprido o estatuído na Lei, sem o que se frustrará uma parte importante do direito de participação consagrado na alínea e) do artigo 22º da citada Lei.

2.4. Não é menos certo, porém, que nada impede o C.R. de se pronunciar, mesmo que desfavoravelmente, após a admissão do jornalista, não sendo, para tal, necessário sequer esperar pela iniciativa de consulta pelo Director de Informação, caso não tenha recebido o processo antes.

2.5. Acresce que, sendo embora criticável "*de iure condito*", o certo é que, na realidade, nem a Lei de Imprensa, nem as restantes disposições legais que vinculam a actividade dos jornalistas e das empresas em que exercem funções, estabelecem sanções para o incumprimento, pelo Director ou pela entidade patronal, do dever de audição prévia do C.R., correlativo do direito previsto no art. 23º nº 2 al. f) da Lei de Imprensa.

Com efeito, a audição do C.R. está configurada na Lei como uma competência do Conselho, expressão colectiva do direito individual da participação dos jornalistas. Como direito de participação que é, o C.R. pode pronunciar-se a todo o tempo sobre os factos que se integram no âmbito dessa competência, mas, desde que o processo lhe seja remetido, tem 5 dias para o fazer, ou seja, se o pedido de parecer for remetido depois de consumada a admissão de um jornalista, o respectivo prazo para se pronunciar só começa a contar a partir da data de entrega do respectivo processo.

2.6. Quanto à 2ª questão, é certo que, nos termos do artigo 12º nº 4 da Lei 1/99, de 13 de Janeiro "os jornalistas podem recusar quaisquer ordens ou instruções de serviço com incidência em matéria editorial emanadas de pessoa não habilitada com título profissional ou equiparado". O facto de a situação ter sido regularizada "a posteriori" não invalida a irregularidade cometida. No entanto esta matéria não se inclui no âmbito das competências e atribuições desta AACs.

III – CONCLUSÃO

Apreciada uma queixa apresentada pelo C.R. da Lusa por *alegada violação da Lei de Imprensa por parte do Director de Informação, a AACs deliberou considerá-la procedente por se ter verificado a violação do preceituado nas alíneas e) e f) do artigo 23º da Lei de Imprensa, no que se refere à admissão e ao exercício de funções de jornalista, não precedido de parecer prévio do C.R. e, em conformidade, chama a atenção para a necessidade de, em ambiente de diálogo franco e aberto e no uso da melhor boa-fé no relacionamento, serem respeitados os direitos de participação e de audição dos jornalistas, expressamente consignados na Lei.*

Esta deliberação foi aprovada por maioria, com votos a favor de Pegado Liz (relator), José Maria Gonçalves Pereira, Amândio de Oliveira, Fátima Resende, Rui Assis Ferreira, Maria de Lurdes Monteiro e Carlos Veiga Pereira, e contra de Sebastião Lima Rego e José Garibaldi (com declaração de voto).

Alta Autoridade para a Comunicação Social, em 27 de Setembro de 2000 O
Presidente José Maria Gonçalves Pereira

Juiz-Conselheiro

DECLARAÇÃO DE VOTO

(Deliberação sobre queixa apresentada pelo C.R. da LUSA

por violação da Lei da Imprensa

por parte do Director da Informação da LUSA)

Anexo As versões dadas pelo Conselho de Redacção e pelo Director de Informação da LUSA, relativamente às condições em que foram admitidos dois jornalistas, não são coincidentes e não permitem concluir, com toda a certeza, pela não audição prévia do C.R..

Nesta perspectiva, não possibilitam que a AACS produza um juízo de valor negativo, traduzido no deferimento dado à queixa, mas tão só uma recomendação no sentido do melhor entendimento entre os dois órgãos – tão necessário à estabilidade e à credibilidade da Agência.

Anexo IX - exemplo de comunicado do CR /Lusa/Direcção de Informação Fernando Paula Brito/ 18 Abril de 2012

Comunicado do Conselho de Redacção

Nota prévia à redacção: o Conselho de Redacção (CR) recentemente empossado informa que terá uma atitude dialogante e construtiva com a Direcção de Informação (DI), no sentido de contribuir para melhorar o trabalho da Agência Lusa. Para tal, o CR espera poder contar com sugestões, propostas e críticas construtivas de toda a redacção, apelando, em concreto, a que os jornalistas façam uso do email do CR para dar conta das mesmas (conselhoredacao@lusa.pt).

O Conselho de Redacção reuniu-se no dia 18 de abril de 2012, sob a presidência do Diretor de Informação, Fernando Paula Brito, com a presença de Margarida Pinto, Pedro Sousa Pereira, Rui Nunes, Sofia Branco e Tiago Dias.

O DI informou o CR sobre a política de estágios curriculares em curso na Agência Lusa, recordando que esta já havia existido no passado, mas tinha sido entretanto suspensa.

A atual DI reiniciou o processo a 01 de fevereiro e os estágios em curso terminarão no final do mês. A DI faz um balanço positivo desta parceria entre a Agência e várias universidades e pretende prosseguir com a iniciativa, tendo realçado que o objetivo “não é utilizar estagiários como mão de obra barata” e que estes

devem ser sempre acompanhados por um jornalista da Agência nos trabalhos que realizam.

A DI referiu ainda que está a apostar na formação, atualmente mais vocacionada para editores, mas que pretende alargar a outros jornalistas. Um plano de formação profissional que abrangia toda a redação foi apresentado a subsídios comunitários (QREN), mas não foi aceite, com base no nível de qualificações académicas e profissionais da redação.

“Não há subsídios, mas tem que haver formação”, realçou, porém, o DI, que decidiu começar pelos editores por ter constatado “uma série de erros feitos diariamente, que têm de ser corrigidos”, no sentido de haver “uma uniformização de procedimentos e interpretações”.

Deverá seguir-se, adiantou o DI, uma formação para jornalistas nas áreas de Justiça, Segurança e Administração Interna.

A parceria com o Ciberdúvidas é para continuar, mas, reconheceu o DI, esta versa apenas sobre a língua portuguesa, sendo necessário introduzir formação específica em jornalismo.

O CR apresentou algumas sugestões no sentido de aumentar as atividades de formação, internas, mas também abertas ao exterior, como já aconteceu no passado. A DI ficou de promover um encontro só para debater estas sugestões e apresentar as suas.

O DI deixou um apelo à leitura do Livro de Estilo, sobre o qual pretende apresentar, “nas próximas semanas”, propostas de revisão. Não rejeitando, à partida, a pertinência de tais propostas de revisão, o CR realçou, porém, que o Livro de Estilo em vigor resultou de um longo e recente processo de análise, sendo importante que não se perca, de novo, demasiado tempo em torno de um documento de crucial importância para o dia a dia da redação. O CR elogia a ideia, já transmitida à redação pelo DI, de abrir as propostas de revisão a todos os jornalistas da Lusa.

Sobre algumas alterações de procedimentos diários, nomeadamente as relacionadas com os Piquetes e com a rotação de jornalistas destacados em serviço, o DI confirmou a intenção de “libertar os Piquetes” e sublinhou que é preciso “mudar a

cultura de trabalho”, defendendo que se deve “dar mais responsabilidade às pessoas para seguirem as suas áreas”. Procurando uma atitude de “mais autonomia e mais proactiva”, o DI sublinhou, porém, que os editores têm de acompanhar em contínuo o trabalho dos jornalistas.

Na sequência do debate entre o anterior CR e o DI sobre a extinção das delegações da Agência em Coimbra, Évora e Faro, que será consumada até junho, o CR transmitiu as preocupações dos colaboradores daquelas delegações e as suas dúvidas quanto ao seu futuro laboral e os procedimentos logísticos a adotar. Entre aquelas que foram manifestadas junto do CR estão a natureza e valor dos subsídios que serão atribuídos aos jornalistas e questões logísticas relacionadas com o local onde ficam as viaturas de serviço e os equipamentos multimédia.

“A decisão está tomada, estamos a instalar na casa dos futuros residentes todos os meios necessários para que eles possam trabalhar”, realçou o DI, acrescentando que deverá ser aplicado aquilo que está previsto no Acordo de Empresa e que os jornalistas vão receber subsídio de instalação.

A DI sublinhou que se deslocou aos três sítios “várias vezes” e que “tudo foi ao DI. “Traduzimo-la na prática, porque vimos vantagens editoriais no novo modelo. Não me preocupei muito com a redução de custos. Pessoalmente, duvido que se poupe dinheiro. Há vantagens editoriais nítidas com o novo modelo”, sublinhou o DI.

O Sindicato de Jornalistas emitiu um comunicado, posteriormente à data em que se realizou a reunião entre CR e DI, no qual denuncia que a administração da Agência “está a pressionar os jornalistas ao serviço nessas delegações para que aceitem passar a trabalhar em casa”.

O atual CR não foi contactado pelo Sindicato a propósito deste assunto.

O CR compromete-se a falar com os vários sujeitos em causa no comunicado divulgado, nomeadamente pedindo esclarecimentos por escrito ao presidente do Conselho de Administração e ouvindo, de novo, os jornalistas em causa.

Sobre a fusão das editoriais Sociedade/Cultura e Lusofonia/Internacional, o CR propôs ao DI que se fizesse um balanço, passados já três meses, ouvindo chefias e jornalistas sobre as mesmas, atendendo a que essa decisão suscitou dúvidas no seio

da redação, tendo o anterior CR manifestado mesmo “reservas” em relação a esta reorganização. O DI mostrou-se aberto a essa possibilidade, mas considera que três meses ainda é pouco tempo para fazer uma avaliação, porque “o processo de integração ainda não está terminado”.

O DI diz estar “satisfeito” com o resultado das fusões, mas reconhece que ainda não fez um balanço. “Vou pensar nisso, acho cedo ainda, mas terá de ser feito nalgum momento”, disse.

Sobre a condução do Piquete da Madrugada a partir de Macau, processo iniciado ainda com a anterior DI, o atual DI considera que, “para já, está a funcionar” e realçou a poupança de custos. Questionado sobre o CR sobre o atual estatuto editorial de três das jornalistas que asseguram as madrugadas – que fazem escolhas editoriais e têm acesso direto à linha, podendo publicar diretamente –, o DI disse desconhecer o procedimento em vigor, mas garantiu que se iria informar.

O CR informou o DI que considera insuficiente que a notícia sobre Domingos Paciência, ex-treinador do Sporting, posteriormente objeto de uma anulação, tenha sido discutida apenas numa reunião informal entre a DI e o anterior CR.

Na opinião deste CR, trata-se de um caso de editorial importância, que deve ser usado para fazer pedagogia para o futuro e evitar situações semelhantes no futuro.

O CR considera que este assunto coloca muitas questões pertinentes para a prática jornalística – uso de fontes anónimas/credibilidade das fontes/dever de contraditório/responsabilização das chefias –, que devem ser debatidas amplamente de forma a evitar situações semelhantes no futuro.

O CR vai, por isso, ouvir o jornalista e os editores envolvidos na redação e aprovação da notícia em causa.

O CR considera que houve precipitação por parte da DI ao decidir a anulação de uma notícia, sem ter a certeza de que a informação é falsa. O próprio DI afirmou: “Nunca dissemos que a notícia era falsa, dissemos que podia ter sido feita de outra maneira”.

O DI precisou que também nunca se confirmou a veracidade da informação.

Na dúvida, e não tendo havido qualquer prova de que a notícia em causa não correspondia à verdade, o CR não vê qualquer razão para a sua anulação.

O CR não pretende, com a análise desta notícia sobre Domingos Paciência, julgar ou penalizar o jornalista, os editores ou os chefes de redação, mas sim entender por que motivo a notícia foi anulada, duas semanas após os factos, sem nunca se ter referido que a informação é falsa – motivo que justifica a anulação de um texto divulgado na linha da Agência Lusa.

O DI frisou que a notícia foi anulada “por não ter cumprido, à partida, todas as regras que devia ter cumprido” e que se tentou obter uma confirmação ou um desmentido da direção do Sporting durante “duas semanas”. E informou que “não há qualquer processo em curso” contra a Lusa relacionado com este caso.

Reconhecendo os erros na construção e na divulgação da notícia, o CR não vê a anulação como a melhor solução e pretende debater o assunto com os envolvidos, na tentativa de se encontrar, apesar de o texto já ter sido anulado, uma alternativa para problemas semelhantes que possam vir a repetir-se no futuro, passando, por exemplo, pela revelação da fonte (no caso de má fé) ou pela explicação da forma como a informação foi obtida. Ou então, continuando a investir editorialmente no assunto, durante o tempo que for necessário, de forma a provar a veracidade das informações obtidas e divulgadas.

O CR considera que o procedimento que foi adotado neste caso penalizou exageradamente o jornalista autor da notícia, sobretudo num contexto marcado por uma ameaça de processo jurídico por parte do então treinador do Sporting, e desresponsabilizou a cadeia de comando (editores e demais chefias), realçando que os jornalistas não escrevem diretamente para a linha e que cabe às chefias avaliar o cumprimento das regras básicas do jornalismo.

O CR propôs já à DI a adoção de uma medida, com caráter de urgência: acrescentar as iniciais do editor/revisor da peça em seguida às iniciais do jornalista que a escreveu, no sentido de evitar que o jornalista fique isolado num caso como este.

O DI considerou a proposta válida e comprometeu-se a estudá-la, no sentido de a incluir numa eventual revisão do Livro de Estilo.

O CR não vê necessidade de esperar por tal revisão, tendo realçado que se trata de um procedimento que a DI pode facilmente adotar, bastando, para isso, que o decida e o comunique às editorias.

O DI informou que continua a aguardar o resultado do inquérito interno sobre as agressões a jornalistas, que envolveram José Sena-Goulão, e que a DI não apresentou ainda uma queixa judicial. Se a polícia pedir desculpa pela atuação, a DI ficará “moralmente satisfeita”, mas “está tudo em aberto”, disse.

Sobre as avaliações em curso, o CR transmitiu ao DI as suas opiniões sobre o mesmo, nomeadamente sobre o não cumprimento dos prazos estabelecidos e as sucessivas descontinuidades do processo.

O CR informou o DI de que, não se opondo ao princípio da avaliação, pedirá a anulação do processo atualmente em curso, por considerar que o mesmo está eivado de ilegalidades e injustiças.

O DI disse apenas que a condução do processo de avaliação não é da responsabilidade da DI, mas reconheceu alguma preocupação face ao processo de 2012, referindo que insistiu “várias vezes, desde dezembro, para que se iniciasse o processo”, remetendo as razões para o atraso verificado para a comissão de acompanhamento.

O CR questionou ainda o DI sobre a atribuição de licenças sem vencimento – que vêm descritas no Acordo de Empresa (Capítulo IX, Secção II, Cláusula 54.^a), tendo o DI realçado que a decisão é tomada “caso a caso”.

Questionado sobre os detalhes que levaram à instalação, na sede da Agência, de uma jornalista do Porto Canal, o DI disse que “foi um negócio feito pelas equipas comerciais”, que resultou de “uma oportunidade de negócio”.

O DI admite que tal parceria “pode colocar problemas editoriais”, frisando que impôs “uma condição”, a de que o Porto Canal “não pode estar instalado na redação”, frisando que tem de haver uma “divisão total das águas”.

O DI disse ainda que estão a ser equacionados o fim da subscrição do serviço da agência AP, o início da subscrição do serviço em inglês da agência AFP e o aumento do serviço da Bloomberg – para estas mudanças apontou razões relacionadas com poupança e pouca relevância em termos de qualidade.

A confirmar-se o fim do contrato com a AP, o CR considera a decisão preocupante, sublinhando que não se trata apenas de uma ferramenta de trabalho importante para a Editorial Lusofonia e Mundo, mas também para outras secções da Agência e para os Piquetes da manhã, noite e madrugada.

A Associante Pres garante uma cobertura noticiosa importante, ainda mais relevante em vésperas de eleições presidenciais nos Estados Unidos e antecipando-se, para este ano, um agravamento das relações entre Irão, Israel e Estados Unidos. Isto para além do noticiário sobre a situação económica e financeira internacional relevante para o acompanhamento da atualidade.

Para o CR, a existência das três agências que são utilizadas presentemente – EFE, AFP e AP – correspondem, cada uma por si só e as três no seu conjunto (pelo tipo de noticiário específico, interesses geográficos e políticos), a um serviço mínimo para o acompanhamento eficaz da atualidade a nível mundial.

Mais uma vez, o CR sublinhou que, a haver uma alteração, a decisão deve ser acompanhada de uma explicação por parte da DI sobre os objetivos editoriais que pretende atingir com a mesma.

O CR,

Anexo X - Resumo dos assuntos tratados em 36 comunicados do Conselho de Redação da Lusa de 2006/2010.

1 - 26 Maio 2010 – Com. Nº36 – nova chamada de atenção para a deterioração o serviço da lusa e a necessidade da agencia citar os órgãos de informação de onde retira noticias. Critica Lusa eu fez noticia do administrador da PT dar flores às suas funcionárias, facto que considerou branqueamento do problema face oculta porque neste dia, muitas administrações deram flores às suas funcionárias”.

2 - 08 Março de 2010 –Com nº 35 - CR deu parecer favorável a uma entrada de uma estagiária para a Economia. CR apresentou conjunto de informação que apresenta branqueamento censório e que pediu apreciação do CD do Sindicato dos Jornalistas. Casos em que a Lusa ´visada – nomeadamente Caso Moura Guedes/TVI e foram apagadas expressões alusivas à Agencia. Idêntica situação se passou nas declarações do director do Expresso à Comissão de Ética. CR alertou para o facto de a agencia não poder desmentir noticias que não elaborou.

3 - 29 Janeiro 2010 – Com. nº33

CR questiona parceria da Lusa com o Bes em que lhe foram indicados assessores deste sugerem as pessoas a entrevistar, alertando que um jornalista não pode produzir texto imagem , ou áudio, fora da estrita perspetiva noticiosa. Viola o Estatuto do Jornalista. Mais nomeação de editores. Negados. O Di refere não receber “lições de gestão participada dos membros eleitos do CR, uma vez que estes, em algum casos, estiveram ligados a grupos que lideraram a agencia com bem menos diálogo, bem menos participação e bem menos competências editoriais ou outras atribuídas a editores (...)

3 - 14 de Janeiro de 2010 – Com- nº32 - CR questiona a cobertura da Agencia sobre apenas a presença do PM e não a cimeira em si, de grande importância. Cr lamenta esquecimento dos Palop e promessa do Di de que iria transformar a empresa numa grande agencia da Lusofonia. O Cr defendeu que a Lusa não deve publicar textos de pessoas sem titulo profissional, a propósito de ter publicado um texto de um membro da organização do Greenpeace. Criticou a não coberta da Agencia da Assembleia Constituinte da Federação de Jornalistas de língua Portuguesa com a presença do Secretário Executivo da CLPP, apesar da aposta e interesse assumido pelo mundo lusófono. Novos pareceres negativos.

4 - 27 de Nov. de 2009 – Com.nº31 - CR quer saber da decisão da feitura das madrugadas a partir da China e de um novo escritório em Xangai.

5 - 1 Outubro de 2009 - Com. Nº30 – CR discorda da política de contratações e de gestão de recursos humanos e manifesta preocupação com situação económica da empresa, alerta já dado pelo Conselho Fiscal. De parecer negativo à admissão de um editor. Registou atraso na revisão do livro de Estilo.

6 - 9 e 17 de Agosto – Com.nº29- CR alerta para o não pedido de parecer sobre a admissão de estagiários. CR fez queixa à ERC sobre admissão de jornalistas á revelia dos preceitos da lei de imprensa. Cr Chama a atenção de alterações de notícias pelos editores sem poem as suas ciglas.Observa da contratação de jornalistas juniores com salários superiores aos séniores o

que causa mal estar. A lusa continua a produzir textos tecnicamente deficientes e que violam o livro de Estilo

7 - 19 Maio 2009 – Com Nº27 - Di propôs junção de uma deliberação da ERC sobre a suspensão da participação do DI as reuniões do CR. Revisão dos livro de estilo e prontuário da agência. Apresentação do Novo Acordo Ortográfico. CR deu parecer para uma entrada na economia e voltou a alertar para a situação económica da Agencia . Preparação para as eleições europeias. Nova chamada de atenção ao desvirtuamento do serviço da Agencia.

Nova chamada para clima de mau estar na Redação.

8 - 17 Fev. 2009 – Di não compareceu à reunião e DI adjunto foi rejeitado por ser ilegal.

Cr volta a criticar a ausência da Lusa em acontecimentos importantes e diz que a função da Lusa é dar notícias e não estórias. Chama a atenção para um maior equilíbrio na cobertura de notícias do caso Freeport.(menos notícias quando o assunto é desfavorável a Sócrates)Com.21- esclarecimento a declarações do DI ao Correio da Manhã sobre a acusações de que os jornalistas da lusa faziam “cópias” de notícias/entrevistas de outros OCS

9 - 21 Nov. 2008 - Com.20 – Di escreve ao PR sobre notícias “cópias”.

O CR criticou a atitude do Director sobre jornalistas que respigara entrevista do PR ao Público e outras importante, exigindo clarificação sobre o tratamento dado a notícias de outros órgãos de informação.

10 - 23 de Outubro e 6 de Novembro de 2008 –CR analisou a cobertura da Lusa dada a propósito do lançamento do computador Magalhães e criticou o excesso de atenção a ministros que nada tinham a ver com o computador.

CR considera “censória” determinação de não se usar na economia o termo “estagnação.Notícia sobre banco sem o ter ouvido previamente. Anulação mais desastrosa

Análise de coberturas presidenciais e de greves. Di alertou que a Lusa não deve ter notícias nos jornais sem lhes acrescentar valor.CR criticou situações em que jornalistas que discordam e questionam serviços, mesmo concretizando-os com profissionalismo, são ameaçados de perderem isenção de horário ou de serem mudados de secção se não fizerem acriticamente tudo o que lhes é ordenado.

11 - 16 Outubro 2008 – O Cr discorda de projetos de rescisão de contratos, para depois se admitir novo pessoal com salários mais elevados e sobretudo utilizando o argumento o excessivo crescimento da Redação.

12 - 12 de Agosto 2008 - Nomeações vetadas

13 - 15 e 24 Julho 2008 -CR fez análise crítica de takes da agência que se afastam das suas regras. Nomeadamente os lead a meio da notícia, notícias de comunicados e anúncios de emprego, notícias sem fonte ou backgrounds, textos escritos com linguagem brasileira. Nomeações e contestação sobre discrepâncias de salários

15 - 14 Abril 2008

Reunião conjunta com PCA e DI. CR deu pareceres sobre directores adjuntos e falou de encargos financeiros com as nomeações, em discrepância com os jornalistas existentes.

16 - 8 de Abril 2008 - DI faz queixa à ERC e CD sobre documento de trabalho, interno apresentado pelo CR e diz que o que estava em causa era uma “primeira versão da cata em reunião”.

Nos textos enviados o Di pergunta se é possível se “é legítimo a membros eleitos do CR colocar as competências de um órgão ao serviço dos seus desígnios pessoais”. Que são “fragilizar a ação legítima dos responsáveis editoriais, através de uma cação continuada de desgaste por esta ser uma das formas mais elaboradas de obter o poder – poder real, efetivo, pessoal – dentro da agência.

O CR manifesta preocupação por sucessivas transferências, compulsivas, unilateralmente efectuada e pelo descontentamento da Redação e gestão “desastrosa dos recursos humanos”. O DI refere as mudanças como “ajustes” e que representam apenas “uma pequena parcela das mudanças”. CR disse que ia denunciar à Eric o facto de a Lusa continuar a utilizar o trabalho de estagiários curriculares, sem a necessária habilitação profissional, contrariando recomendação da própria entidade reguladora. CR disse que iria apresentar carta à Comissão da Carteira Profissional sobre os estagiários. CR criticou mais uma vez, nomeações em parecer do CR. Formação de jornalistas.

CR rejeita a propósito de uma notícia saída no Público sobre a não exclusividade do PM Sócrates quando era deputado, que o DI tenha socorrido de um parecer de um jurista que veio do gabinete do P.m. e também da utilização do DI de extratos de comentários num blogue para citar como notícia. CR criticou a quantidade de correções de notícias e erros de ortografia e de sintaxe. Alertou para a descaracterização do serviço da Lusa, de que é expoente a acusação “lá estás a pensar à Lusa” frequentemente feita pela direção nas reuniões com as chefias. CR alertou para a preservação do estilo de agência como as demais

agencias internacionais e pelas características de rigor , objetividade e principio do contraditório. Transferência para o desporto de FV jornalista de economia, com 30 anos de casa e prémios, para o desporto.

17 - 17 Janeiro 2008 – Com. nº11

Director informa da sua intenção de praticar a “mobilidade dos jornalistas” e de “tornar o noticiário menos institucional. CR alertou para transferências contra a vontade dos jornalistas, sublinhando que isso tem criado instabilidade e descontentamento na Redação. O alerta para se tratar os clientes da Lusa, mais como clientes, ou seja na comercial e critica a maioria dos editores por serem avessos a contactar os seus homólogos nas redações de outros OCS “sempre numa perspectiva de jornalismo e não de marketing,” para chamar a atenção para os trabalhos em curso na Lusa que lhes possam interessar. Fala da aquisição de material de vídeo e imagens para os serviços de LUSA/TV e Internet. DI fala de poupanças conseguidas com o seu método de gestão da redação.(cartões, fotocópias, e (pelo facto de não se ir a isto ou aquilo, por ir”). Foi publicada uma lista do “top” das pessoas que mais tiraram fotocópias.O CR chamou a atenção de um texto do delegado de Timor-Leste que não se coadunava com as regras da Agência.

18 - 21 dezembro 2007- Transferências de Jornalistas de secções para outras, mudança de editores, vários sem a concordância dos jornalistas. DI anunciou queixa à ERC contra o CR ao Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas por se considerar difamado num texto de trabalho que o CR lhe apresentou. O texto de trabalho fazia eco das preocupações manifestadas pelo CR pela redação acerca de questões editoriais e de funcionamento. Houve adiamento da discussão dos assuntos agendados com uma semana previa.

19 - 19 e 25 de Outubro - Transferência compulsiva de uma jornalista para o Centro de Documentação. Polemicas sobre mudanças , admissões e transferências, com o DI a reafirmar que a sua ideia é tratar bem as pessoas.

20 - 17 Julho de 2008 - parecer favorável a entrada de dois profissionais administrativos na carreira jornalística, depois de terminados os seus estágios. Questões de não cobertura de greves, planeamento do trabalho dos jornalistas. Fraca cobertura noticiosa sobre as 7 Maravilhas do Mundo. Lusa não noticiou via ao PM porquê? Promoções ilegais.

21 - Comunicado do CR reagindo a nota do Di de 19 de Abril de 2007- O CR alertou que MP não tinha titulo de jornalista e não podia ser editora. Nomeações à revelia do CR e empresa e referencias ao premio de um fotojornalista: “Mais vale tarde...

22 - 19 Abril lusa comunicado nº5 (DI MV) 2007.- O DI pediu parecer sobre admissão da jornalista MP para o cargo de editora adjunta, que tem carreira como correspondente em Portugal de jornais e revistas estrangeiras. O C. Redação considerou não ter o perfil indicado, e sugeriu que a mesma entrasse como redatora de depois, passados alguns meses, depois de se adaptar a agência, a sua capacidade para um cargo, seria avaliada. MV recusou. O CR de Redação deu parecer negativo . Sobre a entrada de outra jornalista para a LUSATV, deu parecer positivo por unanimidade. O CR debateu a questão dos jornalistas, escalados para cobertura da presidência portuguesa da UE.O CR questionou a passagem para a Redação de três técnicos , sem parecer prévio do CR, pois desempenhavam funções técnicas e administrativas.

O DI informou que estes três trabalhadores estarão três meses a estagiar e que findo aquele período será apreciado o seu trabalho e pedido parecer ao Conselho de Redação relativamente à passagem para a carreira de jornalista.

Os trabalhadores que estão a fazer estagio e a produzir para a linha têm de ter um título provisório, o que deve ser precedido de parecer prévio do CR. Se estão num período de avaliação sem título provisório de estagiário, podem apenas produzir notícias de “laboratório” mas não podem ser editadas para sair na linha da agência. Neste caso só será preciso parecer antes do inicio do estágio profissional. Os membros do Cr questionaram o DI sobre promoções por “escolha” de Jornalistas, no passado dia 01 de Fevereiro, feitas em violação do Acordo de empresa e sem o obrigatório pedido de parecer ao CR .Uma jornalista ao fim de seis meses de uma anterior promoção por escolha passou do terceiro para o quinto grupo. O Acordo de Empresa estipula que as promoções só podem efetivar-se um ano após a última e fazem-se obrigatoriamente para o grupo seguinte .CR tem reunião com Administração da Lusa a quem considera corresponsável pelas promoções ilegais e sem parecer do CR, escolhidas pelo director. Cr congratula-se pelo premio de Fotojornalismo atribuído a um fotógrafo da Agencia, escolhido entre 6 mil fotos de candidatos internacionais.

23 - 23 Dezembro 2007 - o Cr deu conta ao Di dos resultados que tiveram com editores da Agencia a propósito do mau ambiente na Lusa envolvendo a Direcção de Informação e alguns editores que de resto chegou a ser noticia nos jornais. Uma maior percentagem de audições a editores, referiu problemas de relacionamento com a Direcção de Informação seguindo-se a acusação de que o “DI não sabe ouvir as pessoas”, que e interferiu em algumas editorias, que desvaloriza o trabalho das pessoas e que por último implementa esquemas de trabalho desajustados da Agência. O DI afirmou que estas questões são atribuídas a um grupo que

está claramente identificado e “com um historial longo na casa” e o qual tem a mesmas oportunidades de trabalho que os demais editores. “Há duas coisas de que esta direção não abdica: de tratar bem as pessoas, de todas as pessoas, a todos os títulos, incluindo os salariais: e a de indicar um rumo para a agência que proporcione um melhor serviço aos clientes”. O DI disse que “não desvaloriza o trabalho das pessoas” pelo que essa questão é “uma absoluta mentira”. Pelo contrário “se há coisa que esta Direcção tem feito é aumentar o grau de autonomia e responsabilidade de jornalistas e de responsabilidade de jornalistas e de editores em toda a estrutura, desde a Agenda à delegação do Porto, passando por todas as editorias, correspondentes e delegados”.

Questionado sobre se a DI vai fazer alguma reestruturação na Agência e se isso pressupõe a contratação de jornalistas o Di admitiu que possam ser contratados “um par” de editores para “pontos cirúrgicos e que haverá reestruturações mas só depois do Orçamento da Lusa ser aprovado. Referiu que haverá reestruturação novos editores e editores adjuntos porque a agencia tem mais carência de chefias do que de redatores. Frisou que a questão das editorias “é da sua competência” e não são os editores que escolhem o modelo, mas sim a direção. O Di esclareceu que algum “mau ambiente entre o DI e o ADM que transpareceu nas noticias na comunicação social, “decorre da vontade do Di de melhorar as condições de trabalho dos jornalistas”. Disse que as suas preocupações “são de raiz editorial” e que a Lusa tenha condições para melhorar o serviço aos seus clientes.

CR nota DI de mais uma admissão sem parecer prévio do CE. CR questionou DI sobre admissão de jornalista para delegado em Timor Leste, sobre a demissão de outro jornalista e sobre a contratação de um pessoa externa para acompanhar a agenda da Lusa.

CR contesta metodologia saída de dois documentos “Direito de Resposta” que não são pratica de agencias internacionais. Explicaram que a agencia produz noticias e quando alguma está errada há mecanismos próprios de a corrigir.

24 Outubro 2006 - CR expressou o seu desagrado por não ter sido ouvido relativamente a mudanças na Redação, nomeadamente na Fotografia e no Desporto. Denunciaram que a não consulta do CR tem sido falha frequente do DI. O CR disse que todas as entradas de jornalistas seja de fora ou de reconversão de carreiras, obrigam ao parecer do CR. D pediu desculpa pelo ocorrido.

Sobre a demissão do editor e subeditor da política. o DI diz que os argumentos do jornalista se basearam em “questões de estilo”. O jornalista corroborou “questões de métodos e de conceitos diferentes quanto à forma de fazer jornalismo”. NS disse: “quando sentes que a tua opinião face às questões de condução da editorai vale, zero, saís”.

25 - 16 e 21 de Junho – O DI pediu parecer para a entrada de um editor que seria dentro de um ano Chefe de Redação, já depois de uma semana antes ser saído na linha da agencia Lusa, ainda que a admissão do jornalista só estivesse prevista para 22 de Junho. Trata-se de uma grosseira violação das competências do CR consignadas na lei de imprensa (artº23 Alina f) – Esta foi a segunda vez que o DI pediu parecer quando já estava consumado. Cr deu parecer favorável à entrada de um editor, mas um dos membros votou contra por considerar que estava a haver uma sistematiza violação das competências do CR. O DI ripostou com nova declaração de voto. Queixa de um jornal sobre alegado plágio da Lusa.

26 - 01 de Junho – Com. Nº01 - DI apresenta reestruturação da Editorai Nacional e a sua divisão em três editorias e perante a observação do CR de não ter sido consultado neste processo, mas apenas depois de consumado. Considera o CR que devia ter sido envolvido no processo. O DI acolheu “as sugestões que lhe foram feita pelas dezenas de jornalistas com quem falou” e afirmou “O Di respeita todos os papéis desempenhados pelo CR defende o seu aprofundamento, nas não aceita partilhar a gestão da redação nem dilui-la num sistema de codecisão”.

Anexo XI – (Quadro 1) -Síntese dos assuntos tratados em 53 atas dos conselhos de redação do Jornal de Notícias

1 - 30 de Outubro 2008 - encerramento de filiais. Oposição de nomeação de um colaborador para os quadros no desporto, quando havia profissionais do quadro a espera de oportunidades. Director discordou dessa interpretação. Novas dificuldades industriais na feitura do jornal. Redução de páginas face ao custo do papel. (7 Novembro 2008).

2 - 9 de Outubro de 2008 – substituição de um membro eleito; chamada de atenção sobre notícia encapotada de publicidade, recusada pelo director. A notícia era feita por uma estagiária, tinha as suas iniciais e o CR considerou que o aproveitamento do seu trabalho, configurava uma situação de exploração e exploração de trabalho de outrem. Há anos que ninguém no JN inicia a carreira profissional. Denunciam o desacompanhem-to de estagiários curriculares ou a seu trabalho em dias de folga para socorrer situações limite indesejáveis. Analise de erros e de critica a utilização de expressões vulgares ou de noticias sobre situações de violência com as respectivas fotos. Novamente o problema da promiscuidade entre noticias e anunciantes. Saída de quedos para o CM. Questionaram papel do Director geral de Publicações na Global Notícias. Fecho delegação a substituir por correspondentes. CR considera erro e critica a saída de quadros sem que o jornal os tente segurar.

3 - 20 Novembro de 2008 - Analise de uma noticia sobre uma audição a Vítor Constâncio do Banco de Portugal sem esclarecimento de que a audiência prosseguia a hora do fecho, critica a uma foto primeira página sobre a ex-companheira de Pinto da Costa. Director assumiu a escolha e aceitou critica. Novamente analisada a necessária identificação dos produtos publicitários e sua distinção das notícias. Analise de uma polemica em torna de um texto de opinião e da pertinência de réplica. Analise de prémios e aumentos diferenciados , progressões fora do contexto das avaliações. O Director considerou que tal assunto não era da competência, não estando, nem no espírito na letra da lei *. Transferências de jornalistas para

preenchimento de lugares, dentro do grupo(21 Novembro 2009 redação do comunicado Porto)

4 - Dia 17 Julho 2008- fraca qualidade de textos , quebra de audiências do jornal, noticias com eventual mensagem publicitária, quebra de audiência do jornal, fritti de ôntica à utilização de ilustrações desnecessárias e inestéticas – caso galo de Barcelos ou um peixe negro . em vez de fotografias propinas e do real. Há que privilegiar o trabalho jornalística e fotográfico, tornando a ilustração um recurso secundário. Erros, falta de cuidado da redacção, reprodução do jargão usado pelas policcias.- caso de noticia entendida como publicitaria, que o director considerou não e tratar de publicidade- era centrada na escolha de modelos para o catálogo da marca em questão- Chamada de atenção para o jornal online, onde as noticias permanecem quatro dias sem ser atualizadas.

5 - 27 de Junho de 2008 . CR analisou atribuição do Prémio Pacheco Miranda, concurso de quadras e noticia sobre as sanções ao S. L Benfica, como o necessário respeito pelo principio do contraditório. O director referiu que em exceções raras e mediante documentação veraz, o contraditório pode ser dispensado. O CR entendeu o contrário. O principio do contraditório não foi cumprido e levou a uma manchete do jornal falsa. Lamentarem o pouco relevo dado ao concurso de quadras S. João, e debateram o tiramento sobre o mesmo tema dado pelos jornais concorrentes, porventura melhores. Jornalistas a recibos verdes e publicidade /noticiosa.

6 - 07 Junho de 2008 – alterações na redação, transferências de jornalistas. CR não foi consultado. Director diz que o regulamento prevê reuniões mensais, e que este se reúne de quinze em quinze dias e ainda que a lei só o obriga a reunir quando se quiser aconselhar ou para os casos em que o voto consultivo do Cr é obrigatório. O Cr alerta para o facto de constar o nome do mesmo jornalista PF surgir associado em ambos os casos P e JN, surgir associado à direção e o seu nome não constar da carteira profissional. Falou-se da participação de trabalhos de jornalistas de outros jornais do Grupo. (FF).

7 - 21 Maio de 2008 - reestruturação do Jornal. Mudanças na estrutura redatorial. Melhoria da qualidade do jornal, O diretor apresentou uma linha avançada da Chefia, Organização da Página do Leitor. O director anuncio reuniões com a redação dividida em grupos, tendo apresentado mudanças editoriais, sendo que houve jornalistas “que entraram mudos e saíram calados”. (DI). O CR entende ser este momento para envolver toda a redação e da conta de que alguns jornalistas, aos errem confrontadas com um facto consumado, não se sentem o mesmo sentimento comum de pertença e entrega ao jornal. CR discutiu atrasos de paginação e as celebrações dos 120 anos do jornal. Discutiu-se a equidade e equilíbrio dar nas ent4revistas a figuras publicas dos diferentes partidos e o DI disse que elas serão feitas de acordo com a relevância noticiosa e que não se sentia obrigado “à ditadura do centímetro” dando o mesmo espaço a todos os candidatos. CR chamou a atenção para o facto de estar em curso a discussão publica do Estatuto Disciplinar dos Jornalistas, competência da Comissão da Carteira para infracções deontológicas. O CR disse que “existe a percepção, na redação de um claro défice de esclarecimento na matéria, no qual os CR desempenharão, nos termos da lei papel relevante”. Chamada de atenção para trabalhos jornalísticos sem assinatura._

8 - 17 Abril de 2008 - Director chama a atenção para a emissão de relatos consensuais das reuniões o pena de ter de fazer o seu em separado. O CR aceitou, mas disse que ficará livre para em separado fazer comunicados mais explicativos sobre as matérias que o preocupam a redação. Di anunciou acordo de parceria com DN em matéria de enviados especiais – 5 ou 6 por ano – de forma rotativa. Anunciou ter estabelecido uma parceria por varios órgãos do grupo Controlinveste, para a cobertura do Campeonato da Europa de Futebol. “Nos termos desse acordo, os vários órgãos do grupo produzirão conteúdos que poderão ser partilhados”. Critica sobre conteúdos publicitários sob forma noticiosa. O DI admitiu que o JN poderá ver-se “empurrado” para algumas dessas soluções de “publicidade criativa” resultado da pressão do mercado e da aceitação pela concorrência”. Lembrando a recomendação da ERC 1/PUB-I/2008 sobre a publicidade encapotada. Foi salientado pelo CR a necessidade de um “pacto de regime” com as editorias nacionais, para uma autorregulação, ou seja autodisciplina jornalística.

9 - 3 de Abril de 2008 - primeira reunião do conselho eleito em 27 de Março. Mudanças na Redação em especial a transferência de uma jornalista de um departamento para , desautoriza-las e que tal mudada não era uma castigo. Novas alterações de páginas e serviços.

10 - 17 de Março de 2008 – comunidade isolado de um membro a demitir-se do conselho, alegando dizendo que a eleição de um CR “não é mecanismo de cação política ou laboral”.

11 - 16 Março de 2008 – comunicado do CR – ainda o caso da transferência de uma jornalista tida como “um castigo” e demissão do chefe de redação que se solidarizou com ela e que diz “ter perdido o respeito por parte da Direcção”. Demite-se membro do CR.

12 - 16 março de 2008 - mensagem de um membro do CR em réplica.

13 - 16 de Fevereiro de 2008 – Analise das filiais do Jornal . hipótese de encerramento de algumas. Posições sobre processos disciplinares. Cr propôs arquivamento. Um deles teve suspensão 30 dias porque a administração aprovou proposta da instrutora do processo. Discutidas iniciativas para celebrar os 120 anos do jornal.

14 - 2 de Fevereiro de 2008 – CR discutiu decisão de partilha de instalações de algumas delegações com jornais diferentes, embora do mesmo grupo, preocupando-se com perda de identidade. Distribuição de um inquérito para a recolha de contributos para a elaboração de um livro de estilo.

15 - 25 Janeiro 2008 – queixas de organizações que pedem cobertura noticiosa, Analise de reestruturações. Livro de Estilo estudado pela Universidade do Minho. Eleição de um novo Provedor.

16 - 7 de Novembro de 2007 – demissão de dois elementos de chefia, polemica. CR manifesta preocupação pelo “histórico recente de demissões” pontuais na estrutura hierárquica.

17 - 7 Novembro de 2007 – comunicado de um jornalista a reclamar não ter sido ouvido pelo CR no processo das demissões.

18 - 7 Novembro de 2007 - esclarecimento ao CR de um dos jornalistas despedidos.

19 - 7 Novembro de 2007 – Posição do CD sobre as demissões de dois quadros superiores.

20 - 12 de Outubro de 2007 – caso de um jornalista “prejudicado” por não possuir carta de condução e resposta do director “o JN não tem nem viaturas nem motoristas como tinha ao tempo daquele jornalista chegou ao jornal. O mundo mudou. CR alertou para a perigosa publicação de casos de fotos de suspeitos de crime, como foi o caso de uma pessoa suspeita no caso do desaparecimento de Medicam. Pede ao Di que não se entre numa concorrência perigosa. Fala na indispensabilidade do livro de Estilo. Quebra do jornal na tiragem das vendas. Critica pela participação de um director adjunto numa manifestação. O CR considerou que o jornalista pelas funções de direcção não perde os direitos de cidadania. A sua imagem foi colocada no site da CMP. Analise da cooperação entre o JN e um jornal gratuito da “Global Noticias”. CR manifesta preocupação por estarem a ser utilizados trabalhos dos jornalistas. Di diz que não recebeu qualquer preocupação por isso e que as vendas desse jornal não afetam o JN.

21 - 27 Junho de 2007 – refere reunião de Abril e 11 de Junho (junta) Analise da colocação de dois jornalistas no departamento Especial de Publicações, um deles da secção de desporto. O directo explicou que a sua atitude no Desporto aconselhava a sua mudança. CR fala da falta de Livro de Estilo. CR fala da necessidade de ser nomeado um novo Provedor para o cargo deixado vago. Análise de critérios de publicação de fotos de arguidos e testemunhas em processos judiciais e utilização das fotos de menores. – Caso Caddie. Avaliação dos semestre: aumento de tiragem.

22 - 16 Maio de 2007 – um elemento do Cr demite-se alegando que o referido órgão “enferma de inoperância intrínseca”, devido a atrasos de 34 dias na feitura do comunicado da reunião de 11 de Abril. Acrescenta este membro que desde 15 de Fevereiro deste ano (quando foram eleitos) “tive oportunidade de verificar que, tal como suspeitava, o CR continuará a ser uma força morta, ao que não serão alheias a eleição sistemática das mesmas pessoas, por um lado, e por outro, o mar de equívocos a respeito da natureza e da utilidade do órgão”.

23 - 19 Abril de 2007 – comunicado de um elemento do CR, individual, fala sobre o pouco espaço ao contraditório e de autocritica , nas reuniões da manhã, intituladas “Revista de Imprensa”. Há pouco cuidado na elaboração das “atas”, não releva delas a “transparência para o a inelutável tendência das estruturas hierárquicas para o hermetismo, eventualmente decorrente de um espírito de corpo”.

24 - 01 Março de 2007 – primeira reunião do Cr eleito. DI comunicou alterações orgânicas. Livro de Estilo , condições da segunda parte dos trabalhos. Preenchimento do cargo de Provedor, Falou-se do interesse de um estudo do leitor. Debateu-se Direito de Resposta, Apreciação de iniciativas editoriais como o encarte sobre a Lampreia.

25 - 11 Janeiro de 2007 – O Cr reuniu-se nesta data ao fim de vários meses sem actividade regular, deveu-se a dificuldades e alguma incapacidade para compatibilizar as agendas profissionais. O CR questionou a atribuição de aumentos salariais a dez jornalistas, lembrando que qualquer reconhecimento do esforço e do mérito só deve ser feito através da progressão da carreira/horizontal e vertical. Director dá conta das vendas, de alterações nas secções , fala do marketing e da ofensiva dos jornais gratuitos, Neste quadro o CR diz que é necessário “redobrar o esforço editorial, melhorando-se o jornal com mais e melhores noticias do interesse dos leitores.

26 - 27 Setembro de 2006 – Direito de resposta a propósito de uma manchete em que não se atendeu ao principio do contraditório. Embora o DI tenha referido que não tencionava conceder o direito de resposta porque a informação era segura, vinha de dentro da entidade em causa, o CR considerou que tal direito “enriquece a informação, desde que não seja formulado de maneira insultuosa”.

27 - 31 Agosto de 2006 - O CR reconheceu que não foi prestada nenhuma informação desde 06 de Abril, ultima reunião e na qual se abordou a ameaça da câmara, de proceder contra o diretor devido a publicação de um anuncio forjado sobre a venda do teatro Rivoli. A ausência de reuniões deve-se a indisponibilidade do Di e também à agenda reivindicativa e de greves nos meses de Maio e Junho. Neste reunião de 31 de Agosto, o CR considera entrevista feita ao presidente por escrito, tipo inquérito, um mau principio, assim como um mau precedente publicar as fotos fornecidas pela presidência. O Di referiu a oposição do entrevistado a uma entrevista

direta e quanto às fotos alegou que o jornal “não teve grandes condições para fazer fotos próprias” dado o “aperto do calendário “ e que aceitou as fotos da presidência por ser feitas por um profissional e terem qualidade para serem publicadas, o CR consideram um precedente que não deve ser repetido”. CR abordou desempenho do jornal desde a reestruturação. Criticou a opção por algumas fotos, bem como um trabalho jornalístico sobre uma agência de matrimónios, cuja forma de tratamento não salvaguardou a imparcialidade do jornal. Aguarda-se a evolução do Livro de Estilo.

28 - 24 Janeiro 2006 - regulamento e alterações internas. Espaço de opinião para os cronistas- hipóteses de novos autores com temáticas mais interessantes. Términus do mandato do Provedor do Leitor.

29 - 24 Março de 2006 – primeira reunião do CR desde a eleição em Fevereiro. Di deu conta da evolução do jornal e dos seus resultados. Foi questionado o elevado número de estagiários e o Di disse que nenhum ficaria por mais de três meses. Livro de Estilo e Provedor dos Leitores.

30 - 8 de Fevereiro de 2006 - votação do regulamento do Conselho Redação. Votaram 44 de 99 da sede e 11 de 32 da delegação de Lisboa.

31 - 7 Fevereiro de 2006 - protesto de um jornalista por não serem atendidas as suas propostas. Trata-se de um CR “reacionário e ultraconservador que temos no nosso jornal e que tantas vezes é obstáculo à modernização”.

32 - 23 Janeiro de 2006 – Regulamento do Conselho de Redação a discussão. Reestruturação do jornal, mudanças de jornalistas, cessão do mandato do provedor dos leitores.

33 - 23 de Dezembro de 2005 – renovação do jornal – transferências, renovações, angu novo nos colunistas, Atraso na preparação do Livro de Estilo por incumprimento da Universidade do Minho.

34 - 12 outubro de 2005 – análise da dispensa de serviços de correspondentes no estram eiró. Alterações no alinhamento editorial. Criticaram a falta de separação do que é publicidade, transfiguração da primeira página que alterava a identidade do jornal. Constituíam cedência sem precedentes da autonomia editorial às estratégias

de publicidade* o DI considerou que o JN goza de credibilidade para aceitar excepcionalmente campanhas deste tipo, devido ao seu elevado interesse económico para a Empresa.. Questionam para quando o livro de Estilo. Indagam de um trabalhador estar em funções editoriais, ao que lhes foi respondido “marketing ”. Os CR sugeriram clareza e indicação na página espaço da responsabilidade do Departamento de Marketing”. Utilização de uma foto sem autor, por um jornal do grupo “24HOO”. O CR questionou de parcerias com entrevistas de jornalistas exteriores ao JN que perigam a iniciativa própria do jornal e seus jornalistas, a própria estão editorial. Encetadas reuniões com a chefia e editorias pela Direcção com vista a discutir o projecto, mas apenas a secção de desporto realiza reuniões regulares *.

Discussão sobre a problemática das vendas e da audiência e sua comparação com o jornal Correio da Manhã.

35 - !4 Junho 2005 – /referente a reuniões de 8 Abril, 15 Maio, e 2 de junho de 2005) - CR analisou envio de chefias a cobertura dos funerais de João Paulo II e eleições do seu sucessor, e porque não os redatores que tratam sobre essas matérias. Preconizou um esforço para que sejam enviados os jornalistas com as competências exigíveis.

Sobre o direito de resposta chama a atenção para a denegação constante , ainda que não sejam ofensivos, e também para a prevalência da opinião estritamente jurídica do advogado sem ter em conta os preceitos deontológicos e praticas editoriais do JN que valorizam o instituto do Direito de Resposta. O DI considera que há situações em que a Direcção pode rejeitar a publicação de textos (também) quando entender que estes não vem esclarecer os trabalhos respondidos ou acrescentar algo, como acontece, por vezes virem denegrir o trabalho jornalístico.

Analisou a publicação de um texto sobre uma doença, não produzido pelo jornal, imposto contra publicação de um anuncio de um medicamentos erguido uma solicitação da publicidade, no que considerou que a situação que a direcção alegou desconhecer “viola os principios da autonomia editorial”. Analisou protestos sobre descidas de classificações de desempenho. dos jornalistas. Discutiu descidas de vendas, estudantes nas redações, e ainda livro de Estilo em fase de consulta.

36 - 24 Novembro de 2005 – Ponto de situação da participação da Universidade do Minho no Livro de Estilo, que se aguarda concluído em Dezembro. – Caso das fotos passe para os cartões, tarefas atribuídas a jornalistas. Reparo do CR. Descidas nas vendas dos jornais. Reestruturações internas.

37 - 24 Março de 2005 – denegação do direito de resposta, incentivo a escrita de artigos de opinião, regras de escrita e separação de géneros noticiosos da notícia propriamente dita, formação de jornalistas. Não atribuição de prémios nos últimos dois anos.

38 - 20 março de 2005 - Venda dos cativos da Portugal Telecom à Controlinveste nos quais se inclui o JN. Respondendo a um pedido de consulta da AACs, o CR questiona como premissas a preservar, a liberdade e autonomia editorial do jornal e as suas características essenciais., viabilidade e desenvolvimento.

39 - 14 Janeiro de 2005 - CR analisou o processo de nomeação do Director, seus efeitos internos e externos e concluiu estarem reunidas as condições para concluir o mandato, e continuar a contribuir para a valorização do jornal.. O CR falou de mudanças, cobertura de eleições, projetos e pequenas alterações anunciadas e salientou solicitando não ter sido consultado sobre mudanças de jornalistas. O director manifestou intenção de dialogar com a Redacção, mas disse entender que “há situações em que o diálogo pode significar eternamente as soluções”.

40 - 10 janeiro 2005 - abaixo assinado de 68 assinaturas de jornalistas contra a decisão do CR e referindo que este assunto devia ter sido alargado à Redacção.

41 - 7 Janeiro de 2005 - parecer pedido pelo Conselho de Administração da empresa “Global Notícias” ao CR sobre nomeação do Director do JN que já exercia funções executivas na orientação do jornal desde 2000. O conselho decidiu não dar parecer favorável.

42 - 30 Dezembro 2004 – CR reúne com presidente da Comissão Executiva LD- rescisão de um contrato e pedido de parecer para o cargo de DG do DN (JLP).

43 - 17 de Dezembro de 2004- entrevistas em parceria com TSF MM, análise da sua transcrição , situação do livro de Estilo.

—

44 - 22 Novembro de 2004 – de um grupo de jornalistas, a propósito da reflexão sobre os CR no JN e disponibilizam para assumir um compromisso com base em novas dinâmicas.

45 - 18 dezembro 2003 – apreciação de uma queixa da associação Sindical da Polícia, sobre um trabalho em que não foram ouvidos. CR condena procedimento deontológico incorreto. Informação de alteração do estatuto do Provedor do leitor e pedido de parecer para um professor Manuel de Pinho. O CR recebeu versão do trabalho do livro de Estilo, para ser objecto de discussão com a Di em Janeiro.

46 - 31 Outubro 2003 – parecer sobre a nomeação do jornalista A. José Teixeira, para o cargo de subdirector. Deu parecer favorável.

47 - 5 de Dezembro de 2004 – novo conselho de Redacção eleito, estabelecimento de regras de realização de conselhos semanais, solicitação de dados.

48 - 20 de Dezembro de 2003 – reflexão sobre edições múltiplas e as regiões em que se implantam.

49 - 26 Outubro de 2003 – reuniu com Director de Redacção JLP – pedido de pareceres para directores adjuntos e Director de Redacção (este não previsto nos estatutos) Posição sobre suplementos e pagamentos adicionais dos mesmos aos jornalistas.

50 - 21 Novembro de 2003 - projecto edições multipasse, ausência de prémios há dois anos e estagnação do processo de elaboração do livro de estilo.

51 - 3 Julho 2003 – primeira reunião conselho eleito. CR critica a não publicação de uma entrevista a um jornalista de referência, lamentado a perda de memória do jornal, sobre profissionais destacados que prestigiaram o jornal e manifestam estranheza, pela ausência de atribuição dos prémios. O CR insistiu na produção do Livro de Estilo.

52 - 19 de Dezembro de 2002 - discutiu o direito à integridade da obra, perante distorções de fotos com autoria. Situação dos camaradas de reportagem fotográfica e fotografias assinadas por jornalistas em greve. Contestam nota da Direcção segundo

a qual o jornal não se exprime na rua contra decisões de governos legitimamente eleitos. Lamentam a extinção da redação do Porto da “Notícias Magazine”, pois tal atitude do grupo Lusomundo Media, representa um enfraquecimento da expressão de uma região. Manifestam preocupação por não ter sido assegurada a produção de postais de boas festas com a marca do Jornal e tenham sido substituídos por postais da PT. Tal substituição representa um apagamento da imagem do JN. E de renúncia à sua identidade própria.

Anexo XII - resumo dos assuntos das Actas do CR Anop - Fonte: Arquivos da ANOP. consulta directa – Armazém do Pendão/Belas- DGCS

1 - 9 Janeiro de 1984- encerramento delegação de Faro. Nomeação de Mário Ferro para chefe interino de delegação de Moçambique .O CR considera que o delegado deva ser um jornalista, ainda que interino, o CR considera que em fase de declaração de situação económica difícil, sejam estas medidas desajustadas. O CR verifica que o CG toma decisões com profundos reflexos no serviço noticioso sem prévio e legítima consulta. Ao Director de Informação e Conselho de Redação.

2 - 4 Janeiro de 1984 - O CR solicitou uma intervenção do Conselho de Imprensa no sentido de interceder junto dos órgãos competentes para que a agencia seja dotada de orçamento para 1984 .(Aqui há o recurso a outro instrumento de autorregulação).O CR defendeu a tomada de medidas no sentido de manter a redacção a funcionar a um nível aceitável. sob a presidência do DI, Veiga Pereira e com António Vinagre, Fernando Cascais, Jorge Heitor e Rui Humberto

- O CR analisou nos termos do 2º da cláusula 6º do CCT dos Jornalistas, uma proposta do DI sobre cessação de funções de chefia e coordenação de jornalistas que não exercem ou nunca exerceram respectivamente as respectivas funções. - A referida cláusula do CCT estabelece que o CR deverá sobre esta matéria dar parecer, com carácter consultivo, no prazo de três dias. O Cr aprovou por maioria nos termos do nº 1 da cláusula 6ª . Mas entendeu que devem ser feitas as seguintes ressalvas: as funções de chefia e coordenação na redação da ano terá de manter, no seus efeitos salariais, as equiparações, atualmente em vigor. O CR entende que a chefia do

serviço de telefotografia não corresponde às funções de chefe de redacção, pelo que neste ponto se pronuncia desfavoralmente.

3 - ata 24 Nov. 1983 - O DI informou o CR sobre um conjunto de ações desencadeadas pelo Conselho de Gerência e que considera um atropelo das suas competências. O conselho de Gerência tinha enviado telexes aos delegados na cidade da Praia e Bissau a um correspondente em Luanda e a um correspondente em Maputo, no sentido de recrutarem correspondentes nos principais centros populacionais. Outras mensagens foram enviadas aos correspondentes em Bona e em Estocolmo e Oslo, Copenhaga e Helsínquia. O CG solicitou a Presidentes de Câmara a indicação de pessoas para correspondentes. O CR considerou que o CG “interferiu uma vez mais na área das competências do DI”.

4 - 24/11/1983 - CR congratula-se pelo a resolução da Assembleia da República de dotar a agência Anop de uma verba de 50 mil contos a retirar do Orçamento Suplementar der 1983

5 - 10/11/1983 - CR associa-se a Comissão de trabalhadores e aos Delegados Sindicais para uma conferência de imprensa sobre a situação que se vive na ANOP. O CR considerou que o governo ao protelar indefinidamente a concessão de verbas para pagamento de salários e para outras despesas da agência, está a procurar imobilizá-la “de facto” mesmo antes de eventualmente a extinguir sob forma jurídica.

6 - 25/10/1983- - Fernando Cascais passou a ser membro efetivo em substituição de Virgínia Veiga que deixou a empresa. O CR consultado pelo DI manifestou a sua concordância com a destituição de Margarido Correia das funções de Chefe dos Serviços de Telefotografias. O CR considerou nula a nota de serviço de 26/83 do Conselho de Gerência, de 21 de Outubro, por nela se decidir sobre matéria que é da exclusiva competência do DI (destituição de Margarido Correia e nomeação de Artur Margalho para o seu lugar). No caso da destituição de Margarido Correia, o Cr ainda não tinha sido ouvido, o que é obrigatório, nos termos do nº2 da cláusula sexta da Convenção Coletiva de Trabalho dos Jornalistas.

7 - 13/10/1983 - – Carlos Veiga Pereira (DI) António Vinagre, Jorge Heitor, Rui Ochoa e Rui Parracho. Deu parecer favorável por unanimidade à admissão da estagiária do

primeiro ano, Isabel Braga, transcorrido que foi o período experimental de seis meses. Também por unanimidade o CR pôs objecções à transferência do jornalista Artur Margalho do sector da Economia para a direção de Telefotografia, por considerá-lo mais necessário no sector onde se encontra. O CR julga que , definido o rumo da ANOP e reassegurado o serviço com as agências Internacionais, deve então valorizar-se o serviço de telefotografia.

8 - 15/09/1983- Lamentou a ausência de qualquer decisão do Conselho de Ministros sobre o futuro da ANOP.O CR considerou que a incerteza em que a ANOP vive há mais de 13 meses, aliado ao atraso nos pagamentos nos salários e subsídios de férias e ainda à falta de verbas indispensáveis ao seu normal funcionamento -, cria um clima de inquietação e de angústia e prejudica grandemente as condições de trabalho. Congratula-se pela manutenção da qualidade do serviço da Redação, apesar da generalidade os jornalistas da agência estar a viver com extremas dificuldades financeiras e à custa de empréstimos. Registou com estranheza não ter sido recebido qualquer resposta ao pedido de audiência que formulara ao Secretário de Estado da Tutela e que contraria frontalmente o desejo de diálogo por mais de uma vez proclamado pelo governo.

9 - 31/08/1983 - O CR aprovou texto de uma carta a enviar ao Sindicato dos Jornalistas relacionado com o caso do telex contendo informação falsa, enviada à Anop em 13 de Agosto - O DI informou ter sido convocado pelo Conselho de Informação para a ANOP a fim de prestar declarações sobre o assunto, tendo o DI decidido enviar documentação também ao Conselho de Imprensa. O CR foi recebido, antes da reunião, em audiência pelo CG com quem trocou opiniões sobre as situações de baixa, licenças sem vencimento e requisições existentes na agência. Nota sobre o Conselho de Informação para a ANOP sobre o telex falso. CR de Redação envia nota ao Sindicato criticando o seu atraso no caso do telex falso.

10 - 23/8/1983 - Congratula-se pela honestidade do jornalista Paulo David que se demite porque vê negada uma licença sem vencimento para efectuar uma cirurgia e protesta junto do CG por não ter solucionado as situações de alguns jornalistas, Rui Pimenta, Júlia Fernandes e Aníbal Mendonça .

11 - 5/8/1983 - Situação da agencia e as intenções do governo. Análise da situação criada à ANOP.

12 - 1/7/1983 - Conselho de Redacção escreve ao jornal “A Tarde” para ao abrigo do Direito de Resposta clarificar incorreções sobre uma noticia publicada sobre a admissão de jornalistas na Agência.

13 - 27/6/1983 - CR analisa a admissão de jornalistas e algumas nomeações para cargos.

14 - 7/7/1983 - CR protesta contra a interferência do Secretário de Estado no processo normal de substituição de um delegado num pais africano de língua oficial portuguesa, interferência que põe em causa o bom prestígio da empresa e do país. O Secretário de Estado adjunto do Ministro de Estado mandou suspender o processo de colocação em Maputo

15 - 17/6/1983 - **CR** é chamado ao Conselho de Informação solicita ao CR informações sobre o processo que levou à exoneração de Artur Margalho do cargo de director de informação.

16 - 14/6/1983 - Carta do Conselho de Informação para a enviar relatório de catividades do CI/ANOP ao CR.

17 - 20/5/1983 - Debateu com o DI os processos em curso relativamente a alguns trabalhadores da empresa, nomeadamente por baixas fraudulentas. O Di deu conta ao CR de saída de Adalberto Rosa e Carlos Noivo e da entrada com contrato a prazo de Serras Pereira e Regina Louro.

18 - 20/5/1983 - O CR pediu a todos os jornalistas sugestões sobre alterações ou actualização a fazer no livro de estilo da agência.

19 - 9/5/1983 - Reunido extraordinariamente o CR deu parecer favorável às entradas dos jornalistas desempregados, Regi- CR delibera dar parecer favorável por unanimidade à nomeação de Carlos Veiga Pereira para DI , disso dando conhecimento à Redacção, ao CG e ao Conselho de Informação para a ANOP.

- Decidiu convocar um plenário de Redacção na Louro, Silvério do Canto, Isabel Oneto e Serras Pereira.

20 - 2/5/1983- - CR delibera dar parecer favorável por unanimidade à nomeação de Carlos Veiga Pereira para DI , disso dando conhecimento à Redacção, ao CG e ao Conselho de Informação para a ANOP. Decidiu convocar um plenário de Redacção.

21 - 28/4/1983 - - analisa a exoneração de Director de Informação de Artur Margalho, e pedido de parecer do CG para ocupar o cargo Carlos Veiga Pereira. Repudia os termos usados pelo CG na exoneração, considera que o momento escolhido proporciona especulações políticas, prejudiciais à independência que o CG defende para a ANOP.

22 - 21/4/1983 - - analisa participação referente a três jornalistas que , tendo metido baixa trabalhavam para outros órgãos de comunicação social, e a saída do delegado de Moçambique, Xavier Figueiredo. Envio de Jorge Heitor a Moçambique para cobrir congresso Frelimo e prosseguir trabalho da Agência.

23 - 22/3/1983- - CR analisou provas para admissão de estagiários e dá parecer favorável a Isabel Braga e Leonor Frazão de outros departamentos.

24 - 10/3/1983 – - CR nota a saída da agencia de 59 trabalhadores dos quais 39 jornalistas (NP) e refere a necessidade de admitir 15 novos profissionais.

25 - 3/3/1983 - CR analisa período eleitoral e a necessidade de trabalho dos jornalistas e aprova o regresso do Jornalista Fernando Carneiro que antes havia sido alvo de um despedimento colectivo.

26 - 23/2/1983 - - impugnação de lista B às eleições para um novo CR – Concorreram duas listas. – inscritos 89 – votaram 55.

Anexo XIII – os casos franceses de cláusula de consciência

1 - Supremo Tribunal de Apelação reconheceu em Novembro de 1961, o direito à cláusula de consciência a três jornalistas do “Paris Jour”(editor internacional, uma jornalista dos assuntos de tribunais e a um cartoonista, *“a mudança de Direção da empresa tinha provocado uma mudança na linha ideologia”*).

2 - Em 14 de Janeiro de 1964 o tribunal decidiu a favor do editor do Est Republicain, contra uma dos jornalistas que se candidatou a uma partido político. O Tribunal, embora considerando o direito do jornalista . considerou que que” *o jornalista poderia expressar opiniões que poderia prejudicar os interesses do publico do seu jornal*”..(caso de uma empresa (caso aplicado a uma empresa).

3 - Em 19 de Janeiro de 1981 O tribunal de Apelação de Paris, considerou que a entrada na empresa do jornal Le Fígaro, de grupo Hersant, sociedade editora, trouxe importantes mudanças no jornal que afectaram além da sua estrutura gestora *“também o carácter e a postura deontológica deste meio de comunicação social”*.

4 - Em 21 de Junho de 1984 o Tribunal supremo decidiu um recurso do Tribunal de Apelação de Lyon de 3 de Novembro de 1981, sobre a reestruturação do grupo Delaroche cuja alteração de sócios produziu mudanças ao nível da direção. O tribunal considerou que tais alterações originaram a mudança do equilíbrio do capital constituiu causa suficiente que preenchia o estipulado no Código de Trabalho, para que o jornalista de um dos jornais do grupo , “Le Progrès”, invocasse a cláusula de consciência..

5 - Em 6 de Novembro de 1985 , novamente o grupo Delaroche Progrès. O Supremo Tribunal considerou que em consequência das mudanças verificadas anteriormente na estrutura accionista do grupo, o jornal “Les Depeches”, de Dijon foi encerrado e os seus jornalistas foram transferidos para a AGIR, agência de informação Geral, para a sessão regional desportiva e nacional. 21 jornalistas invocaram a cláusula de consciência.

6 - Em 17 de Março de 1988, o Tribunal Supremo não deu provimento à cláusula de consciência invocada por uma jornalista da L’Union de Reims, um jornal de politica fundado em 1944 como um órgão de resistência. Tradicionalmente tinha um quadro de direção que privilegiava o pluralismo. Em 1982, no sentido de melhorar o seu posicionamento financeiro, efectuou uma reestruturação interna, com a nomeação de um Director Geral. O tribunal considerou que as mudanças internas não impedem a independencia editorial do jornal nem limitam a possibilidade de expressão diversas opiniões politicas, como sempre foi prática da empresa.

7 - Em 18 de Outubro de 1989 o editor da revista “Le Medecin de France” da Sociedade Francesa de Publicações Médicas comprada em 99% pela Federação francesa da União dos Médicos, publicou um editorial reclamando serios problemas de ordem moral e financeiro causados pela Federação que eliminou a secção editorial e proibiu os jornalistas que o editavam de assinar artigos na publicação. O editor só poderia colocar o seu nome por razões de ordem legal. O jornalista invocou o artigo L-761-7 do Código de Trabalho. O tribunal considerou que o jornalista foi ofendido na sua honra e a companhia foi a responsável pela quebra do contrato.

8 - Em 29 de Maio de 1991. O tribunal não deu provimento as mudanças invocada por um colaborador publicitário do grupo Rusconi.

9 - Em 5 de Março de 1991 – O Supremo Tribunal rejeitou a invocação da cláusula de consciência ao editor da revista “Maison individuelle”, mais tarde “Bureau de France”, revistas que pertenciam ao grupo Europeu de Publicações que ficou a controlar tudo. O tribunal considerou que as reestruturações internas do grupo não trouxe alterações significantes nas publicações que ferissem a honra e os interesses morais do jornalista.

10 - Em 12 de Janeiro de 1994, o supremo Tribunal decidiu, a propósito de uma mudança de proprietários . A mudança no capital social de vários sócios, ficaram sem controlo do grupo e isso deu origem ao provimento da cláusula aos jornalistas que ali trabalhavam.

11 - Em 1 de Março de 1995 o Tribunal de Apelação de Nanterre, a propósito de um jornalista despedido que terá feito uma opinião contra os interesses da revista “Paris Match” num programa de rádio. O jornalista era um colaborador regular, mas não tinha contrato específico. O tribunal considerou o grupo proprietário Hachete-Fillipacchi-Press, responsável pelos danos morais através do exercício de censura e violação do princípio da liberdade de consciência e expressão do jornalismo e obrigou-os a pagar a quantia simbólica de um franco e a publicar a decisão em vários media do grupo e a uma compensação ao jornalista em 200 mil francos por danos materiais.

12 - Em 17 Abril de 1996 o supremo Tribunal deu razão a dois jornalistas e a uma assistente executiva da revista “Voice “ em Paris, porque a revista adotou uma linha sensacionalista.

Anexo XIV - uma depreciação num Blogue “Alto Hama” sobre os Conselhos de Redacção? (Mais) uma treta! Publicado no blogue, em 9 de Fevereiro de 2010, por Orlando Castro n(altohama.blogspot.pt)



Eleito em representação dos jornalistas de cada órgão de informação e presidido, por inerência de cargo, pelo respectivo director, com o qual pode cooperar na orientação editorial, o Conselho de Redacção tem, o contrário do que se pensa e da versão oficial, cada vez menos importância.

“O Conselho de Redacção é o órgão através do qual os jornalistas participam na orientação editorial do órgão”.

acredita? A orientação editorial é dada pelos donos dos jornalistas e pelos donos dos donos.

Ao Conselho de Redacção compete:

“Pronunciar-se sobre a designação ou demissão, pela entidade proprietária, do director, bem como do subdirector e do director-adjunto, caso existam, responsáveis pela informação do respectivo órgão de comunicação social”.

Pronunciar é algo que faz. Ninguém o leva a sério. Como não tem força vinculativa não passa de mero adorno num suposto Estado de Direito onde a única regra é a de quem manda.

“Dar parecer sobre a elaboração e as alterações do estatuto editorial”.

Pois. Dão pareceres para parecer que parecem algo de importante mas, de facto, limitam-se a constatar e a subscrever o que já está determinado.

“Pronunciar-se sobre a conformidade de escritos ou imagens publicitárias com a orientação editorial do órgão de comunicação social”. Está-se mesmo a ver o

Conselho de Redacção a pronunciar-se sobre o facto de ter saído o euro milhões ao senhor Joaquim e a partir da fotografia da mulher ter de sair todos os dias na primeira página.

“Pronunciar-se sobre a invocação pelos jornalistas do direito de independência previsto no n.º 1 do artigo 12.º do Estatuto do Jornalista (*)”.

Bem pode pronunciar-se que o resultado é o mesmo. A Direcção ouve o parecer, manda-o para o caixote do lixo e mantém o rumo do eu quero, posso e mando.

“Pronunciar-se sobre questões deontológicas ou outras relativas à actividade da redacção”.

Quando as redacções são cada vez mais linhas de montagem de textos de linha branca, alguém quer lá saber de questões deontológicas? Francamente.

(*) O n.º 1 do Artigo 12.º do Estatuto do Jornalista diz: «Os jornalistas não podem ser constrangidos a exprimir ou subscrever opiniões nem a desempenhar tarefas profissionais contrárias á sua consciência, nem podem ser alvo de medida disciplinar em virtude de tal recusa.»

Recusem. Recusem a aleguem que não podem ser alvo de medida disciplinar em virtude de tal recusa. Recusem mas vão imediatamente procurar emprego.

FIM